

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

NÍVEL MESTRADO

MICHELE AMORIM BECKER

ÉTICA E COMUNICAÇÃO DE RISCO NA
TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

DEZEMBRO - 2011
SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE

MICHELE AMORIM BECKER

**ÉTICA E COMUNICAÇÃO DE RISCO NA
TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Área de Concentração em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

DEZEMBRO - 2011
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

B395e Becker, Michele Amorim
Ética e comunicação de risco na transposição das águas do rio
São Francisco / Michele Amorim Becker. – São Cristóvão, 2011.
199 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio
Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio
Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa,
Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos.

1. Meio ambiente. 2. São Francisco, Rio, Bacia – Desvio de
águas. 3. Ética. 4. Comunicação de massa. I. Título.

CDU 502.51(282.281.5):179.1:659.3

MICHELE AMORIM BECKER

**ÉTICA E COMUNICAÇÃO DE RISCO NA
TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Área de Concentração em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Universidade Federal de Sergipe - UFS/PRODEMA

EXAMINADOR EXTERNO: Profa. Dra. Sônia Aguiar Lopes
Universidade Federal de Sergipe - UFS/DCOS

EXAMINADOR INTERNO: Prof. Dr. Antônio Vital Menezes de Souza
Universidade Federal de Sergipe - UFS/PRODEMA

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Orientador – Universidade Federal de Sergipe

É concebido ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Michele Amorim Becker
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Orientador – Universidade Federal de Sergipe

Aos três homens de minha vida – Evaldo, Rômulo e Eduardo –
todo o meu amor, carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação deve ser atribuída, em grande parte, à sustentação que me foi proporcionada pela crença nas forças positivas que fluem por este imenso universo, como também aos afetos, incentivos e contribuições de pessoas tão especiais que acolheram minha trajetória acadêmica. Agradeço especialmente:

Aos meus pais, Vitor e Laura, pois ao permitirem a minha existência, tomaram para si a responsabilidade de me educar transformando-me na pessoa que sou hoje. Para vocês todo o meu amor e gratidão!

Ao Evaldo - meu grande amor, principal incentivador e fonte de inspiração - agradeço de todo o meu coração pela compreensão e por todas as contribuições que me foram feitas neste longo e agitado processo de crescimento intelectual. Nossas conversas intermináveis não encerram aqui!

Aos meus queridos filhos, Rômulo e Eduardo, pois abdicaram de minha presença numerosas vezes e, ainda assim, permaneceram afetuosos. Sem vocês minha vida perderia muito de seu encanto!

Ao Professor Doutor Antônio Carlos, orientador e amigo, meu agradecimento especial por toda atenção e competência no difícil processo de orientação. Seu comprometimento com a vida acadêmica me serve de exemplo!

A todos meus familiares – especialmente a vó Neusa, Michel e Marcel - e amigos, pelas palavras de incentivo e gestos de carinho ao longo de minha vida.

Ao Professor Doutor Carlos Celso por me apresentar à Comunicação de Risco em suas aprazíveis aulas na Faculdade de Saúde Pública da USP.

Ao corpo docente do Prodepa pelo intercâmbio de conhecimento. Especial gratidão aos Professores Doutores Antonio Vital, Ronaldo e Maria José, pois sempre que solicitados se mostraram dispostos a esclarecerem minhas dúvidas, que não foram poucas.

Aos colegas dos Grupos de Pesquisa Filosofia e Natureza e Ética e Filosofia Política que tornaram minha incursão à Filosofia mais agradável e esclarecedora.

A todos os colegas do Prodema – turma 2010 - pelas produtivas conversas realizadas ao longo do Mestrado. Nossa turma fez história neste programa!

As funcionárias do Prodema - Najó, Aline, Julieta e Val - pelas solicitudes durante minha realização do Mestrado.

Aos atendentes do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, especialmente ao Seu Gustavo e à Dona Ângela, que me incentivaram durante todo o período da pesquisa documental.

A CAPES pelo apoio financeiro que permitiu a realização desta pesquisa com maior tranquilidade.

A todos o meu muito obrigada!

Panta rei os potamós... (tudo flui como um rio)

Heráclito de Éfeso

Meu único desejo é um pouco mais de respeito para o mundo,
que começou sem o ser humano e vai terminar sem ele.

Claude Lévi-Strauss

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a Comunicação de Risco pode contribuir para uma discussão ética em relação à transposição das águas do rio São Francisco. Para atingirmos nossa meta, elencamos três objetivos específicos: sistematizar as informações do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) relacionadas aos riscos e impactos socioambientais ocasionados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; verificar como a imprensa sergipana tem se posicionado em relação à transposição, por meio de análise dos discursos jornalísticos vinculados nos principais jornais sergipanos Correio de Sergipe, Jornal da Cidade e Cinform, no período de 2004 a 2007; e identificar tipos de informações e/ou distorções presentes nos discursos jornalísticos analisados. Esta pesquisa se utiliza do método estruturalista, tendo ainda um caráter descritivo, com análise de documentos primários e secundários. O estudo consiste de pesquisa bibliográfica sobre os fundamentos teóricos acerca da relação do homem com a natureza, sobretudo a partir de autores modernos, como Hobbes (2002) e Rousseau (1989, 1999), e contemporâneos como Jonas (2006). Para compreendermos a problemática ambiental na atualidade, fez-se necessário estudar a construção social do “risco”, enquanto fator que pode contribuir para as diferentes percepções de ameaça e, por conseguinte, alterar a probabilidade de exposição às condições de perigo. Elencamos as obra de Habermas (2001, 2003) para pensarmos uma comunicação pautada pela ética no discurso. No que se refere à pesquisa de documentos foram sistematizadas as informações contidas no RIMA sobre riscos e impactos socioambientais ligados à transposição. Os discursos jornalísticos foram selecionados a partir de seus enunciados. Em nossa análise, buscamos identificar, num primeiro momento, o “estudo dos sentidos” e o “mapeamento das vozes”, para então chegarmos às formações discursivas a partir da Análise do Discurso. Esperamos que o resultado desta pesquisa fortaleça os debates acadêmicos, de modo interdisciplinar, especialmente no que concerne às contribuições da Comunicação de Risco para uma discussão ética sobre o bom uso da água, seja no âmbito do rio São Francisco ou dos demais rios sergipanos. Almejemos ainda que a empregabilidade da Comunicação de Risco em projetos ambientais futuros estimule a prática da transparência no acesso às informações e possibilite o diálogo entre as partes envolvidas, além de uma efetiva participação pública nos processos decisórios.

PALAVRAS-CHAVE: Ética, comunicação de risco, transposição, discursos.

ABSTRACT

This research has as objective to analyze of which forms the risk communication can contribute for an ethical quarrel in relation to the waters transposition of the San Francisco River. To reach our goal, we list three specific purposes: systemize Environmental Impact Report (RIMA) information related to the risks and social and environmental impacts caused by the Integration project of the San Francisco River with hydrographic basins of the northern northeast; to verify as sergipana press has located itself in relation to the transposition, by means of analysis of the journalistic speeches tied in *Correio de Sergipe*, *Jornal da Cidade* and *Cinform* periodicals, in the period from 2004 to 2007; identify information types and/or distortions presents in the analyzed journalistic speeches. This research itself uses of the structuralist method; it still has had a descriptive character, with primary and secondary document analysis. The study itself consists of bibliographical research on the theoretical beddings concerning the relation of the man with the nature, over all from modern authors, as Hobbes (2002) and Rousseau (1989, 1999), and contemporaries as Jonas (2006). To understand ourselves the environmental problematic in the present time, It became necessary to study the social construction of the “risk”, while factor that can contribute for the different threat perceptions and, therefore, to modify the exposition probability to the danger conditions. We list works by Habermas (2001, 2003) to think a communication based on the ethics about the speech. As for the documents research the information contained in the RIMA about risks and social and environmental impacts related to the transposition had been systemized. The journalistic speeches had been selected from its statements. In our analysis, we attempt to identify, at first, the “study of meanings” and the “mapping of voices”, so that we can employ discourse analysis do get to the discursive forms. We hope that the results obtained from this research can strengthen interdisciplinary academic debates, specially regarding the contributions of risk communication for an ethical discussion concerning the appropriate use of water, whether in the area of the São Francisco or those of other rivers in Sergipe. We may also expect the employ of risk communication in future environmental projects to stimulate the practice of transparency in the access to information, so as to make the dialogue between all concerned parts possible, as well as contributing to effective public participation in decision processes.

KEYWORDS: Ethics, risk communication, transpositions, speeches.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

ANA – Agência Nacional de Águas

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco

CETESB – Centro de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COMEST – Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico
(World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology)

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FD – Formação Discursiva

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

ISO - Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization)

LPA – Licença Prévia Ambiental

MIN – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan Americana de Saúde

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRODEMA – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP – Princípio Poluidor-Pagador

RENEW – Rede de Pesquisa e Ética sobre a Água (*Réseau de recherche et d'éthique sur l'eau*)

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	O HOMEM E O RIO: HISTÓRICO DO RIO SÃO FRANCISCO E DO USO DE SUAS ÁGUAS.....	28
2.1	O PROCESSO DE POVOAMENTO.....	29
2.2	BRAVA GENTE RIBEIRINHA.....	32
2.3	CONHECENDO PARA TRANSFORMAR.....	35
2.4	DA GEOGRAFIA À ECONOMIA.....	39
2.5	O CONFLITO ENTRE REVITALIZAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO.....	44
2.5.1	A Revitalização.....	45
2.5.2	A Transposição.....	47
3	ÉTICA AMBIENTAL E A RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA.....	50
3.1	DEFINIÇÃO DE ÉTICA E MORAL.....	54
3.2	PASSAGEM DA UMA ÉTICA MODERNA PARA UMA ÉTICA CONTEMPORÂNEA.....	58
3.2.1	Estado de natureza, medo e sociedade em Hobbes.....	57
3.2.2	O estado de natureza e a desnaturação do homem em Rousseau.....	63
3.2.3	A ética ambiental na Contemporaneidade.....	70
3.4	O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE EM JONAS.....	75
3.5	O USO DA ÁGUA DOCE COMO UM PROBLEMA ÉTICO.....	81
4	COMUNICAÇÃO DE RISCO E A ÉTICA PROFISSIONAL.....	86
4.1	DA AÇÃO COMUNICATIVA À ÉTICA DO DISCURSO.....	87
4.2	CONCEITO E DIMENSÃO DO RISCO.....	92
4.3	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO.....	96
4.4	O PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO.....	99
4.4.1	Definição do Contexto.....	101
4.4.2	Identificação do Risco.....	102

4.4.3	Análise do Risco.....	102
4.4.4	Avaliação do Risco.....	102
4.4.5	Tratamento do Risco.....	102
4.4.6	Comunicação e consulta.....	103
4.4.7	Monitoramento.....	103
4.4.8	Vantagens do processo de Gestão do Risco.....	103
4.5	CONCEITO DE COMUNICAÇÃO DE RISCO.....	104
4.6	A COMUNICAÇÃO DE RISCO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS.....	106
4.6.1	O campo dos conflitos ambientais.....	107
4.6.2	A comunicação de risco como instrumento de mediação.....	108
5	COMUNICAÇÃO DOS RISCOS DA TRANSPOSIÇÃO.....	111
5.1	SOBRE O RELATÓRIO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	113
5.1.1	Como são informados os impactos ambientais.....	114
5.1.2	Quais princípios éticos para o uso da água estão previstos.....	116
5.2	O DISCURSO DA IMPRENSA SERGIPANA SOBRE RISCOS DA TRANSPOSIÇÃO.....	118
5.2.1	Levantamento prévio.....	120
5.2.2	O universo de notícias impressas.....	121
5.2.3	Os sentidos dos discursos jornalísticos.....	126
5.2.4	O mapeamento das vozes.....	131
5.2.5	As formações discursivas.....	133
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	151
	ANEXOS.....	159

1 INTRODUÇÃO

Se a comunicação é uma forma de ação, a análise da comunicação deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação e na consideração do seu caráter socialmente contextualizado.

THOMPSON

O projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, também conhecido como transposição do rio São Francisco, é qualificado por especialistas como um dos maiores empreendimentos de infra-estrutura hídrica do Brasil na atualidade. Mantido pelo Governo Federal, o projeto visa a assegurar água para uma população de aproximadamente 12 milhões de pessoas¹ que vivem no semiárido nordestino, região brasileira que sofre com a escassez de água e a irregularidade das chuvas. Ao mesmo tempo, seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), publicado em julho de 2004, identifica quarenta e quatro impactos socioambientais, sendo vinte e três considerados como de maior relevância - onze impactos positivos e doze impactos negativos².

Tendo em vista a importância do empreendimento e de suas possíveis consequências para o meio ambiente, o presente estudo busca responder alguns questionamentos preliminares: É possível haver uma discussão ética sobre o uso das águas do rio São Francisco? Os riscos causados pela transposição do rio São Francisco estão sendo contemplados nesse debate? De que forma a Comunicação de Risco pode contribuir com essa discussão? Qual o discurso do gestor do projeto em relação aos riscos da transposição? E, finalmente, como a imprensa sergipana informa os riscos desse empreendimento à sociedade?

Entende-se a Comunicação de Risco como uma área de atuação recente que busca, por meio de um processo de interação e intercâmbio de informações (dados, opiniões e sensações) entre indivíduos, grupos ou instituições, minimizar os impactos causados pela ação do homem ao meio ambiente através da participação pública. Teoricamente, esse processo de expor os

¹ Essa estimativa integra o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apesar de ser amplamente questionado por especialistas, políticos e representantes da sociedade civil que defendem a revitalização do rio São Francisco ao invés da transposição de suas águas.

² Dados retirados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, publicado pelo Ministério da Integração Nacional em julho de 2004, pp. 72 – 93 (Capítulo: Conheça os impactos que o projeto poderá causar).

riscos³ e as ameaças aos quais as sociedades estão expostas é intencional e permanente, uma vez que oferece a oportunidade de comunicá-los de maneira planejada, transparente e sensível às necessidades das comunidades.

Nessa pesquisa, em específico, debruçar-nos-emos sobre duas grandes correntes éticas, qual seja, da passagem de uma Ética Moderna, com grande aposta na técnica e na desnaturação do homem, para uma Ética Contemporânea, que considera a natureza como objeto de uma “preocupação moral” porque dela somos responsáveis perante as gerações futuras (LARRÈRE; LARRÈRE, 2001). Nessa perspectiva, nossa pesquisa buscará respaldo teórico dentro da Ética Aplicada⁴, especificamente nos campos da Ética Ambiental e da Ética Profissional, por entender que este estudo traz como preocupação central os tipos de responsabilidades que estão sendo dispensados aos riscos, seja durante a elaboração e execução de projetos ambientais, seja pelos profissionais de imprensa que tem o dever de informar de forma eficaz tais riscos à sociedade. No campo da Ética Ambiental, portanto, enfatizaremos o conceito de princípio responsabilidade e a ética no uso da água doce, enquanto que no campo da Ética Profissional, preocupar-nos-emos com a idéia de Comunicação de Risco - enquanto um agir comunicativo - da ética do discurso e da ética no jornalismo.

Para compreendermos a problemática ambiental na atualidade, faz-se necessário ainda examinarmos como ocorre a construção social do risco e a cultura do medo, enquanto fatores que podem contribuir para as diferentes percepções de ameaça e, por conseguinte, alterar a probabilidade de exposição às condições de perigo. E, finalmente, para encerrar o ciclo interdisciplinar⁵ da pesquisa estudaremos a gestão de recursos hídrico, no intuito de entender como pode se dar o “bom uso” deste recurso natural, indispensável para a vida na Terra.

³ Risco é a probabilidade de ocorrer um dano como resultado à exposição de um perigo, seja ele químico, físico ou biológico, conforme OPAS, 2007. Já na concepção de Lacey (2010) os riscos também podem ser classificados como diretos e indiretos. Os diretos são quantificados em laboratórios, a partir da *análise de risco padrão*, enquanto que os indiretos são qualificados pelo universo social, cultural e econômico de um determinado local.

⁴ A expressão “ética aplicada” faz referência a uma análise ética de situações precisas sobre resoluções práticas, sobretudo, nos setores sociais e profissionais, conforme descreve PARIZEAU, 2004. Tome 1, p. 694-701.

⁵ Para aprofundar a discussão sobre os desafios da prática interdisciplinar no ensino e na pesquisa voltados ao Meio Ambiente e Desenvolvimento, vale a pena ler o livro “Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século”, organizado por Marcel Bursztny (2001), onde o mesmo afirma a necessidade de se passar por pelo menos quatro categorias de considerações a fim de fazer com que seja reconhecida a relevância, validado os esforços e legitimado os espaços de trabalho no interior do tecido universitário no que concernem as pesquisas interdisciplinares: 1. Os espaços interdisciplinares não devem ser vistos como concorrentes em relação aos departamentos: são complementares; 2. Romper com o cunho especialista, pois a visão generalista e integradora é um atributo necessário para o enfrentamento de problemas complexos; 3. Instituir instrumentos

O interesse acadêmico por estudos sobre a Comunicação de Risco vem crescendo ao redor do mundo nos últimos anos, sobretudo em função dos graves impactos causados pela ação humana no meio ambiente. É resultado ainda dos debates que têm ocorrido na contemporaneidade, a exemplo da Convenção de Aarhus das Nações Unidas⁶, no que se refere ao acesso à informação, à participação pública nos processos decisórios e ao acesso à justiça como forma de democratizar e dar transparência aos projetos socioambientais, bem como da preocupação em como comunicar de forma eficaz os riscos causados por tais projetos às comunidades afetadas.

A relevância do empreendimento hídrico em questão e de suas possíveis conseqüências para o meio ambiente também justifica a importância de um estudo em nível de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), sobretudo quando se analisa os discursos políticos e econômicos⁷ em torno dessa temática. A divulgação dos resultados poderá fortalecer e aprimorar as pesquisas relacionadas à Comunicação de Risco no Nordeste brasileiro, bem como alertar grupos específicos e a sociedade em geral sobre as limitações e/ou benefícios da transposição.

Por fim, ressaltamos que nosso interesse pelos temas de “Desenvolvimento Sustentável” “Ética” e “Comunicação de Risco” não é recente. No período de 1998 a 2000 realizamos pesquisa de Iniciação Científica, cujo projeto Aspectos metodológicos do uso dos multimeios em ações de comunicação popular no Sul do Brasil⁸, tinha como objetivo perceber como os agricultores recebem e aproveitam a comunicação que é produzida pelas organizações que procuram intervir no meio rural, sobretudo, em temáticas ligadas à agroecologia e aos movimentos sociais.

de avaliação e de apoio que sejam flexíveis e permeáveis às características dos enfoques interdisciplinares; 4. Que os espaços interdisciplinares sirvam de foco às reflexões de fundo sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

⁶ Válida para os países da Comunidade Européia, a Convenção de Aarhus representa avanço no Direito Internacional do Meio Ambiente à medida que estipula regras claras sobre participação pública em processos de decisão ambiental. Garante também o acesso dos cidadãos a informações relevantes sobre qualidade ambiental e acesso à justiça para proteger o direito de todos a um meio ambiente sadio, de acordo com MARCATTO, 2005, p.6.

⁷ Estudos preliminares indicam que nos Estados nordestinos (receptores) contemplados com a transposição predomina um discurso econômico/desenvolvimentista, além de uma forte aceitação da sociedade no que se refere aos benefícios que a obra trará, enquanto que nos Estado nordestinos (doadores) banhados pelo rio São Francisco verifica-se uma predominância do discurso político/ideológico, onde a maioria da população mostra-se contrária ao empreendimento. Ver ainda AGUIAR (2011, 2010).

⁸ Com orientação do Prof. MsC. Celestino Perin, a pesquisa contou com bolsas de estudo PIBIC/UNIJUI e PIBIC/CNPq. A parceira com a escola agrícola “Uma Terra de Educar – Fundep”, localizada no município de Braga/RS, também foi de fundamental importância para a realização da pesquisa, uma vez que a escola adota as metodologias de educação popular e agroecologia junto aos alunos, filhos de pequenos produtores rurais. Os resultados da pesquisa foram publicados na Coleção Monografias, da Editora Unijuí, em 2002.

Já na especialização em Jornalismo Cultural, realizada em João Pessoa/PB, a construção do ensaio “Folia de Rua: uma visão jornalística do carnaval de João Pessoa/PB”⁹, partiu da crença de que outras formas de se pensar e de se fazer o jornalismo fossem possíveis. Um jornalismo verdadeiramente apurado, preocupado não somente com a divulgação puramente informativa, mas que acima de tudo cumpra seu papel enquanto “formador de opinião” e incentive as manifestações culturais que prezam pela liberdade de expressão do povo. Em outras palavras, um jornalismo respaldado em princípios éticos e não meramente mercadológicos.

Durante nossa estadia em Paris/FR, nos anos de 2006 e 2007, as discussões ligadas ao desenvolvimento sustentável, ética e responsabilidade ambiental ficaram mais latentes. Nesta ocasião, tivemos a oportunidade de nos depararmos com ideias de pesquisadores brasileiros e de outras partes do mundo que estavam na França aperfeiçoando seus estudos nessas temáticas. Além disso, iniciamos uma busca por referenciais teóricos, especialmente na área de ética e comunicação, que poderiam futuramente contribuir com nossas pesquisas.

Mas, foi só após nosso retorno ao Brasil, mais especificamente para São Paulo/SP, que pudemos pôr em prática e estudar com afinco a problemática ambiental. De 2007 a 2009 tivemos a oportunidade de participar de diversos workshops e seminário sobre sustentabilidade. Participamos de Conferências Internacionais do Instituto Ethos e nos vinculamos à Rede Ethos de Jornalistas. Tivemos ainda a oportunidade de atuar na Coordenação de Comunicação da Participare – Instituto de Meio Ambiente e Cidadania. Na área acadêmica participamos, na qualidade de aluna especial, da disciplina de “Avaliação, Comunicação e Gerenciamento de Riscos Ambientais”, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Celso do Amaral e Silva, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), uma das faculdades de referencia nacional sobre o tema.

Ao nos instalarmos em Aracaju, em 2009, percebemos a necessidade de realizarmos um estudo mais aprofundado sobre a Comunicação de Risco. Dois aspectos, entretanto, levaram-nos a propor este projeto: a falta de estudos sobre Comunicação de Risco junto ao PRODEMA/UFS e o fato de a disputa política acerca da transposição mostrar-se acirrada em Sergipe. Especificamente sobre este assunto, destacamos que durante o período que moramos em João Pessoa/PB, de 2001 a 2005, também atuamos com repórter de um dos mais antigos

⁹Ensaio Final apresentado como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Jornalismo Cultural, no curso de pós-graduação ministrado pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), no período de abril de 2004 a maio de 2005, em João Pessoa/PB.

jornais diários do Estado – o Jornal O Norte. Naquela ocasião, o discurso que se evidenciava na classe política, na sociedade e entre os jornalistas era o de assegurar a realização do projeto de transposição, pois este seria fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, sobretudo nas regiões do Cariri e Sertão paraibanos. As águas do São Francisco, segundo os políticos daquele Estado, “estavam chegando e o povo não sofreria mais com a escassez hídrica nos períodos de estiagem”. Em contraposição a esse discurso “pró-transposição”, nos deparamos em Sergipe com um discurso “contra-transposição” que, inclusive, sugeria a existência de fortes indícios de interferência político/privado nos meios de comunicação e, por conseguinte, uma polêmica junto à sociedade. Contudo, como poderia um mesmo projeto causar tantos conflitos entre os Estados nordestinos? Seria porque às percepções de risco, isto é, a construção social do risco modifica-se de um lugar para outro? Em outras palavras, os riscos que a não-transposição poderia causar aos paraibanos não são os mesmos riscos que a transposição poderia causar aos sergipanos.

Como neste estudo nosso recorte analítico prioriza o Estado de Sergipe, partimos da hipótese de que a pouca comunicação entre os gestores do projeto e a população afetada, somada a uma acirrada disputa político-ideológica podem comprometer importantes aspectos éticos ao longo do processo da comunicação dos riscos e impactos da transposição do rio São Francisco.

Nosso objetivo principal, portanto, será analisar em que medida a Comunicação de Risco pode contribuir para uma discussão ética no uso da água doce, sobretudo no que concerne à transposição das águas do rio São Francisco. Para sustentá-lo dividiremos nosso estudo em três objetivos específicos: sistematizar as informações divulgadas pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no que se refere à comunicação e ao gerenciamento dos riscos socioambientais; verificar como a imprensa sergipana se utiliza das informações contidas no RIMA e comunica os impactos socioambientais à sociedade; e identificar outros tipos de informações e/ou distorções presentes nos discursos jornalísticos a serem analisados.

Esta pesquisa tem um caráter descritivo, com análise de documentos primários e secundários. Em sua etapa empírica, prevê relatórios quantitativos e qualitativos tanto das informações sistematizadas no RIMA, quanto dos discursos jornalísticos vinculados nos principais jornais de Sergipe, sendo eles: Correio de Sergipe, Jornal da Cidade e Cinform, no período de 2004 a 2007 - este recorte temporal justifica-se pelo fato de ser este o período onde houve uma predominância de notícias e reportagens relacionadas aos impactos da

transposição, bem como a divulgação e críticas relacionadas ao RIMA, conforme levantamento prévio. Para tanto, nos utilizaremos do método estruturalista, uma vez que ele:

[...] parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se a seguir ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo retornando por fim ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 93).

De um modo geral, o estruturalismo procura explorar as inter-relações, as "estruturas" através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura. Estes significados, por sua vez, são produzidos e reproduzidos através de várias práticas e atividades que servem como sistemas de significação e serão determinados tanto pelas estruturas culturais, quanto sociais e psicológicas.

Num primeiro momento, o estudo consistirá de pesquisa bibliográfica sobre os fundamentos teóricos acerca da relação do homem com a natureza, sobretudo a partir de autores modernos como Thomas Hobbes (*Do Cidadão e Leviatã*) e Jean-Jacques Rousseau (*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*) que divergem em suas opiniões sobre a natureza humana e a vivência em sociedade. Para compreender os impactos da ação humana junto ao meio ambiente, assim como a ideia da “construção social do risco” e da “cultura do medo” utilizar-nos-emos de autores contemporâneos, a exemplo de Hans Jonas (*O princípio responsabilidade*), Enrique Leff (*Epistemologia ambiental*), Ulrich Beck (*A sociedade do risco*) e Zigmunt Bauman (*Medo líquido*). Por fim, para justificar a necessidade de se pensar uma comunicação dialógica, pautada pela ética no discurso, estudaremos as obras de Jürgen Habermas (*Mudança estrutural da esfera pública, Consciência moral e agir comunicativo e Comentários à ética do discurso*).

Num segundo momento, realizaremos uma pesquisa documental de fonte primária onde serão sistematizadas as informações contidas no RIMA relacionadas aos riscos e aos impactos socioambientais da transposição. Nosso intuito ao analisar este material é compreender como ocorre o processo de avaliação, comunicação e gerenciamento dos riscos neste documento oficial. Além disso, verificaremos se os princípios éticos mais proeminentes para o bom uso da água doce estão sendo contemplados no projeto.

Um terceiro momento será destinado à pesquisa documental de fonte secundária. Nesta etapa daremos início ao processo de coleta e análise dos discursos jornalísticos que

tratam dos riscos da transposição e que tenham sido veiculados nos principais jornais de Sergipe, já apresentados acima. Os discursos serão selecionados a partir de seus enunciados. Sendo que numa primeira seleção, mais geral, teremos como objetivo identificar o universo de notícias e reportagens que tratam da transposição e ainda o contexto histórico no qual esses discursos se apresentam. Pois, somente desta forma poderemos realizar um “estudo dos sentidos” discursivos e o “mapeamento das vozes” presentes nesses discursos. A segunda seleção, mais criteriosa, terá como finalidade identificar as formações discursivas especificamente no que tange aos riscos e impactos do empreendimento. Isso porque, são as formações discursivas – aquilo que se repete incessantemente – que confirmam a ideia de uma não neutralidade no discurso.

A Análise do Discurso (AD) será o método utilizado por nós, nessa etapa da pesquisa, pois entendermos que as notícias publicadas trazem na sua constituição textual traços histórico-sociais, que exige do analista mais do que a compreensão do conteúdo explícito, mas do contexto histórico e de seus enquadramentos sociais e culturais (BENETTI, 2007).

Ou ainda, conforme nos ensina Orlandi (1999), ao levar em conta o homem na sua história, seus processos e suas condições de produção de linguagem, por meio da análise estabelecida entre a língua e os sujeitos que o falam e as situações em que se produz o dizer, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. Em suma, a AD visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por seus sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.

Para além da produção intelectual e solitária que toda a pesquisar científica requer, esta dissertação só pôde se concretizar mediante a experiência vivenciada no decorrer das disciplinas ofertadas pelo PRODEMA/UFS, bem como da participação em eventos acadêmicos e das contribuições teóricas obtidas junto ao Grupo de Pesquisa Filosofia & Natureza.

Ao longo das disciplinas¹⁰ tivemos a oportunidade de realizar leituras de referência para o nosso estudo, especialmente nos temas de: meio ambiente, crise ambiental, conflitos ambientais, crise de paradigma, ética ambiental, ecologia humana e mídia. Além de

¹⁰ Gostaríamos de destacar as seguintes disciplinas: “Desenvolvimento e Sustentabilidade no Brasil”, “Instrumental e técnica de pesquisa”, “Lógica e crítica da investigação científica”, “Sociedade, natureza e desenvolvimento: fundamentos”, “Ética, natureza e meio ambiente”, “Ecologia Humana” e “Mídia, memória ambiental e interdisciplinaridade”.

debatermos as ideias dos autores com colegas e professores. Dentre as principais obras estudadas e que contribuíram para esta dissertação estão: Henri Acselrad (Conflitos ambientais no Brasil), Anthony Giddens (As consequências da modernidade), John Hannigan (Sociologia ambiental), Thomas Kuhn (A estrutura das revoluções científicas), Enrique Leff (Epistemologia Ambiental), Boaventura de Sousa Santos (Um discurso sobre as ciências e Introdução a uma ciência pós-moderna), Catherine Larrère (Do bom uso da Natureza, Nature), Paul Ricoeur (Éthique), Jean-Jacques Rousseau (Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e Emílio) e Gustavo Cardoso (A mídia na sociedade em rede).

Participamos também, na qualidade de aluna ouvinte, da disciplina de “Estudos em Análise do Discurso”, oferecido pelo Programa de Pós-graduação em Letras da UFS, e ministrado pelas professoras Maria Emília de Rodat Aguiar Barreto Barros e Maria Leônia Garcia Costa Carvalho. As leituras e os debates realizados em sala de aula ou mesmo sugeridos pelas professoras foram fundamentais para uma melhor compreensão sobre os procedimentos que devem ser adotados durante nossas análises. Dentre as obras estudadas destacamos: Michel Foucault (A ordem do discurso, Vigiar e punir, As palavras e as coisas); Michel Pêcheux (Semântica e Discurso, O discurso); Dominique Maingueneau (Novas tendências em Análise do Discurso, Análise de textos de comunicação); Patrick Charaudeau (Discurso das mídias); e Eni Orlandi (Análise de Discurso: princípios e procedimentos).

Os resultados desses estudos foram apresentados em forma de Comunicações em diversos eventos acadêmicos, dos quais gostaríamos de enfatizar: o III Seminário Filosofia & Natureza, o XV Seminário Integrador do Prodema - Ambiente Urbano e Sustentabilidade, o 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental, o XIV Congresso Mundial da Água (World Water Congress) e o V Colóquio Nacional Rousseau.

Especial atenção para este último evento, pois além de submetermos os resultados preliminares de nossos estudos em Rousseau para um público especialista, ainda tivemos a felicidade de integramos à Organização de um evento desta magnitude¹¹. Nossa contribuição na organização deste evento se deu de várias formas: 1) Reuniões semanais da Comissão Organizadora para tratar do recebimento e aprovação das comunicações; questões referentes à inscrição; elaboração da programação, com formação de mesas temáticas e sessões de

¹¹ Participaram do V Colóquio Nacional Rousseau aproximadamente 200 pessoas de todas as regiões do país, além dos convidados internacionais. Ao todo, foram apresentados 112 trabalhos, entre conferências e comunicações.

comunicações; organização e aprovação do material de divulgação do evento; 2) Preparação dos resumos originais para a produção do Caderno de Resumos¹², e 3) Coordenação das Sessões de Comunicações: “Diálogos em Rousseau” e “Rousseau e a Filosofia”.

Tivemos ainda a oportunidade de ministrarmos o minicurso “Comunicação e Movimentos Sociais” junto aos alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia para Beneficiários da Reforma Agrária do Nordeste (PROPED) num período de quatro horas. Já na qualidade de ouvinte, participamos dos seguintes minicursos: “Ética e Educação Ambiental”, “Difusão da Normatização de Trabalhos Acadêmicos preconizada pela ABNT”, “A epistemologia da Ciência”.

No primeiro semestre de 2011, realizamos as atividades de Tirocínio Docente junto à turma de “Introdução à Filosofia”, do curso de graduação em Filosofia. Além de acompanharmos às aulas expositivas proferidas pelo orientador, também ministramos duas aulas nesta turma, nos dias de segunda-feira e quarta-feira, das 19h às 20h30. Os procedimentos adotados para a atividade foram: 1) O professor orientador preparava os planos de aula, com textos a serem trabalhados em atividades direcionadas aos alunos, que os recebiam com antecedência para uma leitura prévia. Além disso, o professor orientador determinava os objetivos a serem alcançados com o exercício; 2) A aula era ministrada, segundo o roteiro traçado pelo orientador; 3) O orientador se reunia com a orientanda, a fim de colher os resultados das aulas ministradas.

Por se tratar de uma disciplina ofertada logo no primeiro semestre do curso de Filosofia, a turma de “Introdução à Filosofia” pôde ser considerada como numerosa, com pouca formação na área, mas com muita motivação pelo conhecimento. As aulas contaram com a participação de aproximadamente 50 alunos, o que correspondia a um índice superior a 90% de presença. As aulas transcorreram normalmente, sem qualquer incidente de relevo, marcadas pela participação crítica e atenta dos alunos que após a leitura dos textos, realizaram trabalhos direcionados. Conforme a metodologia proposta pelo professor orientador, com base nas discussões ocorridas em sala de aula os alunos eram instados a apresentar suas opiniões sobre os textos lidos a partir de trabalhos escritos. Foram trabalhados textos extraídos do livro *Um convite à filosofia*, de Marilena Chauí, escolhidos pelo professor orientador, versando sobre a Filosofia Moderna, com ênfase nas teorias de Francis Bacon e René Descartes, seguindo para o liberalismo clássico, com ênfase na teoria de John Locke. Isto posto,

¹² ISBN: 978-85-60075-57-7

enfaticamente que a experiência do Tirocínio Docente foi bastante exitosa, pois o contato com o corpo discente permitiu ampliar o conhecimento pelo intercâmbio de idéias.

Por fim, destacamos que desde março de 2010 integramos o Grupo de Pesquisa Filosofia & Natureza (UFS/CNPq). Os encontros do grupo são semanais e no ano de 2010 direcionamos as leituras e discussões à obra *Do Cidadão*, de Thomas Hobbes. Já no ano de 2011, dedicamos nossas discussões à obra *Princípio Responsabilidade*, de Hans Jonas. Participar desse grupo de pesquisa tem se revelado uma atividade necessária à compreensão de quão importante é a pesquisas na atividade docente, bem como por podermos compartilhar e contribuir com os estudos realizados pelos demais integrantes do grupo.

Com o intuito de demonstrar a pesquisa realizada e o alcance de seus objetivos, esse estudo encontra-se dividido em seis capítulos, nos quais se fez uma abordagem do referencial teórico e dos dados analisados.

Na Introdução, que se refere ao capítulo primeiro, foram apresentados o tema e sua delimitação, como também a problemática investigada, os objetivos almejados com a investigação, as questões que nortearam a pesquisa e a metodologia em termos teóricos e práticos.

No segundo capítulo, *O homem e o rio: histórico do rio São Francisco e do uso de suas águas*, debruçar-nos-emos sobre a história deste que é considerado, desde a época do Império, como o “Rio da Integração Nacional” ou, ainda, como o “Rio da Unidade Nacional”. Tais denominações são utilizadas, desde então, para expressar a estratégica posição geográfica e econômica que o “Velho Chico” ostenta no caminho de interligação entre o sul e o norte do Brasil. Mas, para além dessa denotação político-econômica, nessas terras férteis também é possível encontrar a história de homens que, ao banharem-se nas águas do São Francisco, tiveram suas vidas transformadas na medida em que transformam o rio. É sobre essa relação do homem com o rio - política, econômica, cultural, social e ambiental – que iremos tratar.

No terceiro capítulo, *Ética ambiental e a relação do homem com a natureza*, analisaremos os conceitos de moral e ética no intuito de compreender a ética moderna, que aposta na técnica e na desnaturação do homem e a ética contemporânea, que considera a natureza como objeto de uma “preocupação moral”. Também discorreremos sobre o Princípio Responsabilidade, amplamente discutido na atualidade, assim como os princípios éticos mais proeminentes e que estão sendo propostos para o bom uso da água doce no Brasil, de modo particular, na região nordeste.

No quarto capítulo, Comunicação de Risco e da ética profissional, buscaremos entender, primeiramente, a comunicação, isto é, o ato de comunicar enquanto uma ação dialógica que vislumbra o entendimento mútuo sobre um determinado tema do “mundo da vida” e que traz como um de seus princípios a ético do discurso, segundo Habermas. Em seguida, trataremos do conceito e dimensão do risco, assim como da construção social do risco como fator que pode contribuir para as diferentes percepções de ameaça e, por conseguinte, alterar a probabilidade de exposição às condições de perigo. Para, finalmente, apresentaremos as etapas que compreendem o Processo de Gestão do Risco, segundo a Organização Internacional para a Padronização (ISO 31000:2009). Dentre elas, a Comunicação de Risco, enquanto instrumento de mediação de conflitos ambientais, uma vez que dá a oportunidade de gestores, imprensa e sociedade discutirem com maior sensibilidade e transparência os problemas socioambientais.

No quinto capítulo Comunicação dos riscos da transposição retomaremos as etapas propostas para a execução desta pesquisa. Apresentaremos a sistematização dos riscos e impactos socioambientais contidos no Relatório de Impactos Ambientais e analisaremos o discurso da imprensa sergipana sobre essa temática. Nossa intenção, neste momento final da pesquisa, é compreender a partir do “estudo dos sentidos” e do “mapeamento das vozes”, as transparências e opacidades existentes nas formações discursivas da imprensa sergipana sobre os riscos e impactos socioambientais da transposição.

Ancorada por princípios éticos, sejam eles de ordem ambiental ou profissional, esperamos que os resultados desta pesquisa que ora apresentamos como dissertação de Mestrado fortaleça os debates acadêmicos, de modo interdisciplinar, especialmente no que concerne às contribuições da Comunicação de Risco para uma discussão ética sobre o bom uso da água, seja no âmbito do rio São Francisco ou dos demais rios sergipanos. Esperemos ainda que a empregabilidade da Comunicação de Risco em projetos ambientais futuros possibilite transparência no acesso às informações ampliando o diálogo entre as partes envolvidas, além de uma efetiva participação pública nos processos decisórios.

2. O HOMEM E O RIO: HISTÓRICO DO RIO SÃO FRANCISCO E DO USO DE SUAS ÁGUAS

Nos mesmos rios entramos e não entramos,
somos e não somos.

HERÁCLITO

Integrante da Escola jônica¹³, Heráclito de Éfeso é designado como um cosmologista, pois tentava explicar a natureza da matéria a partir de um pensamento racional da realidade apreendida na experiência humana cotidiana e não mais por meio da tradição mítica proposta por seus antecessores.

Apesar de Tales de Mileto ser considerado na história da Filosofia como o pré-socrático que afirmou ser a água a origem de todas as coisas - a água seria a *physis*,¹⁴ que no vocabulário da época, abrangia tanto a acepção de fonte originária quanto a de processo de surgimento e de desenvolvimento, correspondendo perfeitamente a “gênese” - foi Heráclito quem trouxe a noção do fluxo universal em seus aforismos. “Tu não podes descer duas vezes o mesmo rio, porque novas águas correm sobre ti”¹⁵, ou ainda “tudo flui como um rio”¹⁶.

Para Heráclito, o todo é considerado como um grande fluxo perene no qual nada permanece a mesma coisa, pois tudo se transforma e está em contínua mutação. Por isso, Heráclito identifica a forma do Ser no Devir pelo qual todas as coisas são sujeitas ao tempo e à sua relativa transformação. O pré-socrático sustenta ainda que só a mudança e o movimento são reais, e que a identidade das coisas iguais a si mesmas é ilusória. Assim, o *panta rei* (tudo flui) é uma consequência de *polemos* (guerra, conflito), que reina sobre tudo. Em

¹³ Escola da filosofia grega centrada na cidade de Mileto, na Jônia, nos séculos VI e V a.C., onde surgiram as primeiras concepções científicas e filosóficas da cultura ocidental.

¹⁴ Cf. BORNHEIM (1998, pp 12-14), a palavra *physis* indica três aspectos fundamentais: 1) aquilo que por si só brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento. Trata-se, portanto, que nada tem a ver com estático e que se caracteriza por sua dinamicidade profunda; 2) o psíquico, que pode ser melhor compreendido a partir da gênese mitológica grega; 3) compreende a totalidade de tudo o que é. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece, na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento dos animais e do homem. Contudo, neste ponto convém chamar a atenção para um desvio que facilmente incorre o homem contemporâneo: julgar a *physis* como se os pré-socráticos a compreendessem a partir daquilo que nós hoje entendemos por natureza. Para os pré-socráticos, a *physis* compreende a totalidade daquilo que é; além dela nada há que possa merecer a investigação humana. Assim, “pensando a *physis*, o filósofo pré-socrático pensa o ser; e a partir da *physis* pode então aceder a uma compreensão da totalidade do real”.

¹⁵ Cf. Os Pensadores, vol. Pré-socráticos (1996, p. 25).

¹⁶ Cf. LAËRTIOS, 1977, p. 253

consequência, Heráclito de Éfeso não apenas é o filósofo do "tudo flui", mas do tudo flui enquanto resultado da tensão contínua entre os opostos.

É com base nas ideias heraclitianas de “permanente transformação” e da “unidade dos opostos” que vamos estruturar nosso primeiro capítulo, no intuito de mostrar que essa relação histórica do homem com o rio têm provocado transformações, tanto no ambiente físico/natural quanto no ambiente sociocultural, em virtude de haver uma tensão contínua entre os opostos homem/natureza¹⁷. Sob essa perspectiva, portanto, é possível compreender não só a história de homens e mulheres que, ao banharem-se nas águas do São Francisco tiveram suas vidas transformadas na medida em que transformam o rio, como também a importância do São Francisco - considerado desde a época do Império como o “Rio da Integração Nacional” ou, ainda, como o “Rio da Unidade Nacional”¹⁸ -, devido sua estratégica posição geográfica e econômica no caminho de interligação entre o Sul e o Norte do Brasil.

Neste capítulo ofereceremos uma breve análise histórica sobre o processo de povoamento do Vale do São Francisco e das peculiaridades específicas da cultura sertaneja, predominante na extensão do leito do rio. Além de tratarmos das intervenções que o rio vem sofrendo desde as primeiras expedições realizadas na época do Império até da dependência econômica da região para a produção de geração de energia hidrelétrica e a irrigação de áreas agricultáveis. Por fim, introduziremos a ideia do conflito entre revitalização e transposição do rio.

2.1 O PROCESSO DE POVOAMENTO

A história do São Francisco¹⁹ é tão antiga quanto esta terra chamada Brasil. Ela pode ser contada de forma oral, por intermédio das nações indígenas que habitaram suas margens, ou das comunidades tradicionais ribeirinhas que ainda o habitam. “Opará! Assim o

¹⁷ Haja vista que o homem desnaturalizado passa a agir enquanto um ser fora da natureza e não mais integrado a ela. Essa ideia de desnaturação do homem é tratada por Rousseau, no século XVIII, e será objeto de nossa análise no 3º capítulo da dissertação, sob o título *Ética ambiental e da relação do homem com a natureza*.

¹⁸ Sobre essa denominação escreve Rocha (2004, p. 42), “João Ribeiro, Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardos, analisando os fenômenos da nossa história, chegaram à conclusão de que devemos a nossa unidade quase que exclusivamente ao fator geográfico resultante da existência do grande curso d’água navegável que une partes longínquas do país, em plena hinterlândia brasileira”.

¹⁹ O nome São Francisco foi dado por seu descobridor, João da Nova, que ao chegar em sua foz, no dia 04 de outubro de 1501, dedicou o acontecimento ao Santo do dia, São Francisco Borja, conforme VARGAS, 1999.

chamaram, encantados que estavam com sua imensidão. Opará! Rio-Mar!” (BRASIL, 2005, p.23). Esse mesmo rio também pode ter sua história repassada às futuras gerações por meio da historiografia oficial. Nela aprendemos que desde 1501, quando a caravela em que viajava Américo Vespúcio se deparou com o formoso estuário do rio São Francisco, que “as riquezas sem número desta vasta região atraíram a atenção dos viajantes e a cobiça dos homens, sempre à cata de oportunidade de enriquecer” (ROCHA, 2004, p. 40).

Num primeiro momento, o rio São Francisco serviu como uma espécie de guia para os colonizadores portugueses, sobretudo Garcia D’Ávila e Antônio Guedes de Brito²⁰, que desbravaram o interior do Brasil espalhando seus currais²¹ pelas margens do São Francisco, em fins do século XVI e por todo o século XVII.

Penetrando pelo vale do São Francisco, do norte para o sul, em direção oposta à corrente, ele (Garcia D’Ávila) escolheu pontos apropriados, construindo currais primitivos, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equinos, lançando assim a semente da maior e mais notável das riquezas nacionais (ROCHA, 2004, p. 42, GRIFO NOSSO).

Na fase açucareira do Brasil Colônia²², era o gado originário do vale do São Francisco que abastecia de carne a população lavradora do litoral, ativava os engenhos e transportava a matéria-prima em pesadas carroças para as proximidades das moendas. Isso porque, conforme explica Celso Furtado, em *A formação econômica do Brasil*, a expansão da economia açucareira logo evidenciou a impraticabilidade de criar gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar.

Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas – a açucareira e a criatória – que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina (FURTADO, 1963, p. 72 GRIFO NOSSO).

Esse papel de coadjuvante na economia regional devia-se, sobretudo, aos aspectos determinantes do meio físico do vale do São Francisco. Alguns fatores naturais, segundo

²⁰ Personagens da História do Brasil que foram tidos como precursores de nossos bandeirantes por integrarem as grandes sesmarias, segundo Rocha (2004, p. 41).

²¹ Cf. Vargas (1999, p. 34), o baixo São Francisco povoou-se através da pecuária como atividade de apoio, inserida no ciclo da economia canavieira do Brasil Colônia, ao ponto de ser cognominado *rio dos currais*.

²² Segundo ANDRADE (1984, p. 44), a concentração populacional nos pontos do litoral onde se desenvolvia a cultura da cana-de-açúcar criou a necessidade de conquista das áreas do interior onde os índios foram dominados, desenvolveu-se a pecuária. Essa interiorização, por conseguinte, impedia os ataques dos nativos aos estabelecimentos portugueses e se produzia animais de tração, de carne e couro para o estabelecimento dos engenhos açucareiros.

Maria Augusta Mundim Vargas, em *Desenvolvimento Regional em Questão*, serviram de barreira no avanço da ocupação das terras interiores para a cultura da cana-de-açúcar, a exemplo dos rigores climáticos dos sertões nordestinos e das inadequadas condições de solo e umidade. Por outro lado, esses mesmos fatores naturais fizeram com que a caatinga oferecesse, desde o início do ciclo canavieiro, condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária.

Ela desenvolveu-se numa posição de retaguarda em relação aos canaviais e sempre, seguindo o curso d'água. Entretanto, mesmo tratando-se de atividade de extensão, é importante que se frise, a pecuária não apresentava o mesmo dinamismo da economia canavieira (VARGAS, 1999, p. 48).

Com a descoberta do ouro e o início da mineração, no século XVIII, desenvolveu-se o povoamento das Minas Gerais, no alto curso do São Francisco. Naquela época, o vale do São Francisco já se encontrava repleto de gado e com várias vilas e aldeamentos que ajudavam no abastecimento de cereais no garimpo. O rio São Francisco, afirma Rocha (2004, p. 50), foi o celeiro das minas entre os séculos XVII e XVIII. Já no século XIX, com as descobertas das minas de ouro em Assuruá, Gentio, Santo Inácio, e de diamantes, em Lençóis, “as turmas de trabalhadores do São Francisco se revezavam em tais empreendimentos, e as boiadas e tropas conduzindo peixe seco, farinha e cereais, alimentavam as atividades naqueles rincões”. Mais do que um caminho de abastecimento, o rio constituiu-se num eixo de comunicação interior entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil, reforçando a ideia de integração ou unidade nacional.

A importância desta região para o fortalecimento da pecuária no interior do Brasil também é descrita pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire no século XIX, no livro *Viagem às nascentes do rio São Francisco*²³. De acordo com Saint-Hilaire (2004, p. 121), “as pastagens naturais [...] tornam essas terras tão favoráveis à criação de gado quanto à agricultura”. Com a chegada de D. João VI ao Brasil, além do gado começou-se a criar também rebanhos de carneiros em fazendas próximas a Serra da Canastra, onde está localizada a nascente do rio São Francisco. Antes da vinda da Corte Portuguesa “ninguém jamais tinha pensado em criar ovelhas na região, mas a predileção dos europeus pela carne desses animais e o alto preço que se dispunham a pagar por ela incentivaram os criadores”.

²³ De acordo com o prefácio escrito por Mário Guimarães Ferri, esta publicação refere-se ao relatório de viagem de Saint-Hilaire - iniciado em 26 de janeiro de 1819, na Baía do Rio de Janeiro rumo à Goiás -, publicado originalmente em francês, em 1847, em Paris. O livro contém 401 notas de rodapé elaboradas por Saint-Hilaire, com inúmeras informações bibliográficas, além de descrições detalhadas dos lugares por onde passou, a exemplo de um típico diário de campo.

Os cultivos dos produtos básicos da agricultura, como o milho, a mandioca e o feijão também estiveram presente nas margens do rio São Francisco, desde o início de seu povoamento. Enquanto prática herdada dos índios, explica Andrade (1989), configuravam-se no início como pequenas roças de sustentação das primeiras fazendas de gado e de pequenos proprietários²⁴. Por essas terras também foram cultivados algodão e arroz²⁵, que embora não tenham sido desenvolvidos como produto de subsistência apresentam um sistema de produção baseado no arrendamento e na meação. Ambos tiveram seus momentos áureos, mas devido às intempéries da natureza e de circunstâncias políticas foram sucumbindo.

2.2 BRAVA GENTE RIBEIRINHA

O povo ribeirinho do São Francisco, enfatiza Darcy Ribeiro em seu célebre livro *O povo brasileiro*, pode ser caracterizado por uma peculiaridade específica que o autor denomina de subcultura: a sertaneja. Esta subcultura é marcada por sua especialização ao trato pastoril e por sua dispersão espacial, bem como por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder, na vestimenta típica, na culinária, na visão de mundo e na religiosidade.

Produto do entrosamento de índios, lusos e negros, o sertanejo são-franciscano é para Rocha (2004, p. 55), “[...] a perfeita encarnação do tipo bandeirante rijo, que lutou contra a natureza, devassou os sertões ínvios, dominou o selvagem [...] criador de gado e plantador de roças para auxiliar a natureza a garantir-lhes a subsistência”. Essa facilidade de adaptação ao meio garantiu ao sertanejo qualidades apreciáveis ao homem: sobriedade, coragem, audácia e inteligência, além de qualidades morais características das formações pastoris por todo o mundo, a exemplo do culto a honra pessoal, o brio e a fidelidade. Eis o são-franciscano, descreve o engenheiro sertanejo:

Tenaz, sóbrio, resistente, habituado a lutar contra a natureza, afrontando as secas ou as inundações; vencendo caatingas ressequidas para salvar os seus rebanhos,

²⁴ Cf. TEIXEIRA DA SILVA *apud* VARGAS, 1999, p. 68, embora a designação pequenos proprietários tenha surgido somente após a imigração de europeus para o sul do país, no início do século XIX, fazendo com que muitos historiadores considerassem seu surgimento a partir desta data, referido historiador levanta esta questão para o Baixo São Francisco Sergipano, em seu livro *O problema da terra no sertão do São Francisco*, pois muitos dos posseiros se apropriaram das terras na arrancada do processo de pecuarização verificado no século XIX.

²⁵ Para maiores informações sobre essas culturas ver VARGAS, 1999.

constituindo assim uma raça forte, que alimentada pelo solo calcário, por hábitos ictiofágicos e por um sol vivificante, revela qualidades de energia e inteligência raramente encontrada em outras regiões (ROCHA, 2004, p. 61).

Devido à distância com a região litorânea, o homem sertanejo vivia isolado em seu mundo árido e não podia exportar as sobras da sua produção por causa da precariedade dos transportes. Não podendo exportar também não podia contar com recursos para importar africanos. Mais do que isso, os poucos escravos que ali viviam, em decorrência dos primeiros currais instalados pelos colonizadores, acabavam sendo vendidos para os canavieiros do litoral, uma vez que a atividade pastoril demandava poucos braços para o trabalho. Na contramão desse processo migratório, estavam os descendentes dos africanos que ao fugir do litoral em busca de liberdade se aventuravam para além dos limites das capitanias e adentravam o Sertão²⁶, território até então ocupado pelo indígena e, por isso, considerado “livre”, do ponto de vista dos colonizadores. Naquela ocasião, o Sertão consolidou-se como o lócus da liberdade para os que fugiam do quadro rígido instaurado pela economia canavieira.

A dificuldade de enriquecimento rápido, contudo, afastou do Sertão nordestino as correntes migratórias estrangeiras, haja vista que os africanos eram encaminhados para os engenhos do litoral, enquanto os europeus foram direcionados, num primeiro momento, para os cafezais do sudeste e, num segundo momento, para as novas colônias no sul do Brasil. Arelado a dificuldade de enriquecimento, somava-se ainda a rusticidade do meio e as inclemências da natureza que acabaram por afastar do sertão os europeus, “cujo organismo não pode prescindir de condições de conforto incompatíveis com os recursos econômicos da região” (ROCHA, 2004, p. 56).

As enormes distâncias entre os núcleos humanos no sertão contribuíram ainda para que os sertanejos criassem uma forma peculiar de sociabilidade²⁷. “A necessidade de recuperar e apartar o gado alçado nos campos ensejava formas de cooperação como as vaquejadas, que se tornaram prélios de habilidade entre os vaqueiros, acabando, às vezes, por transformar-se em festas regionais” (RIBEIRO, 2006, p. 310). Nestas festas - centralizadas nas capelas dos vilarejos e, na maioria das vezes, seguindo o calendário religioso – cultuam-se os santos padroeiros.

²⁶ *Sertão* é o interior, como escreviam João de Barros, Damião de Góis, Fernão Mendes Pinto, o Padre Antônio Vieira, o escrivão Pero Vaz de Caminha, na linha das pesquisas de Câmara Cascudo. Para este, ainda se discute a origem da palavra, tendo surgido mesmo “a idéia de forma contrata de deserto.” Sertão seria, pois, a corruptela de deserto. (Cascudo, 1988, p. 710)

²⁷ Essa sociabilidade sertaneja contrasta em sua postura e em sua mentalidade fatalista e conservadora com as populações litorâneas, que gozam de intenso convívio social e se mantêm em comunicação com o mundo, de acordo com Ribeiro (2006, p. 320).

O vaqueiro, figura obrigatória no cenário sertanejo, despe a armadura de couro para se proteger dos espinhos e, a cavalo, auxilia a montada para transpor longas distâncias. Ele não conhece o perigo. Trabalha apenas por amor ao gado, que confiado à sua guarda, merece todos os sacrifícios. Sua recompensa, como esclarece Rocha (2004), é o prestígio que circula entre os vaqueiros e a emoção das vaquejadas:

A vida do vaqueiro nordestino é talvez a mais árdua a suportar pelo homem nos nossos dias. Alimentando-se frugalmente com o produto de uma lavoura rudimentar feita pela mulher e pelos filhos, ou pelo chefe da casa nas horas de raro lazer, a recompensa do vaqueiro é o renome que granjeia entre seus pares ou o prazer que lhe proporcionam as emoções da vaquejada. É preciso ter sangue de mameluco, para experimentar tais sensações. (ROCHA, 2004, p. 66).

Mais tarde, com o aumento da população, associado à demografia explosiva da pobreza, as zonas pastoris transformaram-se, segundo afirma Ribeiro (2006), num “criatório de gente”, dos quais saíam os contingentes de mão-de-obra requeridos pelas demais regiões do país²⁸. Mas, sobretudo, pelo “capital industrial que deslanchava no Sul, a partir do início do século XX, e pela política de ocupação de espaços territoriais nacionais vazios” (BRASIL, 2005, p. 16).

Separados por séculos, os dois movimentos demográficos expostos – de povoamento e de êxodo rural - caminharam em sentidos opostos. No século XVI, quando o interior do Brasil ainda era um espaço inóspito, prevaleceu o movimento de imigração, de ocupação da terra e a descoberta de seus recursos e suas potencialidades. No século XX, com o estímulo a urbanização, predominou o movimento de emigração, do abandono, em busca de novas oportunidades em terras sulistas. Atualmente, interessa descobrir e assentar propostas de desenvolvimento para uma população que, cada vez mais, busca adequar-se às condições encontradas no Nordeste Semiárido²⁹, possibilitando assim uma “convivência com a semiáridez”³⁰.

²⁸ Cf. Ribeiro (2006, p. 313) “assim, formaram-se os grupos pioneiros que penetraram na floresta amazônica a fim de explorar a seringueira nativa e outras gomíferas. Assim ocorreu para a abertura de novas frentes agrícolas no Sul. Assim, também, para engrossar as populações urbanas, sempre que um surto de construção civil ou de industrialização exigia massas de mão-de-obra não qualificada”.

²⁹ Cf. BRASIL (2005, p. 13), a região semiárida do Nordeste tem passado por distintas delimitações, prevalecendo às estabelecidas pelo governo federal, com base na ocorrência de crises climáticas e na necessidade e oportunidade de apoiar novos processos de desenvolvimento. Seu clima, “caracteriza-se basicamente pelo regime e quantidade de chuvas, definido pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações pluviométricas”.

³⁰ Idem (2005, p. 28), a expressão “convivência com a semiáridez” representa a busca de uma percepção que rejeitava a luta “contra” as secas em favor das oportunidades e potencialidades disponíveis no semiárido.

2.3 CONHECENDO PARA TRANSFORMAR

Desde o Primeiro Império, verifica-se uma preocupação governamental com a regularização do regime do rio e com o desenvolvimento de um sistema de navegação fluvial de expressão regional. Em meados do século XIX, Emanuel Liais, engenheiro francês, foi contratado pelo imperador para estudar a bacia do São Francisco - desde as nascentes até Pirapora, observando inclusive o curso do rio das Velhas até Guaicuí - e as possibilidades do desenvolvimento da navegação. O resultado de sua expedição pelo interior do Brasil resultou na publicação do *Hidrografia do Alto São Francisco e Rio das Velhas*³¹, em 1865, Paris. No mesmo período, o engenheiro alemão, Henrique Guilherme Fernando Halfeld, foi contratado pelo Governo Imperial para efetuar estudos semelhantes do São Francisco, no trecho que compreende a cachoeira de Pirapora até a sua foz, no oceano Atlântico, nos anos de 1852 a 1854. Seus estudos também lhe renderam uma obra, intitulada *Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlantico*³², publicado em 1860.

Não satisfeito com os estudos contratados, o imperador em pessoa pôde a se aventurar pelos sertões do Brasil a fim de conhecer a grandeza do São Francisco. Em 1859, durante sua passagem pelo Baixo São Francisco, no sertão da Bahia, D. Pedro II ficou admirado com a cachoeira de Paulo Afonso e comentou: “Tentar descrevê-la em poucas páginas é impossível, e sinto que o tempo só me permite tirar esboços muito imperfeitos”³³.

³¹ O livro, publicado pela Livraria Garnier, contou com a colaboração dos engenheiros brasileiros Eduardo José de Moraes e Ladislau de Sousa Melo Neto, de acordo com Rocha (2006, p. 228).

³² Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlantico* : levantado por Ordem do Governo de S. M. I. O Senhor Dom Pedro II / pelo engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853 e 1854, e mandado litographar na lithographia Imperial de Eduardo Rensburg. Rio de Janeiro : [Typ. Moderna de Georges Bertrand], 1860. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185636>. Acesso em: 15 set 2011. Conforme nota de Blake, Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. v. 3, p. 223-225 “esta obra foi enviada a diversos paizes da Europa. Contem este trabalho, além do relatório, o seguinte: trinta grandes folhas em que vem traçado o curso do rio S. Francisco na escala de 1:71.250; A planta da Cachoeira do Sobradinho, que passa pelo logar denominado Caixão no braço septentrional do rio S. Francisco; A planta especial da barra do dito rio; A planta geral do dito rio na escala de 1:712.500; O perfil longitudinal do curso deste rio desde a Cachoeira de pirapora até o Oceano atlantico; A planta da Cachoeira de Paulo Affonso, escala de 1:3.300; A planta do rio Grande desde a villa de Campo-largo até sua confluencia com o rio S. Francisco, fronteiro á Villa da Barra do rio Grande, na província da Bahia, escala de 1:71.250, e duas vistas da cachoeira de Paulo Affonso.” Ainda segundo Rocha (2006, p. 243), a obra de Halfeld continha três volumes, sendo o primeiro um relatório descritivo, o segundo o perfil longitudinal, e o terceiro cartas topográficas.

³³ Dom Pedro II. *Diário da viagem ao norte do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, Col. De Estudos Brasileiros, nº 24, 1959, p.126 *apud* BRASIL (2005, p. 25).

Apesar do crescente interesse, as estruturas administrativas do Império (1822-89) e da Primeira República (1889-1930) não permitiram, porém, que o nível de intervenção do estado fosse muito elevado. Desta maneira, “as populações que viviam na área limitavam-se a aproveitar as condições e os recursos naturais de acordo com as suas disponibilidades de capital e de técnica” (ANDRADE, 1989, p. 44-45).

Coube, entretanto, a figura de Delmiro Gouveia o pioneirismo de iniciar o processo de aproveitamento das águas do rio São Francisco, no início do século XX, para a formação do primeiro pólo industrial do Nordeste brasileiro, junto com a implantação da primeira indústria têxtil no sertão alagoano³⁴, conforme verificamos neste trecho:

Delmiro vislumbrou a possibilidade de aproveitar uma pequenina parcela da força colossal de Paulo Afonso, transformando-a em energia útil para melhorar a sorte do seu povo [...] nasceram assim, as instalações da Pedra. Um canal desviando uma parcela das águas do rio iniciou o serviço de irrigação, e as terras umedecidas pelas águas produziram algodão, de qualidade excelente, para fiar e tecer (ROCHA, 2004, p. 100).

Entre as décadas de 1930 e 1940, o país passou por importantes transformações políticas e administrativas que permitiram uma espécie de interiorização do desenvolvimento, com especial atenção para as regiões do Sul e do Nordeste do país. Assim, enquanto a Revolução de 1930³⁵ possibilitou algumas transformações às estruturas administrativas do país, sobretudo, estimulando uma maior intervenção do Estado na produção e na programação

³⁴ A partir de 1912 iniciou-se a construção da fábrica de linhas e da Vila Operária da Pedra, com mais de 200 casas de alvenaria. Em 26 de janeiro de 1913 inaugurou-se a primeira hidroelétrica do Brasil com potência de 1.500 HP na queda de Angiquinho. Em 05 de junho de 1914, dia em que comemorava mais um aniversário do seu fundador, começou a funcionar a *Cia. Agro Fabril Mercantil*, na distante Vila da Pedra, hoje município de Delmiro Gouveia. Com a implantação desta fábrica, o lugarejo inabitado da Pedra, prosperou, ganhou posto telegráfico, estradas e os primeiros automóveis. No primeiro ano de funcionamento a fábrica empregava mais de 800 operários (homens e mulheres) produzindo diariamente mais de dois mil carretéis de linhas para costura, rendas e bordados. Em 1916, a fábrica intensificou a sua produção – produzia cerca de 500 000 carretéis de linha por dia - passando a exportar para a Argentina, Chile, Peru e outros da América do Sul. Por motivos políticos e questões de terras, Delmiro Gouveia entrou em conflito com vários coronéis da região, o que provavelmente, segundo a maioria dos historiadores, ocasionou seu misterioso assassinato à bala, em 10 de outubro de 1917, conforme LAGE, 1981.

³⁵ Descontentes com a economia do país, a falta de emprego e as decisões políticas impostas pelo então governo de Washington Luís, surge no início de 1929 uma cisão entre o governo e as elites de outros grandes estados. Neste mesmo ano, em oposição à candidatura de Júlio Prestes (SP), Getúlio Vargas (RS) lança sua candidatura a presidência e João Pessoa (PB) à vice-presidência, formando assim a Aliança Liberal, cujo programa refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café, bem como propunha medidas de proteção aos trabalhadores. A Revolução de 1930 encerrou, assim, a política do *Café com Leite* - instaurada desde o início da Primeira República, quando fazendeiros dos cafezais de São Paulo e produtores de leite de Minas Gerais se revezavam no poder - propondo a ideia de uma unidade nacional, conforme FAUSTO (2004, p.319-328).

econômica do Brasil. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)³⁶, por outro lado, deu maior poder de barganha ao governo brasileiro para obter recursos necessários à implantação de indústrias. Encerrada a guerra, o Brasil voltou a passar por novas transformações, desta vez no âmbito da política interna, dando origem à Constituição de 1946.

A Constituição, inspirada na experiência norte-americana do Vale do Tennessee, estabeleceu que 3% da renda nacional seriam aplicados na recuperação do Vale do Amazonas e 1% seria aplicado na recuperação do Vale do São Francisco. Previa ainda a criação de uma Comissão com a finalidade de promover o desenvolvimento deste vale, atacando uma série de pontos básicos, como a utilização de suas cachoeiras para a produção de energia elétrica, a regularização do seu regime, visando desenvolver a navegação fluvial, o combate às endemias e às epidemias de grande incidência na área, a melhoria e a racionalização dos padrões dominantes na pecuária, o desenvolvimento da agricultura irrigada e programas que educassem a população, através da criação de escolas e de hospitais, assim como de campanhas de educação popular (ANDRADE, 1989, p. 45).

Em cumprimento à Constituição são criadas, em 1948, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)³⁷ e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). A primeira ficou encarregada dos estudos de viabilidade e geração de energia, enquanto a segunda, de promover o desenvolvimento da bacia.

Dois anos depois de sua criação, em 1950, a CVSF apresenta o seu primeiro Plano Geral para o Aproveitamento do Vale do São Francisco, onde afirma haver no vale um potencial ao desenvolvimento do transporte, da irrigação, geração de energia, fornecimento d'água, entre outras viabilidades. Mas, “apesar da elaboração do plano geral, a CVSF foi atuante apenas em termos de realizações de obras pulverizadas”, pois “somente após a criação da SUDENE, em 1959, que a CVSF conseguiu alcançar um certo respaldo políticos para as suas ações” (VARGAS, 1999, p. 91).

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada para implementar ações de curto e médio prazo no intuito de que tais ações efetivamente deslanchassem o desenvolvimento regional. Contudo, a proposta de transformação do Nordeste não foi bem recebida por parte dos grupos dominantes da própria região, chocando-se com a rigidez estrutural. “Em virtude disso, é imposto à SUDENE, um redirecionamento de sua proposta inicial que propunha a criação de pólos industriais ancorados na exploração dos

³⁶ Idem, 2004, p. 389-393.

³⁷ A CHESF é criada através do Decreto de Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945. Porém, somente em 15 de março de 1948, com a realização da primeira Assembléia de Acionistas que é formalmente iniciada as atividades da Companhia. O ano também foi marcado pelo começo da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso I, primeira grande usina da CHESF construída no rio São Francisco.

recursos regionais” (VARGAS, 2006, p. 93). O mesmo ocorreu com o espaço agropecuário e, ao invés de diversificação da produção iniciou-se a fase de incentivo à especialização.

Passados quase 20 anos da promulgação da Constituição de 1946, a CVSF ainda não havia conseguido executar o seu Plano Geral para o Aproveitamento do Vale do São Francisco. Em contrapartida, a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), criada em 1967 para substituir a CVSF, passa a atuar na execução de planos diretores, sempre sintonizada com as diretrizes da SUDENE, qual seja, identificar e quantificar as potencialidades da bacia, sobretudo no que se refere à irrigação, com o propósito de eliminar a baixa produtividade do setor agrícola na região. Assim, em 1974, a SUVALE entrega o Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, com sugestões e propostas consoantes aos programas federais.

Ela deixou como legado, planos diretores de desenvolvimento integrado de algumas destas áreas prioritárias, inúmeros estudos de viabilidade que ressaltavam as potencialidades e aptidões destas e outras áreas e, ainda projeto de barragens e hidrovias” (VARGAS, 2006, p. 96).

Entretanto, como a proposta apresentada vislumbrava a criação de áreas-programas, o Governo Federal optou por extinguir a SUVALE e criar a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), enquanto empresa pública de direito privado, conforme a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974. Com a criação da CODEVASF, inicia-se um processo de investimento maciço em irrigação no Vale do São Francisco, enquanto medida estratégica de desenvolvimento do governo brasileiro, no sentido de minimizar os problemas de “*pobreza e fadiga rural*”³⁸ associados à seca.

A empresa é criada com metas e áreas de atuação bem definidas: a promoção de mudanças sócio-econômicas do setor primário das áreas-programa delimitadas que, estrategicamente, funcionariam como difusoras do desenvolvimento para toda a bacia do São Francisco. Das dez áreas-programa (AP) selecionadas para a atuação da CODEVASF, nove já haviam sido levantadas pela SUVALE o que facilitou o início da sua atuação:

Perfazendo um total de 103 404 Km², 4 situam-se no Estado de Minas Gerais, abrangendo 54 165 km², 3 na Bahia com 26 300 Km², 1 entre Pernambuco e Bahia com 10 000 Km² e, finalmente, 2 entre Sergipe e Alagoas com 12 939 Km². Todas

³⁸ A meta estabelecida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para a CODEVASF foi de irrigar 112.000 há em 17 projetos que somados aos 100.000 há de responsabilidade do DNOCS, gerariam 115.000 empregos até 1980, segundo GEIDA *apud* VARGAS, 1999, p. 97.

estas AP's apresentaram-se aptas ao investimento imediato por serem potenciais, inclusive, de retorno do investimento (VARGAS, 1999, p. 99).

A CODEVASF inicia assim, a concretização de ações que viriam a caracterizá-la, sobretudo no Baixo São Francisco, como promotora de projetos de colonização em perímetros irrigados e executora de diques às margens do rio³⁹. Entretanto, vale salientar que apesar de haver um esforço em democratizar o uso das águas do São Francisco, atualmente o principal potencial econômico do rio passou a ser a produção de energia, gerenciada pela CHESF. Essa atividade, contudo, é o que mais tem afetado o seu baixo curso, “não só pela necessidade de construção de barragens e formação de grandes reservatórios, mas também pela sua forma de operação, resultando em alterações do padrão e características dos fluxos efluentes das usinas hidrelétricas” (FONTES, 2011, p. 39).

2.4 DA GEOGRAFIA À ECONOMIA

Desde as suas nascentes, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, a bacia do rio São Francisco (FIGURA 2.1) percorre aproximadamente 2.800 km. Ao longo desse percurso, que banha seis Estados (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas) mais o Distrito Federal, o rio se divide em quatro trechos: o Alto São Francisco, que vai de suas cabeceiras até Pirapora, em Minas Gerais; o Médio São Francisco, de Pirapora onde começa o trecho navegável até Remanso, na Bahia; o Submédio São Francisco, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até sua foz, localizada entre os estados de Sergipe e Alagoas.

Segundo dados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), cerca de 16 milhões de pessoas habitam a Bacia do São Francisco que abrange 504 de municípios - ou 9,5% do total de municípios do país -, sendo 101 destes municípios localizados na calha do rio. Desse total, 48,2% estão na Bahia, 36,8% em Minas Gerais,

³⁹ Para maiores informações sobre o histórico de atuação da CODEVASF no Baixo São Francisco Sergipano e seus impactos no rio e nas comunidades ribeirinhas, ver Vargas (2006).

10,9% em Pernambuco, 2,2% em Alagoas, 1,2% em Sergipe, 0,5% em Goiás e 0,2% no Distrito Federal.

O Velho Chico – como carinhosamente também é chamado - recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes e 69 intermitentes⁴⁰. Noventa estão na sua margem direita e 78 na esquerda. Embora o maior volume de água do rio seja ofertado pelos cerrados do Brasil Central e pelo Estado de Minas Gerais, é a represa de Sobradinho⁴¹ que garante a regularidade de vazão do São Francisco, mesmo durante a estação seca (de maio a outubro). Essa barragem foi planejada para garantir o fluxo de água regular e contínuo à geração de energia elétrica que, operada pela CHESF, integra um complexo de hidrelétricas (QUADRO 2.1), sendo as principais: Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó, Sobradinho e Xingó. Contudo,

QUADRO 2.1
COMPLEXO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO SÃO FRANCISCO

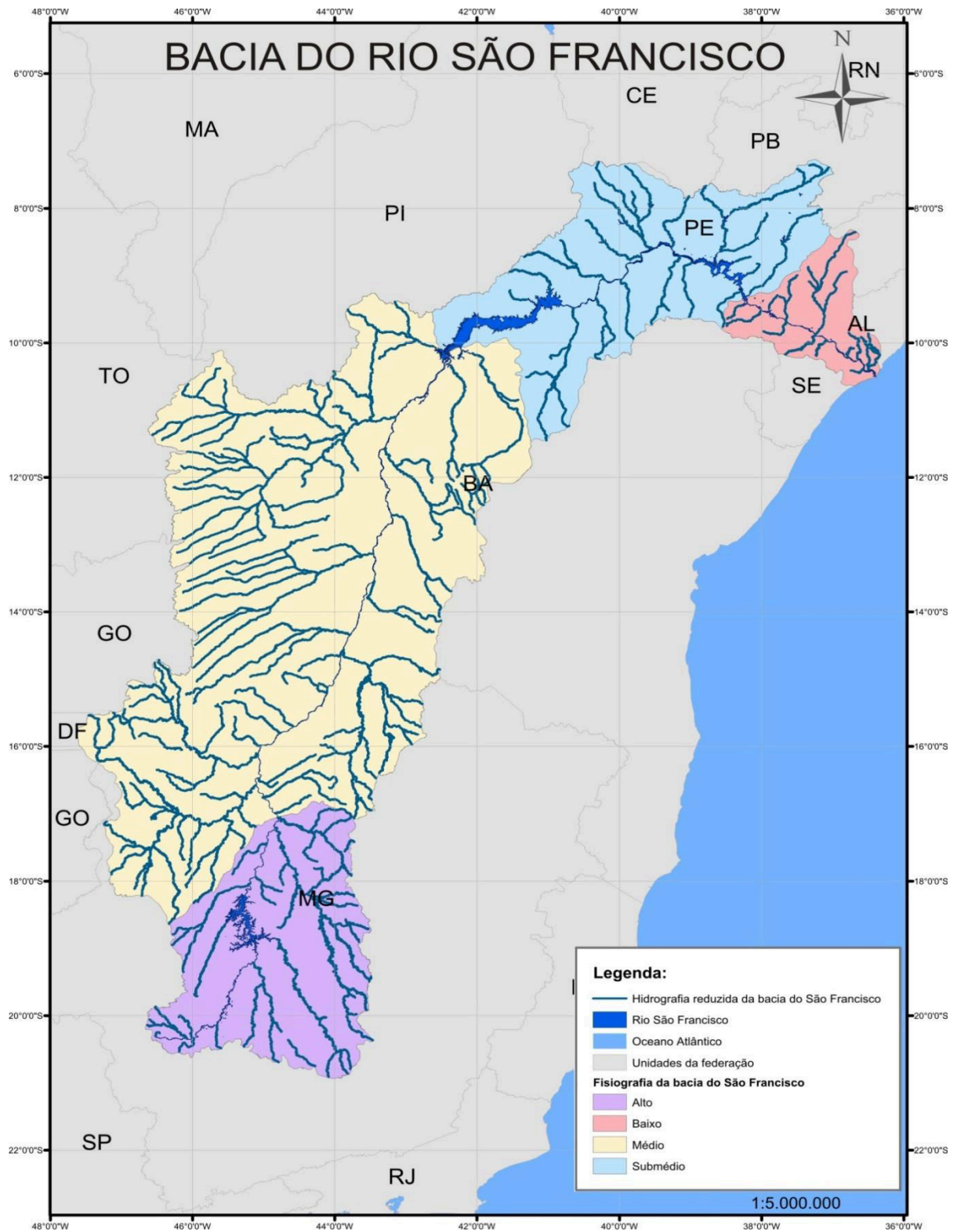
USINA HIDRELÉTRICA	INÍCIO DE OPERAÇÃO	POTÊNCIA (MW)	EMPRESA
Paulo Afonso Piloto			Chesf
Paulo Afonso I	1955	180	Chesf
Três Marias	1963	396	Chesf
Paulo Afonso II	1965	445	Chesf
Paulo Afonso III	1968	800	Chesf
Apolonio Sales/ Moxotó	1978	400	Chesf
Sobradinho	1978	1.050	Chesf
Paulo Afonso IV	1980	2.460	Chesf
Itaparica	1988	1.500	Chesf
Xingó	1994	3.000	Chesf
Pão de Açúcar (a construir)	2015 (previsão)	300	Chesf

Ordem cronológica da entrada em operação das Usinas Hidrelétricas construídas ao longo do rio São Francisco
FONTE: FONTES, 2011.

⁴⁰ *Rio perene* é aquele em que há sempre água fluindo em seu leito, em contraste com os *rios intermitentes*, nos quais a água desaparece nos períodos de estiagem. A maioria dos rios no planeta é perene, e os temporários estão em zonas de clima árido e semi-árido, como nos desertos do Sahara e australiano ou no sertão nordestino do Brasil (CLARKE & KING, 2005).

⁴¹ Sobradinho constitui-se em um marco na história hidrológica e sedimentológica do São Francisco, representando uma das mais significativas intervenções e controle do homem nessas condições. “Sob esse enfoque, é possível considerar Sobradinho como uma segunda ‘nascente’ (artificial, neste caso) do São Francisco, na qual as vazões são controladas pelo homem, e, apenas parcialmente depende dos índices pluviométricos e deflúvios de montante” (FONTES, 2011, p. 41).

FIGURA 2.1
BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO



Fisiografia da Bacia Hidrográfica do São Francisco

FONTE: CODEVASF

A análise dos dados acima possibilita uma melhor compreensão do importante papel da geração de energia hidrelétrica no rio São Francisco, enquanto política pública para o suprimento de energia da região Nordeste, iniciada na década de 1950 e se estendendo até os dias atuais. Conforme o CBHSF, o potencial estimado do complexo hidrelétrico é de 26.300 MW, estando já instalados cerca de 10.000 MW, isto é, das 33 usinas em operação, nove situam-se no próprio rio São Francisco. Esses represamentos também são usados para as atividades de abastecimento, lazer, pesca e, sobretudo, irrigação⁴².

No que concerne a esta última atividade, vale destacar que até os anos de 1950, as áreas irrigadas no Nordeste Semiárido (9.450 hectares) correspondiam, em sua maioria, às terras atendidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), com infraestrutura e assistência técnica. Nos anos de 1960, houve um avanço na irrigação graças às pesquisas e estudos realizados sob os auspícios da SUDENE. Em termos de execução, as áreas piloto de irrigação foram instaladas pela SUVALE no Vale do São Francisco e pelo DNOCS no Vale do Jaguaribe. Já nos anos de 1970, foram observados progressos consideráveis, em particular no Vale do São Francisco, quando a SUVALE foi transformada na CODEVASF e passou a pautar suas ações pelo incentivo à irrigação empresarial. Em 1985, o IBGE informava haver 366.800 hectares de áreas irrigadas no Nordeste. O número referente a 1991 correspondia a 453.100 hectares irrigados. Enquanto que em 2001, por sua vez, as áreas irrigáveis dotadas de infra-estrutura hídrica de irrigação correspondiam a 663.672 hectares. “Das áreas mencionadas dotadas de infra-estrutura de irrigação ou que se encontram produzindo em regime de irrigação cerca de 65 a 70% acham-se localizadas na região Semi-Árida” (BRASIL, 2005, p. 30).

Ao analisarmos os documentos do Comitê no que se refere à distribuição das demandas por regiões (QUADRO 2.2), é possível verificar que a utilização de água para irrigação está concentrada, prioritariamente, no Médio e Submédio São Francisco, correspondendo a 79% do total utilizado para essa atividade. Enquanto que a demanda industrial é mais significativa no Alto São Francisco onde correspondem a 62% do total. As principais atividades industriais são: siderurgia, mineração, química, têxtil, agroindústria, papel e de equipamentos industriais. No Baixo São Francisco, a soma de todas as demandas

⁴² O reconhecimento da importância da irrigação para o Nordeste Semiárido surge quase que exclusivamente no contexto da ocorrência de secas nessa região. “Com muita lentidão, o tema irrigação veio sendo trazido à tona por conta das possibilidades oferecidas pela agricultura irrigada, seja como instrumento para sanar problemas de déficits de produção de alimentos, seja para criar novas frentes de expansão econômica” (BRASIL, 2005, p. 29).

(humana, irrigação, animal e industrial) chega a 7% da demanda total pelo uso da água na bacia. Esta, por sua vez, representa cerca de 8% da vazão média, estando as maiores solicitações no Médio e Sub-Médio, em decorrência do uso para irrigação.

QUADRO 2.2
DEMANDAS PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Sub-bacia	Área(km ²)	P(mm)	E(mm)	Q(m ³ /s)	Demanda (m ³ /s)					Demanda /Vazão* (%)
					Humana	Irrigação	Animal	Industrial	Total	
Alto	111.804	1.402	1.051	1.013	16	22	1	18	57	6
Médio	339.763	1.111	952	1.773	6	64	4	3	78	3
Sub-médio	155.637	695	619	375	3	63	1	6	73	2
Baixo	32.013	842	694	217	3	11	1	2	16	1
Total	639.219	1.036	896	2.850**	28	160	7	29	224	8
% do País	7,5	-	-	72	7	12	6	10	10	-

P - precipitação, E - evapotranspiração, Q - vazão média por trecho. * Vazão do trecho anterior acrescentada; ** A vazão média total da região é inferior a soma das vazões médias das sub-regiões em função da elevada perda por evaporação devido à regularização de vazões nos rios pelos reservatórios.

FONTE: CBHSF, 2010.

Em relação uso das águas do São Francisco para o setor de turismo, verificamos posicionamentos contraditórios. Para o CBHSF, o setor ainda carece de uma definição política e estratégica para o uso racional dos lagos dos reservatórios como possibilidade de ofertar lazer de baixo custo à sociedade, a exemplo do turismo ecológico/sustentável. Do lado oposto estão alguns pesquisadores mais radicais que afirmam ser o turismo uma atividade de impacto negativo sobre a vida dos ribeirinhos, pois além de seus aspectos econômicos e empresariais, o setor de turismo e lazer se apresenta, também, como responsável pela construção de novas relações sociais.

A presença do turismo traz ameaça da sobrepesca – já que muitos deles praticam a pesca amadora – traz o aumento de efluentes de origem industrial e doméstico e a ameaça à perturbação da atividade pesqueira, já que, mesmo que indiretamente, desestimulam os mais jovens a continuar desenvolvendo tal atividade (FELIX, 2003, p. 447-458).

Em última análise, as prováveis riquezas decorrentes do investimento turístico são alternativas para o desenvolvimento regional que colocam em vulnerabilidade as relações sociais e bióticas que ocorrem tradicionalmente nesses ambientes. Portanto, o estímulo ao

turismo deve acontecer pautado por duas situações: enquanto estratégia afirmativa dos anseios das populações diretamente afetadas; e planejamento do uso sustentável do ambiente.

2.5 O CONFLITO ENTRE REVITALIZAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO

Apesar de o uso das águas do rio São Francisco ser fundamental para o desenvolvimento econômico da região semiárida do Nordeste – pois, como vimos, com o seu aproveitamento gera-se empregos, produz-se energia e alimentos, garante-se mais conforto às comunidades ribeirinhas, etc. - é importante que não se perca de vista a ideia de que tanto as ações antrópicas diretas (geração de energia, irrigação, abastecimento, navegação, construção de barragens) quanto às ações indiretas (desmatamentos, pastagem, agricultura, revolvimento do solo, agrotóxicos nas plantações e lixo da população ribeirinha) provocam transformações na estrutura do vale e, por conseguinte, acabam por transformar também a vida de homens e mulheres que dependem do rio para sua subexistência.

Essa dicotomia desenvolvimento econômico/degradação ambiental provocou entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, uma acalorada polêmica nacional em torno de qual ação política deveria ser tomada: revitalizar o São Francisco para que ele volte a ser um rio caudaloso; ou transpor suas águas com o proposto de garantir uma nova fonte de recursos hídricos aos demais estados nordestinos.

Especificamente no caso da transposição, é possível verificarmos, ainda, a presença de uma acirrada disputa entre os estados doadores e os estados receptores. Enquanto o primeiro grupo pregava “a morte do rio”⁴³, o segundo defendia a perspectiva “desenvolvimentista”⁴⁴. Essa disputa política, por assim dizer, era percebida tanto nos discursos de autoridades públicas quanto nos discursos jornalísticos. Na passagem a seguir, segundo perspectiva de Aguiar, tem-se a noção do que circulava no Jornal do Commercio, de Pernambuco:

⁴³ Ribeiro (2008) escreve “rio do vandalismo ecológico; Alves (2008) utiliza os termos “rio doente”, “claros sinais de morte provável” e “estado terminal”.

⁴⁴ Aguiar (2010, p. 10)

[...] os políticos se posicionam a favor das obras, defendendo os argumentos do Projeto de Transposição, do Ministério da Integração Nacional, com exceção do governador de Sergipe, Marcelo Déda, claramente contra, e o da Bahia, Jacques Wagner, geralmente apresentado como “neutro” (justamente os governadores dos estados que mais terão perdas com as águas transpostas). Os atores empresariais, principalmente aqueles que disputam a participação na obra, também se posicionam a favor. Por sua vez, a maior parte dos representantes da sociedade se posiciona contra a transposição, utilizando como argumento de apoio, muitas vezes, depoimentos da população ribeirinha que, depois do início das obras, notaram mudanças ambientais nos ecossistemas locais. A exceção fica por conta da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco, que em julho de 2007 tornou pública sua posição favorável à transposição, durante encontro de prefeitos. (AGUIAR, 2010, p. 12-13)

A literatura recente sobre o Rio São Francisco também encontra-se dividida em duas vertentes. Mesmo após o início da construção dos canais que integram a transposição, há aqueles que tratam o rio enquanto “um bem natural configurado ambiental, social e culturalmente, porém comprometido por sucessivas intervenções em seu curso”; assim como há os que encaram como um “recurso estratégico fundamental para a geração de energia ao país e para o desenvolvimento regional do Nordeste” (AGUIAR, 2010, p. 08).

Segundo Ribeiro (2008), o uso indiscriminado das águas do rio, somado a uma falta de consciência ecológica na gestão da água acabou causando um desequilíbrio no sistema hídrico do vale do São Francisco. Com o assoreamento do rio e a poluição de suas águas, muitas espécies essenciais da fauna têm desaparecimento, a piscicultura se degrada a cada dia e a potabilidade de suas águas está enxovalhada. Para o engenheiro, assim como para outros pesquisadores do rio, a única forma de “salvá-lo” seria por meio de um projeto de revitalização.

Para compreendermos melhor a polêmica entre revitalização e transposição, cabe analisar as duas propostas de intervenção no rio São Francisco. Para tanto, apresentaremos uma resenha dos projetos em questão, sendo o primeiro encabeçado pelo Ministério do Meio Ambiente e o segundo pelo Ministério da Integração Nacional.

2.5.1 A Revitalização

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRBHSF consiste na recuperação, conservação e preservação ambiental por meio da implementação de ações integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das

condições sócio-ambientais da bacia e o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da água para usos múltiplos. O PRSF é coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

Com um prazo de execução de 20 anos, suas ações⁴⁵ estão inseridas no Plano Plurianual (PPA 2004/2007 e PPA 2008/2011) e dividem-se em cinco linhas de ação: gestão e monitoramento; agenda socioambiental; proteção e uso sustentável de recursos naturais; qualidade de saneamento ambiental e economia sustentável.

O arranjo institucional do PRSF tem como instância de decisão o Comitê Gestor em âmbito nacional e estadual, responsável por aprovar o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas; indicar prioridades gerais para a aplicação de recursos financeiros; dar encaminhamento institucional e acompanhar a execução dos Programas; e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

Ainda segundo o MMA, o PRSF representa um esforço comum de articulação e integração a ser implementado entre os vários órgãos de governos em todas as esferas, onde se coloca o conhecimento da realidade e a participação dos múltiplos segmentos governamentais e da sociedade como instrumentos para a promoção da revitalização e do desenvolvimento sustentável na Bacia. São cinco os pressupostos básicos de atuação do PRSF:

- A consolidação de uma cultura de planejamento estratégico integrado, com implementação, monitoramento e avaliação dos processos na Bacia, garantindo que estejam em consonância com a legislação e com as políticas de desenvolvimento econômico e de uso e conservação dos recursos naturais;
- a adoção de estratégias de organização institucional que garantam e consolidem a integração dos diversos segmentos sociais e governamentais envolvidos com a revitalização;
- o apoio ao desenvolvimento da ciência e a inovação tecnológica e a produção e a divulgação de conhecimento e informações;
- a capacitação de recursos humanos para garantir o desenvolvimento sustentável, por meio do monitoramento, da fiscalização e da gestão ambiental integrada da Bacia,

⁴⁵ Essas ações são executadas de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente – Lei nº. 6.938/81, Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº. 9.433/97 e a Política Nacional de Saneamento – Lei nº. 11.445/07.

tanto dos ecossistemas, seus recursos naturais, como dos processos produtivos existentes;

- a promoção da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das suas populações, assim como a melhoria da oferta hídrica, tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos.

Dentre as ações que encontram-se em andamento, é possível destacar: o monitoramento da qualidade da água; reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas; obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco; convivência com o Semiárido; e recuperação e controle de processos erosivos. No caso específico de Sergipe, segundo relatório do Governo Federal, entre os anos de 2004 a 2007 foram investidos R\$ 9.616.499,00 com a contenção das erosões nas margens do Rio São Francisco do Projeto Cotinguiba/Pindoba, a recuperação de enrocamento da proteção contra erosão no Projeto Betume, a implantação de um viveiro florestal para a produção de 50.000 mudas por anos, o esgotamento sanitário, entre outras.

2.5.2 A Transposição

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Seu objetivo principal é assegurar água para uma população de aproximadamente 12 milhões de pessoas que vivem no semiárido nordestino, região brasileira que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas. Para tanto, o projeto prevê: aumentar a oferta de água, com garantia de abastecimento no Polígono da Seca; fornecer água de forma complementar para açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão da água; e reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações.

De acordo com o projeto, a integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do semiárido será possível com a retirada contínua de 26,4 m³/s de água, o equivalente a apenas 1,42% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1850 m³/s) que seguirão por dois canais (FIGURA 2.2). Para o Eixo Norte (que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) serão transpostos 16,4 m³/s (0,88%) enquanto que para o Eixo Leste (que beneficiará parte do sertão e as regiões do agreste de

Pernambuco e da Paraíba) serão transpostos 10 m³/s (0,54%). Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver com excesso de água, o volume captado poderá ser ampliado para até 127 m³/s, aumentando a oferta de água para múltiplos usos.

FIGURA 2.2
MAPA DAS BACIAS DOADORA E RECEPTORAS E
A LOCALIZAÇÃO DOS CANAIS NORTE E LESTE DA TRANSPOSIÇÃO



Dados retirados do Relatório de Impacto Ambiental

FONTE: BRASIL, 2004

Com a transposição, assegura o Governo Federal, os grandes açudes (Castanhão – CE, Armando Ribeiro Gonçalves – RN, Eptácio Pessoa – PB, Poço da Cruz – PE e outros) do Nordeste Setentrional passarão a oferecer uma maior garantia para o fornecimento de água aos diversos usos das populações. Nos estados beneficiados com o projeto, vários sistemas de distribuição estão operando, encontram-se em obras ou estão em fase de estudos, com o objetivo de levar água destes reservatórios estratégicos para suprir cidades e perímetros de irrigação.

Contudo, o principal questionamento que se tem se feito ao longo dos últimos anos diz respeito à sustentabilidade da transposição para bacia doadora. Nessa perspectiva, dois questionamentos nos interessa proferir: Na tentativa de aumentar a oferta de água para os estados vizinhos do Nordeste Setentrional, como o gestor do projeto, neste caso, o próprio Governo Federal, está considerando os riscos socioambientais diretos e indiretos do empreendimento? E, cientes dos impactos, como o gestor e a imprensa têm informado os para a sociedade?

Apesar de importantes, a tentativa de responder tais questionamentos não se dará neste momento, mas quando analisaremos o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e os discursos jornalísticos de jornais sergipanos. Por hora, tentaremos compreender como tem se apresentado a relação homem/natureza desde a Modernidade e como podemos pensar uma ética ambiental na Contemporaneidade.

3 ÉTICA AMBIENTAL E A RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA

É do homem que hei de falar, e a questão que examino diz-me que a homens falarei.

ROUSSEAU

A preocupação com temas que envolvem a relação entre o homem e a natureza e os impactos causados pela ação humana na sociedade e no meio ambiente são extremamente atuais. Todos os dias nos deparamos com manchetes de jornais que tratam de queimadas e desmatamentos, da produção de transgênicos e/ou do uso abusivo de produtos químicos nos alimentos, da poluição atmosférica, da ocupação desordenada de solos, das caças predatórias e perda da biodiversidade, da contaminação de rios, mares e oceanos, do acúmulo de lixo, dos derramamentos e vazamentos de petróleo, dos riscos de acidentes nucleares... Sem esquecer os inúmeros desastres naturais que têm ocorrido com maior frequência ao redor do mundo, a exemplo dos terremotos, maremotos, secas e enchentes, erupções vulcânicas, ciclones, entre outros.

Mas, apesar de atual, essa temática não é recente. Como bem explica Catherine Larrère, no verbete Nature, incluso no *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*⁴⁶, ao longo da história humana há diferentes maneiras de conceber a relação entre a natureza (physis)⁴⁷ e a moralidade (nómos)⁴⁸ e, por conseguinte, distintos modos de compreender a natureza. A humanidade pode observá-la, experimentá-la ou ainda respeitá-la. O que vai determinar o tipo de ação junto à natureza será justamente a forma com que os homens se posicionam perante ela.

Desde a Grécia Antiga o homem se pergunta: Do que o mundo é feito? Qual a origem e a evolução do universo? Essa relação do homem com a natureza na Antiguidade traz consigo uma regra de observação. Os filósofos gregos⁴⁹, sob a égide do naturalismo,

⁴⁶ Apesar de estarmos utilizando a versão francesa como referência, o conteúdo do referido verbete foi cotejado com a tradução brasileira.

⁴⁷ *Physis*, no latim assim como seu equivalente grego, remete ao que nasce e se desenvolve (brotar, crescer), de acordo com Larrère (2004, p. 1322).

⁴⁸ *Nómos* seria o arranjo convencional da aparência. Tudo aquilo que parte do mundo dos homens – desde a cultura até a natureza modificada (LARRÈRE, 2004, p. 1323).

⁴⁹ Entende-se por filósofos gregos desde os pré-socráticos (Mileto, Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Parmênides e Demócrito), passando por Platão e Aristóteles e chegando ao Sêneca, Epicuro e Lucrecio (epicurista latino), conforme apresenta Larrère & Larrère (1997) em seu Capítulo I – Natureza e naturalismo.

observavam a lua, o sol, as estrelas, os movimentos e transformações da natureza no intuito de imitá-la. Davam-lhe valoração moral, pois acreditavam que a ética estava ligada à física. Da natureza pode-se aprender normas para o convívio em sociedade. “As sociedades humanas fazem parte dela. A cidade, segundo Aristóteles, é um ser natural, que se desenvolve e tem um fim. Como todo o corpo vivo, ela tem sua medida própria, que assegura sua conservação na existência” (LARRÈRE, 2004, P. 1323).

Diferentemente de Aristóteles, complementa Larrère (2004), para os estóicos e os epicuristas a física (*physis*) é impetrada para assegurar a paz da alma e seus preceitos comportam, além da moral que é sua finalidade, uma lógica e uma física, filosofia natural, que trata do universo inteiro e se questiona sobre suas causas e princípios. Sêneca escrevera “tudo o que nos torna melhores e mais felizes, a natureza nos colocou bem à vista, ao alcance das mãos”, enquanto Lucrécio, em seu poema *De natura rerum*, afirma que “a terra contém as formas de coisas de todas as espécies. Muitas são nutrízes, vitais. Muitas também podem atingir com uma doença e apressar nossa morte”, tratando assim das catástrofes naturais que podem levar ao desaparecimento do homem.

A preocupação humana com a observação da natureza é desencorajada na Idade Média. Com o cristianismo surge um novo princípio ético: reforçar a “Palavra Sagrada” que afirma ser o homem criado à imagem de Deus, colocando-o à margem da natureza e submetendo-o apenas à lei divina. “A natureza é um ídolo que o cristianismo derruba; ele faz da natureza uma coisa criada, que está nas mãos de Deus, perecível e fonte de corrupção” (LARRÈRE, 2004, p. 1325). Essa concepção hierárquica cristã coloca o homem diretamente ligado a Deus - numa primeira versão do antropocentrismo - e em oposição à natureza. O homem passa a ser a principal das criaturas, além de lhe ser conferido o direito de usá-la sabidamente.

Já na Modernidade, Descartes não põe fim a esta idéia antinaturalista cristã, apenas a reformula, como bem expõe Larrère (2004), por meio da experimentação. A ciência moderna - de Galileu, Bacon e Descartes - emerge contra a pura contemplação nos moldes aristotélicos. A natureza deixa de ser globalizada, um *Kósmos*⁵⁰, e passa a ser redutível à matéria, pois se apresenta em termos de extensão e de movimento. “A natureza não tem um fim próprio, ela não tem sentido, ela é um material inerte, oferecido à instrumentalização humana” (LARRÈRE, 2004, p. 1325). Esta mecanização da natureza corresponde à espiritualização do

⁵⁰ A natureza como um todo que engloba o céu a terra, os deuses e os homens, num conjunto bem ordenado chamado de universo.

homem, haja vista que o conhecimento se reflete na dualidade sujeito e objeto que passa a ser mediada pela *technè*⁵¹.

É ainda na Modernidade, sobretudo entre os contratualistas, que se aprofundam as discussões em relação à passagem de um “estado de natureza” para um “estado civil”, ou seja, da transição de um “homem natural” para um “homem civilizado”. Este ponto especificamente nos interessa, e será tratado mais a frente, pois entendemos que dependendo da concepção de “estado de natureza” e do homem que o habita resultará num tipo de sociedade a ser construída.

A última forma de o homem se relacionar com a natureza, conforme Larrère (2004), seria através do respeito. Segundo a autora, a idéia moderna de progresso das técnicas, atrelada ao aumento dos poderes do homem sobre a natureza, resultam na idéia de um progresso ilimitado fortemente comprado pela Revolução Industrial⁵². Contudo, o sucesso de nossas ações empreendedoras sobre a natureza acabaram nos mostrando a fragilidade dos recursos naturais e da nossa própria existência. “A natureza poderosa torna-se frágil, ameaçadora porque ameaçada: tanto os equilíbrios ecológicos necessários à nossa existência quanto os fundamentos biológicos de nossa humanidade se tornam precários” (LARRÈRE, 2004, p. 1327).

Ameaçado, o homem sente a necessidade de voltar a compreender a natureza como um todo globalizante. “É nesta globalização que a natureza cessa de ser ilimitada e torna-se novamente uma medida normativa dos limites de nossa ação. A natureza, assim compreendida, entende-se como o que deve ser respeitado, preservado ou conservado” (LARRÈRE, 2004, p. 1327).

A natureza, neste sentido, é vista como um bem comum que se pode utilizar - uma vez que não se coloca em dúvida a legitimidade da intervenção da técnica sobre a natureza, ao contrário busca-se na técnica e na ciência formas de minimizar os impactos da ação humana sobre o meio ambiente – porém, sem abusar. Assim, fazer o “bom uso”⁵³ da natureza é sobretudo agir com responsabilidade e prudência, dois princípios fortemente debatidos na ética ambiental, uma vez que visam a ação do homem sobre o meio ambiente.

⁵¹ A modernidade estabelece uma equivalência entre técnica e natureza que pode ser percebida nos dois sentidos: o mundo é uma máquina, e a máquina é natural, conforme escreve Larrère (2004, p. 1327).

⁵² A Revolução Industrial é citada por Camargo (2005) como um marco da insustentabilidade das sociedades contemporâneas, pois desde essa época agravam-se as técnicas de produção e consumo predatórias que acabam por provocar grandes impactos das atividades humanas sobre os sistemas naturais.

⁵³ Conforme LARRÈRE, 1997.

Neste capítulo, portanto, buscaremos analisar os conceitos natureza e sociedade a partir de dois momentos do pensamento filosófico: na Idade Moderna, quando a filosofia política procura justificar os fundamentos da sociabilidade humana e na Contemporaneidade, quando as atuais sociedades se vêem diante de uma crise socioambiental que lhes faz repensar as posturas éticas assumidas perante o meio em que vivem.

Para tanto, apresentaremos os conceitos de Ética e Moral a fim de que essas ideias possam permear nosso pensamento ao longo deste trabalho. Em seguida, discutiremos a concepção de “estado de natureza” em Thomas Hobbes, para quem o medo da morte violenta é posto como fator determinante para a saída de uma condição selvagem e fundação das sociedades. Examinaremos também o conceito de “estado de natureza” na obra de Jean-Jacques Rousseau, que já no século XVIII alertava para o processo de “desnaturação do homem” e se insurgia contra os abusos produzidos por este em relação à natureza.

Trataremos ainda do princípio responsabilidade, uma proposta de ética contemporânea para a problemática ambiental que busca garantir uma ética do respeito para com as gerações futuras, minimizando os riscos e as ameaças causadas pela ação humana ao meio ambiente⁵⁴ a partir de uma heurística do medo. Por fim, discutiremos os princípios éticos propostos pela Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST), da Organização das Nações Unidas (ONU), no que se refere ao uso da água doce. Pois, entendemos que se o objeto do nosso trabalho é verificar como a Comunicação de Risco pode contribuir para uma discussão ética sobre a transposição do rio São Francisco, saber quais são os parâmetros éticos para a utilização da água doce é, portanto, de fundamental importância para compreender a lógica da transposição enquanto política pública para distribuição de água na região semiárida do Brasil.

⁵⁴ Entende-se aqui o meio ambiente não apenas enquanto a natureza física (physis), mas como o lugar em que vivemos, do qual dependemos para a nossa sobrevivência e o qual nos envolve e nos cerca. Um meio dinâmico, marcado por interações, ao qual, devido ao nosso enorme poder de modificá-lo, constantemente temos que nos readaptar.

3.1 DEFINIÇÃO DE ÉTICA E MORAL

Ao longo de nossos estudos temos percebido a existência de uma dificuldade clássica entre especialistas de filosofia moral de se chegar a um consenso sobre os conceitos que envolvem a ética e a moral. Essa dificuldade estaria relacionada tanto as diferentes terminologias quanto às suas utilizações nos campos teóricos e práticos. Não obstante, verificamos que a banalização desses conceitos nos obriga a repensá-los e compreendê-los mais substancialmente se quisermos que deixem de ser apenas fórmulas publicitárias ou discursos com fins mercadológicos e “politicamente corretos”. Nesse sentido, iniciaremos nossa exposição explicitando os conceitos de ética e moral, uma vez que estes parecem-nos essenciais ao desenrolar de nossa pesquisa.

Conforme nos evidencia a tradição filosófica, a palavra moral vem do latim *mos* ou *mores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. Enquanto que a ética vem do grego *ethos* e significa “modo de ser” ou “caráter” e assenta-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito.

De acordo com o verbete *Ethique*, do *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*, “a etimologia, neste caso, é sem utilidade, na medida em que um dos termos vem do latim e o outro do grego, e já que ambos se referem, de uma maneira ou de outra, ao domínio comum dos costumes” (RICOEUR, 2004, p.689). O que importa neste caso é a existência dos mesmos no sentido de melhor compreender o que está no campo da norma, ou seja, daquilo que é permitido ou proibido numa determinada sociedade e o que pertence ao campo da ação humana e/ou do caráter individual.

Desta forma, complementa o autor, “a moral não pressupõe outra coisa senão um sujeito capaz de afirmar-se ao afirmar a norma que o afirma como sujeito”. (RICOEUR, 2004, p. 690). Em outras palavras, a ordem moral se apresenta como autorreferencial ou como o “caráter irreduzível do dever-ser ao ser”⁵⁵. Ao passo que a ética, ainda conforme Ricoeur (2004), pode ser dividida entre a ética anterior (metamoral) e a ética posterior (prática). A

⁵⁵ G.E. Moore apud Ricoeur, 2004, p. 690.

primeira, direcionando para o enraizamento das normas tanto na vida quanto no desejo do homem e, a segunda, objetivando introduzir as normas em situações de ordem prática. Assim, a ética pode ser considerada como resultado de uma atitude individual, ou ainda pode se tratar de um debate contemporâneo sobre a relação entre a teoria e a prática, sobretudo em campos polarizados como a “bioética”, a “ética nos negócios”, a “ética ambiental” e a “ética profissional”⁵⁶.

Para Santos (2006), a ideia de que moral e ética devem andar juntas é evidente, apesar de responderem a questionamentos distintos, ou seja, enquanto a moral raciocina sobre “o que se deve fazer”, a ética discorre sobre “como se deve fazer”:

A moral concerne às esferas das proibições, do ressentimento, das oposições entre o bem e o mal, da culpabilidade e da castração. Ela sempre é normativa e imperativa: ela ordena, porque se exprime em termos de dever. A ética examina o sentido da existência humana e põe em oposição o bem e o mal, considerados como relativos: ela aconselha, mas não obriga (SANTOS, 2006, p. 82-83)

No primeiro caso, nos esclarece Santos (2006, p. 83), a ação é menos significativa, pois supõe submissão, ordem ou coerção, como o imperativo kantiano, exigindo a obediência à lei; “ela constitui quase uma prisão às normas sociais e possui uma forte carga transcendente”. No segundo caso, a ação é mais afirmativa, voltada a valores e escolhas imanes: “ela é aberta, exige liberdade e criatividade, razão pela qual é sempre singular”. Por este motivo, não é possível escolher uma em detrimento da outra, pois se tornam vias convergentes ao tentarem regular a conduta pessoal e social.

Esta mesma concepção é defendida por Japiassú e Marcondes (1996), ao afirmarem que a moral preocupa-se com a construção de um conjunto de prescrições que garantam uma vida em comum justa e harmoniosa. A ética, em contrapartida, estaria mais preocupada em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. Esse labor mais aprofundado, característico das reflexões filosóficas, daria a ética um status científico uma vez que a mesma aspira racionalidade e universalidade ao se pensar o agir humano.

A moral, por sua vez, possui um caráter histórico-social que nada mais é do que um reflexo da relação do homem em sociedade ou do indivíduo e o coletivo. Essa relação, como bem se sabe, sofre diversas influências ao longo da vida do sujeito e por meio de vários

⁵⁶ Estes dois últimos trataremos ao longo de nosso trabalho por serem de fundamental importância na sua estrutura.

caminhos – educação, amigos, família, religião, ambiente profissional, meios de comunicação – vão se formando suas idéias morais e seus modelos de comportamento perante os outros. Contudo, por mais fortes que sejam as influências coletivas, a decisão e o ato propriamente dito derivam de um indivíduo que age livre e conscientemente e, portanto, assume uma responsabilidade pessoal. Nesse sentido, uma sociedade é tanto mais abastada quanto mais possibilidades oferece aos seus membros de assumirem responsabilidades, sejam elas pessoais ou coletivas. Em outras palavras, quanto mais transparência e participação pública nas tomadas de decisão de uma sociedade, maior será o grau de responsabilidade moral perante as ações realizadas.

Sob o aspecto da responsabilidade faz-se necessário ainda citar Max Weber, que no início do século XX – com o ensaio *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e, posteriormente, com a conferência *A política como vocação* - apresenta um pensamento que integra diversas correntes éticas, sobretudo no que concerne ao campo da política. O filósofo alemão considera que qualquer ação eticamente orientada pode se ajustar em duas máximas que diferem entre si: pode orientar-se de acordo com a “ética da convicção”, ou conforme a “ética de responsabilidade”. A existência dessas máximas, contudo, não significa dizer que “a ética da convicção equivalha a ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção” (WEBER, 2008, p. 113). Mas ao se tratar de política, acrescenta o sociólogo alemão:

Quando as conseqüências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns dos homens e entenderá que não pode lançar ombros alheios as conseqüências previsíveis de sua própria ação (WEBER, 2008, p. 113-114).

Nessa perspectiva, entendemos que a primeira, de caráter deontológico, apresenta a virtude como estando submetida ao respeito pelo imperativo categórico da lei moral⁵⁷. Esta regula-se por normas e valores pré-estabelecidos que pretende aplicar (na prática), independentemente das conseqüências. Trata-se, portanto, de uma ética do dever, onde os princípios se traduzem em obrigações ou imperativos aos quais se deve obedecer incondicionalmente. A segunda, de caráter teleológico, apresenta-se com um viés mais utilitarista, devendo guiar as ações políticas, uma vez que as mesmas são orientadas a partir da

⁵⁷ Para maiores esclarecimentos consultar obra de Kant.

análise das conseqüências resultantes. Esta análise levará em conta o bem que pode ser feito a um maior número de pessoas, assim como busca evitar o maior mal possível. Trata-se assim, de uma ética centrada na eficácia de resultados, na análise dos riscos, na eficiência dos meios e que procura conciliar uma postura pragmática e um grau de altruísmo.

De acordo com Neri (2004), muitos filósofos moralistas divergem se a reflexão moral seria tratar o aqui e agora ao passo que a reflexão ética seria responder as mesmas perguntas de forma mais geral e abstrata, utilizando-se de instrumentos conceituais mais refinados e servindo como guia das ações individuais e coletivas. Neste sentido, escreve o autor italiano:

O ponto de partida da reflexão ética é, pois, a experiência moral concreta, e as teorias éticas têm sentido como reflexo da prática individual do raciocínio moral, que visa justificar ações e juízos, e da prática social da discussão pública sobre os problemas morais. O ponto de chegada é matéria de controvérsia: para alguns, o filósofo moralista deveria se abster de oferecer soluções para os problemas morais, limitando-se a um trabalho de esclarecimento conceitual, ou, no máximo, apresentando e analisando os argumentos pró e contra as diversas soluções que o problema possa ter; para outros, porém, isso seria apenas um fútil exercício intelectual, uma vez que o objetivo da ética é precisamente o de orientar e guiar a ação. (NERI, 2004, p. 11).

No nosso entender, o melhor caminho a ser tomado neste sentido é o do meio - não no sentido dúbio, de ficar em cima do muro, mas de não comprar nenhuma idéia extremista -, pois os extremos, na maioria das vezes, nos trazem mais problemas do que soluções. Nessa medida, ao se tratar de um estudo sobre formas de comportamento humano é bem provável que o pesquisador não seja indiferente ao seu objeto de estudo, assim como enquanto estudioso não seria de sua competência assumir um papel moralista, ou seja, daquele que recomenda ou que salienta o que deve e o que não deve ser feito.

Sob essa óptica, nosso trabalho tem como proposta apresentar os principais aspectos éticos que são e/ou deveriam ser contemplados a partir da comunicação dos riscos da transposição do rio São Francisco. Para tanto, trataremos da relação do homem com a natureza na perspectiva da ética ambiental, discutiremos o código deontológico dos jornalistas e a ética dos profissionais de comunicação para, então, compreendermos a ética do discurso no que se refere à comunicação de risco.

3.2 PASSAGEM DA UMA ÉTICA MODERNA PARA UMA ÉTICA CONTEMPORÂNEA

A partir do século XVII consolidam-se as teorias contratualistas que pretendem explicar a origem da sociedade civil através de convenções. Os contratualistas se utilizam das descrições de um “estado de natureza” hipotético para marcar a passagem de um suposto estado pré-social para o estado civil ou policiado. Neste sentido, procuraremos expor brevemente as compreensões de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau acerca do “estado de natureza” e como estas se contrapõem às noções de estado civil. Finalmente, veremos nesses dois autores como se dá a passagem do pensamento moderno para o pensamento contemporâneo sobre homem e natureza.

3.2.1 Estado de natureza, medo e sociedade em Hobbes

Para entender o pensamento de Thomas Hobbes é preciso compreender o que ele quer dizer sobre o “estado de natureza”. Hobbes é um contratualista e, como os filósofos de sua época, afirma que a origem do Estado e/ou da sociedade está na criação de um contrato, onde se estabelecem regras de convivência e de subordinação política. Para defender essa teoria, Hobbes analisa o homem enquanto indivíduo, cujo egoísmo e o medo da morte violenta o levam ao convívio social, uma vez que a guerra é adversa à conservação do próprio homem e a busca da paz é o maior desafio do homem no “estado civil”.

Partindo da idéia de que a natureza humana é promotora da discórdia e que a mesma é ocasionada pela competição, a desconfiança, a glória... e tendo em vista que antes do estabelecimento das sociedades e das leis não existia justiça, Hobbes descreve o “estado de natureza” como sendo um estado miserável:

Numa tal condição não há lugar para o trabalho, pois o seu fruto é incerto; conseqüentemente, não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras;

não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um medo contínuo e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, bruta e curta” (HOBBS, 2008, p. 109).

De acordo com Becker, é justamente para sair deste estado de insegurança e de brutalidade que os homens deve se unir para “estabelecer um modo de vida artificial, segundo os ditames da lei e da ordem, podendo assim, ter a possibilidade de uma vida mais segura, justa e aprazível”⁵⁸. Comparando o estado de natureza ao estado civil, Hobbes esclarece as vantagens deste último afirmando que “fora dele assistimos ao domínio das paixões, da guerra, da miséria, da imundície, da solidão, da barbárie, da ignorância e da crueldade”, em oposição ao estado civil que nos garante o “domínio da razão, da paz, da segurança das riquezas, da decência, da sociedade, da elegância, das ciências e da benevolência” (HOBBS, 2002, p. 156).

Para Jasmin (2007), em seu artigo O despotismo democrático sem medo e sem oriente, esse construto teórico conhecido como “estado de natureza”, que supõe como seria a vida dos homens antes deles viverem em sociedade - não subordinados a instituições ou ordenamentos superiores, que estão em pé de igualdade tanto em força física como em espírito e, por este motivo, são igualmente aptos a matar – seria o argumento básico da teoria hobbesiana.

Para Hobbes, as faculdades da natureza humana podem ser reduzidas a quatro espécies: força corporal, experiência, razão e paixão. É com base nessas faculdades que o autor discorrerá sobre as relações entre os homens e quais as condições necessárias para a manutenção da sociedade e a paz. Ele manifesta-se contrário à idéia aristotélica de que o homem nasce apto para a sociedade. Para o contratualista inglês, o homem se torna apto à sociedade não por natureza, mas pela educação⁵⁹. Uma vez que os homens não se relacionam, nem compartilham de companhias naturalmente, mas para delas receberem alguma honra ou proveito. Seu caráter egoísta acaba por refletir nestes relacionamentos que ocorrem “não tanto para o amor de nossos próximos, quanto pelo amor de nós mesmos” (HOBBS, 2002, p. 28).

⁵⁸ Conferência apresentada no III Seminário Filosofia & Natureza, nos dias 31 de junho e 1º de julho de 2010, na Universidade Federal de Sergipe. (Texto inédito).

⁵⁹ Em nota, Hobbes discorre sobre essa ideia afirmando que: “Mas as sociedades civis não são meras reuniões, porém obrigações (*bonds*), para constituir as quais são necessários fé e pacto, cuja virtude é por completo ignorada das crianças e dos loucos (*fools*) [...] Portanto, é manifesto que todos os homens, porque nascem crianças (*in infancy*), nascem inaptos para a sociedade. Muitos também (talvez a maior parte), ou por defeito de suas mentes, ou por falta de serem educados, continuam inaptos por toda a vida; e no entanto todos eles têm, crianças ou mais velhos, natureza humana; por conseguinte, o homem é tornado apto para a sociedade não pela natureza, mas pela educação” (HOBBS, 2002, p. 358-359).

Sobre as relações humanas, o autor argumenta que ao se reunir para comerciar, é evidente que cada homem o faz por consideração a seu negócio; e se uma possível amizade comercial se constitui é mais pela questão de zelo, que de verdadeiro amor. Quando se reúnem por prazer e recreação, buscam se divertir com aquilo que lhes causa riso. Contudo, na maioria das vezes, esse tipo de reunião acaba por ferir os ausentes e até mesmo os presentes, por terem suas vidas examinadas, julgadas e condenadas. E, se alguém começa a narrar uma história que lhe diz respeito, imediatamente todos os demais desejaram falar de si próprios. Isso porque, toda reunião, por mais livre que seja, deriva ou da miséria recíproca ou da glória, de modo que as partes reunidas se empenham em conseguir algum benefício.

O autor que se auto-intitula “irmão gêmeo do medo”⁶⁰, destaca essa paixão - Medo - como fundamento da sociedade em contraposição a sociabilidade. Escreve ele:

Espero que ninguém vá duvidar de que, se fosse removido todo o medo, a natureza humana tenderia com muito mais avidez à dominação do que a construir uma sociedade. Devemos portanto concluir que a origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros”. (HOBBS, 2002, p. 28)

Em nota, Hobbes comenta que outros autores se opõem a essa idéia por acreditar ser improvável que os homens chegassem à sociedade civil devido ao medo e que se tivessem medo, nem mesmo suportariam olhar uns para os outros. Na sequência, entretanto, o filósofo inglês afirma compreender na palavra medo uma antevisão de um mal futuro. Por este motivo, não pensa ele que fugir seja o único efeito do medo:

A quem sente medo também ocorre desconfiar, suspeitar, acautelar-se e até mesmo agir de modo a não mais temer. Quem vai dormir fecha as portas; quem parte em viagem leva uma espada – porque tem medo de ladrões. Os reinos guardam suas costas e fronteiras com fortes castelos; as cidades se fecham em muralhas, e tudo isso por medo dos reinos e cidades vizinhos; [...] É pelo medo que os homens se protegem, até mesmo pela fuga, e escondendo-se pelos cantos, se não têm outro jeito de escapar; mas, o mais das vezes, utilizando-se de armamentos e armas defensivos. Assim, acontece que, se eles têm a coragem de se mostrar, cada um vem a conhecer em que disposição está o outro; de modo que assim, se lutarem, a sociedade civil nasce da vitória, e, se concordam, vem de seu acordo” (HOBBS, 2002, p. 360).

⁶⁰ “Hobbes nasceu em 05 de abril de 1588 e parece que gostava de repetir a história segundo a qual sua mãe entrou em trabalho de parto quando de seu nascimento ao ouvir o rumor de que a Armada Espanhola estava chegando – “de modo que o medo e eu, como gêmeos, nascemos juntos” (TUCK, 2001, p. 14). “O medo, gêmeo de um pensador, marcando-o desde o nascimento, enlaçado com ele feito herança ou gene, como seu direito ou natureza; a vida e obra de Hobbes são pontuadas por esta paixão” (RIBEIRO, 2004, p. 17).

De acordo com Limongi, em seu artigo *A racionalização do medo na política*, com frequência o medo é associado à filosofia de Hobbes, que em certa medida, costuma ser lida com certa desconfiança, uma vez que credita tamanha importância a uma paixão com a qual a maioria dos homens não simpatiza. Entretanto, destaca Limongi (2007, p. 137), “Hobbes convida-nos a conhecermos o medo, suas causas e conseqüências, a fim de usá-lo a nosso favor”.

A causa do medo recíproco, para Hobbes (2002, p. 29), consiste tanto na igualdade natural dos homens como na sua mútua vontade de se ferirem. Mas, se no estado de natureza, todos os homens têm desejo e vontade de ferir há que se destacar que essa vontade não provém da mesma causa e, portanto, não deve ser condenada com a mesma rigidez. A vontade de causar dano a outrem estaria relacionada a dois tipos de temperamento: do homem com espírito temperado e que corretamente avalia seu poder; e do homem com espírito arrogante cuja vontade vem da vã glória.

Esta correlação entre a origem da sociedade e o medo recíproco seria a grande novidade da filosofia de Hobbes. Pois, conforme Limongi, o contratualista deixa claro no primeiro capítulo de *Do Cidadão* que “a origem das sociedades deve ser reputada pelo medo recíproco (a mutuo metu) entre os homens e não, como se costuma pensar, pela boa vontade recíproca (a mutua benevolentia)” (LIMONGI, 2007, p. 135). O medo seria, segundo a teoria de Hobbes, a explicação para a constituição das sociedades entre os homens, além de ser a sustentação necessária para as relações contratuais em que consistem os vínculos civis, haja vista que para Hobbes as associações só podem ocorrer via contrato.

Já o combate entre os “espíritos”, que divergem e/ou desejam a mesma coisa, é vista pelo filósofo como o mais feroz de todos, pois dele deve nascer à discórdia. Hobbes novamente exemplifica:

Isto transparece no fato de que não há guerras que sejam travadas com tanta ferocidade quanto às que opõem seitas da mesma religião, e facções da mesma república. [...] Mas a razão mais frequente por que os homens desejam ferir-se uns aos outros vem do fato de que muitos, ao mesmo tempo, têm apetite pela mesma coisa (HOBBS, 2002, p.30).

Assim, dentre tantos perigos que ameaçam os homens, em virtude de seus desejos naturais, cuidar de si passa a ser considerado como um fator fundamental de justiça e direito. Aqui, Hobbes define direito como sendo a liberdade que todo o homem possui para utilizar

suas faculdades naturais em conformidade com a razão reta (ou o ato de raciocinar). Haja vista que “a primeira fundação do direito natural consiste em que todo homem, na medida de suas forças, se empenhe em proteger sua vida e membros” (HOBBS, 2002, p.31).

Mas, se todo homem tem direito de se proteger enquanto fim, então também o tem para se valer de todos os meios que julgar conveniente para chegar a esse fim. Em consequência, enfatiza Hobbes, ele tem o direito de usar e fazer tudo que garanta a sua conservação e dependerá somente dele o julgamento de certo ou errado. Contudo, se todos têm, por natureza, iguais direito a todas as coisas, os efeitos desse direito passam a ser inúteis, uma vez que aquilo que é meu também pode vir a ser do outro, caso ele venha a desejar.

Daí a necessidade dos homens se comprometerem por meio de convenções e obrigações. Pois, conforme Hobbes, o estado natural dos homens, antes de ingressarem na vida social, não passava de guerra. Porém, não uma guerra qualquer, mas uma guerra de todos contra todos. Uma guerra inadequada à conservação tanto da espécie humana quanto de cada homem individualmente. Em suas palavras, Hobbes (2004, p. 36) afirma que “os homens não podem esperar uma conservação duradoura se continuarem no estado de natureza”, com igualdade de poder e as outras faculdades que dispõem. Estes devem se guiar pela reta razão, em busca da paz, quando houver esperança de obtê-la.

O medo, neste cenário de barbárie, não aparece como uma paixão irracional, mas como a solução para a entrada na civilização. “Trata-se de um medo produtor de racionalidade, de um impulso que, ao colocar em xeque um bem essencial, a vida, leva os indivíduos a ultrapassar as suas divergências morais e religiosas para fundar uma ordem política que garante a todos a sobrevivência” (JASMIN, 2007, p. 114). Como historiador, Jasmin faz questão de nos situar à época de Hobbes. Sobre isso, ele escreve:

Não esqueçamos que estamos numa época em que a massificação da morte violenta pelas guerras de religião impõe a reflexão sobre a autopreservação. Notem ainda que estamos em contexto moderno, quando a cisão e a pluralização do Deus católico prenuncia ou já manifesta a impossibilidade crescente de produzir acordo racional sobre os fundamentos da ordem moral. O certo e o errado, do ponto de vista da religião, foram obscurecidos e estão impedidos de universalidade. Os pensamentos não se congridem na verdade; a guerra entre as perspectivas divergentes sobre a verdade tornou-se endêmica. Mas o genial Thomas Hobbes encontra numa paixão a potencialidade – a necessidade mesmo – que impulsiona os indivíduos a concordar entre si, por recurso à razão, sobre a melhor alternativa para a paz, a despeito de todas as suas demais divergências acerca do bem e do mal. De modo tal que é o medo da morte violenta, do risco da guerra de todos contra todos o que constitui o estado civil. É o medo que se encontra na origem da garantia da ordem social e da proteção pública da vida. (JASMIN, 2007, p.114).

Em seu livro *Ao leitor sem medo*, Ribeiro afirma que na teoria hobbesiana “a cientificização da política e a pacificação dos homens aparecem juntas, projetando-se num futuro que de ansiedade se converte em promessa” (RIBEIRO, 2004, p. 23). Desta forma, o medo e a esperança estariam sempre juntas, definindo melhor a face do futuro do que a do presente, haja vista que para Hobbes o conceito de natureza se divide em direito e lei – por ela pode cada homem lutar pela vida, mas também deve procurar a paz, renunciando a plena liberdade de guerrear e matar. “A natureza é dinâmica, comportando tanto a guerra total quanto a sua possível superação, pois nas paixões (e razão) humanas se enraíza a possibilidade de paz” (RIBEIRO, 2004, p. 25).

É essa relação íntima e destemida com o medo que garante ao filósofo inglês um posicionamento tão revolucionário à sua época. Pois, se a tradição política clássica concebe ao medo a qualidade de covardia, em oposição às virtudes de coragem e fortaleza, Hobbes confere-lhe uma dignidade racional, qual seja, a condição necessária e propulsora da vida civilizada. Sem o medo não se poderia viver em sociedade, uma vez que não haveria garantias legais, nem tampouco segurança e paz. Para além disso, percebe-se na obra de Hobbes que a vida civil, as artes e as aquisições da cultura funcionam como antípoda do desregramento e do embrutecimento naturais ao homem no estado de natureza. É preciso, no entender do autor, sair deste estado de miséria e adentrar no estado de ordem e paz que são aquisições primordiais da vida civil. Tal concepção será contestada veementemente por Jean-Jacques Rousseau ao qual passaremos a tratar.

3.2.2. O estado de natureza e a desnaturação do homem em Rousseau

Se para o filósofo inglês, o medo recíproco é posto como fator determinante para a saída do estado de natureza e para a fundação das sociedades, isto é, única saída para o estado de barbárie e a garantia da paz. Para Jean-Jacques Rousseau, leitor e crítico de Hobbes⁶¹, a sociedade é responsável por corromper o homem e levá-lo a um processo de desnaturação⁶².

⁶¹ Rousseau lê com interesse crescente o filósofo inglês Hobbes (1588-1675) que também utiliza a hipótese do estado de natureza, mas para justificar o absolutismo (*De Cive*, 1642, *Leviatã*, 1651), conforme comentário de Jean-François Braunstein, em ROUSSEAU, 1989, p. 08.

⁶² O processo de desnaturação faz do homem um ser alienado, deposto de sua natureza primeira, privado de sua independência. Um ser que precisa de novos artifícios e que, corrompido por paixões, vive na dependência de outros homens em torno de si, conforme TROUSSON e EIGELDINGER, 2006, p. 548.

O filósofo genebrino, amante da botânica e da vida simples, já no século XVIII se insurgia contra os abusos produzidos pelo homem em relação à natureza.

Suas primeiras críticas ao progresso aparecem no Discurso sobre as ciências e as artes (1750), também conhecido como Primeiro Discurso, quando Rousseau responde a questão proposta pela Academia de Dijon⁶³: “Se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para o aperfeiçoamento da moral”. Seguindo pela negativa, o cidadão de Genebra afirmar que a influência das Luzes nos costumes acaba por degenerar todos os povos à medida que o gosto pelos estudos e pelas letras se desenvolvem entre eles⁶⁴. Esta crítica, segundo Bento Prado Jr., “não é uma crítica metafísico-moral que visa no absoluto, mas uma crítica de sua função ideológica no presente histórico [...] de seu desempenho como figura do jogo do Poder.” (PRADO Jr, 2008, p. 331-332).

Já no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1755), que particularmente nos interessa discutir, Rousseau ataca os descaminhos e os abusos da civilização afirmando que o excesso de ciência e arte acaba por corromper o homem e a provocar desigualdades que poderiam ser de dois tipos: a desigualdade natural ou física e a desigualdade moral ou política. O objetivo do Segundo Discurso, neste sentido, é marcar o momento em que a sociedade, com a desigualdade política, sucede ao estado de natureza. Para tanto, o filósofo divide a sua obra em dois momentos: na primeira parte, ele discorre sobre o “homem natural”, enquanto na segunda parte trata do “homem do homem”. Essa separação, contudo, nos leva a entender que mais do que compreender as desigualdades entre os homens, Rousseau pretende conhecer o próprio homem:

Como conhecer, pois, a origem da desigualdade entre os homens, a não ser começando por conhecer o próprio homem? E como chegará o homem ao extremo de ver-se tal como o formou a natureza, através de todas as transformações produzidas em sua constituição original pelo passar do tempo e das coisas, e distinguir o que é sua própria essência do que as circunstâncias e os progressos acrescentaram, ou alteraram, em seu estado primitivo. À semelhança da estátua de Glauco, que o tempo, o mar e as tempestades haviam desfigurado de tal maneira que mais se parecia a um animal feroz que a de um Deus, a alma humana alterada no

⁶³ Tal obra lhe rendeu o prêmio de Moral no ano de 1750 ao mesmo tempo em que o transformou num escritor da moda, nos salões de Paris.

⁶⁴ É na Idade Moderna que se verificam as primeiras e substanciais mudanças no desenvolvimento do pensamento filosófico científico. Copérnico (1473-1543) defende o heliocentrismo em oposição ao teocentrismo; Galileu (1564-1642) transporta o pensamento ao “experimento”; Bacon (1561-1626) aplica o método visando à objetividade científica, Descarte (1596-1650) desenvolve a metodologia em direção à verdade; e Newton (1642-1727) isola o objeto e entende o mundo como uma máquina que pode ser dividida em partes. É também dentro da própria modernidade que o mito da ciência – que tudo explica e tudo domina – começa a sofrer críticas. Conforme SANTOS, 1989; 2008.

seio da sociedade por mil causas que se renovam sem cessar, pela aquisição de uma multiplicidade de conhecimentos e de erros, pelas mudanças sofridas na constituição dos corpos e pelo contínuo choque de paixões, adquiriu, por assim dizer, outra aparência, a ponto de estar quase irreconhecível. (ROUSSEAU, 1989, p. 40)

Essa comparação da natureza humana a estátua de Glauco, segundo Santos (2008, p. 31), tem a função de mostrar as transformações sofridas pelo homem ao longo de sua história. “Sua beleza originária já não mais existe porque sua identidade natural foi irremediavelmente comprometida pelo germe da corrupção do tempo”. Contudo, prossegue Santos, ainda assim é possível observar um sinal de esperança nesta passagem de Rousseau, pois “apesar de a estátua estar comprometida externamente ela não perdeu sua estrutura, sua essência e, por isso, só foi afetada na sua camada superficial”.

Em busca deste conhecimento sobre o que é o homem, negligenciado por outros pensadores modernos, Rousseau cria sua teoria no que concerne ao “estado de natureza” - um artifício teórico que serve para melhor caracterizar e descrever algumas qualidades essenciais do homem, isto é, a liberdade, a igualdade, a perfectibilidade, o amor de si e a piedade. Vale lembrar que esse artifício teórico-hipotético é utilizado por outros filósofos anteriores a Rousseau, a exemplo de Hobbes, para explicar como o homem se encontrava antes da instituição da sociedade e quais as bases do estado civil. Contudo, esse estado de natureza não tem a mesma extensão em Rousseau e nos seus predecessores. Sobre isso, afirma Rousseau (1989, p. 49), “os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de remontar ao estado de natureza, mas nenhum deles o conseguiu”.⁶⁵ Sua principal crítica é de que estes pensadores, ao falarem “incessantemente de necessidade, avidez, opressão, desejos e orgulho, transferiram ao estado de natureza idéias que nasceram na sociedade. Falavam do homem selvagem e descreviam o homem civil”.

Com relação às descrições realizadas por ele no que se refere ao estado de natureza e no que diz respeito ao seu caráter especulativo, Rousseau esclarece:

Comecemos, então, por afastar todos os fatos, pois que não levam à questão. Não se deve tomar as pesquisas, as quais podem introduzir o assunto, por verdades históricas, mas apenas por raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que mostrar sua verdadeira origem, semelhantes

⁶⁵ Uns [Pufendorf e Locke] nem hesitaram em atribuir ao homem nesse estado à noção do justo e do injusto, nem se preocuparam em mostrar que ele deveria ter essa noção, ou mesmo que ela lhe fosse útil. Outros [Locke] falavam do direito natural inerente a cada um de conservar o que lhe pertence, sem explicar o que entendiam por pertencer. Outros [Hobbes e Grotius], atribuindo inicialmente ao mais forte autoridade sobre o mais fraco, de imediato fizeram nascer o governo, sem pensar no tempo que deveria decorrer antes que pudessem existir entre os homens as palavras autoridade e governo. (ROUSSEAU, 1989, P. 49. GRIFO NOSSO).

a estes que quotidianamente fazem nossos físicos sobre a formação do mundo. (ROUSSEAU, 1989, p. 50).

Como bem salienta Becker (2008), fica clara na passagem acima a conotação hipotética atribuída por Rousseau ao estado de natureza. “Sua intenção é propor outro tipo de análise das origens e fundamentos das instituições humanas que não aquelas baseadas nas narrativas históricas, que em seu entender serviam tão somente para justificar as condições existentes” (BECKER, 2008, p. 151). Assim como, a analogia dirigida aos métodos dos físicos reforça o caráter hipotético e científico desta análise, pois tem como função estabelecer uma comparação, um pólo de referência para se conhecer o estado social. Neste sentido, “o estado de natureza é também um critério que permite calcular o grau de afastamento do homem social com relação a uma origem hipotética” (BECKER, 2008, p. 152). Ou ainda, possibilita um julgamento, do ponto de vista moral, no que se refere à degradação do homem social.

Mas Rousseau também aponta as dificuldades existentes no que tange à utilização de seu artifício teórico, em passagens como a que vemos no prefácio do segundo Discurso:

Não é, pois, fácil empreendimento distinguir o que há de originário e de artificial na natureza do homem e conhecer profundamente um estado que não existe, que provavelmente não existirá jamais e, do qual deve-se contudo ter noções corretas para bem julgar de nosso estado presente. (ROUSSEAU, 1989, p. 41-42).

Estas e outras passagens, de acordo com Becker (2008, p. 151), “são fundamentais para desmistificar a idéia atribuída à Rousseau, por leitores e críticos desatentos ou de má fé, de que este pretendia pregar um retorno ao ‘estado de natureza’”. Ao contrário do que afirmam, Rousseau ao longo de sua obra demonstra que a separação do homem à natureza é irreversível e que qualquer reintegração do nosso estado animal é excluída. Mesmo porque sendo o estado de natureza um artifício teórico torna-se impossível qualquer tentativa de retorno.

Em suas descrições acerca do “estado de natureza”, o filósofo genebrino qualifica-o como sendo um estado onde imperava a paz e a tranqüilidade e no qual seus habitantes viviam em harmonia, sem preocupações com o futuro, a honra, a propriedade ou todas as outras preocupações características do homem social. Essa relação de cumplicidade entre o homem e a natureza física é muito bem descrita por Rousseau a seguir:

A terra abandonada à sua fertilidade natural e coberta de imensas florestas que o machado jamais mutilou oferece a cada passo provisões e abrigo aos animais de toda espécie. Os homens, espalhados entre eles, observam, imitam sua atividade, e assim se elevam ao instinto de animais. (ROUSSEAU, 1989, p. 53).

Este homem-animal do estado de natureza, conforme esclarecem Larrère e Larrère, não é nem bom nem mau, uma vez que o homem se relaciona com o seu meio, ou seja, com os outros animais não por uma bondade moral - característica do estado social -, mas por uma bondade funcional, que também poderíamos chamar de piedade para com os demais seres vivos. Isso porque, se a natureza é neutra, então se ignora toda a forma de moralidade.

A natureza selvagem, para Rousseau, não é uma natureza ‘moribunda’, pelo contrário, é uma natureza viva, mais produtiva do que a natureza cultivada. O principal ensinamento deste quadro é que a espécie humana, como espécie natural, é viável: o homem, no estado de natureza, está em pé de igualdade com os outros animais, faz mais do que sobreviver, é são e vigoroso, vive bem, na existência de uma bondade funcional. (LARRÈRE E LARRÈRE, 1997, p. 106).

Não satisfeito em demonstrar a vivacidade do homem natural e a relação harmoniosa deste para com a natureza, Rousseau, com sua linguagem poética, ainda nos concede o privilégio de imaginarmos um quadro comparativo entre o “homem selvagem” e o homem civilizado”. Vejamos o que ele tem a nos revelar:

O homem selvagem, depois de se alimentar, fica em paz com toda a natureza e é amigo de todos os seus semelhantes. Se, algumas vezes, tem de disputar seu alimento, jamais entra em luta sem antes ter comparado a dificuldade de vencer com a de encontrar sua subsistência noutro lugar, e como o orgulho não interfere no combate, este termina depois de alguns socos. O vencedor come, o vencido vai tentar sorte, e tudo fica em paz. Mas com o homem em sociedade, tudo se passa de maneira diferente: trata-se, primeiramente, de atender ao necessário, e depois ao supérfluo; em seguida vêm as delícias, e depois as imensas riquezas, e depois os súditos, e depois os escravos; não há um só momento de descanso. (ROUSSEAU, 1989, p. 130-131)

Nesta comparação, percebe-se que a singularidade do estado civil em relação ao estado de natureza consiste no fato de que “quanto menos naturais e prementes são as necessidades, mais as paixões aumentam” (ROUSSEAU, 1989, p. 130-131). Para satisfazê-las é preciso que o homem prospere, consuma muitos tesouros e aflija muitos homens até o momento em que tudo estará arruinado, formando-se um verdadeiro quadro de miserabilidade.

Sobre esse estado de miséria, Rousseau também se posiciona contrário a outros autores modernos. Para estes, ela seria atribuída ao estado de natureza enquanto que para o filósofo genebrino a verdadeira miséria, aquela que significa a privação dolorosa e o sofrimento do corpo e da alma, estaria relacionada ao homem civil. Pois, de acordo com Rousseau (1989, p.71-72), “qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre que tem o coração em paz e o corpo com saúde”⁶⁶. Ele então pergunta qual estilo de vida, a civil ou a natural, estaria mais sujeita a se tornar insuportável para aqueles que as desfrutam?

Vale ressaltar que para Rousseau o homem se completa com a natureza, portanto, não é um estado a ser superado, como Hobbes acreditava. Rousseau afirma que “a maioria de nossos males resultam de nossa própria atuação e que poderíamos evitar quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária que nos era prescrita pela natureza” (ROUSSEAU, 1989, p.57).

Rousseau toma posição contrária à teoria do estado de natureza hobbesiano. O homem natural de Rousseau não é um "lobo" para seus companheiros. Seus desejos são satisfeitos pela natureza, e a sua inteligência, reduzida apenas às sensações, não pode sequer ter uma ideia do que seria uma associação. O homem tem o instinto natural, e seu instinto é suficiente para garantir a sua sobrevivência. Já para viver em sociedade seria necessário a razão ao homem. Portanto, enquanto o instinto é o instrumento de adaptação humana à natureza, a razão é o instrumento de adaptação humana a um meio social e jurídico. Neste sentido, seria justamente a falta de razão que possibilitaria o homem a viver naturalmente, haja vista que a razão, a linguagem e a sociedade, seriam características constituintes da cultura, e não faculdades do estado de natureza.

Rousseau também afirma que não se pode concluir, como Hobbes, que o homem natural, por não dispor de bondade - aqui entendemos por bondade moral - seja naturalmente mau, assim como não poderia ter vícios porque não conhece a virtude e tampouco se imaginaria o único proprietário de todo o universo porque suas necessidades dizem respeito apenas às necessidades físicas. “Os únicos bens que conhece no universo são o alimento, uma

⁶⁶ A título de esclarecimento, segue a passagem completa: “eu gostaria que me explicassem qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre que tem o coração em paz e corpo com saúde. Pergunto qual, se a vida civil ou natural, está sujeita a tornar-se insuportável aos que a desfrutam. Quase que vemos em torno de nós somente pessoas que se queixam de sua existência, muitas ainda que delas se privam se podem, e a união das leis divinas e humanas mal basta para deter essa desordem. Pergunto se algum dia se ouviu dizer que um selvagem em liberdade tenha somente pensado em lamentar-se da vida e entregar-se à morte. Que se julgue, pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria (ROUSSEAU, 1989, p. 71-72).

fêmea e o repouso; os únicos males que teme são a dor e a fome; digo dor e não a morte, pois jamais o animal saberá o que é morrer” (ROUSSEAU, 1989, p. 62).

O conhecimento da morte e de seus temores, em Rousseau, seria uma das primeiras aquisições do homem após se distanciar da natureza. Essa idéia nos parece uma contraposição ao pensamento de Hobbes que considera o medo recíproco e/ou o medo da morte violenta como uma das condições determinantes para os homens saírem do estado de natureza e se associarem por meio de contratos a fim de garantir a paz.

Essa ideia de necessidades distintas para o homem natural e o homem social aparece também no *Princípios do Direito e da Guerra*⁶⁷, onde Rousseau escreve:

O erro de Hobbes e dos filósofos é confundir o homem natural com o homem que eles têm sob os olhos e de transportar para um sistema um homem que só pode subsistir em um outro [...] naturalmente o bem estar do homem se limita ao necessário físico: pois quando ele têm a alma sã e quando o seu corpo não sofre, o que lhe falta para ser feliz conforme sua constituição? Aquele que não tem nada deseja pouca coisa, aquele que não comanda ninguém têm pouca ambição. Mas o supérfluo desperta a cobiça: quanto mais se obtém mais se deseja (ROUSSEAU, 2008, p. 73)

Percebemos que Rousseau salvaguarda a natureza humana e atribui a responsabilidade de nossos males às escolhas feitas pelos homens ao longo da história. Nossos atributos culturais são fruto da Perfectibilidade ou da capacidade de se aperfeiçoar, pois é ela que com o tempo tira o homem “dessa condição originária, na qual viveria dias tranquilos e inocentes; é ela que, com o passar dos séculos, faz desabrochar seu saber e seus erros, seus vícios e suas virtudes, que afinal, o faz tirano de si mesmo e da natureza”. (ROUSSEAU, 1989, p. 61). Essa capacidade que o homem tem de se aperfeiçoar, entretanto, não possui um sentido definido. Ela pode ocorrer para o bem ou para o mal, uma vez que é a livre escolha do homem que direciona a perfectibilidade. Nessa perspectiva, Rousseau afirma que tanto os direcionamentos que damos à nossa liberdade quanto os conhecimentos que orientam nossas ações não podem ser visto senão como um problema ético.

Ainda segundo o filósofo, a passagem do estado de natureza para o estado civil registra uma mudança de perspectiva de análise, de um homem que se encontra livre e destemido para um homem sujeito às leis e à moral postas em vigor. Com relação a essa passagem, Rousseau escreve no *Contrato Social*:

⁶⁷ Tradução de Evaldo Becker. IN: Revista Trans/Form/Ação, 2011, pp. 149-172.

Mesmo que nesse estado se prive de várias vantagens que usufruía na natureza, ganha outras maiores; suas faculdades se exercitam e se desenvolvem, suas idéias se ampliam, seus sentimentos se enobrecem, toda alma se eleva a tal ponto que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem frequentemente a uma condição inferior àquela donde saiu, deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou de lá para sempre e que transformou um animal estúpido e limitado em um ser inteligente e num homem (ROUSSEAU, 1962, p. 30 GRIFO NOSSO).

Em passagem como a acima citada, podemos perceber que a teoria rousseauiana não tem o intuito de promover um retrocesso na história humana, ou seja, fazer com que o homem volte ao estado de natureza e permaneça num estado de estupidez e limitação. A questão imposta por Rousseau diz respeito às escolhas humanas e aos abusos cometidos por estes. Nesse sentido, as únicas possibilidades de melhora encontram-se no próprio seio do estado social, uma vez que “[...] é coisa dos homens e está em seu poder transformar em benção a maldição existente até agora sobre todo o desenvolvimento estatal e social. Mas eles só podem resolver essa tarefa depois de se compreenderem e encontrarem a si mesmos” (CASSIRER, 1999, p. 64).

Para além das críticas que um filósofo faz a teoria do outro, o que nos interessa demonstrar a seguir é que ao sairmos da Idade Moderna e adentrarmos a Contemporaneidade perceberemos que as idéias centrais das teorias hobbesiana e rousseauiana, isto é, o medo e a desnaturação do homem, influenciam os movimentos ambientalistas de nossa época e continuam a nos interessar e nos desafiar. É preciso que façamos uma reflexão sobre esses dois momentos da história no intuito de entender em que medida as éticas modernas nos ajudam a pensar as mazelas de nossa época e em que medida podem ou devem ser atualizadas. É nessa perspectiva que apresentaremos, a seguir, as concepções de autores contemporâneos sobre ética e meio ambiente na atualidade.

3.2.3 A ética ambiental na Contemporaneidade

Se Rousseau foi mal compreendido pelos pensadores de seu tempo - a começar por Voltaire que o considerou como intolerável detrator das Luzes e defensor da barbárie -, na Contemporaneidade, ele passa a ter fundamental importância no sentido de se tentar conhecer o próprio homem. O antropólogo Claude-Levi Strauss, em seu artigo Jean-Jacques Rousseau,

Fundador das Ciências do Homem⁶⁸, reafirma a importância das análises rousseauianas que, ainda no seio do Iluminismo, alertava para os excessos da ação humana e criticava os rumos tomados em seu processo civilizatório. Segundo ele, Rousseau é um dos primeiros filósofos modernos a tratar do processo de desnaturação do homem.

Para o antropólogo belga, é nos dias atuais que o pensamento de Rousseau toma uma suprema amplitude – “o pavor daqueles que terão a infelicidade de viver depois de ti”⁶⁹. Neste mundo cheio de incertezas e ameaças para os homens, talvez, mais do que nunca – “onde proliferam todos os procedimentos de exterminação, os massacres e a torturas” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 48) – o homem ocidental pode compreender que a desigualdade é socialmente produzida no decorrer da história da humanidade e fruto, sobretudo, dessa separação do homem com a natureza.

Esse processo de afastamento do homem em relação à natureza, criticado no século XVIII por Rousseau e ampliado no século XIX com o advento da Revolução Industrial, retorna no século XX, sobretudo no pós-guerra, por meio de estudiosos que buscam compreender a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio ambiente, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – enquanto uma “crise de civilização”⁷⁰, intimamente vinculada ao conhecimento das relações sociedade-natureza que produz novos valores e formas de atuação. Essa mesma crise, por conseguinte, permite-nos refletir a respeito da relação do ser humano com a natureza enquanto um repensar de nossa própria identidade e dos limites e potencialidades do humanismo. Sobre isso também escreve Nancy Mangabeira Unger, em seu artigo Humanismo e Biocentrismo: o ecologismo como questão filosófica I. Segundo a autora, um dos gestos inaugurais da modernidade foi o homem pensar sua autonomia como recusa de qualquer referência transcendente, uma vez que no Humanismo moderno o fundamento de valor do homem é o próprio homem. Assim, “pensar a liberdade com exclusão de qualquer horizonte externo é não só um dos traços principais da modernidade, mas também uma questão com a qual voltamos a nos defrontar atualmente” (UNGER, 1992, p. 21). Na sequência, a autora pergunta se poderemos superar criativamente a crise em que vivemos, a crise desse próprio humanismo, buscando uma definição mais abrangente do homem e de seu espaço na natureza?

⁶⁸ Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976. pp. 41-51.

⁶⁹ Referência do autor a seguinte passagem do Segundo Discurso: “Descontente com teu estado atual, por razões que prometem à tua infeliz posteridade ainda maiores descontentamentos, talvez desejasse retroceder; esse sentimento deve constituir o elogio de teus primeiros antepassados, a crítica de teus contemporâneos e o pavor dos que terão a infelicidade de viver depois de ti” (ROUSSEAU, 1989, p. 51).

⁷⁰ Cf. LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. Trad. Sandra Valenzuela. – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2006. p. 59.

Essa questão nos instiga a refletir ainda mais acerca da ação humana no meio ambiente. Sobre nosso empenho em rever nossas ações, a fim de mudar atitudes/ costumes e transformar os valores vigentes. Pois, se o homem é um ser histórico, social e prático, que transforma o mundo que o rodeia e é transformado por este, é possível pensar que exista a possibilidade real de o ser homem mudar a sua forma de se relacionar com a natureza, incluindo-se no meio como um ser que interage e respeita os limites dessa inter-relação.

Já em Filosofia, Ética e Meio Ambiente, Vera Vidal faz referência àquilo que diferencia a natureza do homem de todos os outros seres vivos que habitam a Terra: a racionalidade. Segundo Vidal, “entre todos os seres da natureza, o homem é o único a dispor de um aparato privilegiado para auxiliá-lo em sua sobrevivência: a razão, que lhe permite interpretar e agir inteligentemente para otimizar sua qualidade de vida” (VIDAL, 2008, p.129).

Contudo, se na modernidade essa razão é tida como fator de dominação do homem para com a natureza, na contemporaneidade ela começa a ser empregada dentro de uma estratégia conceitual. Seu propósito é guiar, de acordo com Leff (2002, p. 90), um conjunto de ações sociais para a construção de uma possível “racionalidade ambiental”, ou seja, a transformação do conhecimento que induz à problemática ambiental sobre um conjunto de paradigmas científicos, mobilizando e articulando um conjunto de saberes teóricos e práticos na valorização do uso dos recursos naturais.

A crítica ao crescimento selvagem e a análise de seus custos sociais e ambientais estimularam, conforme Sachs (2002, p. 70) uma extensa literatura e a formulação de importantes conceitos. Na década de 70, durante a Conferência de Estocolmo da ONU, o próprio Sachs propõe a ideia de “ecodesenvolvimento”, onde procura-se fazer um aproveitamento sensato da natureza para a construção de uma boa sociedade, com planejamento local e participativo no nível micro – das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidos na proteção de uma determinada área.

Já nos anos de 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (CMMAD/ONU), adotou a concepção de desenvolvimento sustentável, como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

Conforme salienta Roberto Guimarães, em seu artigo A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento, essa discussão em nível internacional foi fruto de intensos debates e críticas relacionadas ao modelo econômico predominante sem deixar de afirmar que os seres humanos constituem o centro e a razão desse processo de desenvolvimento.

Esse novo estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética do desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida pessoas (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Em outras palavras, a concepção de desenvolvimento sustentável advoga uma ética ambiental que prioriza um novo estilo de desenvolvimento: ambientalmente sustentável com relação ao acesso e uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; socialmente sustentável na busca incansável da redução da pobreza e das desigualdades sociais, por meio da promoção da equidade social; culturalmente sustentável, na promoção e valorização das práticas e símbolos de identidade dos povos; politicamente sustentável, ao promover a democracia e garantindo a participação de todos, através do acesso aos processos decisórios e do acesso à justiça; e, por fim, economicamente sustentável, repensando e reorganizando os padrões de consumo e o estilo de vida que se almeja.

Sachs (2002) salienta, entretanto, que independente da denominação adotada internacionalmente - ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável – a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o Encontro de Estocolmo até a Conferência do Rio de Janeiro.

Este último evento foi um dos marcos da década de 90, quando foram aprovados vários documentos de comprometimento internacional, dentre eles: a Agenda 21, identificada como uma agenda de trabalho para o século XXI, e a Carta da Terra. Contudo, poucas providências foram efetivamente tomadas para minimizar os problemas mundiais e promover um diálogo sobre valores compartilhados e a ética ambiental no âmbito do global⁷¹. Exemplo claro dessa falta de acordos sobre a problemática ambiental foi verificado durante a V Conferência sobre Mudanças do Clima, em Copenhagen, na Dinamarca, onde muito foi discutido em termos de políticas entre os países e pouco foi posto em prática por meio de convenções e acordos.

⁷¹ Sobre isso ver CAMARGO, 2003; GUIMARÃES, 2001; e PORTLHO, 2005.

Mas enquanto os países não chegam a um consenso sobre políticas ambientais para um nível macro e os indivíduos sentem dúvidas sobre quais boas práticas ambientais adotar em seu nível micro, o processo civilizacional contemporâneo continua levando o homem a temer seu próprio poder de destruição. Zygmund Bauman, em seu livro *Medo Líquido*, afirma que a humanidade alcançou, no curso do último século, a capacidade de autodestruição uma vez que possui todas as armas necessárias para cometer o suicídio coletivo, seja por vontade própria ou falha. Essa autodestruição que se aproxima, segundo o sociólogo alemão, pode chegar de várias formas. A explosão de armas explicitamente destinadas a destruir vidas é apenas uma entre muitas. Contudo, a mais aterrorizante, já que é uma variante sub-intencional e indireta de autodestruição é a perspectiva de tornar o planeta inabitável para os seres humanos e outras formas de vida conhecidas.

O que torna esse tipo de catástrofe definitivamente pérfida e seu avanço particularmente difícil de monitorar, muito menos impedir, é o fato de sua iminência ser paradoxalmente o resultado direto, embora raramente imaginado e quase nunca planejado, dos esforços humanos para tornar o planeta mais hospitaleiro e mais confortável para as pessoas viverem. (BAUMAN, 2008, p 97).

Em outras palavras, o nosso desejo insaciável de querer cada vez mais conforto poderá ocasionar na nossa destruição. Nunca estamos satisfeitos com o que temos. Sempre queremos a melhor casa, o melhor carro, as melhores roupas e equipamentos... Buscamos constantemente, na medicina, soluções para as mazelas do nosso corpo. Aumentamos consideravelmente o tempo médio de vida entre os homens, mas ainda insatisfeitos, queremos encontrar a “cura” para a morte, retardando cada vez mais o fim da vida.

Com efeito, salienta Bauman (2008, p. 99), nos esquecemos ou fazemos questão de esquecer que todos os abusos da vida moderna “não poderiam ter ocorrido e com toda certeza não conseguiriam avançar no ritmo que adquiriram se a questão dos limites espaciais ‘naturais’ e intransponíveis não fosse explicada de maneira conveniente e ativamente reprimida”. Ou ainda, que tais discursos em relação ao preceito da universalidade e da igualdade entre os seres humanos não teria assumido as proporções atuais “se os limites da sustentabilidade do planeta tivessem sido reconhecidos e admitidos”.

Com efeito, percebemos que as reflexões a respeito da relação do homem com o meio ambiente têm avançado ao longo dos últimos cinquenta anos. As questões ambientais têm recebido crescente atenção dentro do debate internacional sobre globalização. Governos e ambientalistas têm ressaltado que os problemas ambientais são globais e que, portanto, as

respostas requerem, igualmente, ações globais. Este aparente consenso não impede, no entanto, o surgimento de uma profusão de discursos e práticas que expressam diferentes ideologias e orientam propostas e agenda políticas diferenciadas para o enfrentamento do mesmo problema. Com base nisso, abordaremos a seguir a concepção do princípio responsabilidade, de Hans Jonas, que tem ganhado destaque nas discussões sobre o meio ambiente, pois traz uma abordagem nova nessa relação ética do homem com as gerações futuras e com o seu meio.

3.4 O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE EM JONAS

O processo de afastamento do homem em relação à natureza, criticado por Rousseau no século XVIII, é retomado por Hans Jonas no final do século XX, quando o filósofo alemão publica *O Princípio Responsabilidade – Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* (1979). Neste livro, Jonas propõe ao pensamento e ao comportamento humano uma nova ética. Respalhada pela teoria da responsabilidade, essa nova ética sai de um estágio puramente antropocêntrico, que visa somente às ações e os efeitos presentes, para uma “ética do respeito” que inclui os demais seres da natureza e as futuras gerações.

Segundo Jonas, a tese de partida desta obra é que a promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça. Uma ameaça que vai além da constatação física, pois atinge o homem na sua essência, haja vista que o imperativo tecnológico elimina a consciência, o sujeito e a liberdade em proveito de um determinismo. Sobre isso, o autor escreve:

Certas transformações em nossas capacidades acarretaram uma mudança na natureza do agir humano. E, já que a ética tem a ver com o agir, a consequência lógica disso é que a natureza modificada do agir humano também impõe uma modificação na ética. [...] As novas faculdades que tenho em mente são, evidentemente, as da técnica moderna. (JONAS, 2006, p. 29)

A técnica moderna introduziu, conforme o autor, ações com ordem inédita de grandeza que a ética tradicional não consegue mais enquadrá-las. Toma-se como exemplo a crítica

vulnerabilidade da natureza provocada pela intervenção técnica do homem. Essa descoberta, complementa o autor:

Modifica inteiramente a representação que temos de nós mesmos como fato causal no complexo sistema das coisas. Por meio de seus efeitos, ela nos revela que a natureza da ação humana foi modificada de facto, e que um objeto de ordem inteiramente nova, nada menos que a biosfera inteira do planeta, acresceu-se àquilo pelo qual temos de ser responsáveis, pois sobre ela detemos poder. (JONAS, 2006, p. 39).

Assim, a natureza como uma responsabilidade humana é seguramente uma novidade sobre o qual uma nova teoria ética deve ser pensada. Que tipo de deveres ela exigirá? Haverá mais do que o interesse utilitário?

Conforme explica Garçon, ao propor uma ética da responsabilidade futura Jonas deixa claro que quanto menos se age, menor é a nossa responsabilidade. Sendo assim, a responsabilidade não fixa fins, mas é a imposição formal de todo o agir causal entre os homens, dos quais se pode exigir uma prestação de contas. Ou seja, “a geração futura poderá pedir prestação de contas sobre as condições de habitabilidade com qualidade de vida num planeta porventura descuidado pelas gerações presentes” (GARÇÃO, 2010, p. 25). A responsabilidade, neste sentido, seria para Jonas precondição da moral ou a disponibilidade de assumir seus atos, suas responsabilidades. Sobre a teoria da responsabilidade, Jonas escreve:

Como toda teoria ética, uma teoria da responsabilidade deve lidar com ambos os aspectos: o fundamento racional do dever, ou seja, o princípio legitimador que está por trás da reivindicação de um ‘dever-ser’ imperativo, e o fundamento psicológico da capacidade de influenciar a vontade, ou seja, de ser a causa de alguma coisa, de permitir que sua ação seja determinada por ela. Isso quer dizer que a ética tem um aspecto objetivo e outro subjetivo, aquele tratando da razão e o último, da emoção (JONAS, 2006, p. 157).

Assim, em substituição aos antigos imperativos éticos, entre os quais o imperativo kantiano – “aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral” -, Jonas (2006, p. 47-48) propõe um novo imperativo, segundo ele, mais adequado ao novo tipo de agir humano e voltado para o novo tipo de sujeito atuante: “aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”; ou de forma negativa: “aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de tal vida”; ou ainda: “inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer”.

Jonas também defende que existem dois tipos de responsabilidade: a responsabilidade natural e a responsabilidade contratual. “A primeira requer a nossa responsabilidade, sem que tenhamos opção de escolha e não podemos revogá-la; já a contratual é fruto de uma escolha e pode ser revogada” (GARÇÃO, 2010, p. 26). Contudo, Jonas apresenta exceções, a exemplo do político que ambiciona o poder para assumir responsabilidade suprema. Ele reforça a idéia de uma ética de responsabilidade⁷², exercida pelos políticos no sentido de promover e garantir políticas públicas que primem pelo bem estar da grande maioria. No que tange à responsabilidade natural, podemos entender que é esse tipo de responsabilidade que devemos ter para com o meio ambiente, haja vista que não nos resta escolha: ou tratamos de cuidar da nossa morada ou o futuro da espécie humana estará ameaçado.

É importante notarmos que, apesar da proximidade do pensamento de Jonas ao de Rousseau quanto à interferência da ciência e da técnica no agir humano, o autor contemporâneo também se assemelha a Hobbes ao defender a idéia do mal (heurística do medo) como um processo metodológico que pode trazer um consenso mais rápido sobre quais os riscos e ameaças que devem ser evitados pelas sociedades contemporâneas a fim de garantir a “ética do respeito” para com as gerações futuras e um “princípio responsabilidade” na relação homem e natureza.

O filósofo alemão afirma que o medo tratado por ele não é o medo egoísta de Hobbes⁷³. Contudo, chega muito próximo à idéia de racionalidade do medo, proposto pelo autor inglês, ao escrever: “o medo que faz parte da responsabilidade não é aquele que nos convida a não agir, mas aquele que nos convida a agir” (JONAS, 2006, p. 351). Trata-se, segundo ele, de um medo que tem a ver com o objeto da responsabilidade, pois enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo. A respeito disso, Jonas escreve:

O reconhecimento do malum é infinitamente mais fácil do que o do bonum; é mais imediato, mais urgente, bem menos exposto a diferenças de opiniões; [...] Não duvidamos do mal quando com ele nos deparamos; mas só temos certeza do bem, no mais das vezes, quando dele nos desviamos. [...] O que nós não queremos, sabemos muito antes do que aquilo que queremos. Por isso, para investigar o que realmente valorizamos, a filosofia da moral tem de consultar o nosso medo antes do nosso desejo. (JONAS, 2006, p. 71)

⁷² Esse tipo de responsabilidade contratual, exercida pelos políticos, já havia sido pensada por Weber, como vimos anteriormente, em sua conferência *Política como vocação*.

⁷³ Egoísta porque para Hobbes o medo, enquanto uma paixão, está diretamente relacionado ao indivíduo que tem medo da morte violenta e de sua integridade física. Em Jonas, o medo não diz respeito a minha própria vida, mas das gerações futuras.

Em outras palavras, apesar de o bem ser um objeto da ética, metodologicamente o mal pode trazer um consenso mais rápido sobre aquilo que não desejamos. Assim, Jonas sugere dois deveres para a “ética da responsabilidade”: primeiro, “projetar o futuro” – portanto, o malum imaginado deve assumir papel de malum experimentado; segundo, “mobilizar o sentimento adequado à representação” para que a heurística do medo seja obtida.

Jonas finaliza dizendo que a responsabilidade é o cuidado reconhecido como obrigação em relação a um outro ser, que se torna “preocupação” quando há uma ameaça de vulnerabilidade. Já o medo está presente na questão original, com a qual podemos imaginar que se inicie qualquer responsabilidade.

O esforço consciente para assumir um medo desinteressado, no qual junto com o mal apareça o bem a ser defendido, junto com o infortúnio apareça uma salvação que não faça exigências demasiadas, o medo se torna a primeira obrigação preliminar de uma ética da responsabilidade histórica. (JONAS, 2006, p. 352).

De acordo com Bernard Sève, em seu artigo O medo como procedimento heurístico e como instrumento de persuasão em Hans Jonas, o medo para o filósofo alemão apresenta-se sob dois aspectos principais. De um lado ele é princípio de conhecimento, de outro, princípio de prática, sobretudo, um princípio de prática política. Sève tem uma leitura fortemente crítica em relação à idéia do medo em Jonas. Para o comentador francês, a posição do filósofo no que se refere à heurística do medo é perfeitamente convincente, “desde que deixe de lado o problema da ligação entre heurística e o projeto de fundação metafísica da objetividade de valores e dos fins” (SÈVE, 2007, p. 169).

O problema de Jonas, segundo Sève (2007, p. 170), é combinar a antecipação de uma ameaça imaginada com a heurística do medo. Ao preconizar uma verdadeira antecipação da ameaça, Jonas estaria assumindo a postura de um filósofo que “gostaria de antecipar, produzindo-as ele próprio, todas as objeções que poderiam ser dirigidas a seu sistema”. A experiência, complementa Sève, mostra que esse esforço, plenamente racional em si, rapidamente encontra seus limites. “Ninguém consegue, seriamente, desligar-se a esse ponto de sua posição fundamental, de modo que possa observar seu próprio discurso com os olhos de um outro”. Isto é, a validade da heurística do medo não pode ultrapassar os limites da analogia enquanto experiência real e não puramente imaginada.

No que se refere à racionalidade do medo em Jonas e Hobbes, o comentador afirma que essa “mobilização”, no sentido literal do termo, “esse tornar-se móvel do medo” não diz respeito apenas à esfera ética. Ela está antes disso ligada à política. Contudo, existem inúmeras razões para se desconfiar do medo como ferramenta política, haja vista que o seu primeiro efeito é o de humilhar os homens e diminuir a sua autonomia. Já num comparativo entre o autor moderno e o contemporâneo, escreve Sève:

Aquilo que é profundamente hobbesiano em Jonas, o que autoriza e até impõe a comparação com o autor do *Leviatã*, é a convicção de que a determinação negativa contra o mal e, na prática, superior a uma impossível determinação positiva pelo bem. É preciso ‘se salvar do mal supremo’ e não buscar o bem supremo, diz Jonas. Mas, contrariamente a de Hobbes, a posição de Jonas faz do mal supremo alguma coisa que é para mim indeterminada. Já que o eventual desaparecimento da humanidade depois de mim não é meu mal. Para Hobbes, o mal supremo é a perda da minha vida ou da minha integridade física; para Jonas, é tudo o que tornaria impossível o prolongamento indefinido da existência de uma verdadeira humanidade sobre a terra. (SÈVE, 2007, p. 178)

Nessa perspectiva, o temor hobbesiano seria então naturalmente definido enquanto que o temor jonassiano não disporia desta mesma característica. Assim, defende Sève (2007, p. 179), se não sabemos mais do que se deve temer também não podemos hierarquizar racionalmente o perigo.

Na contramão da ideia defendida por Sève está a antropóloga Nathalie Frogneux, que defendeu sua tese de doutorado – *Hans Jonas ou a vida no mundo*⁷⁴ – a partir de uma análise do conjunto da obra do autor alemão. Para a especialista, Jonas reata com uma tradição que valoriza o medo. Para tanto, ela busca demonstrar essa trajetória de Jonas em seu artigo *O medo como virtude de substituição*, ao apropriar-se da ideia aristotélica que define coragem como a virtude daquele que enfrenta o perigo, enquanto é próprio do covarde fugir do medo e do imprudente o ignorá-lo.

Frogneux deixa claro que Jonas não pensa o medo como virtude, mas como o melhor substitutivo ou uma verdadeira sabedoria. Pois, “à medida que abre a possibilidade de novos conhecimentos, o medo permite, de um lado, sair da ignorância do perigo e evita a imprudência; e por outro lado, à medida que nos mobiliza para a ação, permite evitar a covardia” (FROGNEUX, 2007, p. 188).

⁷⁴ Tese defendida no Instituto Superior de Filosofia da Universidade Católica de Louvain (Bélgica).

A heurística do medo seria, então, esse método preconizado por Jonas para renovar os fundamentos da ética e para revelar os valores a serem preservados. Mas a dificuldade desse medo ético diz respeito a ele não ser espontâneo, uma vez que ele assume uma postura intelectual diante de um perigo que ainda não foi experimentado. “Com efeito, Jonas não fala de uma ameaça imaginada, mas de ameaça antecipada ou representada e propõe lançar-se a experiência de pensamentos que permitam ampliar nosso saber filosófico” (FROGNEUX, 2007, p. 191. GRIFO NOSSO)⁷⁵.

Ainda de acordo com a antropóloga, como Cassandra⁷⁶, Jonas se encontra numa situação paradoxal de ordenar uma responsabilidade pelo futuro, predizendo algo que está por vir e que ele mesmo espera que não aconteça. O autor compara-se ao ícone da mitologia quando diz que aquele que dá o sinal será condenado a um papel de Cassandra. Sobre isso, a especialista comenta:

Resignado a fracassar no plano metafísico, a fim de obter sucesso no plano da ética, ele aceita o paradoxo do profeta cuja profecia é necessariamente falsa. Sua heurística do medo o leva, assim, a profetizar o pior com o objetivo de evitá-lo. A partir daí, de duas uma: ou a profecia como ato performático causa efeito e a catástrofe é evitada invalidando a profecia, ou a profecia fracassa enquanto aviso, não produzindo nenhum efeito e se tornando verdade (FROGNEUX, 2007, p. 201).

A profecia da infelicidade é feita para evitar que ela se realize. Jonas por meio da sua heurística do medo - que lhe valeram numerosas críticas - busca uma forma de antever esse mal que está diretamente ligado à existência do homem. Outros autores depois dele, a exemplo de Jean-Pierre Dupuy e René Girard questionam a invisibilidade do mal que se esconde sob os traços do sucesso e do progresso tecnológico. No contexto que vivemos atualmente, onde adquirimos os meios para destruir nosso planeta e a nós mesmos, mas não mudamos nossa maneira de pensar, tomar por certo o que apenas é provável e antecipar o pior como ameaça real parece-nos uma tarefa difícil, porém não impossível. É preciso praticá-la.

⁷⁵ Em nota, a especialista afirma que a tradução francesa pode prestar-se a uma confusão neste ponto, pois fala de “*malum imaginado*” (H. Jonas, *Princípio responsabilidade*, cit., p. 51) enquanto o texto alemão menciona “*die vorgestellte malum*” – um mal representado (H. Jonas, *Das Prinzip Verantwortung*, cit., p. 65). Acrescentamos que na tradução brasileira também é utilizado “*malum imaginado*” (H. Jonas, *o princípio responsabilidade*, cit., p. 72). Com efeito, entendemos, que Frogneux faz uma crítica a interpretação de Sève, em seu artigo *O medo como procedimento heurístico e como instrumento de persuasão*. Ambos os textos fazem parte do livro *Ensaio sobre o Medo*, organizado por Adauto Novais, 2007.

⁷⁶ Figura mítica da sacerdotisa cujo saber é vão, ela profetiza a infelicidade, a queda de Tróia, mas seus conhecimentos do perigo e da verdade é inaudível a seus concidadãos que denunciam os “gritos de Cassandra” como gritos vãos da infelicidade, que teriam por único efeito espantar o pânico na cidade.

Em certa medida, a Comunicação de Risco surge para cumprir esse papel de prever os riscos e antecipar o perigo. Contudo, o ato de comunicar os riscos de forma planejada, transparente e participativa distancia-se das proposições de Jonas, que parece depositar excessiva confiança no governante e negligencia justamente a parte de esclarecimento e participação da sociedade na tomada de decisão.

3.5 O USO DA ÁGUA DOCE COMO UM PROBLEMA ÉTICO

A importância da água para a sobrevivência de todos os seres vivos é fator indiscutível. Mas a percepção dos recursos hídricos como problema digno de atenção apenas surgiu no momento em que houve redução na disponibilidade de água doce em locais onde, tradicionalmente, se verificava sua abundância.

Estimativas do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA) dão conta que, atualmente, mais de um bilhão de pessoas não dispõe de água potável suficiente para o consumo e que aproximadamente um terço da população mundial vive em países que sofrem de estresse hídrico moderado e alto, onde o consumo de água é superior a 10% dos recursos renováveis de água doce. Já para 2020, prevê-se que o uso da água aumentará em 40% e que será necessário um adicional de 17% de água para a produção de alimentos, a fim de satisfazer as necessidades da população que está em constante crescimento.

Apesar de a Terra ser composta predominantemente por água, apenas 2,5% ou cerca de 35 milhões de Km³ corresponde à água doce. A maior parte desta água se apresenta em forma de gelo ou neve permanente, armazenadas na Antártida e na Groelândia, ou em aquíferos de águas subterrâneas profundas - a exemplo do Aquífero Guarani, localizado no extremo sul da América Latina. A parte aproveitável desta fonte é de apenas 1% de toda a água doce e somente 0,01% de toda a água da Terra. O problema é que grande parte dessa água disponível está localizada longe de populações humanas, o que dificulta ainda mais a utilização deste recurso natural. Soma-se a isso a distribuição desigual deste recurso no globo terrestre.

Enquanto presidente da subcomissão sobre Ética da Água Doce da Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST), Lord Selborne trata

com propriedade do tema em questão. O autor do livro *A ética no uso da água doce* lembra que a utilização dos recursos de água doce é fonte de numerosos problemas, cuja resolução necessita uma profunda reflexão ética.

A água é desperdiçada; seu uso indisciplinado expõe terras frágeis à desertificação; sua disponibilidade e qualidade são determinantes para a qualidade de vida e da estabilidade da sociedade no século XXI (SELBORNE, 2002, p. 09).

A questão, segundo Selborne, é saber se o planeta pode suportar o ritmo atual de exploração dos recursos de água doce. Para isso, ele faz uma abordagem da água como um problema ético, uma vez que o tema tange tanto a questão do consumo da água, quanto da proteção e da distribuição dos recursos hídricos.

Os princípios éticos, conforme o autor, exigem uma política de preços apropriada, assim como clareza e responsabilidade perante a comunidade interessada mais ampla. O contexto regulatório precisa refletir os interesses dessa comunidade, que pode ser identificada como local, regional, nacional ou internacional. “Obviamente haverá problemas se o contexto regulatório se desenvolver dentro de limites administrativos e não dos limites hídricos naturais, e a melhor prática reconhecerá as realidades das áreas de captação de água”. (SELBORNE, 2002, p.24)

O autor também argumenta quanto à necessidade de se desenvolver e de se mobilizar novas tecnologias para conservar, captar, transportar, reciclar e salvaguardar nossos recursos hídricos. Em outras palavras, é preciso garantir que uma vez desenvolvidas com êxito essas práticas e sistemas inovadores, “eles se difundam amplamente, e que o processo participativo possa avaliar a sua relevância para a aplicação em outras áreas” (SELBORNE, 2002, p. 24). A informação, neste sentido, passa a ser essencial, pois quanto mais dados sobre a água e as tecnologias disponíveis, mais facilmente se dará o bom uso deste recurso natural. O acesso público a informação, portanto, pode ser configurado como um imperativo ético, sobretudo, se levarmos em consideração que o controle da água é, por conseguinte, controle da vida e das condições de vida.

Os debates sobre a gestão dos recursos hídricos também refletem discussões mais vastas sobre a ética social, uma vez que relacionam-se com o que muitos consideram princípios éticos universais. Selborne exemplifica a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, de 1948, e a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, de

1977, enquanto convenções que garantem a todos o “livre acesso à água potável em quantidades e de qualidade iguais às das suas necessidades básicas” (SELBORNE, 2002, p. 26-27). Outros princípios podem ser aplicados diretamente ao tema água, tais como:

1. O princípio da dignidade humana, pois não há vida sem água e àquele a quem se nega água nega-se a vida;
2. O princípio da participação, pois todos os indivíduos, especialmente os pobres, precisam estar envolvidos no planejamento e na gestão da água;
3. O princípio da solidariedade, pois a água confronta os seres humanos com a interdependência a montante e a jusante, e as propostas correntes de uma gestão integrada dos recursos hídricos pode ser vista como uma consequência direta dessa consciência;
4. O princípio da igualdade humana, entendido como a concessão a todas as pessoas do que lhes é devido, e que descreve perfeitamente os desafios atuais da gestão de bacias hidrográficas;
5. O princípio do bem comum, pois, sendo a água um bem comum, a gestão inadequada deste recurso natural reduzirá a dignidade e o potencial humano;
6. O princípio da economia, que traz consigo a idéia de uso prudente, e não uma reverência extremada à natureza; com efeito, boa parte da gestão dos recursos hídricos diz respeito a busca de um equilíbrio de nossas ações.

Especificamente no caso brasileiro, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97)⁷⁷ estabelece seus fundamentos no art. 1º. São eles; I) a água é um bem de domínio público; II) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III) em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade. Estes fundamentos legais também podem

⁷⁷ Ver ANEXO 1.

colaborar na compreensão ética do uso da água, uma vez que determinam o seu caráter público, usos prioritários e múltiplos, bem como a gestão descentralizada e participativa.

No Brasil, de acordo com Viegas (2008), enquanto um Estado social e democrático de Direito, a democracia não pode ser vista apenas como um instrumento formal, tampouco se contenta com as deliberações dos representantes eleitos e de seu corpo técnico/burocrático. Exige, assim, um suplemento fundamental que é a participação popular direta nos processos decisórios de interesse coletivo. No que tange às discussões sobre água, afirma ele, a gestão descentralizada, participativa e democrática está inserida na perspectiva de uma proteção e responsabilidade comunitária, e não simplesmente como uma tarefa ou objetivo restrito ao Estado.

Trata-se, portanto, de uma inovação em nosso sistema. Pois, historicamente a gestão hídrica brasileira desenvolveu-se de maneira fragmentada e centralizada, concomitantemente. “A fragmentação é evidenciada pelo fato de cada setor (elétrico, agrícola, etc.) realizar seu próprio planejamento e adotar medidas particulares”. Ao passo que a centralização “resulta de as definições políticas serem tomadas pelos governos estaduais e federal, sem a participação dos governos municipais, dos usuários da água e da sociedade civil. (VIEGAS, 2008, p. 97).

Em relação à descentralização participativa, esclarece o jurista, é um método que admite ao Estado manter o domínio sobre a água ao mesmo tempo em que descentraliza a gestão, garantindo a efetiva participação da sociedade e dos usuários da água através de entidades especialmente implementadas. É o caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas que estão no primeiro nível da administração, mas que foram criadas e autorizadas pelo Conselho Estadual ou Federal de Recursos Hídricos e que contam com as Agências das Águas, no que diz respeito à função de secretaria executiva.

Os comitês de Bacia são compostos por representantes do Poder Público (nos três níveis: federal, estadual e municipal), dos usuários e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. A participação popular da sociedade é condição sine qua non para a gestão eficaz dos recursos hídricos, proposta na Lei 9.344/97. As deliberações do Comitê têm caráter predominantemente político, mas devem estar lastreadas em dados técnicos, que possibilitem a compreensão das consequências de cada escolha.

Viegas atesta haver um problema nesse processo aparentemente descentralizador e de gestão democrática. Conforme o jurista, para todas as decisões dos Comitês cabe recurso ao Conselho Estadual ou Federal de Recursos Hídricos, que são compostos por uma maioria de

integrantes originários do Poder Público. “Desse modo, há apenas uma aparente descentralização e gestão democrática. Quando o assunto interessa ao governo, aprova ou desaprova o que bem entender, pois domina o órgão de deliberação última das questões hídricas”. Esse conflito de interesses é claramente percebido nas discussões relativas à transposição das águas do rio São Francisco, como veremos na seqüência.

Por fim, entendemos que no caso da água, a ética de que precisamos deveria ser construída sobre três paradigmas: com sentido de propósito compartilhado, em harmonia com a natureza; baseado no equilíbrio entre os valores humanos tradicionais e o emprego de novos progressos tecnológicos; e buscando a participação conjunta e efetiva no planejamento e na gestão dos recursos hídricos. É sobre este último ponto que iremos tratar no capítulo seguinte ao analisarmos o conceito de Comunicação de Risco, que se insere num processo de Gestão do Risco e está amparado por uma ética do discurso.

4. COMUNICAÇÃO DE RISCO E A ÉTICA PROFISSIONAL

Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e porque devemos fazê-lo.

JONAS

No decorrer deste trabalho tentamos mostrar que o homem, ao longo da história, tem desencadeado uma série de problemas tanto ao meio ambiente quanto a sua própria espécie, sobretudo porque na relação homem/natureza ele sempre se põe à margem do ambiente onde vive e nesse processo acaba por desnaturalizar-se. Contudo, o reconhecimento dos malefícios de suas ações, que tem ocorrido especialmente a partir da segunda metade do século XX, e a possibilidade de repensá-las requer uma reflexão sobre os meios adequados de produção e transmissão de informações necessárias para promover transformações efetivas na ação humana. Nesse sentido, a compreensão da comunicação como uma dialogia⁷⁸ é, sem dúvida, um dos modelos mais influentes da comunicação, que remonta à filosofia grega⁷⁹. Cientes disso, optamos por concentrar nossa atenção na análise da concepção da comunicação de um dos autores contemporâneos mais expressivos que opera com esse modelo, o filósofo alemão Jürgen Habermas.

Nesta proposta não pretendemos constituir uma aplicação mecânica da teoria da ação comunicativa de Habermas em uma situação empírica no campo da comunicação de risco. Nossa intenção é buscar, nessa teoria, subsídios para fundamentar e orientar uma ação interdisciplinar que tenha como base uma interação dialógica⁸⁰, sem perder, no entanto, o vínculo com o pensamento desse autor. Para além disso, pretendemos estabelecer uma

⁷⁸ A palavra dialogismo vem de diálogo – “conversa”, “interação verbal” que supõe pelo menos dois falantes. Para o linguista Mikhail Bakhtin (2010), dialogismo é, portanto, o processo de interação entre textos que ocorre na polifonia, pois tanto na escrita como na leitura, o texto não é visto isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares e/ou próximos.

⁷⁹ A dialética, em Heráclito e Platão, significa o jogo de opostos. Os pólos opostos (tese e antítese), num primeiro momento, se excluem mutuamente, configurando assim uma relação de oposição excludente: um sempre exclui o outro, embora sempre aponte para ele. Num segundo momento, entretanto, essa relação de oposição excludente, trabalhada pela razão que a depura e eleva, transforma-se em uma unidade (síntese) em que os pólos antes opostos agora estão conciliados e unificados. (CIRNE-LIMA, 2010, p. 139-141).

⁸⁰ Dialógico, segundo estudiosos da Análise do Discurso é o ato de se dialogar com outros discursos, isto é, quando falamos ou escrevemos, dialogamos com outros discursos, trazendo a fala do outro para o nosso discurso. “Isso se faz de forma explícita usando, por exemplo, o discurso direto, indireto, ou colocando palavras, enunciados (do outro) entre aspas ou itálico. Mas podemos fazer isso também de forma implícita, sem dizer quem falou, como no caso dos provérbios ou ditados populares” (BRANDÃO, 2011).

discussão sobre o caráter ético da ação humana, que a priori deve fundamentar tanto a profissão de Jornalismo quanto os discursos proferidos por esta categoria profissional.

Tendo por base este aparato teórico, avançaremos em nossas análises tratando do conceito e da dimensão do risco para, em seguida, defender a concepção de risco enquanto uma construção social, isto é, o risco passa a ser determinado por diferentes percepções possíveis numa mesma sociedade, assim como pelas forças estruturais da sociedade em questão. Por este motivo, um risco só pode ser valorado no ambiente e na situação ao qual ele pertence. Fora dele, o risco não expressa a mesma significância. A comunicação de risco, conforme mostraremos no final deste capítulo, enquanto uma área de atuação recente na Comunicação, surge na perspectiva de buscar a eficácia do agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo dos riscos de uma sociedade, que em nosso entendimento apresenta-se como característica fundamental de uma ética discursiva.

4.1 DA AÇÃO COMUNICATIVA À ÉTICA DO DISCURSO

Jürgen Habermas é um filósofo e sociólogo alemão contemporâneo, que tem seu nome associado à Teoria Crítica⁸¹, cujos principais representantes são Adorno, Marcuse, Horkheimer e Benjamin. Não obstante as diferenças de pensamento desses filósofos, um tema perpassa a obra de todos eles: a crítica radical à sociedade industrial moderna. Com o advento da modernização passou a prevalecer nas sociedades industriais uma forma de racionalidade: a racionalidade instrumental. Essa racionalidade define-se pela relação meios-fins, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas a atingir os objetivos desejados.

Habermas partilha dessa crítica, apesar de não priorizar em seus escritos a negatividade do momento⁸², mas de tentar salvaguardar a razão da perplexidade e do pessimismo. Ao repensar a ideia de razão e racionalização, Habermas busca superar as

⁸¹ Designação utilizada atualmente para se referir ao que já se chamou de Escola de Frankfurt.

⁸² "O negativismo de Adorno que, num contexto abrangente da lógica do desenvolvimento, só enxerga ainda a confirmação de que não é mais possível romper a magia de uma razão instrumental aparatosamente transformada em totalidade social". (HABERMAS, 2003, p. 23).

oposições que transpassam a cultura contemporânea: modernidade versus pós-modernidade, racionalismo versus relativismo, universalismo versus contextualismo, subjetivismo versus objetivismo, humanismo versus morte do homem. Ou seja, na tentativa de superar o conceito de racionalidade instrumental, o filósofo alemão amplia o conceito de razão, para o de uma razão que contém em si as possibilidades de reconciliação consigo mesma: a razão comunicativa.

Conforme Hansen (2007), Habermas sempre se preocupou com o desafio de uma “comunicação não distorcida”, mas é a partir da década de 1970 que ela passa a ocupar um lugar central em sua obra, quando ele dá uma nova direção a seus estudos, abandonando a linha de pesquisa epistemológica e voltando-se ao pragmatismo e à filosofia analítica. De forma que a obra de Habermas pode ser dividida em duas fases:

A primeira, quando dá continuidade à teoria crítica tipicamente frankfurtiana, cuja obra representativa é a “Mudança estrutural da esfera pública”, em que analisa a origem e evolução da esfera pública burguesa através de incursões sobre a expansão do pensamento liberal e da publicidade em seus aspectos ideológicos; a segunda, a partir da década de 1970, quando lança as bases de sua teoria da ação comunicativa. (HANSEN, 2007, p. 38).

A comunicação habermasiana, neste sentido, é concebida como um processo dialógico, através do qual sujeitos, capazes de linguagem e ação, interagem com fins de obter um entendimento. Esse entendimento mútuo, segundo Habermas, é contrário à ideia de uma orientação para o sucesso, pressuposto pela racionalidade instrumental. Pois, “na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o sucesso, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou sedução”. Essa situação é contrária no agir comunicativo, uma vez que os atores envolvidos tratam de “harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas” (HABERMAS, 2003, p. 164).

Nesta formulação sucinta, estão delineados alguns pontos centrais da sua teoria da ação comunicativa. São eles: a compreensão da comunicação como interação, e a centralidade da linguagem como medium privilegiado do entendimento - daí a noção de dialogia e a compreensão do entendimento como sendo o objetivo da comunicação. Isto porque, o processo de entendimento mútuo visa um acordo que depende de uma anuência racionalmente motivada ao conteúdo proferido. Por este motivo, “o acordo não pode ser imposto à outra

parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações [...] este assenta-se sempre em convicções comuns”. (HABERMAS, 2003, p. 165).

Habermas dedica-se à discussão dessas questões, na tentativa de superar as aporias da razão moderna. Nessa perspectiva, a noção de razão enquanto uma redução à dimensão instrumental, cujo paradigma é a relação sujeito-objeto, desenvolveu-se, na modernidade, como razão manipuladora e opressora. Sobre isso Sampaio escreve:

O autor assegura, contudo, que a razão instrumental constitui apenas uma das faces da razão. Ao se constituir em razão hegemônica, ela obscureceu a visibilidade de uma outra face da razão, a razão comunicativa, que se refere à dimensão interativa do homem na sua relação com a alteridade. (SAMPAIO, 2001).

Nesse sentido, nos explica o filósofo alemão, o mundo da vida constitui o contexto da situação de ação. Isto é, ao mesmo tempo em que oferece os recursos necessários para que se realize o processo de interpretação dos participantes da comunicação que buscam suprir a carência do entendimento mútuo que surge em cada situação de ação, também é preciso que os agentes comunicativos ao tentar executar seus planos de ação os façam de bom acordo, numa situação de ação definida em comum, no intuito de se entender algo acerca do mundo. Contudo, complementa Habermas:

Os participantes da comunicação baseiam os seus esforços de entendimento mútuo num sistema de referências composto de exatamente três mundos. Assim, um acordo na prática comunicativa da vida cotidiana pode se apoiar ao mesmo tempo num saber proposicional compartilhado intersubjetivamente, numa concordância normativa e numa confiança recíproca. (HABERMAS, 2003, p. 167, Grifo Nosso).

Contudo, se os participantes da interação chegam ou não a um acordo é algo que deve ser avaliado em cada caso dependendo da tomada de posição, ou seja, se as pretensões de validade do falante foram aceitas ou rejeitadas. Pois, numa atitude orientada para o entendimento mútuo pressupõe-se que o falante fará um proferimento inteligível de suas pretensões, garantindo: que o enunciado seja verdadeiro; que o ato da fala esteja em consonância com o contexto normativo existente; e que as intenções do manifestante estejam claras em seu proferimento. Entretanto, “quem rejeita uma oferta inteligível de ato de fala contesta a validade do proferimento sob pelo menos um desses três aspectos da verdade, da correção e da sinceridade” (Habermas, 2003, p. 168, Grifo do Autor).

Neste caso, o “não” expresso por um dos participantes revela que o proferimento feito “ou bem não se harmoniza com o mundo dos estados de coisas existentes, ou bem com o nosso mundo de relações interpessoais legitimamente ordenadas, ou bem com o mundo

particular das vivências subjetivas” (HABERMAS, 2003, p. 168, Grifo do Autor). Na comunicação cotidiana normal, esses aspectos não ficam claramente definidos, mas no caso da ação comunicativa, os participantes competentes podem diferenciar cada referência do mundo, tematizar cada pretensão de validade e posicionar-se em cada caso, independente de apresentar-se na esfera do objetivo, normativo ou subjetivo.

Isso, no entanto, só pode acontecer porque os pressupostos necessários da ação comunicativa proposta por Habermas são constituídos por um cerne moral. Em outras palavras, os argumentos proferidos no âmbito da ação comunicativa são respaldados por uma ética do Discurso. Sobre isso, Habermas escreve:

Todas as morais se movimentam em torno dos princípios relativos à igualdade de tratamento, à solidariedade e ao bem-estar; estas são, todavia, noções fundamentais que se reportam às condições de simetria e às expectativas de reciprocidade da ação comunicativa, ou seja, que se podem encontrar nas imputações recíprocas e nas assunções comuns de uma prática quotidiana orientada para a comunicação. (HABERMAS, 1991, 20-21).

Habermas (2003, p. 126) afirma ainda que apesar de sua característica formal, garantida pelo resgate discursivo de pretensões de validade normativas, a ética do Discurso não indica orientações conteudísticas. Ao contrário, os discursos práticos têm que fazer com que seus conteúdos sejam determinados pelo mundo da vida de um determinado grupo social. Isso porque, é justamente a partir do discurso que podemos perceber o mundo vivido da prática comunicativa quotidiana.

Nessa perspectiva, concordamos com Hansen (2007) quando afirma que a teoria da ação comunicativa desempenha um duplo papel. Por um lado, funciona como uma análise dos processos de comunicação envolvidos nas relações quotidianas e, por outro, serve como instrumento de reflexão sobre as possibilidades de realização dos ideais comunicacionais dos regimes democráticos. Entretanto, esses papéis não são divididos em duas abordagens meramente relacionadas a um mesmo objeto. Pelo contrário, “a ação comunicativa e o ideal de autodeterminação democrática devem ocorrer ao mesmo tempo, absorvidos numa teoria crítica da sociedade” (HANSEN, 2007, p. 42).

A teoria da ação comunicativa possui, assim, uma universalidade indispensável, que não admite qualquer posição privilegiada, porque nela se englobam tanto o sujeito pensante (reflexivo) quanto o agente. Tal virtude é extremamente útil, uma vez que oferece ao raciocínio teórico “uma riqueza inspirada pelos novos aspectos políticos da

Contemporaneidade, ao tempo que indica um critério plausível para a verificação dos níveis de democratização da sociedade” (HANSEN, 2007, p. 43).

Este estudo da ação comunicativa habermasiana nos auxilia ainda nas reflexões acerca da influência da mídia na sociedade contemporânea, bem como do seu poder de consagração e exclusão. Nas últimas décadas, por exemplo, alimentou-se uma crença exacerbada na mídia que, de certa maneira, explica o fato de que quando um determinado assunto não consta nas páginas dos principais jornais deixa de ser motivo de discussão. Essa forma de se ver e se pensar a notícia, enquanto um produto a venda, acaba surtindo efeito no quadro de relações profissionais. Por este motivo, é legítimo defender que os pressupostos morais e éticos, em que se desdobra à atividade jornalística, não podem estar submetidos à lógica do Estado, do interesse privado ou de critérios pessoais. Ao contrário, afirma Guerra (2008), eles devem estar respaldados pelo princípio ético da veracidade da informação. Princípio este que, constantemente é oxigenado por fatores externos como a credibilidade do jornal e a confiança do público.

Reforçando o conceito de ética profissional, salienta-se que esta não pode estar subordinada exclusivamente à cultura, nem tampouco à política ou à economia. Pois, “a única forma dela se movimentar no campo dos valores, com um projeto de liberdade, é caminhar numa ponte em que, com mão dupla, a particularidade transpasse para a universalidade e vice-versa” (KARAN, 1997, p.90). Isto é, esconder o que se passa na vida social com o objetivo de resguardar determinada política é um eixo de condição de valores muito arriscado. Assim como extrapolar os conceitos jornalísticos de objetividade e veracidade também poder ser um caminho ousado.

Ocupando um papel cada vez mais central nas sociedades midiaticizadas, o jornalismo torna-se então objeto de um exame minucioso não só por parte de diversos agentes sociais, mas dos próprios cidadãos. O peso dos valores positivistas de “verdade”, “objetividade”, “equilíbrio” e “imparcialidade” dentro da própria ideologia jornalística e a crescente importância do desempenho jornalístico no tecido social contribuíram para a construção de uma questão fundamental que emerge dentro desse estudo: “existe ou não a distorção da informação?”.

Conforme Traquina, a imparcialidade parte do princípio de que as notícias devem refletir a realidade sem distorções. “Nesse filão, a questão de pesquisa é saber se houve ou não distorção, aceitando o princípio de que é possível reproduzir a realidade” (TRAQUINA,

2002, p.59). Nesse sentido, a objetividade e a imparcialidade são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo e que são consagrados nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social, em particular do setor público.

Estes conceitos podem estar presentes, de forma implícita ou explícita, nos códigos deontológicos dos jornalistas que os colocam no centro de toda uma mitologia onde os jornalistas passam a exercer o papel de “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de contra-poderes, que atuam do lado de quem doer no papel de “heróis” do sistema democrático.

Contudo, Traquina sustenta uma idéia contrária, segundo a qual “os média não servem de ‘cães de guarda’ de um público em geral, mas em primeiro lugar como cães de guarda de interesses poderosos e de valores dominantes” (TRAQUINA, 2002, p.125). Nesse sentido, seria mais correto afirmar que o jornalismo é um quarto poder, que periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder, mas que sua tendência geral seria apenas de reforçar o poder instituído. Em outras palavras, a capacidade da mídia de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media.

Nosso interesse, neste sentido, é verificar se o discurso da imprensa sergipana sobre os riscos e impactos ambientais da transposição das águas do rio São Francisco segue uma ética discursiva, conforme proposto por Habermas em sua teoria da ação comunicativa ou se, simplesmente, serve aos interesses do poder instituído e dos valores dominantes. Para tanto, seguiremos nossas análises sobre o conceito de riscos e sua inserção social para, em seguida, discutirmos a comunicação de risco enquanto um instrumento de mediação de conflitos, cujo objetivo principal é o entendimento mútuo dos riscos e a realização de um plano de ação para a prevenção dos mesmos.

4.2 CONCEITO E DIMENSÃO DO RISCO

O risco é um conceito publicamente reconhecido como sendo relevante em processos de apreciação e decisão nos mais variados domínios de atuação. Contudo, não existe uma

definição rigorosa, simples e unânime sobre este conceito. O vocábulo português “risco”, segundo Almeida (2011, p. 31), está associado ao termo latino “*risicum*” ou “*risiscus*”, definido como perigo, ventura ou crise⁸³, e ao termo italiano “*risicare*”, donde teriam derivado os termos contemporâneos do risco, nas línguas latinas e inglesa.

Para o engenheiro francês Laurent Magne⁸⁴, a palavra risco é considerada como uma palavra chave em nosso mundo contemporâneo e que, por esta razão, merece toda nossa atenção se desejamos compreender bem o que é ou o que pode ser um trabalho quando se trata de risco. Em seus estudos, contudo, Magne comenta haver um consenso entre os filólogos europeus⁸⁵ quanto à obscuridade na origem da palavra risco. Assim, ele escreve: “Sua morfologia muda de maneira por vezes estranha, seus sentidos são múltiplos e evolutivos, sua raiz hipotética é altamente incerta, e é este alias o único ponto de acordo entre os especialistas da matéria” (MAGNE, 2010, p. 03, NT). No desenrolar do artigo, entretanto, o engenheiro francês utiliza-se da etimologia da palavra e de suas evoluções morfológicas e históricas, para concluir que:

O risco é um potencial, uma virtualidade negativa (ameaças, perigo e risco) ou positiva (riqueza, fortuna e oportunidade), uma esperança da qual cada um quer uma parte, um potencial ligado ao nosso conhecimento do futuro (destino, sorte e aleatoriedade) ou na sua ausência (aventura desconhecida e incerteza) (MAGNE, 2010, p. 24, NT)

Diversos fatores justificam a importância deste conceito na sociedade contemporânea, a qual já foi designada por Beck (2010) como “Sociedade do Risco”, devido sua perspectiva cultural e política e sua função significativa na estruturação do comportamento social face às incertezas e ameaças. Ao conceituar o termo “risco”, o sociólogo alemão, deixa claro que os riscos não são uma invenção moderna. O que diferencia, contudo, os riscos de outrora dos riscos atuais é a sua dimensão. Isto é, os riscos assumidos por Colombo, conforme Beck (2010), ao desbravar novas terras e continentes eram riscos pessoais e continham um tom de ousadia e de aventura. Enquanto que os riscos civilizatórios atuais escapam à percepção e provocam situações de ameaça global ou de possível autodestruição da vida na Terra, tornando-se riscos coletivos.

⁸³ Du Cange, 1678 *apud* Almeida, 2011, p. 31

⁸⁴ Cf. MAGNE, Laurent. *Histoire sémantique du risque et de ses corrélats: suivre le fil d’Ariane*. 2010. *étymologique et histoire d’un mot clé du management contemporain*, 2010.

⁸⁵ Magne, 2010 cita PICOCHÉ (1992) e BLOCH VON WARTBURG 2004

Os riscos e ameaças atuais diferenciam-se, portanto, de seus equivalentes medievais, com frequência semelhantes por fora, fundamentalmente por conta da globalidade de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas modernas. São riscos da modernização. São produto de série do maquinário industrial do progresso, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior. (BECK, 2010, p. 26).

Para Beck, o que se verifica nas sociedades contemporâneas é uma dependência cognitiva dos riscos da modernização. Neste sentido, os riscos, assim como as riquezas, tornam-se objeto de distribuição e, por conseguinte, constituem-se igualmente por posições – de ameaça ou de classe. No caso dos riscos sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade... como bens escassos e cobiçados. Por outro lado, aquilo que prejudica a saúde e destrói a natureza, que também deveria ser tratado como risco social, é frequentemente indiscernível à sensibilidade e aos olhos de cada um, pois exige, segundo a configuração social contemporânea, o juízo comprovado de um especialista para sua asserção “objetiva”. Os riscos, nessa perspectiva, não rompem com a lógica capitalista de desenvolvimento, ao contrário, tornam-se big business. Em outras palavras, para lucrar e aumentar o seu potencial político a sociedade industrial produz cada vez mais situações de ameaça que acabam por alimentar uma classe crescente de profissionais do risco.

Atinge-se, por assim dizer, uma superprodução de riscos, que em parte se relativizam, em parte se complementam, em parte invadem o terreno uns dos outros. Cada ponto de vista interessado procura armar-se com definições de risco, para poder dessa maneira rechaçar os riscos que ameaçam seu bolso. Ameaças ao solo, à flora, ao ar, à água e à fauna ocupam uma posição especial nessa luta de todos contra todos em torno das definições de risco mais lucrativas, na medida em que dão espaço ao bem comum e às vozes daqueles que não têm voz própria. (BECK, 2010, p. 36-37)

Para Almeida (2011), o risco pode ser considerado como um conceito simultaneamente abrangente e ambíguo com múltiplas dimensões e uma capacidade especial para: incentivar e justificar medidas de proteção ambiental e de segurança relativo às pessoas e bens; valorar ocorrências incertas; hierarquizar alternativas em processos de decisão; e justificar opções e ações de gestão ou governança. A evolução histórica e as diferentes perspectivas de aplicação e de análise evidenciam múltiplas dimensões do conceito risco. Dentre elas, Almeida (2011, p. 34 e 35) destaca:

- **Técnica:** dimensão associada a uma definição técnica com o objetivo de permitir uma caracterização quantitativa e objetiva do risco. Esta dimensão está diretamente ligada às áreas da engenharia, dos cálculos técnicos e da gestão;
- **Subjetiva:** dimensão associada à percepção individual do risco e ao comportamento psicológico de cada indivíduo na resposta a situações de perigo ou ameaça em ambientes de incerteza. Esta dimensão está relacionada às áreas da psicologia, da economia e da gestão.
- **Social:** dimensão associada à percepção social do risco e ao comportamento coletivo das sociedades, nomeadamente no que se refere à participação pública e à interação com a comunicação social em assuntos envolvendo o risco. Esta dimensão insere-se na psicologia social e na sociologia social.
- **Jurídica:** associada ao direito e à forma como o risco é considerado na aplicação de leis e na resolução de conflitos e definição de responsabilidades. Dimensão predominante do Direito e da Justiça.
- **Cultural:** dimensão associada à evolução da Humanidade e da forma como esta tem encarado as ameaças, a nível coletivo e individual, e desenvolvido medidas de proteção julgadas adequadas. Envolve a identificação e o estudo de crenças, mitos, ritos e costumes culturais de sociedades organizadas em diferentes locais e épocas. Esta dimensão relaciona-se com a antropologia e a história, mas pode ainda incluir a dimensão religiosa associada aos riscos.
- **Filosófica:** dimensão associada a três vertentes: 1) o conhecimento (epistemologia) e as metodologias associadas à caracterização científica dos fenómenos; 2) o significado e a realidade do risco; 3) a ética face aos dilemas morais e questões colocadas pelo risco. Dimensão predominante da filosofia, nomeadamente da ética e das filosofias da ciência e das probabilidades⁸⁶.
- **Econômica:** dimensão associada aos comportamentos face aos mercados e às consequências económicas, aos impactos na criação de serviços e produtos, na gestão comercial e empresarial e ao suporte económico de medidas mitigadoras. Esta dimensão refere-se às áreas de economia e gestão empresarial.
- **Política:** dimensão associada ao poder político e à governança, no planeamento de ações e na gestão de recursos e de medidas de proteção contra

⁸⁶ Para uma visão atualizada dessa dimensão buscar Kermisch e Hottois, 2007.

riscos públicos. Dimensão atrelada à ciência política e às relações internacionais.

O conjunto de dimensões apresentado evidencia a complexidade potencial da gestão dos riscos, sobretudo em temas que relacionados à problemática ambiental contemporânea. Neste estudo, em específico, focalizamos nossas análises em duas dimensões específicas: a filosófica, da qual já tratamos anteriormente; e a social, cuja abordagem se dará a seguir.

4.3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO

No nosso dia-a-dia enfrentamos diferentes tipos de riscos aos quais atribuímos valor de acordo com a percepção que temos de cada um deles. Na verdade, estamos tão familiarizados com alguns riscos que chegamos a subestimá-los. Esquecemo-nos, por vezes, que a percepção de cada pessoa e/ou grupo social e sua escala de valores estão diretamente ligadas ao contexto social no qual as percepções humanas são formadas. Isto é, a percepção individual e/ou coletiva é fortemente afetada por um leque de influências primárias (amigos, família, colegas) e influências secundárias (figuras públicas, mídia) que, segundo Hannigan (2009), funcionam como filtros na difusão de informação na comunidade e reafirmam o risco enquanto uma construção sociocultural determinada pelas forças estruturais na sociedade, a exemplo da organização das estruturas políticas e administrativas, além das crenças históricas tradicionais e culturais.

Alguns sociólogos do risco têm demonstrado preocupação em estudar a questão de como as percepções do risco diferem através de populações que encaram chances diferentes de vida e se a moldura das escolhas se origina primariamente das diferenças de poder entre os atores sociais.

Freudenburg e Pastor observam que o enfoque construcionista social do risco está bem posicionado para discutir a construção do risco no contexto do poder. De forma similar, Clarke e Short observam que os argumentos construcionistas – em contraste àqueles ancorados na psicologia e na economia – tendem a focalizar em como o poder funciona em termos de moldura do debate sobre o risco. (Hannigan, 2009, p. 172).

Estes autores partilham ainda da crença que esse relacionamento é especialmente importante por causa dos pontos de vista oficiais, sobretudo no que se refere à mídia de massa

que, ao se utilizar em demasia dos argumentos de autoridade em negligência ao contexto popular, fortemente sugere uma racionalidade no discurso da comunidade de profissionais do risco em detrimento do discurso da sociedade civil. Conseqüentemente, as formulações de políticas públicas que se originam na comunidade técnica são apresentadas como avaliações objetivas do que é considerado seguro e do que não é.

Nessa perspectiva, o construcionismo social relacionado ao contexto de poder argumentaria que cada um representa uma moldura competitiva, mas a racionalidade dominante que vem do estabelecimento do risco é superimposta sobre uma moldura popular, devido a um poder diferencial. Esse diferencial fica evidente nas reuniões de informação pública ou audiências públicas que, de acordo com Hannigan (2009), são rotineiramente dirigidas pelos geradores e árbitros do risco, onde as técnicas de palestras são estrategicamente bem-sucedidas, porém eticamente repreensíveis. Haja vista que permitem que especialistas cientistas e os representantes do governo dirijam a discussão, organizem a agenda de risco e desencorajem a participação futura dos cidadãos. Assim, “as preocupações populares e as molduras de risco estão subordinadas àqueles que têm a preferência dos poderosos na sociedade” (Hannigan, 2009, p. 174).

Outros sociólogos do risco afirmam que as definições sociais do risco devem ser seguidas por ações políticas desenhadas para mitigar ou controlar o risco que foi identificado. Essa linha argumentativa defende que os debates políticos sobre as questões de risco são invariavelmente conduzidos dentro de molduras de “arenas sociais”, isto é, no interior da “organização política na qual os atores dirigem seus argumentos para formulação de políticas públicas esperando influenciar o processo de formulação” (Hannigan, 2009, p. 169)

A arena social seria dividida por vários “palcos”: o legislativo, o administrativo, o judicial, o científico, a mídia e a sociedade civil. Mas, embora ambas as estratégias de ação, as tradicionais e as não-ortodoxas, sejam permitidas, a arena social seria regulada por um repertório de normas estabelecidas, cuja ação mais importante é preenchida pela comunidade de profissionais especializados. “Tais especialistas técnicos são os construtores-chefes do risco, organizando uma agenda que inclui informação direta do público somente durante os últimos estágios de consideração”. (Hannigan, 2009, p. 169).

Dentro da arena social do risco, entretanto, o processo de definição do que é aceitável ou não é, sempre será originado de negociações entre várias ou múltiplas organizações, numa tentativa de estruturar as relações entre elas próprias. A avaliação institucional do risco, neste

caso, é basicamente uma atividade de formulação de argumentos, na qual as organizações competem e negociam para estabelecer uma definição do risco aceitável.

Do ponto de vista teatral, as arenas sociais de risco são preenchidas por uma variedade de grupos de atores. Palmlund (1992), em seu artigo *Social drama and risk evaluation* (Drama Social e Avaliação do Risco) propõe a existência de seis “papéis genéricos” na avaliação social do risco, sendo que cada um deles carrega sua dramaticidade.:

Os portadores do risco são as vítimas que carregam o custo direto de viver e trabalhar em lugares perigosos. [...] Os defensores dos portadores do risco sobem ao palco público para lutar pelos direitos das vítimas. [...] Os geradores do risco – prestadores de serviços, companhias madeireiras, multinacionais da química e companhias farmacêuticas, etc. – são rotulados como antagonistas ou vilões, já que eles são tidos pelos defensores como a fonte primária do risco. Os pesquisadores do risco, notadamente cientistas e universidades, laboratórios governamentais e agências financiadas pelo público são retratados como “ajudantes” tentando juntar evidências sobre o porquê, como e sob que circunstâncias um objeto ou atividade é carregado de risco, quem está exposto ao risco e quando o risco pode ser considerado como “aceitável”. [...] Os árbitros do risco (os mediadores, os tribunais, o congresso/parlamento, as agências reguladoras) que geralmente ficam fora do palco procurando determinar numa maneira neutra a extensão na qual o risco deve ser aceito ou como ele pode ser limitado ou evitado, e que compensação deve ser dada àqueles que sofreram o mal de uma situação julgada perigosa, [...] E, finalmente, os informantes do risco, primariamente a mídia de massa desempenha o papel de um “coro” ou de mensageiro, colocando as questões na agenda pública e examinando a ação. (Palmlund apud Hannigan, 2009, p. 170 e 171).

Embora haja uma distinção clara entre os papéis a serem executados no modelo de arena social de Palmlund, muito presente nas discussões que envolvem a problemática ambiental, o que se percebe nos dias atuais é uma crescente onda de hibridização desses papéis que, já na década de 1990, Renn, em seu artigo *Concepts of risk: a classification* (Conceitos de risco: uma classificação), chamou de “amplificadores da questão” ou “popularizadores ambientais”, isto é, aqueles que observam a ação no palco, comunicam-se com os principais atores, interpretam suas descobertas e as relatam para as audiências. Essa concepção híbrida também pode ser percebida no sistema de políticas públicas de risco ambiental que, apesar de manter sua base forte na ciência, muitas decisões são resolvidas em termos políticos devido à existência de conflitos ideológicos entre ambientalistas, corporações e participantes governamentais.

Para Best (1989), a utilidade do construcionismo social não se reduz apenas a posição de teórica, mas também enquanto ferramenta analítica. Desta forma, o sociólogo sugere três pontos primários para estudar os problemas sociais a partir de uma perspectiva

socioconstrucionista: os próprios argumentos, os argumentadores e o processo de argumentação.

Isto é, quando se analisa o conteúdo do argumento, há várias questões importantes a serem formuladas: O que tem se dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual a retórica das argumentações? Como os argumentos vêm sendo apresentados para persuadir o público?

Ao verificar a identidade dos argumentos, o sociólogo aconselha enfatizar algumas questões, tais como: São os argumentos afiliados a organizações específicas, movimentos sociais, profissões ou grupos de interesse? Eles representam seus próprios interesses ou de terceiros? Eles são experientes ou noviços?

Quanto ao processo de argumentação, ela pode ser dividida em três subprocessos: animação do problema (repassando capacidades e informações); legitimação do problema (construindo legitimidade); e demonstração do problema (competindo por atenção, selecionando informações e aumentando os limites de responsabilidade). Nesta perspectiva, Best (1989) novamente levanta questões úteis: A quem os argumentadores estão se dirigindo? Os outros argumentadores estão apresentando argumentos rivais? Que preocupações e interesses o público dos argumentos trouxe para a questão e como eles moldaram o respaldo do público em relação aos argumentos? Como a natureza dos argumentos afeta o respaldo do público?

De acordo com o autor, muitos estudos que vêm sendo feitos no paradigma socioconstrucionista têm apontado o papel importante de profissionais especializados e de cientistas na construção de argumentos para problemas sociais. Daí a preocupação em se verificar como os argumentadores que residem na mídia têm produzido seus argumentos, sobretudo porque este espaço é ocupado tradicionalmente pelos produtores de notícias. Essa preocupação sobre o processo de argumentação estende-se ainda na Gestão do Risco como veremos na sequência.

4.4 O PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO

Ainda que as correntes teóricas utilizadas pela sociologia ambiental sejam múltiplas para compreender e explicar os riscos socioambientais, a maioria dos estudiosos em riscos,

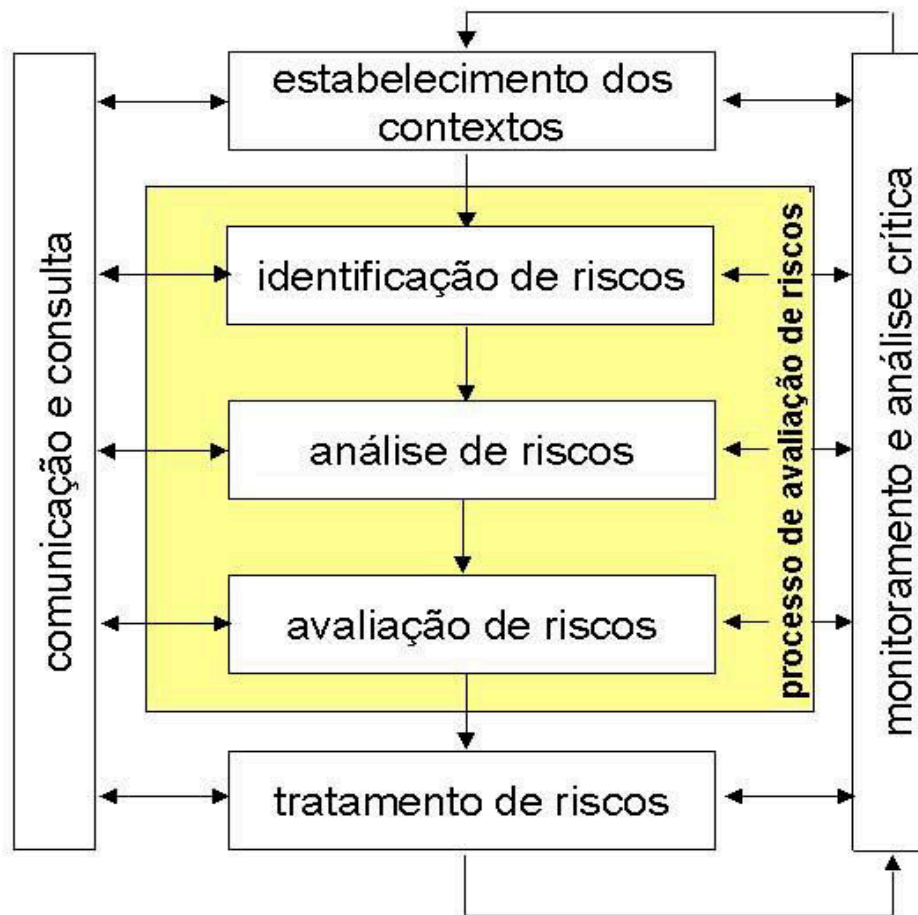
sobretudo aqueles das áreas mais técnicas, começam a admitir a partir da segunda metade do século XX a necessidade de conciliar tais análises técnicas ao conjunto de conhecimentos sobre a sociedade. Trata-se, portanto, de uma inovação na Gestão de Risco, cuja novidade encontra-se no “domínio interdisciplinar envolvendo, entre outras, a sociologia, a psicologia, as ciências cognitivas, a estatística e a economia” (ALMEIDA, 2010, p. 60).

Esse discurso dialógico, de aliar os estudos sociais aos estudos mais técnicos sobre o risco tem repercutido positivamente, nos últimos anos, junto aos governos, gestores de projetos socioambientais e a sociedade civil. Sobretudo, após a assinatura do Marco de Ação de Hyogo, em 2005, quando os governos de 168 países membros das Nações Unidas se comprometeram em adotar medidas para reduzir o risco de desastres e as perdas ocasionadas por estes, a exemplo de vidas humanas, bens sociais, econômicos e ambientais. Sobre isso, destaca a Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional, somente após o documento de Hyogo que os países signatários passaram “a fomentar o conhecimento sobre as causas de desastres (efeitos de perigos naturais, ambientais e tecnológicos) e adequar a ações de prevenção, preparação e resposta às diretrizes internacionais para a redução dos impactos de desastres” (BRASIL, 2010).

Para reduzir os desastres, portanto, é preciso identificar e avaliar os riscos existentes e atuar em duas frentes: diminuindo a probabilidade e a intensidade da ameaça (prenúncio ou indícios de um evento desastroso) e reduzindo as vulnerabilidades (condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças) por meio de informação qualificada.

Durante a elaboração de um projeto socioambiental, que especificamente neste trabalho é do nosso interesse investigar, a Gestão de Risco – enquanto um conjunto de atividades que estão associadas à operacionalização do conceito de risco – deve incluir algumas etapas no processo geral proposto na Norma Internacional ISO (ISO 31000:2009). Tal processo de operacionalização (FIGURA 3) compreende nos principais componentes que se descrevem a seguir de forma simplificada.

FIGURA 3.1
ESTRUTURA DO PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO



Processo de Gestão de Riscos segundo a nova ISO 31000

Fonte: (Adaptado da norma ISO 31000:2009)

4.4.1 Estabelecimento do Contexto

Compreende a definição dos objetivos e o âmbito do processo incluindo, em cada caso, a definição do sistema ou objeto de análise, bem como o conjunto de fatores condicionantes e de recursos disponíveis para a realização do referido processo.

4.4.2 Identificação do Risco

Identificação dos perigos e potenciais consequências relevantes e que estejam associadas ao objetivo específico na aplicação do processo. Nessa etapa, obtêm-se um conjunto de riscos que deverão passar por uma análise criteriosa posterior.

4.4.3 Análise do Risco

Adequadamente detalhada e justificada, a análise dos riscos deve incluir as causas e as caracterizações das fontes de origem do perigo, as possíveis cadeias de eventos associados aos diferentes cenários estimativas quanto às consequências e incertezas.

4.4.4 Avaliação do Risco

Componente que conduz a estimação do valor, quantitativo ou qualitativo, do risco, a avaliação de risco é visto, neste sentido, como um processo que permite ponderar as informações sobre as propriedades perigosas de certas substâncias e/ou os impactos gerados por determinada ação, bem como o potencial de exposição e seus efeitos sobre a saúde humana e ao meio ambiente.

4.4.5 Tratamento do Risco

Concluída a fase de avaliação do risco, inicia-se o processo de decisão que envolve tanto a aplicação de medidas de controle, para impedir o agravamento futuro do risco atual, quanto medidas mitigadoras, cujo objetivo é diminuir o risco atual. Sobre essa etapa, Almeida (2011, p. 67-68) salienta que todas as atividades a serem desenvolvidas no âmbito de uma gestão de risco exigem um elevado sentido de responsabilidade profissional, “mas um processo de decisão que envolva medidas associadas a riscos públicos ou a situações em que estão em perigo pessoas ou danos ambientais relevantes e irreversíveis implica um nível maior de responsabilidade ética e social”.

4.4.6 Comunicação e Consulta

Uma adequada comunicação do risco é fundamental na percepção individual ou social do mesmo, na mobilização da participação de terceiros ou do público para a implementação de medidas. Em função das características específicas do processo ou do tipo de risco, o estabelecimento de consultas e de um sistema de participação ativa das partes interessadas é eticamente desejável. A elaboração de planos de comunicação também deve ser ponderada para não gerar pânico ou medos desnecessários, assim como deve ser adaptada para cada tipo de caso e público.

4.4.7 Monitoramento

O processo de monitoramento dos riscos é fundamental para garantir a eficiência da gestão do risco para cada caso em específico. O monitoramento também permite a identificação de riscos emergentes e suficientemente relevantes para compor o processo de gestão, ou ainda, a detecção de mudanças nos pressupostos da análise anterior.

4.4.8 Vantagens do Processo de Gestão do Risco

Conforme exposto, a Gestão do Risco é um processo para a tomada de decisões, muito utilizado nos dias atuais por gestores públicos e privados, no sentido de estabelecer políticas e assinalar os perigos identificados durante a avaliação de riscos e suas consequências tanto à saúde pública quanto ao meio ambiente. Os aspectos de controle, as questões tecnológicas, financeiras e reguladoras também são consideradas no gerenciamento de risco.

Para Almeida (2011, p. 132), a aplicação desse processo de gestão apresenta vantagens significativas. Dentre elas: considerar as incertezas como um fator central de análise; incorporar a avaliação das consequências negativas identificadas o que constitui um fator de regulação automática no processo de decisão; proporcionar o trabalho de equipes multidisciplinares e promover uma melhor comunicação entre os especialistas; propiciar um melhor conhecimento dos sistemas de análise; exigir uma visão integrada a partir de uma percepção mais real dos riscos; propor uma melhor informação sobre os riscos e a segurança ao alargar a capacidade de comunicação.

Além disso, para atender os desafios dessa gestão de forma socialmente eficaz e sustentável é preciso que os tomadores de decisão e às partes interessadas levem em consideração, durante todo o processo de gestão, os valores culturais, os princípios éticos e o quadro legal vigente. Isso porque, gerir os riscos nada mais é do que identificar e gerir incerteza e, por vezes, ignorâncias, mas o fundamental será a “aplicação correta de processos responsáveis de decisão e de governança adequadamente informados pelos melhores conhecimentos possíveis e pelo bom-senso e respeito ético pela sociedade” (ALMEIDA, 2011, p. 136).

4.5 CONCEITO DE COMUNICAÇÃO DE RISCO

Uma das primeiras instituições a estabelecer uma definição sobre a Comunicação de Risco foi o Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos (National Research Council, USA) que em 1989 definiu-a como:

Um processo interativo de intercâmbio de informação e de opiniões entre os indivíduos, grupos e instituições. É um diálogo onde se discutem múltiplas mensagens que expressam preocupações, opiniões ou reações às próprias mensagens ou acordos legais e institucionais do gerenciamento de risco (OPAS, 2009, p. 3)

A Comunicação de Risco surgia, naquela época, como uma área de importância crescente na América Latina e no Caribe, especialmente para contribuir com a difusão de informações em alguns setores da saúde pública. Os próprios profissionais de saúde deveriam conhecer as realidades das comunidades assistidas para facilitar o diálogo com relação aos assuntos técnicos do risco.

De lá para cá, diversos riscos ambientais, tais como a contaminação do ar, da água e do solo, têm acrescentado novas preocupações à sociedade em geral. Paralelamente a esses novos perigos, nos encontramos em um novo momento, sem precedentes, em termos de disponibilidade de informação. Quando se descobre algo novo e que pode ser considerado nocivo, tomamos conhecimento do assunto praticamente em poucos dias.

Além disso, é cada vez mais freqüente que a maioria das fontes de informações sejam de propriedade de um pequeno número de corporações que, numa visão desenvolvimentista, buscam maximizar os lucros. Isso faz com que os meios de comunicação magnifiquem os riscos com o propósito de chamar a atenção de um maior número de pessoas.

Em todo o mundo, como veremos a diante, começa a haver um reconhecimento de que os métodos tradicionais para envolver os cidadãos na tomada de decisão nem sempre são efetivos. O enfoque participativo da comunicação de risco pode conduzir a um maior consenso, mas não a uma harmonia absoluta. Por isso, quando os riscos são bem entendidos, previsíveis e mensuráveis, a comunicação de risco pode ser mais clara e direta, ocasionando um menor numero de conflitos.

De acordo com a OPAS (2009), não existe receita fácil e de sucesso garantido para a comunicação de risco. Entretanto, recomenda-se sete regras básicas que, embora sejam óbvias, nem sempre são seguidas na prática: 1) aceitar o público como agente colaborador; 2) escutar o público; 3) ser honesto e flexível ao escutar outras opiniões; 4) coordenar e colaborar com outras agências e grupos que têm credibilidade; 5) satisfazer as necessidades dos meios de comunicação; 6) falar com clareza e com empatia, sem paternalismos; 7) planejar com cuidado e avaliar as ações.

Sobre essas sete regras, enfatizamos a importância de um bom planejamento para que um programa de gestão de risco tenha sucesso. Pois, “o sucesso ou o fracasso da comunicação de risco pode depender, em grande parte, da definição de metas claras” (OPAS, 2009, p. 05). Estas metas, por conseguinte, podem variar segundo a natureza do risco e pode incluir informações, educação, persuasão, negociação, garantia e prevenção. As estratégias empregadas para alcançar essas metas devem incluir uma discussão interativa entre as partes interessadas.

Assim, para desenvolver um plano de comunicação de risco, é necessário considerar quatro elementos principais: 1) a fonte; 2) a mensagem; 3) os meios de comunicação, e 4) o público ou comunidade. Sobre a fonte, foi demonstrado que o êxito das mensagens sobre riscos associa-se fortemente à confiança e credibilidade que o receptor da mensagem atribui à fonte, ou seja, ao comunicador do risco. Em relação à mensagem, também há um consenso de que as informações devem ser transmitidas de maneira simples, objetiva e em termos acessíveis a qualquer cidadão, para que este possa entender o significa o risco e como pode participar em sua proteção pessoal e coletiva. No que tange aos meios de comunicação, sabe-

se que estes têm um papel importante na comunicação de risco, pois é o mecanismo por meio do qual a mensagem chega até o público alvo. É importante decidir com objetividade o tipo de meio ou de meios de comunicação que participarão do plano de comunicação de risco. E, finalmente, o público receptor que precisa ser bem conhecido para que a mensagem seja decodificada com sucesso. Além disso, um público comprometido, mediante sensibilização obtida por uma comunicação adequada pode, muitas vezes, ajudar a reunir informações que contribuam na análise técnica do risco.

Não obstante, para que um planejamento cumpra todas as suas etapas é preciso que haja uma avaliação da comunicação de risco. Pois, se o processo comunicativo não foi sistematicamente avaliado, como será possível concluir que ele foi eficiente? De acordo com a OPAS (2009) é preciso, portanto, desenvolver uma estratégia de avaliação à medida em que as atividades da comunicação de risco forem planejadas.

4.6 A COMUNICAÇÃO DE RISCO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

Se levarmos em consideração que os conflitos são inerentes às sociedades modernas - em virtude da pluralidade de ideias, valores, interesses e aspirações - e que esses mesmos conflitos são salutareis uma vez que promovem a diversidade sociocultural, garantindo atributos de efetividade e de legitimidade democrática. Então, poderemos concordar com a concepção de que para as sociedades se desenvolverem harmoniosamente faz-se necessário que os conflitos existam, mas que sejam articulados dentro de limites administráveis, isto é, por meio de políticas públicas e com o auxílio de instrumentos dialógicos.

Nessa perspectiva, nos interessa refletir sobre as possíveis contribuições da Comunicação de Risco enquanto mediadora de conflitos socioambientais. Para tanto, optamos por uma argumentação baseada em dois eixos norteadores. Primeiro, discorreremos sobre o conceito de “conflito ambiental”, suas especificidades e os campos de atuações teóricas apontadas pela sociologia ambiental para, em seguida, tratar da Comunicação de Risco enquanto um instrumento possível na mediação de conflitos.

4.6.1 O campo dos conflitos ambientais

Como vimos, tanto os riscos quanto os conflitos são inerentes à própria formação da sociedade. Nas sociedades contemporâneas, no entanto, cresceu a importância de uma modalidade particular de conflito relacionada ao meio ambiente. Entre os principais problemas, destacam-se a finitude e a eventual escassez de alguns recursos naturais, a poluição atmosférica e aquática, a contaminação por substâncias tóxicas, a extinção de espécies e a redução de seus habitats naturais, a aceleração e propagação de doenças infecto-contagiosas, o desmatamento, os riscos da tecnologia nuclear, as ameaças à biodiversidade, entre outros.

Uma das principais características dos conflitos ambientais, segundo Bursztyn (2004), é recortar as sociedades de maneira dicotômica: países pobres e ricos, grupos rurais e urbanos, cientistas e cidadãos leigos... Em todas essas situações há interesses conflitantes que via de regra não se sobrepõe aos interesses manifestados em torno de outros conflitos (político, econômico, ideológico).

Numa outra perspectiva, Acselrad (2004, p. 17) afirma que a sociologia ambiental tem encontrado dificuldades em caracterizar as especificidades dos conflitos ambientais como objeto científico. Para alguns, segundo o autor, a temática ambiental remete-se à problemática evolucionista, relativa às formas adaptativas do homem como espécie animal, ou seja, as ideologias e os modos de vida desses atores sociais se oporiam ao mundo natural. Para outros, os conflitos ambientais estão diretamente relacionados à ótica econômica e se apresentam sob duas formas: o primeiro, por distribuição de externalidades e da dificuldade dos geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade por suas consequências; o segundo decorre da dificuldade de se definir a propriedade sobre os recursos naturais, seu acesso e seu uso. Essa perspectiva estaria associada aos espaços sociais que escapam à ação do mercado.

É possível encontrar também concepções que escapam aos paradigmas evolucionista e economicista, caracterizando os conflitos ambientais como relativos a interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza. Nessa proposta, de acordo com Leff (2006), a reapropriação do mundo não pode se resolver dentro da lógica unitária do mercado ou dos códigos jurídicos do direito privado, mas reafirmando o exercício de racionalidades não hegemônicas, que ressignificam conceitos e formas jurídicas na caracterização de territórios étnicos como espaço de reconstrução cultural.

Em todos esses casos, as dificuldades teóricas apresentadas dizem respeito à complexidade da caracterização do ambiental como um campo específico de construção e manifestação de conflitos. Acserald propõe que se remeta a problemática ambiental à teoria social de Bourdieu, onde “o campo passa a ser visto como uma configuração de relações objetivas entre posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de poder” (ACSELRAD, 2004, p. 18).

No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas. Vale destacar que estes campos não são constituídos por lugares vazios, pois há neles ação e histórias produzidas pela coletividade. Assim, o autor escreve:

Se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação – ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno – redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por mudança ambiental, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica. (ACSELRAD, 2004, p. 19).

Nota-se ainda que todo o esforço de politização dos conflitos ambientais como meio de problematizar as escolhas de desenvolvimento é, com frequência, apresentado como obstáculo ao cumprimento das metas, quando não como barreira ao próprio ânimo desenvolvimentista. Daí a importância de se começar a pensar formas de se administrar os conflitos e, conseqüentemente, as relações de poder, através de políticas públicas e com o auxílio de instrumentos dialógicos e participativos, a exemplo da comunicação de risco.

4.6.2 A Comunicação de Risco como instrumento de mediação

A eficácia da gestão de risco depende cada vez mais da participação inteligente de todos os atores envolvidos no processo. Por este motivo, torna-se cada vez mais indispensável

promover a troca de informações e o fácil acesso aos meios de comunicação, haja vista que sem informação não é possível investigar, planificar, e monitorar as ameaças e avaliar.

Nessa perspectiva, um dos componentes na decisão e na gestão do risco é a comunicação entre técnicos, os gestores, as partes interessadas e o público em geral. No caso de riscos públicos, a comunicação de risco por parte das autoridades pode ter os seguintes objetivos: alertar e orientar pessoas numa situação de acidente ou desastre; promover a participação do público nas medidas de proteção, incluindo a formação e o treino; e promover consensos ou diálogos construtivos em consultas e decisões públicas tendo em vista a implementação de medidas restritivas ou de aceitação de novos riscos.

Vale salientar, contudo, que esse diálogo entre especialistas e o público, na maioria das vezes, não se configura como um processo de comunicação fácil e eficaz. Por este motivo, faz-se necessário recorrer à mediação de especialistas em comunicação de risco que, para contribuir com a tomada de decisão informada se utilizará alternativas bem fundamentadas. Uma vez que a colocação do problema e os pressupostos escolhidos devem ser claros e consistentes.

A comunicação de risco, portanto, tem como objetivo central oferecer a oportunidade de comunicar os riscos - e mesmo mediar possíveis conflitos ambientais - de maneira planejada, transparente e sensível às necessidades da comunidade. Para tanto, faz-se necessário que os profissionais que integram o plano de comunicação de risco de um determinado projeto ambiental - ou mesmo que estejam aptos a promover mediação num cenário de conflitos - conheçam as necessidades psicológicas, políticas, sociais e econômicas dos atores envolvidos, com vistas a facilitar o diálogo e promover consensos entre partes opostas.

Além disso, governos, gestores, empresários e a sociedade civil começam a reconhecer que os métodos tradicionais para envolver os cidadãos na tomada de decisões nem sempre são efetivos. Em todos os níveis, há um reconhecimento de que a participação cidadã genuinamente deliberada e interativa é mais efetiva para o gerenciamento de risco, bem como para a resolução de conflitos. O enfoque participativo da comunicação de risco pode, nesse sentido, conduzir a um maior consenso, porém não pode garantir uma harmonia absoluta. Entretanto, quando os riscos e/ou conflitos são bem entendidos, previsíveis e mensuráveis, a comunicação de risco pode ser mais clara e direta.

No caso dos conflitos que envolvem disputas de natureza socioeconômicas e ambiental, destaca Theodoro (2005, p. 59), é importante que não se perca a noção de que tais conflitos não se revolvem por meio de procedimentos “binários” (bem x mal; heróis x vilões; legal x ilegal; formal x informal), mas sim de que é necessário propor a busca de um ponto intermediário.

Provocar diálogos entre as partes que se vêem como inimigos manifestos ou potenciais e administrar situações conflituosas são tarefas difíceis, mas necessárias para que se construam os pressupostos básicos de uma verdadeira gestão ambiental. Assim, complementa a autora:

A mediação (facilitação) dos conflitos deve promover valores que ultrapassem a acomodação de interesses setoriais. A cultura do diálogo e da participação de todos os envolvidos (ou de seus representantes) é ferramenta fundamental para o alcance dos objetivos desejados (pontos a serem negociados) (THEODORO, 2005, p. 59).

Ao se mencionar o termo negociar, está-se dizendo que é uma forma de fazer ajustamentos sucessivos para alcançar um acordo, ou seja, é um processo de troca em que as partes determinam o mínimo e o máximo aceitáveis, até um determinado ponto onde se estabelece o limite possível. Enfatizando que as principais premissas de uma negociação são: ter pelo menos duas partes envolvidas; existir algum conflito de interesses sobre algum item negociado; haver a demanda de algum relacionamento, ainda que seja temporal; e apresentar uma proposta com avaliação dos objetivos a serem negociados.

A formalização de parcerias que contemplem o uso dos instrumentos legais (políticas públicas), e de outras técnicas menos ortodoxas (comunicação de risco), viabiliza novos arranjos, que podem reverter-se em conquistas sociais, ambientais, políticas, culturais, econômicas e éticas. Estas dimensões, se integradas e equilibradas sempre serão consideradas como fundamentais no equilíbrio das sociedades.

Além disso, com o retorno epistemológico, ético e político do espaço da negociação e da transparência nas informações restabelecem-se a legitimidade dos conflitos. Neste caso, a visão do ser humano sobre si mesmo e sobre a natureza torna-se mais humana, em contraposição a uma idéia de racionalidade instrumental e impessoal, tão criticada nos dias atuais. No capítulo seguinte, portanto, analisaremos como a Comunicação de risco está sendo empregada tanto pelo gestor do projeto de transposição das águas do rio São Francisco quanto pela imprensa sergipana que informa à sociedade sobre os possíveis riscos e impactos ambientais do empreendimento hídrico.

5 COMUNICAÇÃO DOS RISCOS DA TRANSPOSIÇÃO

Grande parte da informação de que dispomos
é incorreta e incompleta.

BERNSTEIN

Como vimos no Capítulo 4, a estrutura geral do processo de Gestão de Risco implica numa série de etapas, como: avaliação, identificação, análise e tratamento do risco, além da comunicação e monitoramento do mesmo. Esse processo tem se mostrado cada vez mais necessário para que a tomada de decisão - sobre quais riscos podem ser assumidos pela sociedade e quais devem ser refutados - esteja respaldada por fontes seguras de informações.

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), respectivamente, além de serem dispositivos legais da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)⁸⁷ para a solicitação de licenciamento ambiental⁸⁸, a ser emitida pelo órgão público competente, também se configuram como imprescindíveis fontes de informação para o entendimento mútuo sobre os riscos e os impactos ambientais de determinados empreendimentos.

Conforme a Resolução CONAMA N. 001/1986, o EIA segue os seguintes termos, apresentados aqui de forma sintetizada:

- I. É referente a um projeto específico a ser implantado em determinada área ou meio;
- II. Trata-se de um estudo prévio, ou seja, serve de instrumento de planejamento e subsídio à tomada de decisões políticas na implantação da obra;
- III. É realizado por uma equipe multidisciplinar;
- IV. Deve levar em conta os segmentos básicos do meio ambiente (meios físico, biológico e socioeconômico);

⁸⁷ Cf. Lei 6.938/1981

⁸⁸ Cf. Resolução CONAMA N. 237/1997, o licenciamento ambiental é composto por três tipos de licenças - licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma refere-se a uma fase distinta do empreendimento e seguem uma sequência lógica de encadeamento. Essas licenças, no entanto, não eximem o empreendedor da obtenção de outras autorizações ambientais específicas junto aos órgãos competentes, a depender da natureza do empreendimento e dos recursos ambientais envolvidos. Atividades que se utilizam de recursos hídricos, por exemplo, também necessitarão da outorga de direito de uso da água, conforme os preceitos constantes da Lei 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

- V. Deve seguir um roteiro que contenha as seguintes etapas: 1) Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto; 2) Avaliação de impacto ambiental (AIA); 3) Medidas mitigadoras; e 4) Programa de monitoramento dos impactos.

Ainda, segundo a Resolução CONAMA N. 001/1986, o RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e contará, no mínimo:

- I. Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;
- II. A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas, especificando cada uma delas, nas fases de construção e operação a área de influência;
- III. A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- IV. A descrição de prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para a sua identificação, quantificação e interpretação;
- V. A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência;
- VI. Descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos;
- VII. Indicação de um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;
- VIII. Recomendações quanto às alternativas mais favoráveis.

Em resumo, o EIA/RIMA cumpre o princípio da publicidade, pois permite a participação pública na aprovação de um processo de licenciamento ambiental que contenha este tipo de estudo, através de audiências públicas com a comunidade que será afetada pela instalação do projeto. A diferença primordial entre eles, contudo, diz respeito ao fato de que: enquanto o primeiro (EIA) é estritamente técnico e possui uma linguagem inacessível para o grande público, o segundo (RIMA) apresenta-se de forma objetiva e adequada à compreensão de todos, além de ser instruído por mapas, quadros, gráficos e outras técnicas de comunicação visual a fim de garantir um entendimento mútuo das vantagens e desvantagens do projeto, bem como de todas as consequências ambientais relacionadas à sua implementação.

Por este motivo, quando decidimos analisar documentos primários e secundários sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, com ênfase nos riscos e impactos ambientais impostos pelo referido empreendimento, optamos pelo Relatório de Impacto Ambiental e pelos Jornais Sergipanos (Jornal da Cidade, Cinform e Correio de Sergipe), ou seja, por ambos estarem à disposição do grande público. Isto posto, neste capítulo nossos objetivos são, primeiro, apresentar como os impactos ambientais são informados e quais os princípios éticos para o uso da água previsto no RIMA. Segundo, analisar o discurso da imprensa sergipana sobre os riscos da transposição a partir do estudo dos sentidos dos discursos jornalísticos, do mapeamento das vozes e das formações discursivas presentes neste discurso.

5.1 SOBRE O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional⁸⁹, o documento apresenta de forma simplificada um resumo dos estudos técnicos disponíveis no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto em questão.

O RIMA foi elaborado em linguagem acessível e objetiva, visando à sua ampla divulgação. Nele são apresentadas as principais características do Projeto e da região beneficiada, assim como as recomendações destinadas a evitar, mitigar ou compensar seus possíveis impactos negativos e fortalecer os benefícios sociais e ambientais que o empreendimento trará para a região (BRSAIL, 2004, p. 04).

A região do Projeto, conforme já tratamos no Capítulo 2, encontra-se na área do Polígono da Seca, sendo que a região do Nordeste Setentrional (abrangendo os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) está localizada ao norte do rio São Francisco e configura-se como uma das áreas que mais sofre com os efeitos das secas prolongadas.

⁸⁹ Publicado em julho de 2004 e disponível no sítio do Ministério da Integração Nacional – www.integracao.gov.br/saofrancisco.

O empreendimento, segundo o RIMA, viabilizará o fornecimento de água para vários fins (abastecimento humano, irrigação, dessedentação animal, criação de peixes e de camarão), numa área que atualmente possui 12 milhões de pessoas. O projeto destina-se ainda a buscar soluções para os graves problemas ocasionados pela escassez hídrica na região, que “inviabilizam a sobrevivência em condições dignas dessas populações, gerando situações de pobreza e miséria”. (BRASIL, 2004, p. 03).

Especificamente sobre a Bacia do São Francisco, o RIMA ressalta a importância estratégica do uso de suas águas e reafirma a geração de energia hidroelétrica e o projeto de irrigação de perímetros públicos e propriedades privadas como prioritárias, uma vez que se limita a esses dois tipos de usos em seu texto. Mas ele também traz considerações importantes quanto ao planejamento da bacia, apresentando: o Plano Decenal da Bacia; o Programa de Revitalização; e o Plano São Francisco. Resta saber, contudo, se tais propostas sugeridas para o planejamento da Bacia estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica São Francisco (CBHSF) e se as mesmas serão executadas, e em que período, já que tais informações não ficam claras no RIMA.

5.1.1 Como são informados os impactos ambientais

Segundo o RIMA, foram consideradas inicialmente duas unidades de análise: a área de influência indireta (AII) e a área de influência direta (AID), onde se dão principalmente as transformações ambientais diretas (ou primárias) decorrentes do empreendimento. Trata-se ainda da área diretamente afetada (ADA), onde se darão os contatos diretos entre as estruturas físicas do empreendimento (canais, reservatórios, estações de bombeamento) e a região onde ele será implantado. A Bacia do São Francisco, nessa perspectiva, inclui-se na AII, onde foram realizados estudos sobre a natureza da região e estudos sobre o homem. Em relação à natureza, foram estudadas as características básicas do solo, do clima, dos monumentos naturais, das aves e animais da região, chegando-se a conclusão de que AII é tão rica quanto diversa. No que se refere ao homem, os especialistas buscaram compreender o modo de vida dos habitantes das regiões envolvidas no projeto, as diferentes oportunidades entre aqueles que dispõem de água para plantar e viver e os estão desprovidos desse recurso natural, assim como, apresentaram um breve quadro das características sociais e econômicas da região.

Com base nesse diagnóstico foram apontados os possíveis impactos causados pela transposição. De acordo com o RIMA, dos quarenta e quatro impactos identificados, vinte e três foram considerados como sendo de maior relevância. Desses impactos onze são considerados positivos e doze negativos. Todos os quarenta e quatro impactos identificados são seguidos por um texto explicativo, assim como pelas medidas mitigadoras que devem ser assumidas pelo gestor do projeto em fases distintas (fase de planejamento, fase de construção e fase de operação). A apresentação dos impactos sob essa formatação possibilita a primeira compreensão de quais os riscos que podem ou não ser assumidos pela sociedade e, em caso de consentimento, como fazer ou exigir que se faça para que os menos sejam minimizados.

Dentre os impactos positivos destacam-se: aumento da oferta e da garantia hídrica; geração de emprego e renda durante a implantação; dinamização da economia regional; aumento da oferta de água para o abastecimento urbano; abastecimento de água para as populações rurais; redução da exposição da população a situações emergenciais de seca; dinamização da atividade agrícola e incorporação de novas áreas ao processo produtivo; melhoria da qualidade da água nas bacias receptoras; diminuição do êxodo rural e da emigração da região; redução da exposição da população a doenças e óbitos; e redução da pressão sobre a infra-estrutura da saúde.

No que tange os impactos negativos, o projeto apresenta como mais relevantes: perda temporária de emprego e renda por efeito de desapropriação; modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das bacias receptoras; risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras; introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obras; ruptura de relações comunitárias durante a fase de obra; possibilidades de interferência com populações indígenas; pressão sobre a infra-estrutura urbana; risco de interferências com o Patrimônio Cultural; perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre; risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas ao homem nas bacias receptoras; interferência sobre a pesca nos açudes receptores, modificação do regime fluvial das drenagens receptoras.

Analisando tais impactos, percebemos que se por um lado o benefício está diretamente ligado à qualidade de vida das populações receptoras - que terão um abastecimento de água mais eficiente, melhor qualidade da água e, por conseguinte, da saúde, além de uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico - por outro lado o malefício está fortemente

atrelado aos riscos socioambientais – a exemplo da interferência no Patrimônio Cultural e comunidades indígenas, tensões sociais, além dos riscos de redução ou modificação da biodiversidade.

Outro aspecto importante é que apesar das preocupações existentes nas comunidades ribeirinhas do Baixo São Francisco que temem a transposição por acreditarem que a mesma será a causa da “morte do rio”, pois ele terá o fluxo de suas águas alterado. Essa preocupação não se repercute enquanto um impacto negativo relevante no diagnóstico dos especialistas que realizaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), pois conforme o RIMA “os níveis d’água no baixo São Francisco continuariam sendo controlados pela operação dos reservatórios existentes, sobretudo o de Xingó” (BRASIL, 2004, p. 92).

Por fim, vale ressaltar que a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da instalação e operação do projeto de transposição do rio São Francisco levou à elaboração de vinte e quatro Programas Ambientais. Ao serem executados, informa o RIMA (2004, p. 95), “uns possibilitarão prevenção, atenuação e correção dos impactos; outros são importantes para monitorar e acompanhar as mudanças que ocorrerão no meio ambiente da região e outros devem ser implantados para que os benefícios do projeto sejam alcançados”. Para o sucesso de todos esses programas, acrescenta o RIMA (2004, p. 96), “é necessário que se desenvolva um Plano de Gestão, Supervisão e Auditoria Ambiental associado a um Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental, além da participação intensa das comunidades e da sociedade como um todo”.

5.1.2 Quais princípios éticos para o uso da água estão previstos

Em se tratando dos seis princípios éticos apresentados no Capítulo 3, verificamos que a essência do próprio Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional está em conformidade com o princípio da solidariedade, sobretudo no que tange à questão da distribuição equitativa da água. Uma questão que, diga-se de passagem, está no centro da administração de conflitos sobre a água. Pois, aqueles que têm disponibilidade de recursos hídricos, não se sentem à vontade para compartilhá-los com medo de que num futuro próximo essa riqueza venha a faltar. Entretanto, determinar a medida “equitativa” em que a água deve ser compartilhada, não significa necessariamente que sejam em “partes iguais”. Em outras palavras, se a gestão dos recursos hídricos tiver um caráter

integrado e de usos múltiplos é possível estabelecer um conjunto de normas para compartilhar a água disponível.

O RIMA do Projeto de Transposição, em seu primeiro capítulo “Água um bem para viver”, elenca este recurso natural como “fator imprescindível ao desenvolvimento do homem e das regiões” (BRASIL, 2004, p. 08). É neste momento que o projeto traz seu objetivo de assegurar a oferta de água para a região do Polígono da Seca. É neste capítulo também que o RIMA trata, pela primeira vez, da idéia de “um recurso que deve estar ao alcance de todos” como forma de “reduzir as desigualdades entre as regiões” com disponibilidade ou escassez de água e “elevar a qualidade de vida das populações do semiárido”, com melhorias no sistema de saneamento básico e crescimento de atividades produtivas. Essas ideias são uma alusão clara ao princípio da dignidade humana e ao princípio da igualdade humana, haja vista que as mesmas estabelecem que não havendo vida sem água este benefício deve ser estendido a todas as pessoas.

O capítulo seguinte, intitulado “Rio São Francisco”, traz a idéia do “rio da integração nacional”, e da diversidade no uso de suas águas. De maneira resumida, o RIMA também apresenta o Plano São Francisco, cuja proposta é atender, de um lado, à integração das bacias e, de outro, as ações voltadas para a revitalização do rio São Francisco no intuito de diminuir o Passivo Ambiental na bacia hidrográfica. Esse conjunto de ações tem como prioridades:

Para a região do alto São Francisco a proteção das nascentes, a recomposição de matas ciliares e o saneamento básico da bacia. No médio São Francisco, as prioridades são a complementação dos projetos de irrigação já iniciados e a melhoria da Hidrovia do São Francisco, para garantir boas condições de navegação até Juazeiro. Para o baixo São Francisco, são prioridades a proteção do delta do rio e ações para melhorar a qualidade de vida e a oferta de alternativas para a população cujas atividades foram prejudicadas pelos efeitos das barragens existentes” (BRASIL, 2004, 18).

O indicativo de um Planejamento para a Bacia do São Francisco, proposta pelo Governo Federal, parece-nos, em certa medida, contemplar tanto o princípio do bem comum quanto o princípio da participação, isto porque sendo a água um bem comum, ampliam-se os sentidos de responsabilidade e de dever compartilhados. Em outras palavras, há implicações éticas profundas na percepção de que somos, com relação à água, cidadãos que precisam planejar suas ações para que se faça um bom uso de recurso natural. Além do mais, a gestão descentralizada – com a instalação de Comitês – garante, em tese, que todos os indivíduos, possam estar envolvidos no planejamento e na gestão da água.

Por fim, o princípio de economia, que traz consigo a ideia de uso prudente ou racional dos recursos naturais pode ser encontrado, mesmo que de forma tímida, justamente no capítulo “Sobre o projeto de engenharia”, onde está escrito que antes de se chegar à conclusão de que a transposição seria a melhor proposta para enfrentar o problema da seca no semiárido, foram estudadas outras alternativas para levar água, a exemplo de: utilização de águas subterrâneas por meio da abertura de poços; dessalinização de água do mar; reutilização de águas de esgoto após tratamento; uso de cisternas; novos açudes; e integração com o rio Tocantins. Contudo, os resultados obtidos em análises técnicas mostraram que: ou elas são complementares ao Projeto de Integração (no caso de poços e cisternas), ou são restritas em ocorrência espacial e qualidade da água (no caso de águas subterrâneas e reuso de esgoto); ou são limitadas em disponibilidade adicional de água (no caso de novos açudes), ou ainda são muito caras e tecnicamente menos eficientes (no caso da transposição do rio Tocantins e da dessalinização de água do mar). Assim, esclarece o RIMA, “a este projeto estruturante deverão integrar-se diversas iniciativas e soluções regionais para convivência com o Semiárido, como cisternas, poços e pequenos açudes” (BRASIL, 2004, p. 10). Ou seja, buscar alternativas mesmo que complementares demonstra que existe uma preocupação preliminar quanto ao uso responsável e descentralizado dos recursos hídricos.

5.2 O DISCURSO DA IMPRENSA SERGIPANA SOBRE RISCOS DA TRANSPOSIÇÃO

De posse das informações sistematizadas no RIMA, podemos iniciar a etapa da pesquisa documental de fonte secundária, quer seja, a análise dos discursos jornalísticos sobre os riscos e impactos ambientais causados pela transposição das águas do rio São Francisco. Para este estudo, elencamos três jornais sergipanos, são eles: Jornal da Cidade, Cinform e Correio de Sergipe.

Vale ressaltar que a escolha desses jornais não ocorreu de forma aleatória. Ao contrário, ela se confirmou devido à importância que tais meios expressam junto à sociedade sergipana, conforme dados abaixo⁹⁰:

O **Jornal da Cidade** é reconhecidamente o impresso mais antigo entre os jornais que estão em circulação nos dias atuais. Foi fundado por Augusto Franco, em 1976 e, desde então, é comandado pela Família Franco. Sua periodicidade é diária, com tiragem média de 5 mil exemplares por edição durante a semana e 12 mil exemplares nas edições de final de semana, além de ter uma abrangência estadual. As diversas editorias do JC são subdivididas em Caderno A, B e C, além dos suplementos semanais. O Caderno A traz cobertura econômica e política destacando os principais acontecimentos locais, nacionais e internacionais. O Caderno B fala sobre a capital e o interior do Estado nas áreas de educação, saúde, administração pública, policial, além da melhor e mais completa cobertura esportiva. Já no Caderno C, o leitor pode conferir matérias sobre arte e cultura apresentadas com ampla cobertura, através de roteiros, eventos e programação do cinema e TV. Em nosso levantamento, contudo, analisamos apenas as notícias divulgadas nos Cadernos A e B.

O **Cinform** - Central de Informações Comerciais Ltda - foi fundado em 1982 pelos engenheiros Paulo Roberto G. de Carvalho e Paulo Roberto Carvalho. Em 1983, o publicitário Antonio Bonfim adquire empresa e a transforma num dos maiores jornais do Estado. Hoje, com tiragem de 21 mil exemplares, garante uma abrangência em 75 municípios de Sergipe, além dos estados da Bahia, Alagoas, São Paulo e Distrito Federal. O Cinform é composto por sete cadernos standard e um tablóides: Caderno Um, Imóveis, Veículos, Cultura, Esporte, Municípios, Líder e Olho Vivo. Para a realização de nossos estudos, entretanto, analisamos apenas o Caderno Um e Municípios.

O **Correio de Sergipe**, por sua vez, foi fundado no ano de 2001, por João Alves Filho que ainda hoje permanece no cargo de Diretor Presidente da empresa de comunicação. Sua periodicidade é diária, com tiragem média de 4,5 mil exemplares nas edições de terças, quartas, sextas-feiras e sábados e 7,5 mil exemplares nas edições de quintas e domingos, além de ter uma abrangência estadual. As editorias do Correio de Sergipe também são subdivididas em Cadernos A, B e C, além dos Cadernos Semanais (Agro Negócios, Correio TV, Galera, Negócios, Sobre Rodas e Vida). Para efeito de pesquisa, todavia, nos pautamos pelas notícias publicadas nos Cadernos A e B deste jornal.

⁹⁰ As informações de cada um dos jornais analisados e expostas nesta dissertação foram obtidas junto às suas respectivas redações.

Importa também esclarecer que essa fase da pesquisa documental ocorreu em três etapas distintas: num primeiro momento realizamos um levantamento online de matérias que tratavam do tema “transposição”; num segundo momento, realizamos o levantamento do universo de notícias publicadas nos referidos jornais sergipanos e disponíveis na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE); e num terceiro momento, analisamos os discursos jornalísticos que tratavam dos riscos e impactos ambientais, identificando “os sentidos” e mapeando “as vozes”, para então chegarmos as “formações discursivas”, segundo os preceitos da Análise do Discurso (AD).

5.2.1 Levantamento prévio

Apesar de a nossa pesquisa não se configurar como um estudo dos meios de comunicação digital, o levantamento prévio, realizado no primeiro semestre de 2011, caracterizou-se como fundamental no sentido de oferecer um primeiro mapeamento dos conteúdos e da periodicidade das notícias⁹¹. A busca online pela categoria de análise “transposição” resultou num universo superior a 900 notícias publicadas nos três jornais⁹², entre os anos de 2004 a 2010.

Também foi a partir desse levantamento que pudemos reavaliar nosso período de análise. Pois, durante a elaboração do projeto de mestrado havíamos demarcado como espaço de tempo para análise os anos de 2004 a 2010, uma vez que o RIMA tem como data de publicação o mês de julho de 2004 e o último ano do governo Lula⁹³ estar previsto para 2010, em virtude das eleições presidenciais. Contudo, após análise prévia dos conteúdos e da periodicidade das notícias disponibilizadas online verificamos que as matérias que tratavam especificamente sobre riscos e impactos ambientais estavam concentradas nos três primeiros anos e meio, ou seja, do segundo semestre de 2004 a dezembro de 2007. Como o objetivo

⁹¹ Sobretudo para fins de esclarecimento, haja vista que a pesquisadora que não vivenciou esse momento da história de Sergipe, por não residir no Estado no período dos grandes debates e entraves políticos ocasionados pela transposição.

⁹² Destaque para o Correio de Sergipe que manteve seu instrumento de busca atualizado e sozinho garantiu cerca de 800 notícias sobre transposição. Enquanto que o Jornal da Cidade e o Cinform não obtiveram o mesmo êxito na pesquisa *online*, pois, juntos amargaram com menos de 100 notícias disponíveis *online* sobre o tema, no período de seis anos. Isso posto, podemos constatar que apesar da agilidade e comodidade das pesquisas *online*, quando se trata de pesquisa em jornal impresso é necessário recorrer aos arquivos de papel, na esperança de se garantir uma maior confiabilidade nos resultados.

⁹³ Propositor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

central de nossa análise era identificar as formações discursivas sobre os possíveis riscos e impactos ambientais causados pela transposição - e não a análise pura e simples dos conteúdos sobre transposição - optamos por manter esse novo recorte temporal.

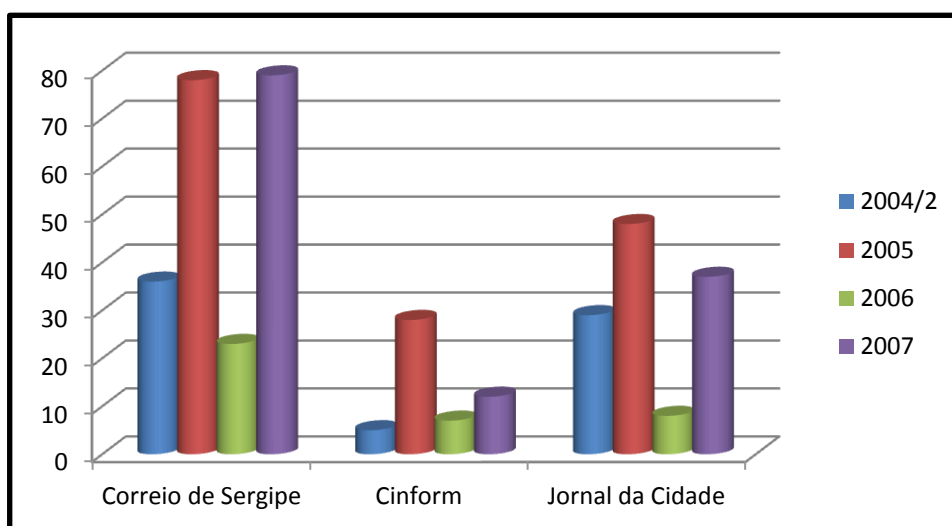
5.2.2 O universo de notícias impressas

Finalizado esse primeiro momento da pesquisa documental, pudemos adentrar no segundo momento, isto é, no levantamento do universo de notícias publicadas nos jornais sergipanos, entre os anos de 2004 a 2007, e disponíveis na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Realizada ao longo do segundo semestre de 2011, nesta etapa nos deparamos com uma quantidade enorme de arquivos de jornais impressos para serem analisados. Os números falam por si: três jornais pesquisados, sendo dois com periodicidade diária e um com periodicidade semanal; dois cadernos para cada jornal; quatorze trimestres para cada jornal analisado, o que corresponde a uma quantidade de aproximadamente três mil exemplares, ou ainda, quarenta e duas pilhas de jornais folheados.

Nesse universo gigantesco de folhas e tintas impressas, de fatos e versões informados, foi possível encontrar cerca de 400 notícias que tratavam sobre a transposição⁹⁴, nos seus mais variados contextos. Deste total, mais de 200 notícias foram divulgadas pelo Correio de Sergipe, pouco mais de 100 matérias pertenciam ao Jornal da Cidade e cerca de 50 foram noticiadas pelo Cinform. Conforme o GRÁFICO 5.1 é possível perceber ainda que a maior quantidade de notícias produzidas pelos jornais concentra-se nos anos de 2005 e 2007. Já o ano de 2006 apresenta pouca produção de matérias sobre a temática analisadas devido a crescente onda de liminares contrárias à transposição que haviam paralisado o andamento do projeto.

⁹⁴ Este universo de notícias sobre a transposição está disponível para consulta apenas na versão digital, presente no final do trabalho impresso.

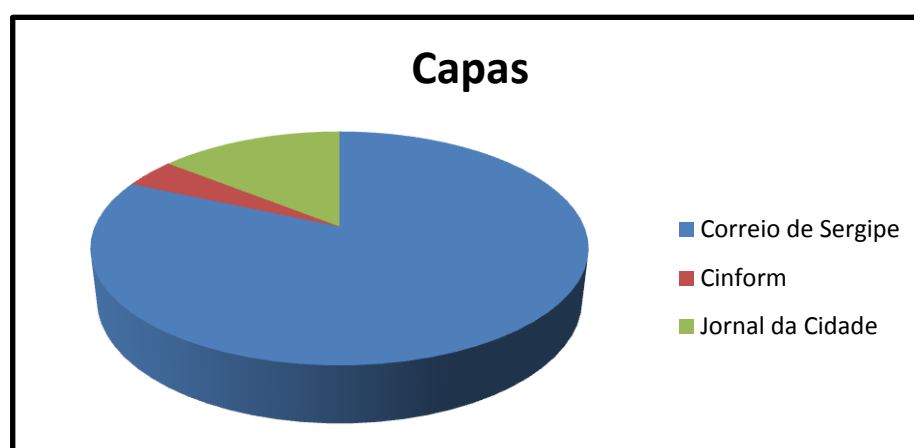
GRÁFICO 5.1
COMPARATIVO DAS NOTÍCIAS PRODUZIDAS
SOBRE A TRANSPOSIÇÃO ENTRE OS JORNAIS SERGIPANOS



Essa diferença considerável de notícias produzidas entre o Correio de Sergipe em relação aos outros dois jornais em questão evidencia-se ainda mais quando passamos a analisar a quantidade de “manchete principal” de Capa (GRÁFICO 5.2), cujo tema transposição teve destaque. Conforme nosso levantamento, enquanto no Cinform verificamos duas manchetes, no Jornal da Cidade foram sete e no Correio de Sergipe quarenta manchetes principais de Capa, durante o período de 2004 a 2007. Especial atenção para a Capa da edição nº 1822, do final de semana de 22 e 23 de abril de 2007 que traz o título Transposição é uma bomba relógio, com montagem de imagem do rio e uma bomba (ANEXO 1).

Esses dados também nos levam a crer que apesar da relevância do tema para o Estado de Sergipe, o interesse pelo assunto não é o mesmo em todos os jornais, ou seja, para além da importante discussão que girava em torno da transposição no período analisado também é possível verificar interesses privados por de traz dessa quantidade de informação repassada ao público.

GRÁFICO 5.2
COMPARATIVO DE MANCHETES DE CAPA SOBRE
A TRANSPOSIÇÃO EM JORNAIS SERGIPANOS



Uma das justificativas possíveis para esta interpretação está relacionada ao fato de o jornal Correio de Sergipe pertencer à família Alves. Não obstante, neste mesmo período, João Alves Filho exercia o cargo de governador do Estado de Sergipe e, na qualidade de engenheiro, se auto-intitulava “profundo conhecedor de recursos hídricos” (ANEXO 2) e “grande defensor do rio São Francisco” (ANEXO 3). Não é à toa, como veremos mais a frente, que o então governador João Alves Filho passa a ser conhecido, nacionalmente, como o porta-voz na luta contra a transposição das águas do rio São Francisco (ANEXOS 4, 5, 6).

Sobre esse tipo de interesse privado nos meios de comunicação, Medina (1988) comenta que toda a matéria jornalística precisa passar por um processo de produção, cuja pauta é o pontapé inicial. Ela pode se caracterizar como intencional, procurada ou ocasional (acontecimento totalmente imprevisto) e essa pauta tem em si a primeira força do processo, que pode ser chamada angulação. Na angulação, portanto, é possível encontrar de imediato, relações muito estreitas em três níveis gerais de comunicação: o nível-massa, grupal ou pessoal. Especificamente sobre o nível grupal, Medina escreve:

Quando a mensagem é angulada para de pauta se transformar num processo de captação, o componente grupal se identifica com a caracterização da empresa jornalística, onde essa pauta vai ser tramitada. A empresa que, por sua vez, está ligada a um grupo econômico e político conduz o componente da mensagem da captação do real à sua formulação estilística. Nem sempre é fácil chegar a esse

componente, porque ele não se apresenta de forma clara. (MEDINA, 1988, p. 73-74).

Essa angulação do nível grupal se manifesta muito claramente em todas as mensagens opinativas das páginas editoriais e nos próprios artigos assinados, naturalmente selecionados de acordo com a sintonia que exista entre o autor e a empresa jornalística. Mas, para além das mensagens opinativas, “uma análise mais detida vai encontrar indícios de angulação da empresa em toda a codificação do jornalismo informativo” (MEDINA, 1988, p. 74).

No caso do Correio de Sergipe, como veremos mais a frente, essa angulação grupal se apresenta de forma clara quando analisamos as formações discursivas presentes nas páginas do jornal. Além disso, esses indícios de angulação começam a ficar visíveis quando nos deparamos com a comparação de inserções de notícias nas editorias especializadas (Cidades, Geral, Nacional, Economia e Política). De acordo com nosso levantamento (GRÁFICO 5.3), do universo de aproximadamente 400 matérias produzidas sobre a transposição, nos três jornais estudados entre os anos de 2004 a 2007, a maioria das notícias foram anguladas para a editoria de Política (119), seguido de Geral (83), Nacional (66), Cidades (54) e, finalmente Economia (15). Sobre as matérias inseridas na editoria de Economia, vale destacar ainda que apenas o Jornal da Cidade priorizou esse tipo de angulação, sobretudo com matérias produzidas por agências de notícias ou assessoria de imprensa (ANEXOS 7, 8, 9).

Destacamos, ainda, que do universo de aproximadamente 400 matéria encontradas nas páginas dos jornais sergipanos, apenas um quarto delas faziam algum tipo de referência aos riscos e impactos ambientais que a transposição das águas do rio São Francisco poderá causar tanto para o meio ambiente quanto para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas. É possível verificar ainda (GRÁFICO 5.4) que a maioria das matérias foi produzida pelo Correio de Sergipe, sendo quarenta e nove notícias ao todo. O Jornal da Cidade aparece na sequência com uma produção de trinta e sete notícias e, por último, está o Cinform com vinte matérias publicadas. Percebe-se ainda que a maioria das matérias com esse teor concentra-se no ano de 2005, exatamente no período em que estão ocorrendo às audiências públicas para o processo de licenciamento ambiental. Nos outros anos, entretanto, o Correio de Sergipe consegue manter uma média de inserção. Porém, essa linha editorial não é seguida pelos demais jornais que apresentam irregularidades na inserção.

GRÁFICO 5.3
COMPARATIVO DE NOTÍCIAS PUBLICADAS POR EDITORIAS

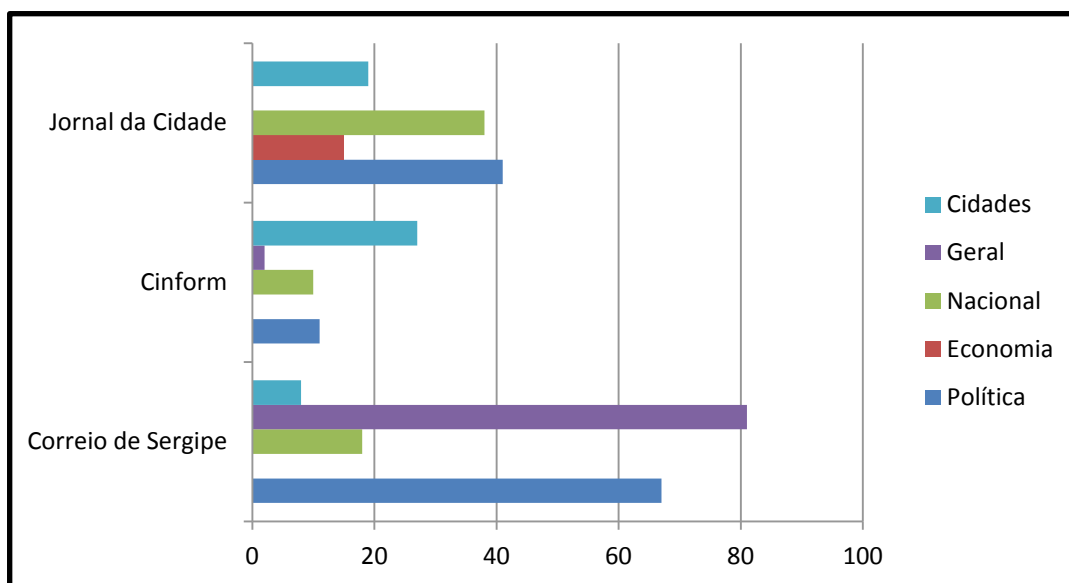
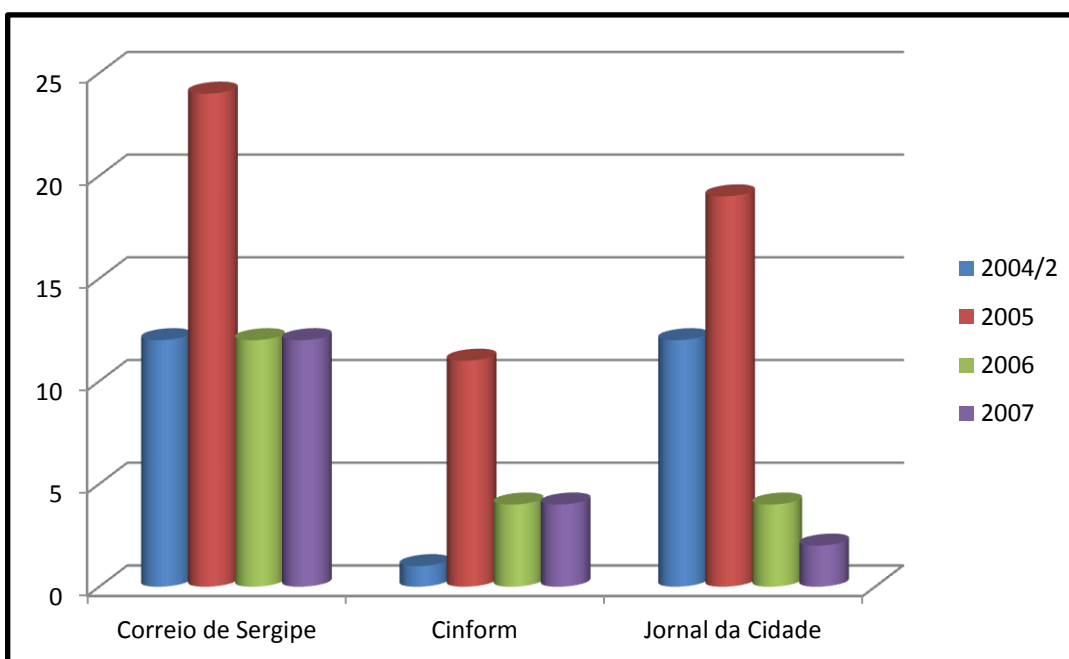


GRÁFICO 5.4
COMPARATIVO DE NOTÍCIAS QUE TRATAM DE RISCOS E IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS DA TRANSPOSIÇÃO



5.2.3 Os sentidos dos discursos jornalísticos

Encerrado o segundo momento da pesquisa documental, pudemos finalmente nos deter ao objetivo central de nossas análises, isto é, realizar o processo de identificação dos “sentidos dos discursos” e o “mapeamento das vozes”, para então chegarmos as “formações discursivas”. Como já havíamos afirmado, a Análise do Discurso (AD) tem sido o método utilizado por nós nesta pesquisa, pois entendermos que as notícias publicadas trazem na sua constituição textual traços histórico-sociais, que exige do pesquisador mais do que a compreensão do conteúdo explícito, mas do contexto histórico e de seus enquadramentos sociais e culturais.

De acordo com Benetti & Lago (2007), a análise dos sentidos é um dos tipos de análise para a qual a AD se apresenta como um método adequado no jornalismo. É preciso, portanto, visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura vem “de fora”, haja vista que o texto é uma decorrência de forças que lhe é exterior e anterior. Sobre isso, escreve Pêcheux:

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas e reproduzidas. (PÊCHEUX, 2009, p. 144).

Nessa perspectiva, para analisarmos o sentido dos discursos é preciso que compreendamos o processo histórico ao qual eles pertencem. Assim, entre o período de 2004 a 2007, identificamos quatro momentos discursivos distintos: entre o segundo semestre de 2004 e início de 2005 há um forte movimento político contrário à transposição; no decorrer do ano de 2005, evidencia-se um movimento de crítica ao projeto, bem como manifestações públicas em defesa do rio São Francisco, inclusive com a primeira greve de fome do Bispo Luiz Flávio Cappio; em 2006, uma onda de liminares judiciais barra o andamento das obras e a transposição passa a servir de mote para a campanha eleitoral ao governo do Estado; e, finalmente, em 2007 retomam-se as manifestações contra a transposição, sobretudo após a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (IBAMA) para licença de instalação da obra e o início das atividades do Exército, em Cabrobó/PE. Ainda em dezembro deste ano, Dom Cappio retoma sua greve de fome e fortalece seu rebanho de

defensores do rio São Francisco, mas vê-se derrotado com a autorização do Supremo Tribunal Federal quanto ao início das obras.

No primeiro momento (2004/2005), as notícias enfatizam os discursos de políticos e de representantes da sociedade civil que argumentam, com frequência, sobre os prejuízos que a transposição pode causar ao rio, a exemplo de uma matéria publicado no Correio de Sergipe (ANEXO 10) onde um deputado federal de Sergipe (que pertencia ao extinto PFL, mesmo partido do então governador João Alves Filho) afirma que “o projeto foi iniciado sem a devida avaliação de sua oportunidade e viabilidade ambiental, econômica e social”, e que “a transposição causará, de imediato, a redução da disponibilidade de água para outros projetos já implantados na própria bacia”.

Ou então, como no caso de notícias que buscam enfatizar um discurso de unidade na luta em defesa do rio, possível de superar até mesmo disputas política ideológica. Como é o caso de uma matéria publicada no Cinform (ANEXO 11) que traz em seu lead o seguinte enunciado: “não importa o partido, não importa a ideologia, não importa as bandeiras que defendam nas ruas ou nos partidos. Quando o assunto é o projeto do Governo Federal para a transposição do rio São Francisco – que virou verdadeira fixação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes – os parlamentares sergipanos, seja na esfera federal, estadual ou municipal, são absolutamente contrários ao projeto”.

No segundo momento (2005), as notícias enfatizam um discurso mais técnico sobre os riscos e impactos da transposição, além de críticas ao projeto de transposição e ao processo de discussão. Uma dessas matérias, publicada no Correio de Sergipe (ANEXO 12), comenta que estudiosos do Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, têm argumentado que a inviabilidade da transposição estaria calcada em falhas e informações superficiais do RIMA. Além disso, “o relatório não é esclarecedor ao público, portanto, ele não é válido, já que não informa sobre o projeto e sobre os impactos ambientais”. Por este motivo, o RIMA não serviria como embasamento para as audiências públicas, necessárias para o processo de licenciamento ambiental. O RIMA teria apenas um efeito superficial, ou seja, “é um texto informativo recheado de dados e números, mas que não diz o que realmente deveria conter”.

Em relação às manifestações públicas em defesa do rio São Francisco um fato que chamou atenção, pela quantidade de manifestantes e a repercussão nos jornais, foi à inviabilização da audiência pública organizada pelo IBAMA para discutir o RIMA. Em

matéria publicada no Jornal da Cidade (ANEXO 13) momentos antes do horário previsto para a audiência, manifestantes vindos de todas as regiões do Estado tomaram as ruas e o auditório do Centro Federal de Ensino Técnico (CEFET) no intuito de inviabilizar a audiência. “Munidos de faixas e cartazes eles promoveram um apitaco e gritaram palavras de ordem reforçando a posição contra o projeto do governo federal”. Para o representante do IBAMA, contudo, “impedir que os estudos do impacto ambiental do projeto de transposição sejam discutidos com a população é um contrassenso por parte daqueles que são contra a transposição”. Já o coordenador geral dos estudos de impacto ambiental, disse que o projeto é totalmente viável e que “os impactos ambientais na bacia doadora seriam mínimos [...] haveria tão somente a perda de energia”, disse.

No que se refere à primeira greve de fome do Bispo Luiz Flávio Cappio, fica evidente o interesse do jornal Correio de Sergipe de repercutir esse fato. Numa das várias matérias sobre a greve de fome de Dom Cappio (ANEXO 14), informa que o então governador João Alves Filho comandou uma caravana - composta por vinte e oito ônibus, mais vans e carros pequenos, envolvendo cerca de 1.500 pessoas – com destino à Cabrobó onde se encontrava o bispo. Na ocasião, o governador anunciou “a instalação de um Quartel General Ecológico em defesa do Rio São Francisco, em Sergipe”. Ainda conforme a notícia, o QG Ecológico contaria com juristas e técnicos conhecedores da real situação do rio para fazer frente à obra de transposição.

No terceiro momento (2006), como já comentamos, uma onda de liminares judiciais barra o andamento das obras e a transposição passa a servir de mote para a campanha eleitoral ao governo do Estado. Em entrevista para o Cinform (ANEXO 15), durante a campanha de reeleição para governador, em 2006, ao responder a pergunta: “Por que o senhor irá tentar a reeleição para o Governo do Estado?”. João Alves Filho (PFL) responde afirmando haver três razões para a sua candidatura, sendo a segunda relacionada à transposição. Assim ele responde: “A segunda razão diz respeito ao risco de sobrevivência do Estado de Sergipe como o conhecemos: a transposição de águas do rio São Francisco. Não tenho dúvidas de que parte considerável do nosso sertão terá que ser abandonada se o Velho Chico morrer, o mesmo ocorrendo com Aracaju, já que 60% dos aracajuanos bebem água colhida em Propriá, sem outra alternativa. Ora, o São Francisco está literalmente na UTI, não é improvável que o rio morra com a transposição, pois já vi vários rios do mundo morrerem. É fato conhecido em todo o país que o Governo Federal só não fez a obra porque lideramos a luta para impeli-la. Foi uma luta duríssima, requerendo inclusive vultuosos recursos do Estado na contratação de

juristas, especialistas em recursos hídricos e, por fim, dando suporte à montagem de um verdadeiro quartel general em Aracaju [...] o grave, porém, é que a vitória é provisória. O próprio presidente Lula afirmou recentemente na inauguração do Campus Universitário, em Itabaiana, que se reeleito fará a transposição de qualquer maneira. Óbvio que se for vencida a grande trincheira contra a obra, que é o Governo de Sergipe, nada impedirá o presidente Lula”.

Na sequência, respondendo a pergunta: “Após três mandatos de governador, o que o senhor acha que ainda tem a fazer por Sergipe?”. João Alves novamente volta a tratar da transposição: “inicialmente, como governador, terei suporte para impedir o projeto da transposição do rio São Francisco, que é tecnicamente errado, ecologicamente desastroso e criminoso em termos socioeconômicos”.

Esses trechos mostram inclusive que a transposição do rio São Francisco foi muito utilizada por João Alves Filho como temática de campanha. Nessa perspectiva, ele se apresenta ao povo como o único candidato capaz de barrar o projeto do Governo Federal que trará a ruína para todo o povo sergipano, sobretudo daqueles que vivem na região do sertão e da capital, pois não terão mais o abastecimento de água devido à morte preanunciada do rio.

Em outra notícia divulgada pelo Cinform (ANEXO 16), o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) teria falado sobre a transposição durante um comício em Aracaju. Disse ele que teria sido alvo de voto de repúdio em vários Estados nordestinos justamente por conta do projeto de transposição, mas que o governo federal estava investindo pesado na revitalização do rio. Lula ainda aproveitou para ridicularizar João Alves Filho, que estaria se utilizando do movimento contrário à transposição como bandeira da campanha eleitoral. “João foi para dentro do São Francisco mostrar que o rio está assoreado e que está acabando, mas deveria ter ido para o Rio Sergipe, que é da responsabilidade dele, para provar o que está fazendo com este rio”. O presidente deixou claro que não gostou de saber que João Alves havia gravado programa eleitoral mostrando a baixa vazão do rio e reforçando a ideia de que se a transposição for feita poderá faltar água para muitas cidades sergipanas – inclusive Aracaju. “ele não deveria ter ido colocar os pés no rio. Deveria ter ido nos esgotos que ele permite (enquanto governador) que sejam jogados no São Francisco”. Vale enfatizar que esse entrave político entre João Alves e Lula gerou uma repercussão positiva, tendo em vista que a partir dessas declarações começou uma série de manifestações públicas em defesa dos rios de Sergipe.

No quarto momento (2007), retomam-se as manifestações públicas contra a transposição. No início do ano, o motivo principal dos protestos é a autorização dada pelo IBAMA para a licença de instalação da obra de transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional. Em matéria publicada no Correio de Sergipe (ANEXO 17), o jornal afirma que mesmo com a licença, “as mobilizações contra o projeto de transposição continuam em toda a bacia”. Isso porque, “os movimentos e organizações sociais não pretendem recuar frente à pressão do governo federal”.

Um mês após a licença do IBAMA, um novo ato público foi proposto pela OAB/SE e contou com a participação de políticos de diversos partidos, movimentos de classe, estudantil e entidades profissionais. De acordo com o Jornal da Cidade (ANEXO 18), o protesto transformou-se num verdadeiro movimento democrático. “Era uma coisa que estava adormecida no seio da sociedade face ao desencantamento do povo a classe política. Nós cidadãos precisamos fazer um movimento social acima dos interesses partidários para revigorar a nossa paixão cívica e cidadã”, declarou Henry Clay, presidente da OAB/SE.

Na metade do mesmo ano, o motivo das mobilizações populares passa a ser a presença do Exército, em Cabrobó/PE, para dar início às obras da transposição. A notícia veiculada no Cinform (ANEXO 19) trata do conflito ocorrido entre a comunidade indígena e o movimento dos sem terra com o Exército de forma mais generalizada, relando os fatos ocorridos. Diferentemente do Correio de Sergipe (ANEXO 20) e do Jornal da Cidade (ANEXO 21), neste evento o Cinform mostra-se mais polifônico ao abrir espaço para opiniões diversas, de pessoas comuns que se solidarizam com o movimento contrário à transposição. Numa única matéria, o jornal traz o depoimento de um jovem bacharel em direito, a opinião do deputado federal, de um senhor industrial, e de uma estudante de Pedagogia.

Já nos últimos dias de novembro de 2007, Dom Cappio retoma sua greve de fome e afirma, segundo o Correio de Sergipe (ANEXO 22), que o fim do jejum “depende da retirada do Exército nas obras do eixo norte e do eixo leste e do arquivamento definitivo do projeto de transposição das águas do rio São Francisco”, não havendo outra alternativa, já que todas as tentativas anteriores de diálogo foram frustradas. Essa segunda greve de fome de Dom Cappio chegou a durar de vinte e dois dias e, durante esse período, travou-se uma verdadeira queda de braço com o presidente Lula que chegou a afirmar que não cederia ao protesto do religioso (ANEXO 23). A postura do Bispo chegou a repercutir no Vaticano (ANEXO 24), porém não surtiu o efeito desejado e o religioso manteve-se em jejum até as vésperas do Natal, quando se

viu fisicamente derrotado, após autorização do Supremo Tribunal Federal quanto ao início das obras (ANEXO 25).

5.2.4 O mapeamento das vozes

O mapeamento de vozes é outro tipo de pesquisa pertinente no campo do jornalismo e que enquadra muito bem com os preceitos da AD. O discurso jornalístico é, idealmente, polifônico. Isto é, porque meu discurso dialoga com outros discursos, outras vozes nele estão presentes, vozes com as quais concordo ou discordo total ou parcialmente, pois na medida em que “toda palavra é dialógica, todo discurso tem dentro dele outros discursos, e tudo que é dito é um ‘já dito’” (BRANDÃO, 2001, p. 67).

De imediato podemos citar como vozes discursivas: as fontes, o jornalista-indivíduo que assina o texto, o jornalista-instituição, quando o texto não é assinado e o leitor que assina as cartas. O jornalismo é, por definição, um campo de interação. Já o discurso:

É fruto do trabalho de interação entre os sujeitos [...] é sua característica dialógica e intersubjetiva, que inclui tanto o processo de dizer quanto o processo de interpretar. O discurso é constitutivamente dialógico, mas não necessariamente polifônico. Para identificar o seu caráter polifônico é preciso mapear as vozes que o confrontam e, nesse movimento, refletir sobre as posições de sujeitos ocupadas por indivíduos distintos (BENETTI & LAGO, 2007, p. 116).

Portanto, nenhum discurso é único, singular, mas está em constante interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos. Nessa relação interdiscursiva (com outros discursos), quer citando, quer comentando, parodiando esses discursos, disputa-se a verdade pela palavra numa relação de aliança, de polêmica ou de oposição. “É nesse sentido que se diz que o discurso é uma arena de lutas em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros” (BRANDÃO, 2011).

Partindo dessas premissas da AD podemos afirmar que apesar da considerável quantidade de matérias produzidas pelos jornais sergipanos, especialmente sobre possíveis riscos e impactos ambientais que podem ser causados pela transposição tanto ao meio ambiente quanto para as comunidades ribeirinhas, poucas foram as nuances percebidas nos discursos jornalísticos. Uma das justificativas para essa perpetuação das formações

discursivas pode ser justamente o fato de não haver um amplo leque de vozes tratando sobre a temática. Em outras palavras, ao longo dos três anos e meio analisados os discursos sobre riscos e impactos ambientais vão sendo aprimorados, contudo, o sentido de seus enunciados permanece o mesmo, pois, ao realizarmos um mapeamento das vozes percebemos que os falantes são relativamente restritos.

Assim, falam sobre riscos, impactos ou consequências da transposição alguns políticos que levantam a bandeira de defesa do rio São Francisco, sobretudo, o governador João Alves Filho (PFL), a senadora Maria do Carmo Alves (PFL)⁹⁵, o deputado federal José Carlos Machado (PSDB), o deputado federal Iran Barbosa (PT), o deputado estadual Augusto Bezerra (PFL), e a deputada estadual Ana Lúcia (PT); representantes de instituições públicas, como o procurador do Ministério Público Estadual (MPE), Eduardo Matos; representantes de entidades públicas, como o secretário-executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Luis Carlos Silveira Fontes; representantes de entidades de classe, a exemplo do presidente da OAB/SE, Henri Clay; membros da Igreja, como o Bispo Luis Flávio Cappio; além de técnicos e pesquisadores.

Do lado oposto, ou seja, aqueles que defendem o projeto do Governo Federal de transposição das águas do rio São Francisco aparecem como principais fontes: o presidente Luis Inácio Lula da Silva; e finalmente, os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes e Pedro Brito; e a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Vale destacar que, surpreendentemente, a maioria das matérias relacionadas à transposição não foi assinada pelo “jornalista-indivíduo”⁹⁶. Das poucas matérias assinadas, é possível associar alguns nomes de repórteres aos seus respectivos jornais: Déa Jacobina, Raquel Almeida, Anderson Araújo e Habacuque Vilacorte, todos do Correio de Sergipe; Joana Côrtes, George Washington, Sheila Torres, repórteres do Cinform; Iris Valéria, Leonardo Zanolli e Célia Silva, do Jornal da Cidade. Resta saber se essa prática de não identificação do repórter é comum nos meios de comunicação sergipanos ou se tal obscuridade no nome dos profissionais é intencional. Como este não é o foco de nossas análises, fica uma questão em aberto para possíveis pesquisas futuras.

⁹⁵ Mulher do governador João Alves Filho.

⁹⁶ Termo utilizado por Benetti (2007, p. 116)

Surpreendeu-nos ainda a presença escancarada do “jornalista-instituição”⁹⁷, especificamente no caso do Correio de Sergipe que durante todo o período de análise fez questão de mostrar seu posicionamento em relação ao projeto de transposição ao utilizar, na grande maioria das notícias divulgadas, uma espécie de selo “carranca”⁹⁸ (IMAGEM 5.1) com a mensagem “Diga não à transposição”.

IMAGEM 5.1
SELO CARRANCA



FONTE: Correio de Sergipe

5.2.5 As formações discursivas

Dois conceitos fundamentais na AD são as noções de Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD). O primeiro, segundo Brandão (1991), está diretamente relacionada ao materialismo histórico e interessa a uma teoria do discurso para contribuir com

⁹⁷ Idem

⁹⁸ Carranca é uma escultura com forma humana ou animal, produzida em madeira e utilizada a princípio na proa das embarcações que navegam pelo rio São Francisco. Os barqueiros utilizavam as carrancas para chamar a atenção para sua embarcação. Em certo momento, a população ribeirinha passou a atribuir características místicas de afugentar maus espíritos às carrancas.

o entendimento do que seja uma superestrutura ideológica, ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada. Nesse sentido, o discurso seria “uma instância em que a materialidade ideológica se concretiza” (BRANDÃO, 1991, p. 37). No caso do segundo, representaria na AD um lugar central da articulação entre língua e discurso. Elaborada por Pêcheux, o conceito de FD regula, desta forma, a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito do discurso. “É ela que permite dar conta do fato de que os sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras” (BRANDÃO, 1991, p. 39). Ou seja, são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica, determinam “o que pode e deve ser ‘dito’ a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada”. (BRANDÃO, 1991, p. 38).

A formação discursiva reitera, desta forma, a ideia de uma não neutralidade discursiva. Pois, quando o discurso é proferido, ele já nasce filiado a uma rede tecida por outros discursos com semelhantes escolhas e exclusões. A FD é, portanto, tudo aquilo que se repete e que ao se repetir se transforma e se resignifica num determinado tempo histórico e ideológico.

Com base nesses preceitos, a primeira formação discursiva que identificamos está diretamente relacionada ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ou seja, ao tratarmos do documento, as fontes ouvidas pelos jornais sergipanos sempre confirmam o discurso de que “o RIMA traz informações tendenciosas” (ANEXO 26). Esse discurso vai se concretizado à medida que técnicos e pesquisadores em recursos hídricos vão desenvolvendo suas análises, com base no próprio relatório do projeto (ANEXO 27). Nessa FD pode-se interpretar ainda que se “o RIMA traz informações tendenciosas” (o dito) então a “transposição é tendenciosa” (não dito).

A segunda FD identificada em nossas análises confere legitimidade ao não dito da primeira FD ao afirmar que “a água transposta não servirá para o consumo humano, mas para produção de camarão e irrigação” (ANEXOS 28, 29 e 30). Para aqueles que se dizem contrários à transposição, o grande erro do projeto é que ele não se destina ao consumo humano, mas ao setor produtivo. Numa tentativa de contenção ao projeto, o CBHSF, em reunião extraordinária, decide que “só podem ser autorizadas retiradas de água para a transposição exclusivamente para o consumo humano, desde que não haja nenhuma alternativa para a captação de água” (ANEXO 31).

A terceira FD garante que “a vazão do rio São Francisco já está toda comprometida” (ANEXO 32). Os múltiplos usos das águas do rio São Francisco - para a produção de energia elétrica, irrigação, industriais, pecuária e o próprio consumo humano – já estariam causando impactos na vazão do rio. Com a aprovação do projeto de transposição, entretanto, a outorga de água para projetos futuros estaria inviabilizada. Assim, seria preciso primeiro aumentar a vazão do rio com medidas de revitalização para somente depois voltar a pensar em transposição.

A quarta FD está diretamente relacionada ao processo de degradação do rio São Francisco. Conforme o discurso de seus defensores, “o rio está doente, na UTI” (ANEXO 33). Portanto, como poderia o Governo Federal propor um projeto que “retira água de um rio doente para incentivar grandes negócios” (ANEXO 34). A doença do rio a que se referem seus defensores estaria relacionada à degradação, ao assoreamento, à erosão, ao desmatamento das matas ciliares, à queda no volume de água e a redução do estoque pesqueiro.

A quinta FD apregoa a “morte do Velho Chico” em decorrência da transposição de suas águas (ANEXO 35). Pois, conforme o discurso dos defensores do São Francisco, a condução errada do projeto pode trazer danos irreparáveis a um rio que já sofre com a degradação. Um dos danos identificados é a chamada “cunha salina”, ou seja, o aumento de massa salgada que, se não for devidamente controlada, pode tornar a água salobra e provocar forte impacto ambiental negativo, especialmente sobre o solo e a fauna da Bacia (ANEXO 36). Daí a expressão tão utilizada pelo grupo contrário à transposição de que “em todo o mundo os rios morrem pela foz”.

Essa quinta FD acaba nos remetendo as duas últimas FD, muito utilizadas nos discursos proferidos pelo então governador João Alves Filho, quer seja, o projeto de transposição do rio São Francisco é “tecnicamente errado, ecologicamente destrutivo e politicamente desastroso” (ANEXOS 37, 38), pois além de provocar uma divisão insana entre os estados nordestinos, a má condição do projeto poderá provocar uma catástrofe ambiental na região da foz, onde se localizam os estados de Sergipe e Alagoas, levando a uma “crise no abastecimento de água” (ANEXO 39). Discursos apocalípticos do tipo “se o rio morrer, 60% da população de Aracaju terá que ser evacuada por falta de água para beber” e “populações terão que abandonar cidades do sertão porque as adutoras são abastecidas com águas do rio São Francisco”, foram muito utilizados durante o período eleitoral, de 2006. Isso acabou por

acarretar numa onda de medo na população e, por conseguinte, uma crescente participação da sociedade nas mobilizações contrárias à transposição.

Em virtude da existência desse movimento forte contrário à transposição, em Sergipe, raras foram as notícias que elencavam os aspectos positivos do projeto conduzido pelo Governo Federal. Dos três jornais analisados, verificamos que apenas o Jornal da Cidade demonstrou, ao longo do período analisado, ter uma preocupação básica do jornalismo, isto é, enquanto atividade mediadora entre os fatos e os indivíduos, o jornalismo precisa abrir espaço para mais de uma fonte, possibilitando assim um embate de opiniões de vozes favoráveis e contrárias sobre um mesmo tema. Reflexo disso foi o fato de o Jornal da Cidade ter sido o único jornal sergipano que publicou matéria sobre “impactos ambientais positivos” da transposição (ANEXO 40). Em contrapartida, o Correio de Sergipe sempre deixou clara sua posição de embatia em relação ao tema, enquanto o Cinform demonstrava uma tímida simpatia ao movimento de oposição à transposição das águas do rio São Francisco.

Ainda nessa perspectiva, duas reportagens chamaram nossa atenção. Pois, além de conterem discursos diferentes, as reportagens também foram publicadas em momentos distintos. A primeira ganhou as páginas do Jornal da Cidade em janeiro de 2005, enquanto a segunda ganhava repercussão no Correio de Sergipe em abril de 2007.

A primeira reportagem, intitulada Velho Chico sempre esteve abandonado (IMAGEM 5.2), leva a assinatura de Iris Valéria e ocupa uma página inteira na edição do final de semana. De cunho político, a reportagem inicia afirmando que “Do âmbito social, ambiental, econômico e técnico para uma questão política foi um pulo. É nessa esfera que se encontram os debates sobre a transposição das águas do rio São Francisco”. Mostra que existem controvérsias entre os que defendem a transposição e os que são contrários ao projeto. E garante que o projeto “se transformou em bandeira de luta para os sergipanos e também mote para discursos calorosos e inflamáveis, geralmente com fins eleitoreiros, para uma parcela de políticos do Estado”. Para além de questões políticas, a reportagem também trata do problema de degradação do rio e, ao final, sugere em entrevista com um professor da UFS a possibilidade de haver transposição e quais as medidas compensatórias que deveriam ser discutidas.

A segunda, cujo título *Transposição do São Francisco é uma “bomba-relógio”*, diz geólogo da UFS (IMAGEM 5.3) é assinada pela jornalista Marineide Bonfim, também ocupa uma página inteira na edição do final de semana. Pela primeira vez, o jornal traz uma

reportagem mais elaborada que, além de apresentar os acontecimentos atuais, faz uma retrospectiva histórica das últimas manifestações em defesa do rio e contrárias à transposição. Percebe-se a presença de dados extraídos do RIMA, como por exemplo, a construção dos canais, a quantidade de água que o projeto se propõe a retirar, o benefício que isso trará para 12 milhões de pessoas do Nordeste Setentrional, entre outros. Mas também critica a falta de diálogo do governo com a sociedade civil e as entidades diretamente ligadas a essa temática. Por fim, apresenta com pouco destaque, um quadro com alguns riscos que a transposição poderá causar (IMAGEM 5.4).

IMAGE 5.2

[illegible]

IMAGEM 5.3

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo 22 e segunda-feira 23 de abr 2007

CORREIO URBANO GERAL A5

Transposição do São Francisco é uma 'bomba-relógio', diz geólogo da UFS

>>O governo busca apoio aos deputados para votar emendas e liberar verba para o projeto

Marcelo Borém

O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, disse durante uma audiência pública na Câmara, quarta-feira (19) em Brasília, que as obras de transposição das águas do Rio São Francisco poderão ser iniciadas a partir de outubro deste ano. As empresas que participarem da licitação, promovida pelo governo federal, têm até a primeira semana de maio para apresentar suas propostas, mas o processo licitatório deverá se estender por 90 dias.

O governo tenta então buscar o apoio dos deputados para votação de emendas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que permitam fazer desdobramentos orçamentários para o uso do Exército na execução das primeiras obras de engenharia em Cabrobó (PE), enquanto a licitação não for concluída. A obra deve durar quatro anos.

Em março, o Itaipu já havia concedido ao governo licença de instalação do projeto de transposição do Rio São Francisco, orçado atualmente em quase R\$ 6 bilhões. Comentou-se que o governo quer, depois da transposição, R\$ 50,8 milhões por ano para garantir o funcionamento das bombas d'água e da manutenção das adutoras.

A decisão do presidente Lula de iniciar as obras logo no início deste segundo mandato, chegou especialmente à sociedade civil que tem forte resistência à transposição, por acreditar que esta obra irá causar um impacto destrutivo ao meio ambiente.

"Se essa transposição se concretizar dessa forma insustentável será uma grande ameaça para o São Francisco. Nos grandes rios do mundo, não se chegou a um acordo do uso da água, os resultados foram catastróficos ou ruins. Por isso defendemos que antes da transposição é necessário fazer um pacto de gestão da bacia. O governo não pode fazer a transposição e depois dizer: 'meu relógio não nasceu assim', alertou o vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e professor da Universidade Federal de Sergipe, o geólogo Luiz Carlos Fontes.

Segundo ele, esse cenário é perfeitamente previsível porque a gestão dessas águas pode se tornar insustentável, depois da execução do projeto. "É um cenário possível. Os cálculos da Bacia do São Francisco mostram que em 2020 esta capacidade de água para o semi-árido estará esgotada. Já temos um quadro de conflito de uso com data marcada para acontecer", advertiu.

O projeto prevê a construção de dois inteiros canais de extensão. Um deles, o canal leste, levará água aos estados de Pernambuco e Paraíba. O outro canal, na direção norte, beneficiará também Pernambuco, Paraíba e mais o Ceará e o Rio Grande do Norte. Na prática, o projeto consiste no bombeamento para levar água do São Francisco para os rios de PE, PB, CE e RN.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco só permite a retirada de 26 milhões de metros cúbicos por segundo de água para consumo humano e animal, mas o governo quer utilizar 63 milhões cúbicos por segundo para múltiplos usos. Especialistas afirmam que o governo cometerá um grave erro, caso a transposição seja feita. E como se ao invés de servir água, o sertão virá um grande deserto. Ou seja, o projeto será um equívoco que resultará em grande impacto ambiental.

Já o governo divulga que não haverá nenhum problema ambiental para o São Francisco na parte que atravessa a atividade econômica que hoje se desenvolve ao longo de seus 2.700 quilômetros de extensão.

O governo argumenta ainda que a quantidade de água a ser retirada é "muito pequena" e que o São Francisco ainda é um rio muito saudável e tem água suficiente para utilização no desenvolvimento do Polígono das Secas.

O governo ignora documentos técnicos que atestam a inviabilidade do projeto. Um estudo feito pelo BRD (Banco Mundial), realizado a pedido do próprio governo, sugere o adiamento da transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco).

A análise do BRD recomenda realizar obras mais baratas para resolver o problema da falta de água no semi-árido. O documento, divulgado em agosto de 2003, sugeriu que os recursos orçamentários sejam investidos na construção de cisternas para a captação de água das chuvas e na construção de mais adutoras, além da revitalização do São Francisco.

O governo nem mesmo leva em conta as alterações climáticas mundiais. A obra é considerada cara e desnecessária, mas o governo insiste em dizer que esta é a solução mais barata para resolver o problema de falta de água no Nordeste Setentrional.

Quem usará essa água?

O governo diz que a transposição das águas do São Francisco irá beneficiar 12 milhões de pessoas, que a água a ser retirada vai ser usada principalmente para o consumo humano, para matar a sede de milhões de nordestinos, e que tudo isso será feito sem prejudicar o Rio São Francisco. Mas as entidades ambientais querem mostrar ao povo, que o projeto está longe de cumprir esses objetivos humanitários.

"O que se usa como discurso para justificar a transposição é o sofrimento do pequeno, que sofre com a seca, que carrega lata d'água na cabeça. Na verdade, o projeto irá atender a uma ideologia que pretende se instalar no litoral do Ceará, próximo a Fortaleza, e ainda para beneficiar os grandes projetos de criação de camarão para exportação no Rio Grande do Norte", denuncia o vice-presidente do Comitê da Bacia.

Segundo especialistas, ao se analisar o estudo de impacto ambiental da obra, conclui-se que não existe déficit hídrico nos estados do Nordeste Setentrional nem para abastecimento humano e animal, nem para irrigação. Faltava que o Ceará tem 10 bilhões de metros cúbicos de estoque de água, o Rio Grande do Norte tem algo em torno de cinco bilhões e a Paraíba tem dois bilhões. Técnicos garantem que o problema nesses estados não é de escassez de estoque de água, mas sim de falta de distribuição.

Um estudo da Agência Nacional de Águas, ANA, mostra que em 2025 no chamado eixo norte, onde está o Ceará e o Rio Grande do Norte, não há nenhum município em situação crítica de escassez de água para abastecimento urbano. "Então cala por terra toda a argumentação de que a água é para beber", disse Luiz Carlos Fontes.

Reação

Agora, as entidades se preparam para enfrentar mais um momento decisivo na tentativa de barrar este projeto, que já foi pensado pelo impetuoso Dom Pedro II, no século XIX, e está sendo para surpresa de muitos, ressuscitado pelo presidente Lula (PT).

Na sexta-feira (18), a Ordem dos Advogados do Brasil-Sergipe promoveu um ato público no centro da capital sergipense que contou com a participação de mais de 30 entidades da sociedade civil de Sergipe.

"O governo pensa que não havia mais resistência popular à obra, mas todos os atos públicos que estão acontecendo e que vão acontecer ainda vão servir para mostrar ao governo que nós temos uma forte oposição ao projeto. Essa mobilização não é motivada por questões políticas, eleitorais, é um forte sentimento de indignação de prevenção", disse o vice-presidente do Comitê da Bacia.

As grandes manifestações contra o projeto do governo federal surgiram em 2005. Na Bahia, o bispo da Diocese de Barra, a 610 km de Salvador, Dom Luiz Flávio Cappio, fez greve de fome no final de setembro de 2005 para que as obras não fossem iniciadas. Dom Cappio abandonou a greve depois de um acordo com o governo, que se comprometeu em estabelecer o diálogo com a sociedade civil para discutir o projeto.

A mídia esperava que de que o acordo fosse cumprido, mas o que vimos agora em 2007 foi o inverso. O governo retomou com todos os braços os procedimentos para poder iniciar as obras", disse o professor Luiz Carlos Fontes.

Segundo ele, o governo está avançando para tentar visível o início das obras e é necessário retomar as manifestações. "As entidades sentem que realmente não há nenhuma perspectiva de diálogo com o governo".

Desde as eleições de 2006, que o governador Marcelo Dela (PT) passou a fazer críticas ao projeto de transposição. Em 2006, o petista não participou de nenhum ato contra a obra. Também não esteve presente no ato público que aconteceu nesta-feira, em Aracaju.

Na quarta-feira (18), dois dias antes da manifestação, Dela recebeu, no Palácio dos Despachos, a diretoria da OAB-Sergipe e prestou solidariedade ao ato. Disse que apóia a manifestação e reafirmou sua posição contra o projeto. Na sexta, viajou para Minas Gerais.

"Pedimos ao governador para que ele se requeira de forma mais direta na luta contra a transposição porque precisamos obter do governo federal um recuo, um bom senso para sair dessa impasse", disse o presidente do Comitê da Bacia.

Para o presidente da OAB-Sergipe, o governador de Sergipe tem todas as condições para estabelecer ou conduzir uma abertura de diálogo entre a sociedade civil e o governo federal, uma vez que Dela tem uma relação política e pessoal muito próxima do presidente Lula. Na reunião, o governador disse que estava disposto a tentar conduzir esse diálogo.

Ação no Supremus

Há quase oito dias, o presidente da OAB-Sergipe ingressou com uma ação popular no Supremo Tribunal Federal contra a transposição das águas do São Francisco. A ação será analisada pelo ministro do STF, Sepúlveda Pertence, o mesmo que casou todas as limitações impedindo que o governo iniciasse as obras.

Ainda assim, Henri Cay está otimista quanto à decisão do ministro. Ele acredita que a OAB-Sergipe conseguirá essa limitação que requer a anulação de toda a obra para que a União, o Itaipu e a Agência Nacional de Águas (ANA) parem a implementação do projeto.

Nos próximos dias, o ministro Sepúlveda Pertence deverá dar a União, o Itaipu e a ANA para se pronunciarem. Depois disso é que ele vai efetivamente analisar o pedido e decidir. A decisão poderá sair dentro de 30 dias.

"Temos uma expectativa positiva porque essa ação está bem fundamentada. Assumimos um documento oficial do governo do Ceará em que declara, com todas as letras, que o Estado tem água suficiente para bastar todos os seus municípios, por isso não precisa da transposição das águas do Rio São Francisco. Tenho convicção de que ouçamos boas soluções, do ponto de vista técnico-jurídico, para o desenvolvimento do município", avaliou Henri Cay.

A Ordem dos Advogados do Brasil, hoje presidida pelo sergipano Carlos Brito, definiu posição centrada a transposição após ampla discussão com participação de ministros e governadores de Estado, em Brasília. A decisão foi baseada no fato de que o projeto "poderia de fato causar danos ambientais, do ponto de vista técnico-jurídico, uma vez que envolve rios Estados da Federação e também atinge terras indígenas".

- Revitalização está encalhada

Enquanto o projeto de transposição segue em ritmo apressado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 324/02 que destina R\$ 300 milhões por ano ao Fundo de Revitalização da Bacia do São Francisco, com a participação da União, estados e municípios está parado no Congresso.

"A PEC é a clara demonstração de que o governo não tem o compromisso real com a revitalização da bacia do São Francisco. O governo jamais se movimentou para aprovação dessa proposta", critica o vice-presidente do Comitê. Para Luiz Carlos Fontes, as ações de revitalização que existem hoje são muito mais medidas compensatórias, para reduzir as resistências ao projeto de transposição, do que para atender as reais necessidades da bacia.

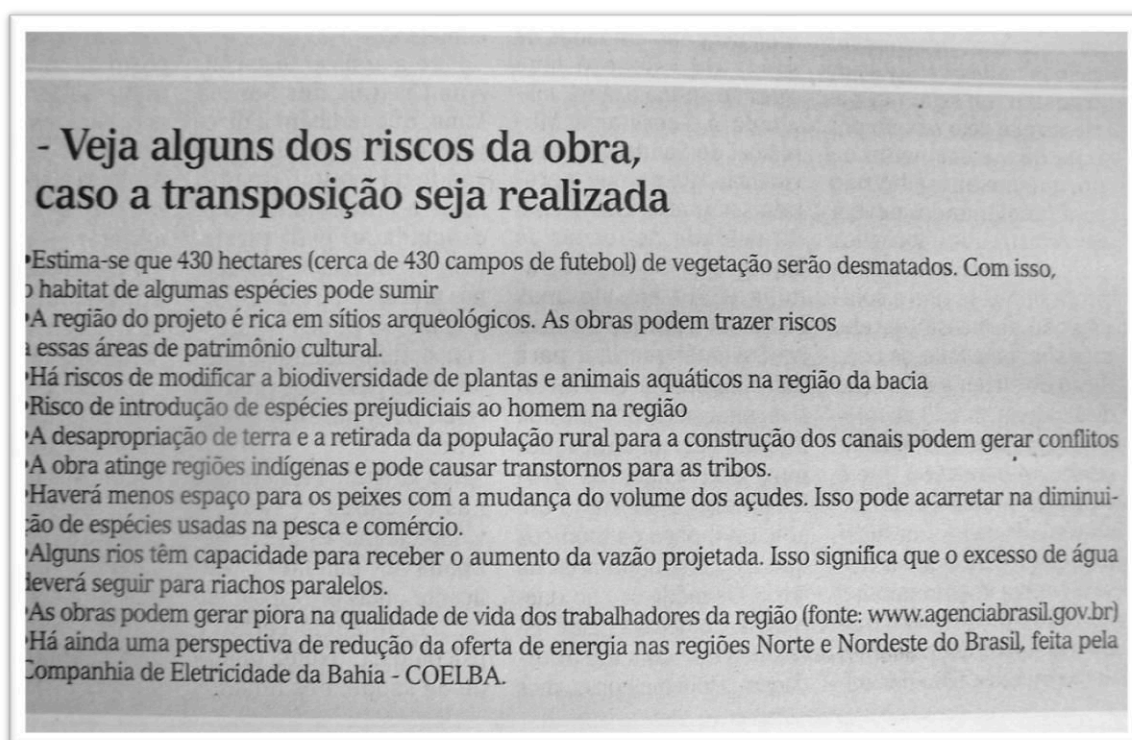
"Existe um projeto de governo claro para a transposição, mas não existe uma política consolidada para revitalização, nem para o desenvolvimento da bacia do São Francisco", disse Luiz Carlos Fontes.

- Veja alguns dos riscos da obra, caso a transposição seja realizada

- Estima-se que 430 hectares (força de 430 campos de futebol) de vegetação serão destruídos. Com isso, o habitat de algumas espécies pode sumir.
- A região do projeto é rica em sítios arqueológicos. As obras podem trazer riscos a essas áreas de patrimônio cultural.
- Há riscos de modificar a biodiversidade de plantas e animais aquáticos na região da bacia.
- Risco de introdução de espécies prejudiciais ao biotopo na região.
- A despoluição de terra e a retirada da população rural para a construção dos canais podem gerar conflitos.
- A obra atinge regiões indígenas e pode causar transtornos para as tribos.
- Haverá menor espaço para o peixe com a redução do volume dos açudes. Isso pode acarretar na diminuição de espécies usadas na pesca e comércio.
- Alguns rios têm capacidade para receber o aumento da vazão projetada. Isso significa que o excesso de água deverá seguir para outros canais.
- As obras podem gerar perda na qualidade de vida dos trabalhadores da região (fonte: www.agenciaisn.org.br).
- Há ainda uma perspectiva de redução da oferta de energia nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, hoje pela Companhia de Eletricidade da Bahia - COELBA.

Fonte: Correio de Sergipe. Transposição do São Francisco é uma "bomba-relógio", diz geólogo da UFS. Ano VII, N. 1872, 22 e 23 abr 2007, A5 (Geral).

IMAGEM 5.4



Fonte: Correio de Sergipe. **Transposição do São Francisco é uma “bomba-relógio”, diz geólogo da UFS.** Ano VII, N. 1872, 22 e 23 abr 2007, A5 (Geral).

Em nosso entendimento, essas duas reportagens representam bem os diversos tratamentos jornalísticos que foram dispensados pelos jornais sergipanos ao tema da transposição e, por conseguinte, aos riscos e impactos socioambientais relacionados ao projeto do Governo Federal. Enquanto a primeira busca evidenciar os discursos controversos entre aqueles que defendem a transposição e aqueles que são contrários, assim como tenta mostrar ao leitor a existência de um processo histórico de degradação do rio; a segunda, busca reforçar tanto as manifestações quanto os argumentos daqueles que intitulam defensores do rio e contrários à transposição. Aproveita-se a ocasião para enfatizar quais os principais riscos que à execução do projeto de transposição poderá causar, dentre eles: o desmatamento de uma vasta área; risco ao patrimônio cultural, sobretudo no que se refere aos sítios arqueológicos; risco de modificar a biodiversidade da fauna e da flora regional; desapropriação de terras e retirada da população rural para a construção dos canais; conflitos com as populações indígenas da região; redução da atividade pesqueira destinadas ao comércio; as obras podem gerar piora na qualidade de vida dos trabalhadores da região; além de redução da oferta de energia nas regiões Norte e Nordeste.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora que sabemos de onde vem o golpe, também sabemos o que podemos fazer, se há algo a fazer, para afastá-lo ou, pelo menos, aprendemos como é limitada nossa capacidade de emergir incólumes e que tipo de perdas, danos ou dor seremos obrigados a aceitar.

BAUMAN

No início desta pesquisa buscávamos analisar em que medida a Comunicação de Risco poderia contribuir para uma discussão ética do uso da água doce, sobretudo no que concerne à transposição das águas do rio São Francisco, considerado por especialistas como um dos maiores empreendimentos hídricos da última década, além de ter servido de palco para diversos conflitos - jurídicos, políticos, socioculturais e ambientais - entre os estados do Nordeste brasileiro. Ao final dela, sentimo-nos à vontade para afirmar que a transparência das informações durante todo o processo de elaboração e execução de um projeto deste porte, assim como a participação ampla dos atores envolvidos nos processos decisórios são imperativos éticos para uma gestão eficiente dos recursos hídricos. Pois, só com clareza das ações e dos impactos ocasionados pelas intervenções humanas ao meio ambiente é que poderemos adotar alternativas que sejam tecnicamente sustentáveis e moralmente sãs.

A Comunicação de Riscos, nessa perspectiva, apresenta-se como um instrumento que oferece a oportunidade de comunicar os riscos e impactos de um determinado empreendimento e mesmo mediar possíveis conflitos ambientais relacionados ao projeto em questão de maneira planejada, transparente e sensível às necessidades da comunidade. Voltamos a afirmar, contudo, que para atingir esse nível de eficiência é preciso que os profissionais que integram o plano de Comunicação de Risco de um determinado projeto socioambiental conheçam as necessidades psicológicas, políticas, sociais e econômicas dos atores envolvidos, com vistas a facilitar o diálogo e promover consensos entre as partes opostas.

Para chegarmos a esse entendimento, entretanto, foi necessário trilharmos um caminho teórico e retornarmos, sempre que preciso, àqueles questionamentos preliminares para os quais buscávamos respostas no início dessa jornada de estudos, quais sejam: É possível haver uma discussão ética sobre o uso das águas do rio São Francisco? Os riscos causados pela

transposição do rio São Francisco estão sendo contemplados nesse debate? De que forma a Comunicação de Risco pode contribuir com essa discussão? Qual o discurso do gestor do projeto em relação aos riscos da transposição? E, finalmente, como a imprensa sergipana informa os riscos desse empreendimento à sociedade?

Uma resposta plausível à pergunta “É possível haver uma discussão ética sobre o uso das águas do rio São Francisco?” só foi possível de se conseguir mediante a realização do capítulo O homem e o rio: histórico do rio São Francisco e do uso de suas águas. Conhecer a história do “Velho Chico” - que desde a época do Império é chamado de “Rio da Integração Nacional” - foi essencial para compreendermos o processo de povoamento de seu vale, sua estratégica posição geográfica e econômica no Brasil, além de todas as transformações ocorridas em seu leito desde que Américo Vespúcio navegou pela primeira vez no Opará e, então, o denominou de São Francisco, em homenagem ao santo católico do dia. Ao conhecermos melhor a história de grande rio acabamos por entender também um pouco mais da história de seu povo. Bravo povo ribeirinho - sóbrio, corajoso, audacioso e perspicaz – que adentrou o sertão com seus rebanhos em busca de grandes extensões de pastagem. Mas tarde buscou seu sustento e de seus familiares no minério. Com o advento da tecnologia e a carência de trabalho na região viu-se necessitado pela produção de mais energia e, consequentemente, pela produção de mais alimentos com o auxílio das técnicas de irrigação.

Como vimos, essa relação histórica do homem com o rio têm provocado ao longo de mais de 500 anos transformações, tanto no ambiente físico/natural quanto no ambiente sociocultural, em virtude de haver uma tensão contínua entre os opostos homem/natureza. Isto é, ao mesmo tempo em que o homem vai transformando a paisagem do Vale do São Francisco na tentativa de garantir seu sustento, também o rio transforma a vida das pessoas que dependem dele. Pois, conforme nos ensina Heráclito, nada no mundo permanece estático e imutável. Tudo se transforma e está em constante mutação como o fluxo de um rio que a cada instante revoga suas águas.

No entanto, para entendermos melhor essa relação homem/natureza sentimos a necessidade de retornarmos aos autores modernos, a exemplo de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau. Pois, como demonstramos no capítulo Ética Ambiental e a relação do homem com a natureza é na Modernidade, especialmente entre os contratualistas, que se aprofundam as discussões em relação à passagem de um “estado de natureza” para um “estado civil”, ou seja, da transição de um “homem natural” para um “homem civilizado”.

No caso do filósofo inglês, sua teoria analisa o homem enquanto indivíduo, cujo egoísmo e o medo da morte violenta o levam ao convívio social, uma vez que a guerra é adversa à conservação do próprio homem e a busca da paz é o maior desafio do homem no “estado civil”. Sobre isso, nos questionamos: Se o egoísmo e o medo da morte violenta são características do “estado de natureza”, em Hobbes, e o homem busca o convívio social para garantir a paz e a conservação do próprio homem, então porque, neste momento atual de nossa civilização, permanecemos egoístas e temos cada vez mais medo de um maior número de coisas e não só da morte violenta? Vivenciamos uma “cultura do medo” que ao invés de nos impulsionar para a mudança e a ação, como também sugere Hobbes, cada vez mais nos distancia do ambiente social. Transforma-nos em indivíduos isolados, egoístas e despreocupados com o coletivo porque nos interessa apenas o bem-estar individual. Seria realmente este o caminho para garantirmos uma suposta paz entre os homens?

Do outro lado está o filósofo genebrino, que afirma ser a sociedade justamente a responsável por corromper o homem e levá-lo a um processo de desnaturação, isto é, de separação do homem para com a natureza e, conseqüentemente, para o caminho de desigualdades, sendo elas tanto da ordem natural/físico quanto moral/político. Na tentativa de compreender o próprio homem, que segundo Rousseau foi negligenciado por outros pensadores modernos, o filósofo genebrino cria sua teoria no que concerne ao “estado de natureza” - um artifício teórico que serve para melhor caracterizar e descrever algumas qualidades essenciais do homem, isto é, a liberdade, a igualdade, a perfectibilidade, o amor de si e a piedade. Rousseau ao longo de sua obra demonstra que a separação do homem à natureza é irreversível e que qualquer reintegração do nosso estado animal é excluída. Mesmo porque sendo o estado de natureza um artifício teórico torna-se impossível uma tentativa de retorno.

Então, se Rousseau não prega um retorno ao “estado de natureza” o que sugere sua teoria? Entendemos que ao salvaguardar a natureza humana e atribuir a responsabilidade de nossos males às escolhas feitas pelos homens ao longo da história, Rousseau nos ensina que a Perfectibilidade, ou seja, a nossa capacidade de nos aperfeiçoarmos (ou ainda, de mudarmos e transformarmos), pode ocorrer para o bem ou para o mal. Assim, tanto o direcionamento que damos para a nossa liberdade de escolha quanto os conhecimentos que orientam nossas ações estão diretamente relacionados a um dilema ético. Portanto, só depende do homem, no próprio seio da sociedade, definir quais são as melhores escolhas para o coletivo e quais são os abusos que devem ser repensados ou abdicados para se garantir um melhor convívio social.

Nossa tentativa, neste capítulo, foi mostrar ao leitor que ao sairmos da Idade Moderna e adentrarmos a Contemporaneidade perceberemos que as ideias centrais das teorias hobbesiana e rousseauiana, isto é, o medo e a desnaturação do homem, influenciam os movimentos ambientalistas de nossa época e continuam a nos desafiar. Um exemplo emblemático dos desafios impostos ao nosso tempo é a questão tecnológica e os abusos cometidos em nome da ciência. Nessa discussão, o filósofo e sociólogo alemão Hans Jonas apresenta-se como referência em suas constatações, apesar de receber severas críticas em suas proposituras.

A tese de partida de sua obra *O princípio responsabilidade* inseri-se na ideia de que promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça, em virtude de ultrapassar as questões físicas e atingir a própria essência humana. A técnica moderna, segundo o autor, introduziu ações com ordem inédita de grandeza que a ética tradicional não consegue mais enquadrá-las. Por este motivo, cabe a nossa época pensar uma nova ética, que traga como imperativo o princípio responsabilidade para com as gerações futuras. O que há de inovador nesse ensaio de uma ética para a era tecnológica? O simples fato de que “nenhuma ética anterior vira-se obrigada a considerar a condição global da vida humana e o futuro distante, inclusive a existência da espécie” (JONAS, 2006, p. 41). Para isso, Jonas assemelha-se a Hobbes e defende ideia do mal (heurística do medo) como um processo metodológico que pode trazer um consenso mais rápido sobre quais os riscos e ameaças devem ser evitados pelas sociedades contemporâneas a fim de garantir a “ética do respeito” para com as gerações futuras e um “princípio responsabilidade” na relação do homem com a natureza. Nesse sentido, apesar de o bem ser um objeto da ética, metodologicamente o mal poderia trazer um consenso mais rápido sobre aquilo que não desejamos.

Jonas é muito criticado em sua tese, sobretudo, no que se refere à racionalidade do medo, pois essa “mobilização”, proposta pela heurística do medo não diz respeito apenas à esfera ética, ou seja, ao agir humano. Ela estaria, antes disso, ligada à política e enquanto ferramenta política existiria inúmeras razões para se desconfiar desse estímulo ao medo. Não obstante, a dificuldade desse medo ético preconizado por Jonas diz respeito ao fato dele não ser espontâneo, uma vez que ele assume uma postura intelectual diante de um perigo que ainda não foi experimentado. Ao nosso entender, a heurística do medo proposta por Jonas não serviria de estímulo à “cultura do medo”, ao contrário, possibilitaria uma mudança em nossa maneira de pensar e agir ao anteciparmos de uma ameaça possível. Contudo, essa metodologia de antecipação do perigo não prevê um processo participativo da sociedade na

tomada de decisão. Ao contrário, Jonas deposita, ao nosso ver, uma confiança excessiva no homem público (governante), pois sendo ele a figura que decide torna-se responsável pelo Ser ou não Ser da sociedade.

Isto posto, podemos responder a primeira pergunta afirmando que sim, é possível haver uma discussão ética sobre o uso das águas do rio São Francisco. Para tanto, é imprescindível um conhecimento prévio sobre o processo de transformação que o rio e a população ribeirinha têm vivenciado ao longo dos anos, além da compreensão de que a relação homem/natureza sempre trará incertezas. É preciso, no entanto, que tenhamos consciência de nossas ações e que não nos esqueçamos de incluir em nossas decisões essa discussão ética para que, efetivamente, o uso das águas do rio São Francisco caracterize-se como um “bom uso” desse recurso natural em escassez.

Para respondermos à pergunta “De que forma a Comunicação de Risco pode contribuir com essa discussão?” vimos à necessidade de recorrer à comunicação habermasiana no capítulo Comunicação de Risco e a ética profissional. Isto é, um processo dialógico, através do qual sujeitos, capazes de linguagem e ação, interagem com fins de obter um entendimento. Esse entendimento mútuo, proposto pelo agir comunicativo, sugere que os atores envolvidos busquem uma harmonia interna em seus planos de ação, bem como só persigam suas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar em relação à situação e as consequências esperadas.

Habermas também explica que numa atitude orientada para o entendimento mútuo pressupõe-se que o falante fará um proferimento inteligível de suas pretensões, garantindo: que o enunciado seja verdadeiro; que o ato da fala esteja em consonância com o contexto normativo existente; e que as intenções do manifestante estejam claras em seu proferimento. Entretanto, quando se contesta a validade do proferimento isso ocorre sobre pelo menos um dos aspectos: da verdade, da correção e da sinceridade.

Na comunicação cotidiana normal, contudo, esses aspectos não ficam claramente definidos, mas no caso da ação comunicativa, os participantes competentes podem diferenciar cada referência do mundo, tematizar cada pretensão de validade e posicionar-se em cada caso, isto porque, os pressupostos necessários da ação comunicativa proposta por Habermas são constituídos por um cerne moral. Ou seja, os argumentos proferidos no âmbito da ação comunicativa são respaldados por uma ética do Discurso que se movimenta em torno dos princípios relativos à igualdade de tratamento, à solidariedade e ao bem-estar. A ética do

Discurso, contudo, não tem como pretensão indicar orientações conteudísticas. Ao contrário, afirma Habermas, os discursos práticos têm que fazer com que seus conteúdos sejam determinados pelo mundo da vida de um determinado grupo social. Isso porque, é justamente a partir do discurso que podemos perceber o mundo vivido da prática comunicativa cotidiana.

Em resposta à segunda pergunta, podemos afirmar que a Comunicação de Risco contribui com uma discussão ética sobre o uso da água na medida em que cumpre o papel de prever os riscos e antecipar o perigo sem abdicar de seus preceitos: promover o diálogo, garantir o acesso às informações e incentivar a participação pública nos processos decisórios. Enfatizamos ainda que comunicar os riscos não significa incentivar a promoção de uma “cultura do medo”, mas o estímulo ao entendimento mútuo do que é “o melhor” para o coletivo e do que “pode e deve ser feito”. Pois, como vimos, a eficácia da gestão de risco depende cada vez mais da participação inteligente de todos os atores envolvidos no processo e na promoção na troca de informações, haja vista que sem informação não é possível investigar, planificar, avaliar e monitorar as possíveis ameaças que nos cercam.

Para dar conta da pergunta “Qual o discurso do gestor do projeto em relação aos riscos da transposição?” optamos em que analisar o Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, pois como explicamos no capítulo Comunicação dos riscos da transposição, além de ser um procedimento exigido por lei também é um documento que a priori possui uma linguagem acessível que objetiva à compreensão de todos.

Especificamente sobre a apresentação dos riscos da transposição no RIMA, destacamos que os quarenta e quatro impactos identificados pela equipe técnica oferecem um texto explicativo sobre os mesmos, assim como as medidas mitigadoras que devem ser assumidas pelo gestor do projeto em fases distintas. Essa formatação, no nosso entender, possibilita uma primeira compreensão de quais os riscos que podem ou não ser assumidos pela sociedade. Porém, o entendimento real das dimensões do risco só pode vir a ser conclusivo mediante uma intensa discussão pública desses impactos. Até porque, o consenso sobre os riscos e impactos, sejam eles positivos e negativos, não se dá apenas no âmbito técnico, mas também no âmbito social. Daí a necessidade de se realizarem as audiências públicas, onde as partes expõem suas argumentações e através do ato comunicativo buscam

um entendimento até se chegar a um consenso sobre quais riscos podem ou não podem ser assumidos pela sociedade.

Em relação aos princípios éticos sugeridos por Selborne e adotados por nós na análise do projeto de transposição ficou evidente o forte apelo que o RIMA dá aos princípios de dignidade e igualdade humana, haja vista que o principal objetivo da transposição é garantir água para a população do nordeste Setentrional, seja para o abastecimento humano, seja para o desenvolvimento regional. Contudo, tivemos ressalvas quanto aos princípios de participação e de economia. Como demonstramos ao longo do texto, a pura e simples implantação de Comitês de Bacias Hidrográficas não garante uma efetiva participação pública nos processos decisórios. É preciso que as discussões sobre o uso da água se ampliem a ponto de se desenvolver uma cultura da água mais intensa, mediante uma maior percepção e compromisso para identificar as melhores práticas, disseminá-las por meio da educação e de outros canais que estimulem a participação dos envolvidos na produção de novos conhecimentos e nas resoluções de caráter prático. Assim, enfatizamos que um gerenciamento de recursos hídricos eficiente deve desenvolver estratégias persistentes em longo prazo, orientadas por princípios amplamente sustentados e pela necessidade de manter um equilíbrio entre a tradição e a inovação – usando de forma adequada as novas tecnologias e mantendo ao mesmo tempo as práticas que já demonstraram sucesso – haja vista que as tecnologias tradicionais e modernas existem para complementar-se mutuamente e assim promover um equilíbrio na sociedade.

Finalmente, nos chamou a atenção à falta de um profissional que pense e articule a Comunicação de Risco do projeto, tanto na produção do material de divulgação do RIMA quanto na elaboração do EIA. No primeiro documento, os jornalistas que integram a ficha técnica cumprem apenas a função de redatores enquanto que no segundo documento eles nem mesmo integram o corpo técnico. Esses dados nos levam a crer que a falta desse profissional, interdisciplinar por excelência, pode ter comprometido um importante aspectos éticos ao longo do processo da Comunicação de Risco, ou seja, a transparência nas informações que estão sendo repassadas à sociedade. A suposta falta de transparência no projeto, em relação aos riscos e os propósitos do empreendimento, foi um dos aspectos duramente criticados por políticos, técnicos e entidades da sociedade civil contrários à transposição.

Assim sendo, podemos afirmar que apesar de o gestor do projeto, ou seja, o Governo Federal cumprir as exigências legais no que se refere à execução e divulgação do EIA/RIMA,

ele peca na forma como divulga os impactos da transposição, uma vez que privilegia os benefícios em detrimento dos riscos. Em outras palavras, o discurso do gestor enaltece a qualidade de vida e o desenvolvimento regional que a transposição irá causar à bacia receptora e apenas sugere que o empreendimento pode trazer alguns conflitos de ordem sociocultural na área diretamente afetada (ADA), onde passarão os canais, reservatórios e estações de bombeamento. Quanto à alteração do fluxo das águas do rio São Francisco, considerado como um risco para os defensores do rio, essa preocupação não se repercute enquanto um impacto negativo relevante no diagnóstico dos especialistas, pois, segundo eles a transposição não causará danos à bacia doadora.

Em relação ao questionamento “Como a imprensa sergipana informa os riscos desse empreendimento à sociedade?” podemos afirmar, a partir das análises realizadas no capítulo Comunicação dos riscos da transposição, que existe uma tentativa da imprensa sergipana em comunicar tais riscos à sociedade. Porém, isso não significa que o discurso jornalístico esteja em sintonia com o discurso do gestor, pois os riscos divulgados pelos jornais nem sempre são os mesmos daqueles divulgados no RIMA. Nem tampouco que o discurso jornalístico seja mais transparente que o discurso do gestor.

Para chegarmos a essa constatação, foi preciso cumprir alguns procedimentos previsto inicialmente na pesquisa e recomendados pela Análise do Discurso (AD), método este utilizado por nós para à análise e interpretação das notícias coletada. Isto é, num primeiro momento da pesquisa documental selecionamos o material de análise por seus enunciados. Esse procedimento se demonstrou importante no sentido de termos uma compreensão de todo o período que estávamos analisando – 2004 a 2007 - sobretudo para uma pesquisadora que não vivenciou esse momento de entrave político na história de Sergipe. A partir desse levantamento do universo de notícias impressas é que pudemos constatar que das 400 matérias que tratavam da transposição cerca de ¼ delas faziam alguma referência aos riscos que o empreendimento poderá causar ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas do São Francisco. Foi também neste momento que verificamos que apesar da relevância do tema para o Estado de Sergipe, o interesse pelo assunto não era o mesmo entre os jornais pesquisados, nem tampouco a angulação e o tratamento que eram dados às notícias. Enquanto o Correio de Sergipe deu destaque em demasia às questões político-ideológicas, o Jornal da Cidade foi o único que publicou na editoria de Economia, bem como foi o único que divulgou matéria sobre os impactos positivos da transposição.

A realização desse levantamento sobre o tema “transposição” também nos possibilitou compreender: 1) o sentido dos discursos produzidos naquele determinado contexto histórico; 2) o mapeamento das vozes que proferiram tais discursos; 3) as formações discursivas (FD) sobre os riscos da transposição. Ressaltamos, no entanto, que apesar de darmos ênfase ao tema “transposição” nos dois primeiros pontos, nossas análises sempre estiveram focadas no terceiro ponto. Pois, como poderíamos compreender as FD sobre riscos sem antes contextualizar os discursos e identificar as fontes? Ou ainda, como poderíamos analisar as FD fora do conjunto no qual próprio risco se insere?

Isto posto, lembramos que entre o período de 2004 a 2007 identificamos quatro momentos discursivos distintos, sobre os quais discorremos: 1) um forte movimento político contrário à transposição; 2) um movimento de crítica ao projeto e ao RIMA, bem como manifestações públicas em defesa do rio São Francisco, inclusive com a primeira greve de fome do Bispo Luiz Flávio Cappio; 3) uma onda de liminares judiciais que barra o andamento das obras e a transposição passa a servir de mote para a campanha eleitoral ao governo do Estado; 4) o retorno das manifestações contra a transposição, sobretudo após a autorização do IBAMA para licença de instalação da obra e o início das atividades do Exército, em Cabrobó/PE, além da segunda greve de fome de Dom Cappio.

O mapeamento das vozes, conforme demonstramos, é outro tipo de pesquisa pertinente no campo do jornalismo, além de ser muito utilizado na AD. Com base nesse procedimento de análise constatamos que apesar da considerável quantidade de notícias publicadas pelos jornais sergipanos, especialmente sobre riscos e impactos ambientais que podem ser causados pela transposição tanto ao meio ambiente quanto para as comunidades ribeirinhas, poucas foram as nuances percebidas nos discursos jornalísticos. Ao longo dos três anos e meio analisados, percebemos que as formações discursivas vão sendo aprimoradas, contudo, o sentido de seus enunciados permanece o mesmo e são, exaustivamente, repetidos por todas as fontes. Os falantes também são relativamente restritos. De um lado estão os chamados “defensores do São Francisco” e do outro “os representantes do governo”. Dois aspectos nos surpreenderam durante a realização desse procedimento analítico: primeiro, o fato de poucas matérias conterem a assinatura do jornalista-indivíduo; segundo, o mapeamento marcante do jornalista-instituição enquanto voz ativa contrária à transposição, no caso do Correio de Sergipe.

As formações discursivas, conforme já mencionamos, é um conceito central na AD, pois reintera a ideia de uma não neutralidade discursiva. Ao ser proferido, o discurso já nasce filiado a uma rede de discursos. Assim, a FD é tudo aquilo que se repete e que ao se repetir se transforma e se resignifica num determinado contexto a ser analisado. A partir disso, identificamos sete formações discursivas sobre riscos da transposição. Retomemos: 1) “o RIMA trás informações tendenciosas”, por isso não serve como fonte segura de análise; 2) “a transposição não é para o consumo humano, mas para a produção de camarão e irrigação” e isso seria um dos grandes erros do projeto; 3) “a vazão do rio estaria toda comprometida”, e com a transposição a outorga da água para projetos futuros estaria inviabilizada; 4) “o rio está doente, na UTI”, então como retirar água de um rio doente para incentivar o agronegócio; 5) “a morte do Velho Chico” é apregoada em decorrência do aumento da cunha salina que provocaria fortes impactos negativos a fauna e a flora da Bacia; 6) a transposição é “tecnicamente errada, ecologicamente destrutiva e politicamente desastrosa”, frase muito utilizada pelo então governador de Sergipe João Alves Filho; 7) e, finalmente, o discurso apocalíptico de que a transposição causará uma “crise no abastecimento de água”, pois 60% da população de Aracaju terá que ser evacuada por falta de água para beber, além de populações inteiras do sertão que terão de abandonar suas cidades porque as adutoras de Sergipe são abastecidas com águas do rio São Francisco.

Mostramos ainda que em virtude desse movimento contrário à transposição, sobretudo em Sergipe, Alagoas e Bahia raras foram as notícias que elencaram os aspectos positivos do projeto. Dos três jornais analisados, verificamos que apenas o Jornal da Cidade possibilitou um embate de opiniões de vozes favoráveis e contrárias sobre um mesmo tema. O Correio de Sergipe sempre deixou clara sua posição de embatia em relação ao tema, com destaque para a publicação do “selo carranca”, enquanto o Cinform demonstrava uma tímida simpática ao movimento de oposição à transposição das águas do rio São Francisco.

E, por fim, chegamos ao nosso último questionamento “Os riscos causados pela transposição do rio São Francisco estão sendo contemplados nesse debate?”. Diante das análises e interpretações que realizamos na pesquisa documental podemos constatar que os riscos causados pela transposição estão sendo contemplados nesse debate. Entretanto, conforme enfatizamos acima, os discursos sobre os riscos não são os mesmos. Enquanto os riscos divulgados pelo RIMA são objetivos e tecnicamente comentados, os riscos publicados na imprensa sergipana são subjetivos e opacos. Ou seja, fala-se do quanto à transposição será prejudicial à saúde do rio e, conseqüentemente, às comunidades ribeirinhas, mas não se

pontual que riscos são estes de forma objetiva. Daí, justamente, a necessidade de compreendermos todo contexto histórico e polifônico do enunciado para somente então apreendermos a significância do discurso jornalístico, entre o dito e o não dito.

Observamos, contudo, que apesar de afirmarmos que os riscos foram contemplados no debate, isso não significa dizer que a Comunicação de Risco fez-se presente durante o processo. No nosso entendimento, os dois imperativos éticos propostos para esse ato comunicativo – transparência nas informações e participação ampla dos atores envolvidos nos processos decisórios - não foram plenamente praticados nem pelo gestor do projeto nem tampouco pela imprensa sergipana. Isso nos leva a comprovar, inclusive, a hipótese de nossa pesquisa, isto é, a pouca comunicação entre os gestores e a população afetada, somada a uma acirrada disputa político-ideológica podem comprometer importantes aspectos éticos ao longo do processo de comunicação.

Como o intuito de uma dissertação não é apenas responder às perguntas iniciais da pesquisa, mas também gerar novos questionamentos; aproveitamos este derradeiro momento para evidenciar algumas indagações que surgiram a partir dos resultados deste estudo: Como os riscos e impactos divulgados pelo RIMA interferem na opinião das comunidades ribeirinhas do São Francisco? A imprensa sergipana exerceu um papel de formadora de opinião, especificamente no caso da transposição? As comunidades ribeirinhas corroboram com os discursos jornalísticos analisados? Outros fatores contribuem para a formação da opinião pública nessas comunidades? Como ocorre a comunicação dos riscos socioambientais no âmbito dessas comunidades?

Esses questionamentos justificam-se por dois motivos: primeiro, porque percebemos a necessidade de se ampliarem as discussões em torno da formação da Opinião Pública no que tange à problemática ambiental, enquanto uma tentativa de esclarecimento a partir de um conjunto de opiniões livre e publicamente expressas por homens que não participem de cargos públicos e reivindicam com essas opiniões o direito de influenciarem ações ou estruturas políticas; segundo, porque o universo de atuação da Comunicação de Risco é mais amplo que o recorte por nós utilizado durante o Mestrado, uma vez que esse processo comunicativo respalda-se no tripé GESTOR DO PROJETO-IMPrensa-SOCIEDADE CIVIL. Assim, para fechar um ciclo de estudos em Comunicação de Risco seria de fundamental importância compreender como se dá o processo de recepção e de comunicação dos riscos no âmbito da sociedade, já que no mestrado analisamos os discursos concernentes ao gestor do projeto e a imprensa sergipana.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. IN: **Conflitos Ambientais no Brasil**. ACSELRAD, Henri (Org). Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004. pp. 13-35.
- AGUIAR, Sonia; SANTOS JUNIOR, Erivaldo. **Territórios de proximidade na cobertura jornalística da transposição do rio São Francisco**. Trabalho apresentado no Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental. São Cristóvão/SE, 2011. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0BzW6LK0JNLVsODBlZmYxZjEtOTVjMi00NTViLWE5ZmUtNDg0ODAwODVmYmM1&hl=pt_BR>. Acesso em: 06 julho 2011.
- _____. SANTOS JUNIOR, Erivaldo. **A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste: o caso do Jornal do Commercio**. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>>. Acesso em: 06 julho 2011.
- AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
- ALMEIDA, António Betâmio. **Gestão da água: Incertezas e riscos conceptualização operacional**. – 1. ed. – Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2011.
- ALVES, João Filho (Org). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- ANDRADE, Renata. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia**: as várias visões de um rio. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil. Agosto, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf>. Acesso em: 06 julho 2011.
- BAIRD CALLICOTT, John. Environnement. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris : Quadrige/PUF, 2004. Tome 1, pag 640-645.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. – 5. ed. – São Paulo: editora Martins Fontes, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2008.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nova modernidad**. Trad. Jorge Navarro, Dabiel Jiménez, M^a Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 1998.
- BECKER, Evaldo. **Questões acerca da história de Rousseau**. In: Cadernos de ética e filosofia política. São Paulo, 2006, p. 19-32.

_____. **Política e Linguagem em Rousseau**. São Paulo, 2008. 268p. Dissertação de Mestrado (Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

BECKER, Michele Amorim. **O vídeo estimulando o debate e gerando conhecimento**. Ijuí: Editora Unijui, 2001. (Coleção trabalhos acadêmicos-científicos. Série monografias acadêmicas). ISBN: 85-7429-251-6.

_____. **Folia de Rua: uma visão jornalística do carnaval de João Pessoa**. João Pessoa, 2005, 58p. Monografia de Especialização (Jornalismo Cultural) – Faculdades Integradas de Patos.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. – 2 ed.-São Paulo: Editora Vozes, 2007.

BÉNICHOU, Paul. Réflexion sur l'idée de nature chez Rousseau. In: **Pensée de Rousseau**. Paris: Seuil, 1984 (Trad. Elisabeth Maria Sawaya Kaphan, exclusiva para uso didático).

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses**. A fascinante história do risco. – 23. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

BEST, Joel (Org.). **Images of Issue: typifying contemporary social problems**. New York: Aldine de Gruyter, 1989.

BRANDÃO, Helena H. Negamine. **Introdução à análise do discurso**. – Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1991.

_____. **Analisando o discurso**. Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf Acessado em: 19 jul 2011.

BRASIL, **Lei Nº9433/1997** (Política Nacional de Recursos Hídricos). Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 18 de set. de 2010.

_____. **Lei 6.938/1981**(Política Nacional do Meio Ambiente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em 10 out 2011.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto Ambiental**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/rima.asp>. Acesso em 18 jun de 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional da Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres. **Comunicação de riscos e desastres**. Curso a distância. Florianópolis: CEPED, 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pdsa.asp>. Acesso em 20 jun 2011.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste**. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pdne.asp>. Acesso em 20 jun 2011.

_____. **Resolução CONAMA N. 001/1986** (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 10 out 2011.

_____. **Resolução CONAMA N. 237/1997** (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Disponível em www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html. Acesso em: 10 out 2011.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

CALLENBACH, Ernest et al. **Gerenciamento ecológico: Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis**. Trad. Carmen Youssef. São Paulo: Editora Cultrix, 1993

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas/SP: Papirus, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 6ª ed. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela S. M. Corrêa. – 1. ed. 1. Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2007.

CIRNE-LIMA, Carlos R. V. Dialética. In: BARRETO, Vicente de Paulo; CULLETON, Alfredo. **Dicionário de filosofia política**. – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010, pp. 139-141.

CLARKE, Robin T.; KING, Jannet. **O atlas da água**. Trad. Anna Maria Quirino. São Paulo: Publifolha, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. – 2.ed.- Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em: 15 maio 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.) **A questão ambiental: diferentes abordagens**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp.43-76.

DERATHÉ, Robert. L’homme selon Rousseau. In: **Pensée de Rousseau**. Paris: Seuil, 1984 (Trad. Maria das Graças S. Nascimento, exclusiva para uso didático).

DI GIULIO, Gabriela Marques; FIGUEIREDO, Bernardino Ribeiro; FERREIRA, Lucia da Costa. **Comunicação e governança do risco: um debate necessário**. ComCiência, v. 104, p. 1, 2008.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FAUTO, Boris. **História do Brasil**. – 12. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FELIX, Silvana Aparecida. Impactos das atividades turísticas sobre a vida dos pescadores profissionais do São Francisco. IN: GODINHO, Hugo Pereira; GODINHO, Alexandre Lima (Org.) **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. – Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, pp. 447-458.

FONTES, Luiz Roberto Salinas. **Rousseau: o bom selvagem**. 2.ed. São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007.

FONTES, Luis Carlos da Silveira. O rio São Francisco após as grandes barragens. IN: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011, pp. 33-68.

FROGNEUX, Nathalie. O medo como virtude de substituição. IN: NOVAIS, Adauto (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SP, 2007, p. 187-208.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. Introd. Francisco Iglésias. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

GARÇÃO, Elvira Suzi S.B. **O conceito de responsabilidade como horizonte fundativo para a construção da base unitária ética-educação ambiental**. São cristóvão, 2010, 95p. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. – São Paulo : editora UNESP, 1991.

GILBERT, Claude. Risque. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris : Quadrige/PUF, 2004. Tome 2, pag 1691-1693.

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura. – 1.ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. – São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Teoria da ação comunicativa de Habermas**: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. In: Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, Abril/99.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. – São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 43-71.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Trad. Gilda Lopes Encarnação. Lisboa. Instituto Piaget, 1991.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Trad. Annahid Burnett. – Petrópolis, RJ: vozes, 2009 (Coleção Sociologia).

HANSEN, Messiluce da Rocha. **Esfera pública, democracia e jornalismo**: as representações sociais de cidadania em “Veja” e “IstoÉ”. – São Cristóvão: editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

HEEMANN, Ademar. **Natureza e ética**: dilemas e perspectivas educacionais. – 3ª Ed. – Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

HERÁCLITO DE ÉFESO. **Pré-socráticos**: fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996 (Coleção Os Pensadores).

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. Trad. Apresentação e Comentários Renato. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Leviatã** ou matéria, forma e poder de um estudo eclesiástico e civil. Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. - 2 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. – 3. Ed. ver. ampliada. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

JASMIN, Marcelo. O despotismo democrático, sem medo e sem Oriente. IN: NOVAIS, Adauto (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SP, 2007, pp. 111-134.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KARAM, Francisco José Carstilha. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KERMISCH, Celine; HOTTOIS, Gilbert. **Techniques et philosophies des risques**. - Paris : VRIN, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. - 9.ed, 2.reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2009.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica 1**. Trad. Marcos Barbosa de Oliveira, Eduardo Salles de Oliveira Barra e Carlos Eduardo Ortolan Miranda. - São Paulo: Editora 34/Scientiae Studia, 2008. (Coleção Estudos sobre a Ciência e a Tecnologia).

_____. **Valores e atividade científica 2**. Trad. Marcos Barbosa e Oliveira, Gustavo Sigrist Bettini, Marcos Rodrigues da Silva, Renato Rodrigues Kinouchi, Maria Inês Rocha e Silva Lacey, Laura Cardellini Barbosa de Oliveira, Regina André Rebollo e Pablo Rubén Mariconda. – 1. ed.- São Paulo: Editora 34/Scientiae Studia, 2010. (Coleção Estudos sobre a Ciência e a Tecnologia).

LAËRTIOS, Diôgenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Trad. Do grego, introdução e notas Mário da Gama Kury. – 2.ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

LAGE, Nilson Lemos. Delmiro Gouveia: Seu Crime Foi Plantar a Fatura no Sertão. In: Nilson Lemos Lage. (Org.). **Os enigmas de nossa História**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1981, v. 5º, p. 7-52.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LARRÈRE, Catherine. Nature. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris: Quadrige/PUF, 2004. Tome 2, pag 1322-1330.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. **Do bom uso da natureza**: Para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 2001 (Coleção Perspectivas Ecológicas)

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. - 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976. pp. 41-51.

- LIMONGI, Maria Isabel. A racionalização do medo na política. IN: NOVAIS, Adauto (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SP, 2007, p. 135-152.
- LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
- MAGNE, Laurent. **Histoire sémantique du risque et de ses corrélats** : suivre le Fil d'Ariane étymologique et historique d'un mot clé du management contemporain. 2010. Disponível em : <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00465954/en/>. Acesso em 13 out 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. - 4.ed.- São Paulo: Cortez, 2005.
- MARCATTO, Flávia Silva. **A participação pública na gestão de áreas contaminadas: uma análise de caso baseada na Convenção de Aarhus**. São Paulo, 2005. 256 p. Dissertação de Mestrado (Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/> >. Acesso em 22 mar 2009.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 3ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios as mediações** : comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. -2 ed.- Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2003.
- MATOS, Olgária C.F. A teoria social no pensamento moderno : Rousseau. In : FAVARETTO, Celso F. ; BOGUS, Lúcia Maria M. ; VÉRAS, Maura P. B. (Org.). **Epistemologia das ciências sociais** – São Paulo : EDUC, 1984. (Série Cadernos PUC ; 19), pp. 51-72.
- MCLUHAN, Marshall. **Pour comprendre les média**. Trad. Jean Paré. Paris: Mame/ Seuil, 1967.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.
- _____. (Org.). **Ciência e sociedade medições jornalísticas**. Novo Pacto da Ciência – 8. Estação Ciência/CCS/USP. 2005.
- MONTEIRO, Maria da Graça Miranda de França. **Ciência e risco: a controvérsia como procedimento da comunicação pública num contexto democrático**. Brasília, 2009. s/p. Tese de Doutorado UNB, em 16 de fevereiro de 2009.
- NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- NEIVA JR, Eduardo. **Comunicação: Teoria e Prática Social**. São Paulo: brasiliense, 1991.
- NERI, Demetrio. **Filosofia moral: manual introdutivo**. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: editora Loyola, 2004.
- NEUBERG, Marc. Responsabilité. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris : Quadrige/PUF, 2004. Tome 22, pag 1679-1686.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Curso de Auto-aprendizagem em Comunicação de Risco**. Produzido pela Unidade de Avaliação e Gestão de Riscos da Área de Desenvolvimento Sustentável de Saúde Ambiental. Disponível em <http://www.opas.org.br/ambiente/risco>. Acesso em: 29 mar. 2009.
- ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Fontes, 1999.

- PARIZEAU, Marie-Hélène. *Éthique Appliquée*. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris: Quadrige/PUF, 2004. Tome 1, pag 694-701.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi. – 4. ed. - Campinas, Ed. UNICAMP, 2009.
- PRADO, Bento Jr. **A retórica de Rousseau e outros ensaios**. Organização e apresentação Franklin de Mattos; Trad. Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2008. pp. 329-338.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Perspectivas do Ambiente Mundial – 2002 GEO 3: Passado, presente e futuro: **Capítulo 2 – Estado meio ambiente e retrospectivas políticas: 1972-2002**, págs. 162- 198. Disponível em <http://www.wwiuma.org.br> acessado em 19 de setembro de 2010.
- PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo : Cortez, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo : Hobbes escrevendo contra o seu tempo**. – 2. ed. – Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1999.
- RICOEUR, Paul. *Éthique*. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris: Quadrige/PUF, 2004. Tome 1, pag 689-694.
- ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962. (Obras de J-J Rousseau – Biblioteca dos Séculos).
- _____. **Os devaneios do caminhante solitário**. Tradução de Fúlvia Maria Luiza Moretto. 3ª edição. Brasília: Editora UNB, 1995.
- _____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Apresentação e comentários de Jean-François Braunstein; Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Emílio: ou da educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes; 1999.
- _____. **Princípios do direito da guerra**. In: Revista Trans/form/ação. Trad. Evaldo Becker (No prelo), 2011.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo; BRASIL, Vanessa Maria (Orgs.). **Rio sem história? : leituras sobre o rio São Francisco**. Arcaju: FAPES, 2005.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: oficina de Textos, 2008.
- SÈVE, Bernard. O medo como procedimento heurístico e como instrumento de persuasão em Hans Jonas. IN: NOVAIS, Adauto (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SP, 2007, p. 167-186.

- VIDAL, Vera. Filosofia, ética e meio ambiente. In: SANTOS, Antonio Carlos (Org). **Filosofia & natureza: debates, embates e conexões**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008, p. 128-144.
- SAMPAIO, Inês Silvia Vitorino. **Conceitos e modelos da comunicação**. Revista Ciberlegenda, n. 5, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/ines1.htm>. Acesso em: 10 jun 2010.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SANTOS, Antonio Carlos. Os sentidos de natureza na filosofia de Rousseau. In: SANTO, Antonio Carlos (Org). **Filosofia & natureza: debates, embates e conexões**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008.p. 28-40.
- _____. A via de mão dupla: tolerância e política em Montesquieu. Ijuí: Ed. Unijuí; Sergipe: EDUFS, 2006. (Coleção filosofia; 21).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. – 5.ed.- São Paulo: Cortez, 2008.
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. O futuro ecológico como tarefa da filosofia. Trad. Hans Georg Flickinger e Carlos Roberto Cirne Lima. In : **Kriterion Revista de Filosofia**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. V XXXIV. Nº87 jan a jul, 1993. pp. 95-107.
- SFEZ, Lucien. Communication. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris : Quadrige/PUF, 2004. Tome 1, pag 343-348.
- SELBORNE, Lord. **A ética do uso da água doce: um levantamento**. Brasília: UNESCO, 2002.
- SERRA, Paulo. **Os riscos da comunicação na comunicação de riscos**. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>.> Acessado em 20 maio 2009.
- THEODORO, Suzi Huff (Org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos, 2002.
- TROUSSON, Raymond; EIGELDINGER, Frédéric. **Dictionnaire de Jean-Jacques Rousseau**. Paris: Honoré Champion, 2006.
- UNGER, Nancy Mangabeira (Org). **Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico**. São Paulo. Edições Loyola, 1992.
- VIEGAS, Eduardo Coral. **Gestão da água e princípios ambientais**. Caxias do Sul, RS : EducS, 2008.
- VIDAL, Vera. Filosofia, Ética e Meio Ambiente. In: In: SANTO, Antonio Carlos (Org). **Filosofia & natureza: debates, embates e conexões**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008, pp. 128-146.
- WOLTON, Dominique. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997.

ANEXOS

ANEXO 1



FONTE: Correio de Sergipe. **Transposição é uma bomba-relógio**. Ano VII, N. 1872, 22 e 23 abr 2007, Capa.

ANEXO 2

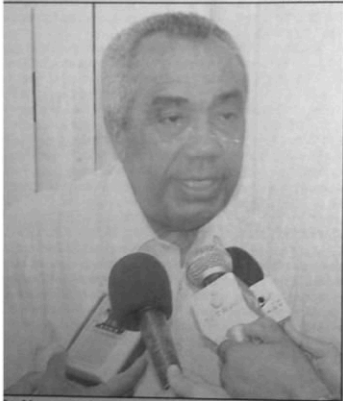
Correio de Sergipe • Aracaju • quarta-feira • 16 de ago. 2006

CORREIO URBANO

POLÍTICA A3

João fala sobre transposição a estudantes

O candidato esteve com cerca de 500 alunos e voltou a dizer que com o projeto a maior ameaça recai no estado de Sergipe



Manoel Ferreira/CS

"Volto a dizer: a transposição do rio São Francisco é a maior ameaça que recai sobre Sergipe nos últimos tempos. Temos que nos unir nesta luta, independente de questões político-partidárias. É uma situação dramática porque pode representar a seca das adutoras que levam água para o nosso sertão. Sem contar que 65% da população aracajuana é abastecida com água do Velho Chico. E se a água acabar? Para onde essas pessoas vão? Independente de sermos pefelistas ou petistas, temos a obrigação de impedir que esta obra aconteça", discursou o candidato ao governo do Estado pela coligação "Sergipe no rumo certo", João Alves Filho (PFL), na noite da última segunda-feira, para mais de 500 estudantes da Faculdade Pio Décimo.

Na oportunidade, João Alves falou para os alunos sobre os riscos que podem vir à tona se parte das águas do rio São Francisco forem transpostas para o Nordeste Setentrional. "E eu falo isso não apenas como político que faz oposição a este governo federal, mas como um técnico na área, que estuda o assunto há cerca de 40 anos. É uma questão de sobrevivência dos sergipanos. Eu já vi vários rios morrerem no mundo, como o Colorado nos Estados Unidos. Se o rio São Francisco morrer, a Bahia será atingida assim como toda a região, mas Sergipe sofrerá as primeiras consequências, mas infelizmente o presidente da República falou em Itabaiana e, mais recente, no Ceará, que vai fazer a transposição de qualquer jeito e ainda foi aplaudido por gran-

des lideranças políticas daqui do Estado", reclamou.

"O rio São Francisco era um rio valente e chegava a avançar até 16 km em direção ao oceano. Hoje, estamos passando por um problema que é conhecido como Cunha Salina, que é o avanço da água do mar. Ciro Gomes tentou desmentir essa história, mas eu desmoralizei todos os argumentos dele. Nós já pescamos peixes de alto mar em Porto da Folha. Isso é inacreditável! A ilha do Cabeço, em Brejo Grande, desapareceu. O mar avançou e destruiu tudo. A revitalização do Velho Chico tem que ser a prioridade de qualquer governo. O projeto da transposição é totalmente errado. É mentiroso porque diz que a água será destinada para consumo humano, mas só irá atender a 5% da população do semi-árido. O pior é que o triste espetáculo dos carros-pipa ainda continuaria", lamentou o pefelista.

João Alves ainda disse que "o caro não é tirar água do rio, mas fazer a sua distribuição. No sertão você precisa usar técnicas de equalização dos recursos hídricos e técnicas de convivência com a seca. São técnicas simples que não interessam a empreiteiras e aos banqueiros. Além da revitalização, eu entendo que basta construir uma adutora em Campina Grande (PB). Nossa luta contra esta obra gera uma crise muito grande com o governo federal. Hoje Sergipe se transformou em um verdadeiro quartel-general contra esta obra, que é tecnicamente errada e ecologicamente criminosa. Ela vai representar a falência sergipana", completou.

João Alves estuda o assunto há mais de 40 anos

FONTE: Correio de Sergipe. **João fala sobre transposição a estudantes.** Ano V, N. 1666, 16 ago 2006, A3 (Política).

ANEXO 3

“Sergipanos não ficarão órfãos na luta contra a transposição”

DICA NÃO A TRANSPOSIÇÃO

O governador João Alves voltou a afirmar, em entrevista à Rádio Jornal, que o presidente Luís Inácio Lula da Silva demonstrou ser uma pessoa que não tem credibilidade ao mentir para o povo sergipano, durante a campanha eleitoral, sobre o projeto da transposição do rio São Francisco. “O presidente veio a Sergipe para dizer que não faria a transposição; três horas antes, tinha estado no Rio Grande do Norte e lá disse que faria de qualquer jeito”.

João Alves disse que o único objetivo do presidente Lula à época era ajudar a eleição do seu candidato ao governo de Sergipe, Marcelo Déda, que estava numa situação difícil naquele momento. “Eu tenho pesquisas daquela fase; houve uma queda muito grande do candidato do presidente Lula ao governo do Estado por conta dessa questão da transposição”, revelou, lembrando que Déda, durante toda a fase de discussão do projeto, nunca deu uma palavra, nunca se solidarizou com a luta contra transposição.

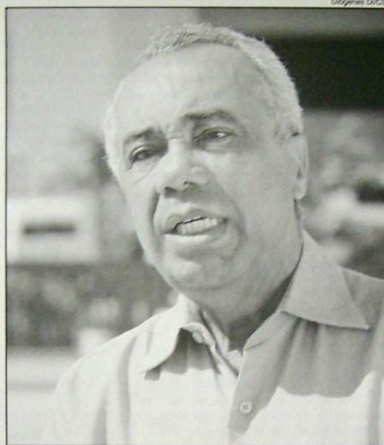
“Quando Marcelo Déda viu que estava caindo nas pesquisas, apelou para isso, dizendo que era contra a transposição. Mas as pesquisas indicaram que o povo não acreditou e não reagiu bem; achou que ele não teria condições, era compadre do presidente da República, não iria ficar contra o presidente. Então concebeu uma estratégia: trazer Lula a Sergipe para o presidente dizer que ele não faria a transposição; isso é uma coisa triste,

como se deu esse contexto”, contou.

O governador revelou como flagrou a mentira do presidente: “Sabendo que o presidente estaria antes no Rio Grande do Norte, desconfiei que lá ele iria dizer que era a favor da transposição. Então enviei uma equipe para o Rio Grande do Norte. E lá o presidente foi enfático no palanque que faria a transposição de qualquer jeito, só ainda não havia feito porque uma elite que tomava água Perrier (marca francesa) tinha se insurgido contra o projeto. Três horas depois, com a mesma roupa, ele desembarcava em Sergipe para dizer que não faria a transposição porque não se poderia tirar água de um rio que não tinha água para dar”.

Ele recordou que mostrou para a população sergipana as duas falas do presidente Lula, desmascarando-o. “Mas o presidente Lula tem uma capacidade, ninguém pode negar, de sedução, é um homem carismático, e findou convencendo a população sergipana de que tinha mentido lá no Rio Grande do Norte e não aqui em Sergipe. Que ele tinha mentido, estava provado. E aí a população ingenuamente pensou que ele iria cumprir o que havia dito aqui”, narrou.

Impacto - O fato novo, continuou João Alves, veio dias depois da reeleição do presidente Lula. “Antes mesmo de tomar posse no novo mandato, ele já retomou o projeto da transposição. Isso causou um impacto muito grande na sociedade sergipana, especialmente



Governador João Alves garante defesa do Velho Chico

te na região do sertão; as pessoas ficaram angustiadas; por onde eu andava, não só no sertão como também em Aracaju, passei a ser questionado pela população: ‘Governador, e agora? O presidente Lula disse que vai fazer a transposição de qualquer jeito. Ele mentiu para nós!’”.

Ele disse que discorda respeitosamente de que Sergipe não tem força para barrar a transposição. “Claro que tem, tanto que nós barramos, e eu sendo oposição. Quero discutir o assunto tecnicamente. Consegui o respeito na sociedade sergipana e no Brasil por força da minha posição técnica. Ciro Gomes (ex-ministro da

Integração Nacional) tinha mais medo de debater comigo do que o diabo da cruz. Nunca cheguei a debater os interesses sórdidos, apenas os técnicos”, afirmou.

O governador observou que a questão é de decisão política. “O povo sergipano vai ter um governador, Marcelo Déda, que é compadre do presidente; é compadre que se hospeda na casa do presidente. Eu que sou considerado adversário, o presidente me odeia, conseqüei barrar o projeto, e ele, homem íntimo do presidente, não pode?”, questionou. Ele também contestou a tese de que Sergipe não sobreviveria a uma retaliação federal. “Não

é retaliado; Sergipe pode e deve enfrentar, porque se não enfrentar, 800 mil sergipanos ficarão sem água, se tornarão favelados em São Paulo, Rio de Janeiro, pelo mundo. Sergipe sobreviveu até aqui. Deu um salto de qualidade de vida. Fiz várias obras sozinho, sem apoio federal. Não posso imaginar Déda retaliado por Lula por ser contra a transposição.

Ele está certo de que a transposição é para atender empreiteiros. “O TCU bloqueou o projeto por superfaturamento e identificou que era mentira a afirmação de que a obra iria atender a população. Vai atender empreiteiros. O governo diz que vai custar R\$ 4,5 bilhões e o TCU diz que vai custar muito mais; como está, é apenas uma parte pequena do projeto para atender canais; vai precisar fazer a parte mais cara, que é levar água dos canais para as casas. O povo que está com sede não vai ver água”, condenou.

Para o governador, como está projetada, dentro do custo previsto, a obra só vai atender 600 mil pessoas, ainda assim à base de chafarizes que serão instalados ao longo dos canais, de onde chegaria às casas por meio de carros-pipa.

Afirmou que por muito menos dinheiro se poderia atender uma população muito maior sem causar tragédia nenhuma. “Elaborei um projeto para atender 100% da população do semi-árido nordestino, o equivalente a 12,8 milhões de pessoas hoje com abastecimento precário, levando água para as casas, no valor

de R\$ 4 bilhões. Só que são obras simples e eficientes, que não interessam aos empreiteiros. Não é difícil, não há vontade política”, disse.

Esses recursos, acrescentou, estão plenamente ao alcance do governo. “Significam dez dias do que o governo está gastando para rolar a dívida. Sabe quanto ele gasta com o Bolsa Família? Oito bilhões. Sabe quanto paga de juros aos banqueiros este ano? Cento e cinquenta bilhões. Os verdadeiros bolsistas do país não são as famílias pobres, são os banqueiros, que mandam no país. Enganam o povo e não têm coragem de enfrentar os banqueiros. FHC também não enfrentou, mas Lula foi pior. A Bolsa Família significa 20 dias do que o governo gasta para rolar a dívida. No governo Lula, o Brasil já pagou 580 bilhões de juros da dívida e ainda deve 1 trilhão de reais”, esclareceu.

O governador reafirmou que foi vítima de uma perseguição inclemente nesses quatro anos de governo. “Não foi só por Brasília; a fonte saía daqui, ia a Brasília, para o presidente Lula, para prejudicar Sergipe. Os petista têm mais compromisso com o partido do que com o povo. Só isso explica as perseguições que sofremos de Lula comandadas por Sergipe”. Por fim, disse que a partir de janeiro estará na oposição, mas não hesitará em estar ao lado do futuro governador se for para ajudar Sergipe. “Também seja lá quem for que resolva prejudicar Sergipe, como no caso da transposição, encontrará em João Alves uma fera”.

FONTE: Correio de Sergipe. **Sergipanos ficarão órfãos na luta contra a transposição.** Ano V, N. 1748, 19 nov 2006, A3 (Política).

ANEXO 4

DEBATE - TRANSPOSIÇÃO

Debate entre João e Ciro define hoje posição da OAB sobre a transposição do Velho Chico

Nome do governador foi aclamado pelas OABs do NE meridional e de MG para se contrapor ao Governo Federal

GEORGE WASHINGTON
REDAÇÃO

Nesta segunda, dia 2, às 14 horas, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília, o governador de Sergipe, João Alves Filho, estará frente a frente com o maior defensor do projeto de transpor as águas do Rio São Francisco para o Nordeste setentrional (Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará): o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Será um duelo de titãs, cujo resultado depende de posição a vir a ser tomada pela OAB nacional. São dois nordestinos, profundos conhecedores do assunto, porém, em lados antagônicos. Ciro, um cearense e logo da parte a ser "beneficiada" pela transposição, defendendo o interesse de todos os nordestinos da bacia do São Francisco e dos advogados do Nordeste Meridional, já que foi o escolhido pelas OABs da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, mais a de Minas Gerais, para ser o contra-ponto às premissas defendidas por Ciro e pelo engenheiro Rômulo Macedo.

Estes acham que a transposição é a única alternativa para pôr fim ao drama da seca na região do nordeste Setentrional. João será a voz do não ao projeto, junto com o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o engenheiro João Abner Guimarães Júnior. Mesmo sendo de um Estado que será receptor das águas do São Francisco pelo projeto, como conhecedor do assunto - e especialista em hidrologia - condena a transposição pelo simples fato de que a região receptora é especialmente rica em depósitos aquíferos, bastando apenas distribuir essas águas de maneira racional e com custo extremamente reduzido.

Antes de seguir para Brasília, João não quis entrar em detalhes sobre o debate com Ciro.

Segundo ele, para não fornecer subsídios ao ministro da Integração Nacional, Mas o conteúdo do que irá expor na capital federal é conhecido dos sergipanos, dos nordestinos meridionais e dos deputados de todo o país, já que o governador de Sergipe, como profundo estudioso do assunto e com a toda a experiência de ex-ministro do Interior (Governo José Sarney, que correspondia ao atual Integração Nacional), João já expôs publicamente sua posição contrária à transposição por entender que ela terá desastroso impacto sobre o meio ambiente, decretará a morte do Rio São Francisco, será um saque do dinheiro público e não irá beneficiar o povo sertanejo que realmente precisa de água. João Alves, que é engenheiro por formação, já deu importantes palestras em assembleias legislativas e até na Câmara Federal, e tem livros publicados sobre o tema. Será um páreo duro para Ciro.

O DEBATE

A iniciativa para o debate de hoje na OAB nacional partiu do conselho federal. Cesar Britto, Ele deu a sugestão em Brasília, foi acatada e partilhada pelo presidente da seccional de Sergipe, Henri Clay Andrade, que consultou o governador. As demais OABs da região foram unânimes.

Desejo de que a Ordem dos Advogados do Brasil tomasse uma posição com relação ao projeto de transposição do Governo Federal, Henri Clay havia formulado uma consulta ao presidente nacional da Ordem, Roberto Busato, sobre o assunto. Busato se disse numa situação difícil para tomar tal posicionamento, já que tinham três seccionais a favor (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e cinco contra a transposição (Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais). Veio a sugestão de Henri Clay para que houvesse então um debate sobre a transposição para que, a partir do que fosse dito, a Ordem tomasse publicamente sua posição, se contrária ou a favor do projeto. O debate pode ser acompanhado ao vivo pela TV Aperipê e pela home-page da OAB (www.oab.org.br).

Do lado das OABs setentrionais, foram sugeridos os nomes do ministro Ciro Gomes e do engenheiro Rômulo Macedo, que integrou a equipe que fez o estudo de viabilidade do projeto. Ciro Gomes e hoje assessor o Ministério da Integração. Do lado das OABs meridionais, a seccional de Sergipe sugeriu o nome de João Alves Filho, seguido pela indicação do professor Abner.

Indicamos o nome de João Alves porque acreditamos que ele reúne todas as condições técnicas para debater com Ciro Gomes e, como governador, tem posição política clara e definida, contrária à transposição", defendeu Henri Clay. Ele lembra que a OAB-BA chegou a defender o nome do senador baiano Antônio Carlos Magalhães, entretanto, as demais sustentaram o nome de João.

"Ele foi ministro do Interior, tem livro escrito sobre o assunto, já deu inúmeras palestras e é um conhecedor do tema. É o mais indicado para o debate. Fiz convite e ele aceitou", enfatiza Henri Clay. "O debate, além de promover ser bastante produtivo, será um marco, porque são duas personalidades públicas num evento que terá a cobertura da mídia nacional. É uma posição da OAB contrária ao projeto será fundamental para nós, nordestinos, porque a Ordem tem um peso nacional muito grande", arremata o presidente da OAB-SE, confiante no preparo de João frente a Ciro e no sucesso do seu discurso, que deverá pender a decisão da Ordem a favor da não transposição.

Logo após o debate, a OAB terá um intervalo, onde o Conselho Federal da Ordem irá se reunir reservadamente, para deliberar sobre o assunto. O posicionamento da entidade quanto ao projeto de transposição sairá logo em seguida. O jornal CINFORM vai cobrir o debate entre João e Ciro diretamente de Brasília. (Leia o editorial A OAB, João e a transposição).

21 mil assinaturas dizem não à transposição do rio

Alunos das escolas da rede estadual de ensino Tobias Barreto e Augusto Franco participantes da gincana televisiva Super Ação, da TV Aperipê, conseguiram um feito: colher a assinatura de 21.070 assinaturas de sergipanos contrários ao projeto de transposição do Rio São Francisco para o nordeste setentrional. O recolhimento das assinaturas fazia parte de uma das provas da gincana. A prova foi vencida pela escola Tobias Barreto, que colheu 12.050 assinaturas, contra 9.020 da Augusto Franco.

"Fico muito feliz de ver a juventude da minha terra participando e se preocupando com as questões ambientais desastrosas desse projeto. Eles já sabem que não podem imaginar Sergipe sem o Rio São Francisco. Acha-mos que ações como essa é que podem fazer o Governo Federal refletir e desistir dessa obra", comentou o deputado estadual Augusto Bezerra, PFL, responsável por receber as assinaturas e levar para Brasília, e fim de mostrar que também a juventude sergipana é contrária à transposição.

"Somos contra esse projeto porque ele vai acabar com o rio ao desviar o seu curso normal, porque existem maneiras mais baratas de levar água para os nordestinos que precisam, porque ele irá beneficiar os grandes latifundiários e empresários", defendeu o estudante do 2º ano da escola Tobias Barreto, Irilá Ulliane, de 16 anos.

"Essa obra não irá beneficiar nem os sergipanos nem os outros nordestinos. O Governo poderia gastar muito menos com pequenas obras, como fazer cisternas e usar a diferença para revitalizar o rio", reforçou Ciro Hugo Medeiros, 26 anos, estudante do 3º ano da escola Augusto Franco, acrescentando que "A maior parte dos sergipanos é contra a transposição, por isso não foi difícil conseguir as assinaturas".

João na AL de Alagoas: não à transposição

Bezerra no programa Super Ação com as assinaturas

FONTE: CINFORM. Debate entre João e Ciro define hoje posição da OAB sobre a transposição do Velho Chico; 21 mil assinaturas dizem não à transposição do rio. Ano XXIII, N. 1151, 02 a 08 maio 2005, Caderno 1, p. 11 (Cidade).

ANEXO 5

REAÇÃO
Aécio: Berosini tenta confundir a opinião pública'
BRASIL, A5



JORNAL DA CIDADE
POLÍTICA

EDITOR: Adilson Souza

João Alves condena projeto do governo para a transposição

Governador quer o "Velho Chico" revitalizado

O governador João Alves Filho (PFL) participou, segunda à noite, de mais um debate sobre a transposição do rio São Francisco, desta vez organizado pelo programa Roda Viva da TV Cultura. "Faço uma proposta com quatro pontos: a revitalização do rio; a construção de uma adutora para atender Campina Grande (PB); equalização hídrica dos recursos existentes na região e a transposição pasteurizada", disse o governador. O debate reuniu três defensores do projeto do governo federal e três contrários à transposição.

Em sua fala, João Alves disse ter dedicado 40 anos ao estudo dos recursos hídricos em região de semi-árido, escrito seis livros sobre o tema, passando 90 dias nos desertos da China e da Índia conhecendo experiências de convivência com a seca e ser o crítico do projeto. O governador de Sergipe tem percorrido o Brasil para apontar as contradições da transposição e apresentar outras alternativas de convivência com a seca.

"O projeto do governo federal para a transposição é insustentável. É uma obra faraônica que não se sustenta nem técnica, nem ecologicamente", afirmou.

O governador disse ainda

te para a irrigação. Não é verdade, como deixa transparecer as autoridades federais, que os Estados doadores estão negando água a irmãos nordestinos. Será que o governo brasileiro está acima das leis ambientais?", indagou o governador.

Armadilhas
Durante o debate, João Alves apresentou números mostrando "as armadilhas do

que o projeto desenhou canais para receber 120 m³/s. "Esse volume daria para abastecer uma população de mais de 100 milhões de habitantes, o que mais uma vez demonstra que a finalidade do projeto é econômica e não social", disse. João Alves citou trecho do relatório da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) "que não deixa qualquer dúvida quanto ao verdadeiro objetivo da transposição. O Fio do Norte é inequivocamente para a irrigação", disse o pefelista, citando um trecho do documento.

No entendimento de João Alves, a transposição é insustentável técnica, ecológica e financeiramente. O projeto, observou, não contempla a estrutura de distribuição, que é a parte mais complexa e cara de uma obra dessa natureza. Serão gastos R\$ 4,5 bilhões na construção de canais para atender no máximo um milhão de pessoas, de forma precária, através de chafarizes. "Com a construção de 1 milhão de cisternas seriam atendidas com água potável 10 milhões de pessoas", comparou.

O governador apresentou parecer do Banco Mundial que, segundo ele, comprova o equívoco dessa transposição.

pe: Cabeço e Arembipe", citou Alves.

Sumidouro
No debate, os argumentos do governador sergipano foram integralmente reforçados pelo professor João Abner, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e pelo presidente do Comitê de Bacias do São Francisco, Jorge Khoury. "O projeto que o governo vende não é real. As pessoas que dizem que serão beneficiadas passam a quilômetros de distância dos canais. Vai chover no molhado. Será um sumidouro de recursos públicos. Os sertanejos continuarão a conviver com a seca dos cistos-pipa", condenou Abner.

Para o professor, a área de influência do projeto é muito restrita: contempla apenas 5% da região do semi-árido. "É uma água cara, incerta e conflitante", afirmou. No seu entender, o problema do semi-árido não se resolve com uma única obra. "O caso requer um programa comple-

to, um conjunto de obras, a longo prazo, incluindo barragens, poços, dessalinizadores e adutoras. A transposição será um verdadeiro presente de grego para o meu Estado", definiu.

Já Jorge Khoury, que também é secretário do Meio Ambiente da Bahia, acusou o projeto de passar por cima das decisões adotadas pelo Comitê de Bacias do São Francisco. "Por força da lei que regulamenta o uso da água, é o Comitê que define as prioridades da Bacia. Pelo plano de recursos hídricos aprovado pelo Comitê, a água deve servir ao abastecimento humano. Mas está claro que o projeto do governo é para atividade econômica. O Comitê deveria ser respeitado", pediu. Os debatedores favoráveis à transposição foram o secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Paulo Brito, o governador do Ceará, Lúcio Alcântara, e o professor Uriel Duarte, da Universidade de São Paulo (USP).

FONTE: Jornal da Cidade. **João Alves condena projeto do governo para a transposição.** Ano XXXIV. N. 9.986, 12 e 13 out 2005, Caderno A, p. A3 (Política).

ANEXO 6

CANDIDATURA
Itamar diz que o PMDB
precisa que haja
união interna
BRASIL A5

JOR
PC

EDITOR: Adilberto Souza

ARACAU • QUINTA-FEIRA, 20.10.2005

João revela que projeto de transposição é criminoso

Governador diz no Programa do Jô que a obra é tecnicamente errada

Reprodução

O projeto de transposição do rio São Francisco é ilegal, tecnicamente errado, socialmente injusto e ecologicamente criminoso, afirmou o governador João Alves no Programa do Jô, da Rede Globo, na noite de terça-feira (18).

Segundo o governador, o projeto do governo Lula fere a legislação ambiental, porque não tem o EIA-Rima da Bacia, instrumento que dimensiona os impactos ambientais. Além disso, não é voltado para o abastecimento humano e animal, como diz o discurso oficial, mas essencialmente à irrigação.

O projeto, acrescentou, foi rechaçado pela SBPC e pelo Bird. Ele destacou trechos do relatório das duas instituições sobre a obra. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: "O eixo norte é inequivocamente para a irrigação". Banco Mundial: "Suprimentos seguros de água para todo o Nordeste poderiam ser garantidos através de alternativas por uma fração do custo do projeto proposto".

Alternativas

Para João Alves, existem soluções tecnicamente mais viáveis e economicamente mais baratas para a área de semi-árido no Nordeste. Ele resumiu as alternativas em quatro pontos: revitalização do rio; adutora para resolver o problema de Campina Grande (PB); equacionamento dos recursos hídricos e técnicas de convivência com a seca; e, numa última etapa, a transposição pactuada.

"Há um consenso no meio científico: o mais grave problema deste século é a água. Haverá neste século mais guerras por água do que houve por petróleo no século passado. Pela sua importância para o futuro da humanidade, a água deve ser cuidada a conta-gota", disse o governador.

Ele contou que em suas viagens de pesquisa pelo mundo viu rios desaparecer pela mão do homem em algumas partes do planeta. Deu dois exemplos: o Colorado, no México, e o Amarelo, na China. No primeiro caso, o rio seca num raio de 100 km a montante da foz. No segundo, seca 500 km no mesmo sentido. Causa: avanço do mar pela perda da força da corrente fluvial.

De acordo com João Alves, a foz do São Francisco, entre Sergipe e Alagoas, é vítima desse fenômeno, chamado cunha salina. Os povoados Cabeço e Arembipe, do lado sergipano, foram destruídos pelo avanço do mar sobre a foz do rio. A degradação ameaça a população sergipana e alagoana, que é abastecida pela água do São Francisco. "O rio responsável por 60% da água que abastece Aracau lembrou.

O governador condenou o discurso divisionista do verno federal. "Não é verdade que os Estados doado não querem ceder água aos irmãos nordestinos: semi-árido. Não nega um copo de água nem o inimigo. Ocorre que o São Francisco está na UTI, sa de um plano sério de talização. Num transção, o doador tem que saudável, como o numa transfusão".

GOVERNADOR JOÃO ALVES volta a condenar transposição durante entrevista a Jô Soares na TV Globo

FONTE: Jornal da Cidade. João revela que projeto de transposição é criminoso. Ano XXXIV. N. 9.992, 20 out 2005, Caderno A, p. A3 (Política).

ANEXO 7

Bacias integradas do São Francisco

Projeto de água criará 670 mil empregos rurais

BRASÍLIA - O projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Sertão vai gerar cerca de 670 mil empregos rurais, sendo 240 mil pela inserção de quase 136 mil novos hectares de terra agricultáveis e mais de 430 mil nas bacias receptoras e em outras regiões potencialmente integráveis, afirmou o chefe de gabinete do Ministério da Integração Nacional, Pedro Brito, que também é coordenador-geral do projeto.

"A geração de empregos é significativa e junto com a garantia de água consumo humano proporcionará uma revolução econômica na região mais pobre do país", disse Brito, citando dados do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima), apresentado ao Ibama para a concessão da licença prévia ambiental da obra, o que deve ocorrer até dezembro.

"A implantação do Projeto de Integração do São Francisco com o Nordeste Sertão vai garantir a oferta imediata de água para o abastecimento humano e para a produção, provocando uma mudança muito positiva no sistema produtivo, que hoje não investe na região por falta de segurança hídrica. A cada 10 anos, pelo menos uma safra é inteiramente perdida, sem falar das safras prejudicadas pela escassez de água. Quem vai fazer isso é o governo federal", afirmou Pedro Brito.

A obra permitirá levar água do rio São Francisco - 26 metros cúbicos por segundo, ou seja, 1% da água que o rio joga no mar - para perenizar as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE), beneficiando 14 milhões de pessoas. No momento, o Ibama está conduzindo o processo de concessão da licença ambiental, que prevê a realização de audiências públicas no final de outubro e começo de novembro.

A expectativa é de que as obras físicas do projeto se iniciem nos primeiros meses de 2005. O Orçamento Geral da União prevê recursos de R\$ 1,078 bilhão para aplicação na obra em 2005. Cinco mil empregos temporários, durante dois anos, serão criados pela obra.

Ações preventivas

O Rima do projeto identificou cerca de 40 interferências positivas e negativas na região englobada pelo projeto. Dentre as mais relevantes, onze interferências positivas e doze negativas foram identificadas pelos técnicos. O Rima, no entanto, já aponta as ações para prevenir, diminuir ou compensar cada uma delas, propostas em parceria com os respectivos ministérios. "É importante destacar que na bacia do São Francisco não foram encontradas alterações decorrentes do Projeto de Integra-

ção, já que ele não causará interferência nos demais usos previstos", destacou Pedro Brito.

No caso da produção de energia elétrica, a captação média de águas do São Francisco para o sistema de integração irá reduzir em apenas 2,4% a geração de energia elétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Codevasf).

Contudo, como o sistema de geração do país é interligado, não haverá nenhum prejuízo no fornecimento de energia elétrica à população da bacia doadora ou das receptoras. Essa pequena perda será facilmente compensada por usinas de outras bacias, como as movidas a gás natural, que estão em fase de implementação na região.

Embora já tenha sido identificada a existência de peixes do rio São Francisco nas bacias receptoras, o controle da migração de espécies que possam comprometer as comunidades aquáticas dos rios que receberão a água será feito desde o início das obras e permanecerá após sua conclusão, para acompanhar as possíveis mudanças e definir medidas rápidas de controle. Existem nos rios intermitentes do semi-árido 56 espécies de peixes, sendo 38 brasileiras e 18 estrangeiras. O peixe mais comum na região é a tilápia, originária da África.

ANEXO 9

Projeto São Francisco defendido por Gadelha

Deputado diz que 12 mi de pessoas deixarão as condições subumanas

BRASÍLIA – O deputado Marcondes Gadelha (PTB-PB), um dos maiores especialistas em integração de bacias hidrográficas no Congresso Nacional, afirma que o Projeto São Francisco vai ser realizado para evitar que "12 milhões de nordestinos tenham que se conformar com um padrão de vida subumano, mesmo em períodos normais".

"Sem essa opção de abastecimento com água do Rio São Francisco, os habitantes do semi-árido terão que migrar ou então aceitar um nível de vida precário, sem crescimento de renda e sem perspectiva de ocupação, porque não há como avançar com a agricultura, que hoje depende de irrigação, nem com o turismo, que precisa muito de água, e muito menos com a indústria", afirma. O parlamentar lembrou que a maior indústria têxtil brasileira, instalada em Campina Grande (PB), quase fechou recentemente em razão da falta de água.

O crescimento desproporcional entre a oferta e a demanda de água no semi-árido é outro ponto preocupante para o deputado paraibano. "O Nordeste Setentrional está à beira de déficit hídrico permanente, contínuo, crescente e inevitável, decorrente do crescimento vegetativo da população e do desenvolvimento dos setores de serviço e indústria, somados ao uso intenso de água para a irrigação da agricultura", afirma o deputado. "E o pior é que a região não tem nenhuma alternativa para sobreviver com suas águas locais. É preciso importar água de algum lugar, sendo que o mais próximo, o mais

barato e o mais abundante é o São Francisco", acrescenta.

Grandes prejuízos

Segundo dados oficiais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), os recursos aplicados em atendimento emergencial decorrentes dos efeitos da seca durante os anos de 1998 e 2000 foram de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões. "Os prejuízos com a seca não podem ficar restritos à quantia que o governo gasta para dar assistência ao sertanejo. Devem levar em conta também toda a destruição econômica causada

Como exemplo, o deputado federal cita a seca de 1983, quando o rebanho bovino da Paraíba foi reduzido para o mesmo tamanho que tinha em 1912. "Isso tem um efeito brutal sobre a população, que empobrece a cada seca, e sobre o investimento, que fica cada vez mais raro, porque ninguém quer investir numa atividade com um risco tão elevado", considera.

Grande torneira

Para o deputado Marcondes Gadelha, uma das grandes vantagens do Projeto São Francisco é tornar produtiva a água retida nos grandes açudes do Nordeste Setentrional. "Eles funcionam como enormes caixas d'água, com milhões de metros cúbicos que ficam estocados porque nunca se sabe se naquele ano vai ter seca", explica. "Como há grande incerteza quanto à ocorrência das chuvas, não se usa a água, com medo de que ela venha a faltar. Agora, se tem uma "torneira" ligada ao rio São Francisco, sabe-se que pode usar essa água intensivamente, porque que se faltar é só ligar a torneira e encher esses açudes", compara o deputado.

Mais importante do que a água é a certeza da disponibilidade de água, a segurança hídrica, aponta Gadelha. "Nem sei se vai precisar da água do São Francisco, porque bem ou mal ainda chove na região e geralmente no primeiro trimestre está tudo cheio. Em anos normais, se precisar vai ser muito pouco ou quase nada", considera.

Para o parlamentar, o Projeto São Francisco é uma



GADELHA vê déficit hídrico

"obra fundamental e decisiva para garantir a permanência e sobrevivência de mais de 12 milhões de pessoas na região do semi-árido". A obra tem como objetivo captar do Velho Chico – e levar para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE) – 26 metros cúbicos de água por segundo, ou seja, 1% do que o rio despeja no mar.

O Orçamento Geral da União para 2005 destina R\$ 1,078 bilhão para aplicação no Projeto São Francisco. O Ibama está conduzindo o processo de concessão da licença ambiental do Projeto de Integração do São Francisco, que prevê, no mês de novembro, a realização de nove audiências públicas em diferentes cidades e capitais do Nordeste. A expectativa é de que as obras físicas do projeto se iniciem nos primeiros meses de 2005.

▼ "UMA DAS GRANDES VANTAGENS É TORNAR PRODUTIVA A ÁGUA RETIDA NOS GRANDES AÇUDES DO NORDESTE"

às populações atingidas, além do alto custo social de cada seca, que só é contabilizado anos depois, na forma de atraso social e econômico, baixa renda per capita, baixos indicadores econômicos e baixo índice de desenvolvimento humano", avalia o parlamentar.

"Quando a seca chega, a vida nesses locais fica insuportável. Há o aumento da mortalidade infantil, porque as pessoas são compelidas a beber o que aparecer, mesmo uma lama sorvida com todo o tipo de verminose. Ocorre também o colapso econômico, com a dizimação dos rebanhos e perda de todas as lavouras", conta Gadelha.

ANEXO 10

Deputado quer comissão analisando projeto

O deputado federal José Carlos Machado apresentou com um requerimento solicitando a constituição de uma Comissão Externa com a missão temporária de avaliar a oportunidade e a viabilidade ambiental e social do projeto de transposição de água do rio São Francisco para o semi-árido do Nordeste setentrional. O parlamentar atentou pela necessidade de uma fiscalização maior do projeto. "A Comissão Externa deverá ter possibilidade de visitar locais, comunidades e projetos localizados na bacia hidrográfica do rio São Francisco, para colher subsídios para seu relatório e conclusões", disse.

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, iniciou a implementação do projeto de transposição de água do rio São Francisco para o semi-árido do Nordeste setentrional. Para isto, previu, na proposta orçamentária da União para 2005, mais de um bilhão de reais e para as ações de recuperação ambiental da bacia hidrográfica, estranhamente,

Fernando Silva/CS



José Carlos Machado

propôs, para 2005, o emprego de menos de 100 milhões de reais", informou.

O parlamentar lembrou que a decisão de nomear esta comissão será exclusiva da Mesa Diretora da Câmara Federal. "Eu espero convencer o presidente que os resultados poderiam ser positivos para o Brasil e sobretudo para o Nordeste", disse.

Um dos motivos que levaram

o parlamentar a dar entrada no documento foi a insatisfação com o resultado da audiência que ocorreu na última quarta-feira com o ministro Ciro Gomes. "Na prática a reunião não deu em nada", disse o parlamentar, que depois do desencontro de informações entre o governo e os representantes da Bacia será necessária uma comissão composta por 12 ou 13 membros para fazer a intermediação e buscar entendimento, "pois uma obra desta só deve ser tocada com uma unanimidade".

"A implementação do projeto de transposição foi iniciada sem a devida avaliação de sua oportunidade e viabilidade ambiental, econômica e social. Tanto é que procura-se alterar sua denominação e compreensão para "projeto de integração de bacias hidrográficas", relatou o parlamentar, alertando que a transposição causará, de imediato, a redução da disponibilidade de água para outros projetos já implantados na própria bacia hidrográfica do rio São Francisco.

FONTE: Correio de Sergipe. **Deputado quer comissão analisando projeto.** Ano IV, N. 1126, 22 out 2004, A3 (Política).

ANEXO 11

POLÍTICA Aracaju, 31/01 a 04 de fevereiro de 2005 - Ano XXIII - Edição 1138 - CADERNO 1 CINFORM 11

Parlamentares de Sergipe dizem não à transposição

Do PT ao PFL, deputados e vereadores bateram forte contra o projeto de levar água do São Francisco para o Nordeste setentrional

■ GEORGE WASHINGTON
REDAÇÃO

Não importa o partido, não importa a ideologia, não importam as bandeiras que defendam nas ruas ou nos palanques. Quando o assunto é o projeto do Governo Federal para a transposição do rio do São Francisco – que virou verdadeira fixação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes –, os parlamentares sergipanos, seja na esfera federal, estadual ou municipal, são absolutamente contrários ao projeto. Mesmo os parlamentares do PT e da base de sustentação do governo são contrários à transposição.

Isso ficou bastante claro nos debates que aconteceram na terça e quarta-feira, dias 25 e 26, na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores de Aracaju, respectivamente. Os debates têm por objetivo fechar o cerco contra a transposição e tentar, através da Justiça, com os números reais que se tem sobre a realidade do rio, impedir a audiência pública que o Ibama promove hoje, dia 31, às 19h, no auditório do Cefet-SE, em Aracaju, para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra.

Microfones abertos e os discursos dos deputados e vereadores tiveram um só tom: a transposição é um engodo do Governo Federal e o projeto será extremamente nocivo aos Estados da bacia do São Francisco, o que inclui Sergipe.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antônio Passos, PFL, acredita que a transposição do rio do São Francisco, que irá consumir cerca de US\$ 4,5 bilhões dos cofres públicos, está sendo 'alimentada' pelas grandes empresas da construção civil, interessadas numa obra dessa envergadura e que deve levar muitos anos para ser finalizada, o que garantirá ganhos contínuos.

"Acredito que elas (as construtoras) é que estão forçando a barra, são as que mais desejam esse projeto, porque querem uma obra de 20 ou 30 anos para poderem realizar, já que nós não temos atualmente no país nenhuma grande obra para alimentar seus cofres", avalia Passos.

Segundo ele, a posição técnica sobre a obra de transposição já foi dada por especialistas de várias universidades comprovando que a transposição será danosa para o rio São Francisco. Passos também lembra que, no período de campanha presidencial, Lula se manifestou em Sergipe contra a transposição, mudando sua posição repentinamente. "Isso prova também que a obra tem cunho meramente político", critica o deputado, que também é presidente da comissão formada pelas cinco assembleias dos Estados que compõem a bacia do São Francisco.

I DADOS CLAROS

Na opinião do secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco - CBHSF, Luiz Carlos Fontes, o projeto de transposição não se sustenta por nenhuma análise econômica nem de recursos hídricos da região. Ele expôs na AL números bastante precisos de estudos do Comitê sobre a realidade aquifera da bacia doadora – a sanfranciscana – e dos Estados que serão receptores das águas dessa bacia – Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba –, e concluiu que o projeto não atende aos objetivos que o governo divulga. "O governo diz que a transposição é para abastecimento humano e para a dessedentação animal, quando não é verdade. É para irrigação e cultivo de camarão. E os dados que ele expõe de que há água suficiente para a transposição são falaciosos", critica Carlos Fontes.

Ainda segundo Fontes, no que se refere à seca na região do Nordeste setentrional, os dados dos estudos do Comitê são claros e provam que a obra de transposição do rio São Francisco não tem condições nenhuma de resolver o drama da seca. Ele também deixa claro que os Estados que

serão beneficiados com a transposição têm estoques de água suficientes para muitos anos. "São cerca de 37 bilhões de metros cúbicos estocados. Faltam investimentos para fazer essa água chegar até os sertanejos", explica.

I AÇÃO

O presidente da seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil, Henri Clay Andrade, também bateu forte no projeto de transposição.

Henri Clay salientou que já ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar à Justiça Federal para barrar a audiência do Ibama em Aracaju. "Nós temos a convicção jurídica inabalável de que esse processo de transposição que o Governo pretende levar adiante atropela a lei e desrespeita a Constituição brasileira. Nossa expectativa é que o juiz federal aqui em Sergipe possa se pronunciar até a segunda-feira (31) e venha a evitar que a audiência pública se realize", informou Henri Clay.

Para ele, a cassação da liminar pelo Supremo Tribunal Federal - STF – que suspendia a realização da audiência pública do Ibama em Belo Horizonte não assusta porque se trata de posição isolada de um dos seus membros, por circunstância, o presidente do STF, ministro Nelson Jobim. "O plenário ainda não se manifestou sobre o assunto e sua decisão é de caráter precário. O mérito ainda não foi analisado", avalia.

Vereadores querem barrar audiência pública do Ibama

Também na Câmara Municipal de Aracaju os vereadores bateram duro no projeto de transposição do rio São Francisco por dois grandes motivos: o projeto pode trazer resultados desastrosos para os Estados da bacia sanfranciscana e afeta diretamente Aracaju, que é abastecida em grande parte pelas águas do rio e pela energia elétrica produzida pela hidrelétrica de Xingó, que fornece 100% do que é consumido na capital.

"É preciso lembrar que Aracaju tem uma relação de dependência direta com o São Francisco, e a partir do momento que se enfraquece o rio e a população ribeirinha não tem como sobreviver, ela tende a migrar para a capital, criando uma série de problemas. Então, nós não poderíamos ficar de fora dessa discussão", afirma o vereador Fábio Henrique, PDT. "Vamos mobilizar a população para tentar barrar a audiência do Ibama e deixar registrado para a história que o povo sergipano foi contra a transposição", completou.

Dos debates na Câmara, que, além dos vereadores, também envolveram membros da Frente Estadual em Defesa do Rio São Francisco, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe, deputados estaduais e o secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Luiz Carlos Fontes, resultaram propostas concretas.

A primeira é a inteira disposição de todos os presentes em buscarem meios para barrar a audiência pública que o Ibama promove dia 31 (nesta segunda), no Cefet-SE, incluindo mobilização de ônibus para trazer pessoas das 27 cidades sergipanas ligadas ao São Francisco para engrossar as fileiras dos manifestantes da capital que se posicionarão em frente ao Cefet, já a partir das 16 horas, onde realizarão manifestações contrárias à transposição.

Os vereadores presentes também assinaram um documento, de iniciativa do vereador Iran Barbosa, do PT, intitulado 'Carta de Aracaju', que manifesta em seis pontos a posição da Câmara da capital sergipana contra o projeto de transposição.

"A Câmara de Aracaju mostrou que tem uma posição clara quanto à transposição, tendo em vista que todos os vereadores subscreveram a nossa carta. Vamos enviá-la, como também as demais manifestações do povo de Sergipe, para a presidência da República a fim de tentar demover a ideia do companheiro Lula de levar adiante esse projeto", destacou Iran.



Deputados e técnicos debatendo a transposição na AL.

FONTE: Cinfom. **Parlamentares de Sergipe dizem não à transposição; Vereadores querem barrar audiência pública do Ibama.** Ano XXIII, Edição 1138. 31 jan a 04 fev 2005, Caderno 1, p. 11 (Política).

ANEXO 12

A8 GERAL
Correio de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 01 de fev. 2005

CORREIO URBANO

"Unidos contra realização da obra"

É assim que estão os procuradores dos estados envolvidos no projeto da transposição, quem afirma é a procuradora Eunice Dantas

José Mateus

UMA NÃO É TRANSPOSIÇÃO

Em reunião com a imprensa convocada na tarde de ontem no Ministério Público Federal (MPF) para dar esclarecimento à população sergipana sobre a transposição do rio São Francisco, a procuradora da República Eunice Dantas reitera que os procuradores de todos os estados envolvidos no projeto estão unidos contra a realização da obra. Durante a reunião, dois estudiosos do MPF em Brasília apresentaram argumentos que demonstram a inviabilidade da transposição, causada em falhas e informações superficiais.

"Nas últimas reuniões em Brasília e, após todas estas audiências públicas, o que se vê é que eles vão continuar realizando outras, o MPF vai continuar tomando as medidas necessárias para que este projeto não seja levado adiante", assegurou a procuradora. Para Eunice Dantas, desde o início, na análise do Rima, foram detectadas várias falhas, por isso, é que a procuradora está realizando toda esta movimentação.

"O relatório não é esclarecedor ao público, portanto, ele não é válido, já que não informa sobre o projeto, sobre o impacto ambiental, ele não tem estes esclarecimentos necessários, e a audiência se baseia no Rima. Por conta disso, o MPF tem

entrado com várias ações na Justiça contra a realização das audiências, já que o Rima não serve para embasá-las", diz a procuradora.

De acordo com ela, a audiência pública não deveria mesmo ser realizada, porque esta visa justamente esclarecer à população quais são os impactos ambientais do projeto. "Mas ele está incompleto, confuso, com

dados contraditórios, então, este documento, que vai ser analisado mais tarde, não poderá servir de base, porque como é que você vai esclarecer a população, se determinados fatos não estão claros, se diversas informações estão omissas. O Rima tem um efeito superficial, ou seja, é um texto informativo recheado de dados e números, mas não diz o que realmente deveria conter.

Ele está organizado como se para apresentar a alternativa mais correta", conclui.

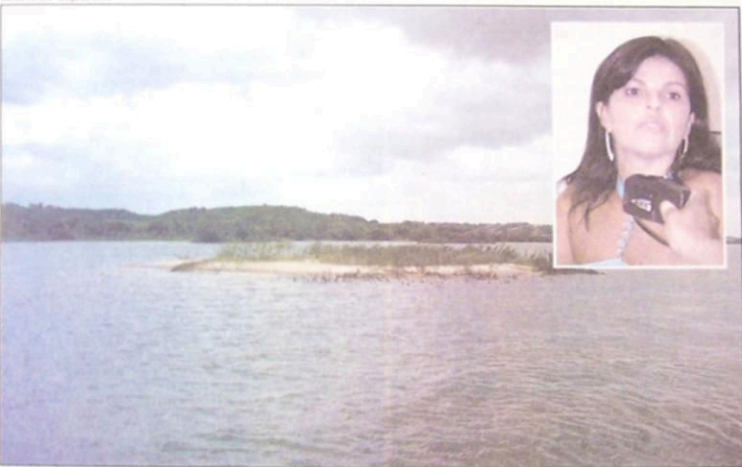
Para a antropóloga da 6ª Câmara do MPF, que trata dos direitos indígenas e minorias (comunidades remanescentes de quilombos e ribeirinhas), o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) está repleto de problemas. "Em termos de impactos antrônicos, trabalhos anteriores da 6ª

Câmara mostram que o número de comunidades é muito maior do que o Rima contempla. Só para se ter uma ideia, o Rima trata de três comunidades, quando o número que a gente tem, levando-se em conta toda a bacia do rio, chega a 150. Neste sentido, é muito coerente não permitir uma avaliação do impacto a partir do projeto do governo federal. O relatório não se torna

um instrumento adequado para a população participar deste debate", diz Kênia Alves.

Um outro detalhe chama a atenção do assessor de geologia da 4ª Câmara do MPF (que trata do meio ambiente e do patrimônio cultural), Jorge Cravo de Barros, é que os interessados na obra do "Velho Chico" trocaram até o termo "transposição" para "integração". "Talvez para evitar uma terminologia que, para eles, estava desgastada, mas, tecnicamente, é uma transposição de água, sim. Estas coisas têm de ser esclarecidas, pois a comunidade está pouco alerta a isto", alerta.

Para Cravo, falta conteúdo técnico no Rima, informações que deveriam ser normalmente divididas em três grupos: o físico, o biótico e o antrópico. "No meio físico, eles não trazem dados efetivos que permitam um conhecimento do diagnóstico da região. Se o diagnóstico tem erro, o resto do documento fica inviabilizado, já que os levantamentos dos potenciais e impactos são falhos, o que arranha todo o conteúdo. Quantos por cento, por exemplo, quer se retirar do braço norte e para o braço leste? Em alguns casos, isto dá 3,5%, 1%, outros 1,5%. Isso depende de que vazão se está falando, mas estamos nos referindo à vazão segura depois da barragem do Sobradinho, que é a 100% garantida. E os dados do Rima não estão batendo", denuncia.




Eunice Dantas (no detalhe), diz que o MPF vai continuar tomando medidas para que o projeto não seja levado adiante

FONTE: Correio de Sergipe. "Unidos contra a obra". Ano V, N. 1207, 1 fev 2005, A8 (Geral).

ANEXO 13

Pressionado, Ibama suspende audiência

Heribaldo Martins

O povo sergipano foi às ruas e, pela segunda vez, inviabilizou, ontem, a audiência pública para a apresentação do estudo de impacto ambiental do projeto de transposição do rio São Francisco. A manifestação popular não deixou outra alternativa para o Ibama, senão cancelar a audiência pública em Sergipe. A decisão teria sido tomada no final da manhã durante reunião, em Brasília, com a presidência do órgão e o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, mas somente no início da noite é que a novidade foi anunciada.

De acordo com a assessoria da presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, em Brasília, a medida leva a crer que o governo federal, no mínimo, vai repensar às suas atitudes no que se refere ao empreendimento. "Vamos lutar para que as audiências públicas ocorram de forma diferente. Se é para discutir transposição, que seja colocada em pauta sem que a ela venha ser veiculada o projeto de revitalização do Velho Chico. A revitalização não pode ser condicionada a esse mega projeto. O rio necessariamente precisa ter seus recursos hídricos recuperados. É uma obrigação do governo fazer isso", afirma Geraldo José dos Santos, assessor do Comitê.

Segundo ele, durante a reunião, o presidente do Ibama, Marcos Barroso, teria assegurado aos membros do Comitê que a forma de discussão do projeto junto a sociedade seria revista. Também foi cogitada a possibilidade de anular todas as audiências realizadas em Fortaleza, Natal, Sousa (PB), Salgueiro (PE), além de Belo Horizonte e Salvador. Nessas duas últimas cidades, elas foram encerradas sem que houvesse possibilidade de qualquer discussão sobre transposição. "Nossa expectativa é que a audiência pública em Maceió, prevista para essa



O POVO ISOLOU ruas e ocupou o auditório para impedir a audiência

quarta-feira, também seja anulada pelo Ibama", enfatiza Geraldo Santos, ao acrescentar que a manifestação da sociedade contra o projeto de transposição tem causado estragos às pretensões do governo federal.

Momentos antes do horário previsto para a audiência pública em Sergipe, os manifestantes invadiram o auditório do Centro Federal de Ensino Técnico (Cefet). Unidos de faixas e cartazes, eles promoveram um apito e gritaram palavras de ordem reforçando a posição contra o projeto do governo federal em desviar água do rio São Francisco para as bacias da região setentrional, que abrange o Ceará, Rio

Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O protesto reuniu gente de toda parte do Estado, principalmente dos 14 municípios que fazem parte da Bacia Hidrográfica, além de prefeitos, deputados estaduais e federais e vereadores.

Num ato simbólico, o povo sepultou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Carregando caixões, os manifestantes lembraram a traição do governo com o povo nordestino. "Esse manifesto foi a resposta da população sergipana ao desdém do governo. Foi uma resposta a falta de interesse dos governantes para com o povo ribeirinho do

nosso Estado. Quem não apostava na força dos sergipanos teve uma boa surpresa. O sergipano é um nordestino forte e consciente", frisa Luiz Carlos Fontes, secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

O diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, em Brasília, Nilvo Silva, considerou lamentável o cancelamento da audiência pública. "Impedir que os estudos do impacto ambiental do projeto de transposição sejam discutidos com a população é um contra-senso por parte daqueles que são contra o projeto. Com essas audiências o Ibama visa apenas dar a oportunidade para que a sociedade tenha conhecimento do projeto e possa debater suas dúvidas e colocar as suas sugestões", frisou.

O coordenador geral dos estudos de impacto ambiental do projeto de transposição, Ivan Teles, disse que o projeto é totalmente viável. "Os impactos ambientais na bacia doadora seriam mínimos, haveria tão-somente a perda de energia", disse. Ele iria fazer a apresentação do resultado dos estudos.

Para a Procuradora do Ministério Público Federal, Eunice Dantas, a audiência pública não devia nem mesmo ter sido marcada, diante das irregularidades detectadas pelo Rima, que se constitui num instrumento fundamental para embasamento dos estudos de impacto ambiental da transposição. As irregularidades vão desde a falta de conteúdo técnico e se agrava com o não posicionamento claro do volume de água que se pretende tirar das bacias doadoras. "Os percentuais oscilam entre 3,5%; 1,5% e 1%. Não existe um consenso no total de água a ser desviado, uma falha grave", analisa Jorge Cravo, assessor de Geologia da Unidade Ambiental e do Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal.

ANEXO 14

CORREIO URBANO Correio de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 04 de out. 2005

Governador João Alves Filho comanda caravana em solidariedade ao frei Luiz Flávio Cappio

O governo de Sergipe organizou uma grande caravana para prestar solidariedade ao frei Luiz Flávio Cappio, que está em greve de fome contra o projeto de transposição do rio São Francisco, proposto pelo governo federal. O governador João Alves Filho comandou a caravana, composta por 28 ônibus e mais Tópicos e carros pequenos, envolvendo mais de 1.500 pessoas que deixaram seus municípios a partir das 19 horas de ontem, com destino a Cabrobó, Estado de Pernambuco, onde se encontra o bispo diocesano de Barra, na Bahia.

Os ônibus de Aracaju saíram da Praça Fausto Cardoso e da Rua Itabaiana, e chegam em Cabrobó a partir das oito horas da manhã de hoje, quando se comemora o aniversário do frei e do rio São Francisco, que completa 504 anos. Está prevista para as 10 horas a celebração de uma missa, seguida de um ato em defesa do rio e contra a transposição. Saíram ônibus de Aracaju, Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canindé do São Francisco, Frei Paulo, Gararu, Ilha das Flores, Itabi, Neópolis, Pacatuba, Poço Redondo, Santana do São Francisco, Propriá e Telha.

O governador João Alves anunciou a instalação de um Quartel General Ecológico em defesa do Rio São Francisco, em Sergipe. O Estado foi escolhido por sugestão do professor João Abner, doutor em Recursos Hídricos da Universidade do Ceará e do representante do Comitê de Bacias do São Francisco, Luiz Carlos Fontes, por estar engajado na luta contra a transposição do rio.

do rio. Estarão em Sergipe advogados, técnicos e geólogos com conhecimentos sobre a real situação do São Francisco.

O QG Ecológico terá o aporte jurídico do professor Ives Gandra Martins, que irá promover ações judiciais contra as intenções do governo federal de executar o projeto de transposição das águas do São Francisco.

Frei Luiz está em uma pequena capela próxima do rio na cidade de Cabrobó, região na qual o governo pretende construir uma das tomadas de água para a transposição. Antes de iniciar seu corajoso gesto, o religioso enviou uma carta ao presidente Lula e uma declaração, registrada em cartório. Na missiva, diz ao chefe da Nação: "Minha vida está em suas mãos". Sua extrema decisão encontra o apoio da CNBB e da Comissão Pastoral da Terra Nacional.

A caravana, que deixou Sergipe com destino a Cabrobó, é composta por representantes de todos os segmentos da vida sergipana, dentre os quais políticos, líderes municipais, religiosos e estudantes. O objetivo do protesto naquela cidade pernambucana se volta para a solidariedade ao frei Luiz. Somam-se à luta contra a posição inflexível do Governo Lula de realizar a qualquer custo a polêmica e desastrosa transposição do rio São Francisco, impedindo que um verdadeiro debate sobre as ações necessárias para garantir qualidade de vida e segurança hídrica ao povo do Nordeste aconteça.

Declaração - "Permanecerei em greve de fome, até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição. A greve de fome só será suspensa mediante documento assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, revogando e arquivando o Projeto de Transposição". Garante o frei Luiz, em sua declaração dirigida a todos os brasileiros, na qual também afirma: "De livre e espontânea vontade, assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização".

"Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim", diz um trecho da declaração do bispo. Nela, frei Luiz faz uma observação comovente: "Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda minha vida, em Barra, minha querida Diocese".

Carta - Na carta ao presidente Lula, frei Luiz lembra que sempre foi um crítico acirrado do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Continua sua explanação enfatizando: "Esperávamos que, diante de tantos e consistentes questionamentos de ordem política, ambiental, econômica e jurídica, o governo revisse sua disposição de levar a cabo este projeto que carece de verdade e de transparência. Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não alcança".

CNBB - "Apelamos para a sua responsabilidade de presidente da República, para adiar o início das obras de transposição do rio e garantir, antes de tudo, a sua revitalização", dizem os bispos da Presidência e do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB numa carta endereçada ao presidente Lula. Apela, ainda, para que o governo considere a decisão política que, "ainda está longe de um consenso na região nordestina a respeito da viabilidade e dos resultados sócio-ambientais de transposição do rio São Francisco, divide as mentes e os corações. Esperamos uma atitude sua em favor da unidade do povo nordestino".

Os bispos também encaminharam uma carta ao frei Luiz para dizer que, no momento em que ele toma uma decisão de extrema importância em sua vida, asseguram a presença fraterna de seus "irmãos bispos". A mesma posição foi adotada pelos componentes da Comissão Pastoral da Terra Nacional. Através de uma Nota de Solidariedade, os integrantes da CPT afirmam, entre outras coisas: "Reafirmamos que queremos um semi-árido com vida digna para todos. É preciso pensar um projeto de desenvolvimento para todo o semi-árido, conforme vem sendo defendido por Dom Luiz, cujo gesto ganha um significado maior". "Só quem permanece fiel ao povo brasileiro, aos mais simples é capaz de gestos dessa magnitude", asseguram os que integram a entidade religiosa.

FONTE Correio de Sergipe. **Governador João Alves Filho comanda caravana em solidariedade ao frei Luiz Flávio Cappio.** Ano V, N. 1407, 04 out 2005, A4 (Geral).

ANEXO 15

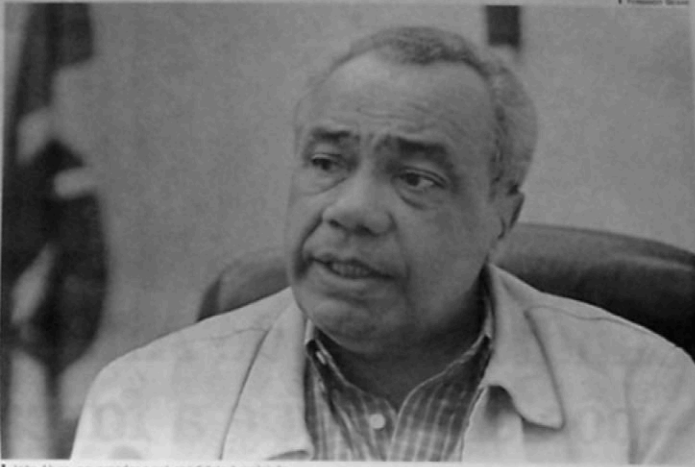
12	CINFORM	Aracaju, 26/06 a 02 de julho de 2006 - Ano XXIV - Edição 1211 - CADERNO 1	ENTREVISTA
----	----------------	---	-------------------

ENTREVISTA: JOÃO ALVES

“Passamos a ser o primeiro Estado do Nordeste em qualidade de vida”

João diz que é por isso, e pelos projetos que fizeram Sergipe crescer 5,3% ao ano, que tentará se reeleger

“Daqui a dois meses o nosso sistema de saúde estadual será o melhor da região”



1 João Alves, governador e pré-candidato à reeleição

Governador de Sergipe em três mandatos, o engenheiro João Alves, PFL, vai disputar a reeleição e, caso consiga se reeleger, terá quebrado um recorde, que é o de ser governador do Estado pela quarta vez. Esta possibilidade, a da quebra do recorde, é o que menos lhe move.

Para disputar a permanência no cargo, João Alves Filho faz uma análise bastante positiva do que tem sido o avanço do Estado sob seu governo do ponto de vista socioeconômico. Para ele, esta cédula pode se quebrar se o comando de Sergipe sair das suas mãos para as de Marcelo Deda, PT, seu principal oponente na disputa eleitoral.

“Enquanto o Brasil cresce 3,2% em 2006, Sergipe cresce 5,3%. Daqui a dois meses o nosso sistema de saúde estadual será o melhor da região: nossa equipe de assessores é preparada para obras, pois nunca se soube do desmontamento de nenhuma que tenha sido realizada, ao contrário as obras realizadas recentemente pelo ex-prefeito Marcelo Deda”, diz João Alves.

Segundo João Alves, uma outra razão para ele disputar a reeleição é a luta contra a transposição do Rio São Francisco. “É fato conhecido em todo o país que o Governo Federal não fez a obra porque o dinheiro não foi para lá, mas para o Rio São Francisco”, diz João Alves.

Segundo João Alves, uma outra razão para ele disputar a reeleição é a luta contra a transposição do Rio São Francisco. “É fato conhecido em todo o país que o Governo Federal não fez a obra porque o dinheiro não foi para lá, mas para o Rio São Francisco”, diz João Alves.

2 Enquanto o Brasil cresce 3,2% em 2006, Sergipe cresce 5,3%. Daqui a dois meses o nosso sistema de saúde estadual será o melhor da região: nossa equipe de assessores é preparada para obras, pois nunca se soube do desmontamento de nenhuma que tenha sido realizada, ao contrário as obras realizadas recentemente pelo ex-prefeito Marcelo Deda, diz João Alves.

3 Segundo João Alves, uma outra razão para ele disputar a reeleição é a luta contra a transposição do Rio São Francisco. “É fato conhecido em todo o país que o Governo Federal não fez a obra porque o dinheiro não foi para lá, mas para o Rio São Francisco”, diz João Alves.

4 Enquanto o Brasil cresce 3,2% em 2006, Sergipe cresce 5,3%. Daqui a dois meses o nosso sistema de saúde estadual será o melhor da região: nossa equipe de assessores é preparada para obras, pois nunca se soube do desmontamento de nenhuma que tenha sido realizada, ao contrário as obras realizadas recentemente pelo ex-prefeito Marcelo Deda, diz João Alves.

5 Segundo João Alves, uma outra razão para ele disputar a reeleição é a luta contra a transposição do Rio São Francisco. “É fato conhecido em todo o país que o Governo Federal não fez a obra porque o dinheiro não foi para lá, mas para o Rio São Francisco”, diz João Alves.

FONTE: Cinform. Entrevista: João Alves – “Passamos a ser o primeiro Estado do Nordeste em qualidade de vida” Ano XXIV, 1211, 26 jun a 02 jul 2006, Caderno 1, p.12 (Entrevista).

FONTE: Cinform. **Lula manda João gravar programa eleitoral de cueca no Rio Sergipe**. Ano XXIV, 1223, 18 a 24
 set 2006, Caderno 1, p. 04 e 05 (Política).

ANEXO 17



FONTE: Correio de Sergipe. **Ibama libera início de obra da transposição.** Ano VII, Nº 1848, 24 mar 2007, B1 (Política Nacional).

ANEXO 18

SÃO CRISTÓVÃO
Servidores da Saúde mantêm greve até segunda
CIDADES B2

JORNAL DA CIDADE
CIDADES B
INCLUI ESPORTES
EDITORA: Aulice Trindade

População diz não à transposição
Movimento organizado pela OAB leva centenas de pessoas a sair em defesa do São Francisco

REAJUSTE
Policiais não têm muito a comemorar

Na tarde de ontem, os sergipanos foram às ruas para dizer não ao projeto de transposição das águas do rio Serpique. O movimento, proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil seccional Sergipe (OAB-SE), transformou-se num verdadeiro movimento democrático sergipano, reunindo figuras políticas de diversos partidos e ex-estudantes ao governo do Estado de Sergipe, além de movimentos de classe, estudantes e entidades profissionais, entre outros. Durante o evento, a OAB também lançou o Fórum a Cidadania, que pretende sentar, debater e deliberar sobre assuntos de alta relevância social. O primeiro é justamente a transposição.

O presidente da OAB seccional Sergipe, Henry Clay, defende este como sendo um momento histórico, uma ação popular cívica de autêntico interesse público que visa defender o rio São Francisco e os interesses do povo sergipano. Queremos com esse ato criar um pacto político de relevância nacional, que possa provocar um debate nacional e abrir um canal para o diálogo com o governo federal, o que até então não se teve", declarou. Para o presidente, hoje é possível perceber uma conjuntura mais favorável à revitalização e não à transposição do rio. Isso porque no primeiro governo do presidente Luiz Inácio de Silva a obra de transposição foi conduzida

em março. Não começou. Em maio também não vai começar. Estou absolutamente convicto que o governo vai começar a refletir". A Câmara dos Vereadores de Aracaju também esteve presente com a representação maciça dos vereadores da capital. A vereadora Rosângela Santana, assim como o deputado, acreditam que o resultado dessa mobilização será uma maior responsabilidade do governo federal com a revitalização do rio. "Essa é uma demonstração da responsabilidade do povo para com o seu patrimônio ambiental. Não podemos correr o risco de nossas gerações futuras não usufruírem das águas do rio, um rio que é da unidade nacional".

O ex-governador João Alves Filho, um dos maiores defensores da revitalização do rio, já estando até presente em programas de televisão de alcance nacional, também participou da mobilização. Para João Alves, toda mobilização contra a transposição deve ser bem vista e merecedora de aplauso. "Eu acho que essa luta contra a transposição não deve ser encarada como uma luta partidária ou ideológica. É uma luta contra a maior ameaça que o Nordeste brasileiro já teve em sua história". O ex-governador defende também que só há hoje no Brasil dois grupos que defendem a transposição. "Existem soluções muito mais simples, mais baratas, que essa transposição, mas o interesse dos grandes empreiteiros e os apadrinhados desses empreiteiros está sendo preterido".

No Dia das Polícias Civil e Militar, os membros da categoria não têm muito que comemorar. Hoje, em conjunto com os representantes da Associação de Praças da Polícia Militar de Sergipe, eles realizam uma assembleia para discutir o reajuste salarial, hora extra, escalonamento vertical e data base, entre outros benefícios para a categoria. O presidente da associação, sargento Anderson Araújo, informou que mesmo com o pronunciamento do governador do Estado, Marcelo Déda, existem entendimentos falhos para serem discutidos, a exemplo da diferença entre níveis, que ainda é pequena, principalmente na base. De acordo com ele, salários e promoções são dois problemas enfrentados pelos policiais.

"A promoção é variável, mas, geralmente, demora muito tempo para sair. Para passar de soldado para cabo leva um tempo de oito anos, mas quando consegue a patente o soldado nunca encontra vaga para ser cabo, tem que ficar aguardando. Então a promoção não significa muito em termos de remuneração", explicou. Ele ressaltou que a questão da hora extra é um direito que eles têm, mas que há tempos não é regulamentado. "Já o Funaserp nós vamos debater em relação ao que foi proposto pelo governo, na tarde de hoje (ontem)", observou.

POPULARES SE UNEM a políticos para mostrar que são contra o projeto de transposição do rio São Francisco

pelo então ministro Ciro Gomes de forma considerada autoritária. "Não houve debate com a sociedade civil".

A participação da população, que compareceu voluntariamente, foi celebrada pela OAB. "Era uma coisa que estava adormecida no seio da sociedade face ao desencanto do povo com a classe política. Nós cidadãos precisamos fazer um movimento social acima dos interesses partidários para revigorar a nossa paixão cívica e ação cidadã", declarou o presidente Henry Clay. Demonstrando a união da OAB em defesa da causa, o presidente nacional da OAB, Cezar Britto, também acompanhou a mobilização e a nas-

seata. "Com esse ato, demonstramos que o processo de resistência não é partidário. É uma resistência cidadã. A cidadania compreendeu que há um risco muito grande na transposição por não estar claro de que o rio, um patrimônio da humanidade, do Brasil, não irá morrer", analisou.

Um dos fatores que mais incomoda as entidades de classe, políticos e população em geral é principalmente o fato de o projeto estar sendo proposto sem discussão legislativa. "Nós já opinamos juridicamente nesse sentido. O sistema federativo pressupõe a conciliação e o encarregado da conciliação, quando é a união que propõe a discordância, é o Congresso Nacional", explicou Cezar Britto. O deputado federal José Carlos Machado (DEM) lembrou que uma das demonstrações da falta de interesse do governo em revitalizar o rio é a não aprovação em plenário da emenda constitucional de autoria do senador Antônio Carlos Valadares, que propõe um Fundo de Revitalização Ambiental: a aplicação de R\$ 250 milhões, durante 20 anos, para o desenvolvimento do rio.

Projeto nacional
Mas para o deputado José Carlos Machado, já há sinais de que o próprio governo começa a refletir sobre as mobilizações. "Era para a aplicação e o projeto começar

FONTE: Jornal da Cidade. **População diz não à transposição.** Ano XXXV. N. 10.426, 21 abr 2007, Caderno B, p. B1 (Cidades).

ANEXO 19

6

MUNICÍPIOS

Aracaju, 09 a 15 de julho de 2007 - Edição 1265 - Nº 532 - JORNAL CINFOM

CIDADE

Margens do Rio São Francisco em Cabrobó podem se transformar em área de conflito

De um lado, manifestantes contrários à transposição. Do outro, o Exército. Mais de 300 sergipanos participam da luta em Pernambuco

O Rio São Francisco vive momentos de tensão e agonia. No dia 25 de junho, o 2º Batalhão de Construção e Engenharia do Exército iniciou as obras de destacamento e topografia para a transposição das águas do Velho Chico, em Cabrobó, cidade de Pernambuco. No dia seguinte, manifestantes de diversos movimentos sociais, inclusive sergipanos, foram para lá tentar impedir a continuidade das ações.

Ao todo, 22 lotes que compõem o projeto estão em fase de licitação. Enquanto isso, acampados, manifestantes realizam a atividade diária de tapar com pás e padiolas o "buraco do Geddel", canal inicial do eixo norte cavado às pressas pelo Exército para receber a visita do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima.

"Cheguei lá no dia 29 e o clima estava bastante tenso. Havia muitos sergipanos. Acho que eram mais de 300. Estavam alojados em barracas de lona. O tempo todo tapavam o buraco e realizavam discussões sobre diversos assuntos referentes à transposição. Juntei-me a eles. Fui prestar solidariedade a esse povo tão sofrido que luta, incansavelmente, pela manutenção do Rio São Francisco, fonte de sua sobrevivência", rememora o ovel José Carvalho Júnior, 25 anos, bacharel em direito.

Mais de 12 mil pessoas permaneceram acampadas nos anteios das obras até a última quarta-feira, 4, quando receberam uma notificação de integração de posse determinada pela Justiça Federal. A ordem judicial ameaça uma multa de R\$ 10.000 por dia para as entidades que não cumprissem a decisão de sair do local. Policiais militares,

res, rodoviários federais e o Exército acompanharam a retirada dos manifestantes, que aconteceu de forma pacífica.

Em continuidade à luta, os manifestantes seguiram em marcha de 13 quilômetros, capitaneados pelos índios Truká e de outros povos da região, em direção ao Assentamento Jibola, do MST, a 10 quilômetros de Cabrobó. "Dei total apoio para que eles não desistissem. As licitações das obras ainda não foram aprovadas, portanto, existem várias medidas que podem ser tomadas e nós vamos recorrer a todas", avisa o manifestante José Carvalho.

OBRA FARAÔNICA

Na opinião do deputado federal Iran Barbosa, PT, que acompanhou de perto as manifestações, a transposição é uma obra faraônica que drenará muitos bilhões de reais e mudará a paisagem do Nordeste. Ele defende a implementação de políticas de convivência com o semi-árido.

cia com o semi-árido. "Essa, sim, oferece segurança hídrica para mais de 34 milhões de pessoas, o que representa um contingente muito maior que as 12 milhões que seriam beneficiadas pela transposição", diz o deputado.

Para Iran, o Governo Federal está utilizando a situação da seca e da sede no Nordeste para legitimar o projeto, porém, o principal objetivo não é o abastecimento humano e animal, mas o desenvolvimento econômico da região a partir do agronegócio e da agricultura irrigada. "Chego a essa conclusão porque há mais de 15 anos está superada aquela visão de que a seca inviabiliza a vida no semi-árido. Qualquer política pública que for implantada no São Francisco na situação em que ele se encontra afetará todos os municípios e comunidades que vivem às suas margens", garante o deputado federal.

"A idéia da transposição é acompanhada por um modelo

de desenvolvimento pensado a partir dos interesses da elite, da cana e do agronegócio. Isso é terrível para o que restou da caatinga e para as populações mais carentes do nosso Estado. O que precisamos fazer é uma reforma agrária em Sergipe e fortalecer os pequenos e médios produtores. Somado a isso, devemos adotar todas as medidas relativas às ações de revitalização do nosso rio", completa Iran Barbosa.

I TENSÃO

Apesar de todos os protestos realizados por vários movimentos sociais, o Batalhão de Engenharia do Exército ainda está em Cabrobó, na área do canal que compõe o eixo norte. Esse espaço é reivindicado pelo povo indígena Truká, que há vários anos luta pela demarcação do território.

Após vivenciar as manifestações em Cabrobó, o bacharel em direito José Carvalho acredita que, apesar da saída dos manifestantes e da presença

constante do Exército, diásporas ainda estão por vir. "Nesse primeiro momento, felizmente não houve confronto entre a polícia e ocupantes. Mas os indígenas prometem lutar pela retomada do território Truká. Essa é uma reivindicação histórica", comenta ele.

Para Iran Barbosa, se a luta dos Truká pela retomada do território for vitoriosa, as obras poderão ser emperadas, pois a transposição dependerá de prévia autorização do Congresso Nacional e da anuência dos índios. "Isso é exigência constitucional e o Governo não tem como descumprir. Precisamos sensibilizar o presidente Lula, que ajudamos a eleger, sobre a necessidade de revitalização do Velho Chico e a inviabilidade do projeto", declara.

O deputado ainda chama a atenção para uma irregularidade no início da transposição que precisa, urgentemente, ser investigada. Ele revela que está ocorrendo um desvio de função injustificável, ao se colocar o

Exército para realizar as obras. "O esquadrão integra as Forças Armadas, cujo papel é assegurar a defesa nacional, e não construir obra", denuncia Iran.

I SERGIPE

Mesmo de longe, os sergipanos que não podem participar das manifestações em Pernambuco mostram-se solidários com a causa. O industrial Carlos Alberto Pereira Cunha, 55 anos, é um exemplo disso. Para ele, somar-se à luta contra a transposição é, acima de tudo, um gesto de pleno exercício da cidadania.

"Gostaria muito de poder estar lá contribuindo, mas, infelizmente, o meu trabalho não me permite. Pode ter certeza que estou daqui acompanhando todos os passos das manifestações e sempre discutindo com os meus colegas. Não podemos dar o assunto como encerrado. A população precisa continuar discutindo e se posicionando de maneira contrária à transposição", opina Alberto.

A estudante do curso de pedagogia da Universidade Federal de Sergipe Maria José Matos, 42 anos, também se soma à luta contra a transposição das águas do Velho Chico. Na opinião dela, o Governo Federal está utilizando estratégias políticas. "Até sou simpaticista do PT, mas não posso aceitar essa decisão de Lula. Acredito que ele está usando táticas para beneficiar as elites. Nós sergipanos devemos enfrentar isso. Para os que não podem estar em Pernambuco participando das manifestações, assim como eu, sugiro que nos afluamos em algum movimento contra a transposição. De alguma forma, precisamos aliviar

Convivência com semi-árido é a solução para seca do Nordeste

O Atlas das Águas do Nordeste, elaborado pela Agência Nacional de Águas - ANA -, revela que não é necessária a transposição para acabar com a seca, e sim uma política de convivência com o semi-árido. Ele ainda oferece, junto com as propostas traçadas pela Articulação do Semi-Árido, segurança hídrica para a região e atende um universo mais amplo de pessoas, a um custo menor, contemplando 1.112 municípios com núcleos urbanos acima de 5 mil habitantes e mais 244 com

menor população.

Os representantes da Articulação do Semi-Árido Brasileiro - ASA - propõem a captação de água de chuva para consumo humano e para produção, por meio de um leque de 40 tecnologias, como cisternas, barreiros e mandalas. A reforma agrária, o reconhecimento das terras indígenas e dos territórios das populações tradicionais são outras medidas sugeridas pela ASA, indispensáveis para a convivência com o semi-árido.

A Subcomissão Especial do Rio São Francisco é uma

espécie de órgão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados criada no início do ano passado por requerimento do deputado federal Iran Barbosa. O objetivo é reunir informações sobre a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e os impactos das políticas públicas voltadas ao Velho Chico, entre as quais a revitalização e a transposição das águas do rio.

Iran Barbosa, presidente da Subcomissão, relata que nas próximas semanas apresentará o relatório parcial e

no fim do ano, o relatório final, contendo um diagnóstico do Rio São Francisco e recomendações aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sobre ações a serem adotadas relativamente ao Velho Chico. "Apesar de os trabalhos estarem longe de serem concluídos, o material reunido pela Subcomissão aponta para uma conclusão que o povo sergipano conhece muito bem: o Rio São Francisco precisa ser revitalizado, antes de se pensar em qualquer política de transposição", declara o deputado.

FONTE: Cinfom. **Margens do Rio São Francisco em Cabrobó podem se transformar em área de conflito.** Ano XXV, 1265, 09 a 15 jul 2007, Caderno Municípios, p. 07 (Cidade).

ANEXO 20

Correio de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 03 de jul. 2007

CORREIO URBANO

GERAL A5

Cresce número de indígenas em acampamento

>>A iminência da ação de despejo não tem assustado os grupos que ocupam as obras do canal norte do projeto de transposição

DIGA NÃO À TRANSPOSIÇÃO

Prestes a completar uma semana de acampamento, cresce o número de indígenas em área ocupada nas obras do canal norte do projeto de transposição, em Cabrobó (PE). As atividades internas de trabalho e formação continuam. Os manifestantes iniciaram revezamento de grupos para manutenção da participação e a retomada da terra pelos índios.

Ontem um helicóptero sobrevoou a área. A iminência da ação de despejo não tem assustado as organizações sociais, movimentos populares, povos e comunidades tradicionais que organizam caravanas para reforçar a resistência no local.

As atividades continuam no sentido de preparação para instalação de moradias e para o plantio. A movimentação provocada pelo helicóptero, que realizou diversos sobrevoos sobre o acampamento, não deve atrapalhar a programação do dia.

Alguns grupos que participaram da ocupação e montagem do acampamento retornaram para suas regiões, enquanto novas caravanas começam a chegar para reforçar a resistência na área, dar continuidade às atividades de preparação da terra e levantamento dos abrigos que devem alojar as famílias indígenas.

Para marcar dois anos do assassinato de dois índios e celebrar a retomada das terras, o povo Truká organizou um grande Torê - principal ritual, até a madrugada de hoje (01). Eles dançaram e cantaram toda a madrugada ao som de maracás e iluminados por uma grande fogueira.

Reunião - Segundo informações da assessoria de comunicação do governo pernambucano - divulgada no site oficial, os governadores de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte - Eduardo Campos, Cássio Cunha Lima e Wilma Faria - se reunirão em Recife, amanhã (02). O encontro acontece em caráter de urgência e servirá para tratar das manifestações contra o projeto de transposição, como a que acontece na tomada de água do eixo norte.

Mutirão - Pela manhã, os trabalhos aconteceram com atividades de formação, como o estudo sobre a história dos índios naquela região. A tarde está prevista a continuidade do mutirão de tapagem do buraco aberto pelo exército durante a visita do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, à tomada de água do eixo norte. A atividade acontece desde o primeiro dia da ocupação. A área será utilizada para o plantio de arroz, pelos índios Truká.

No final do dia de ontem (01) foi erguida uma praça no centro do acampamento. O local serve como ponto de encontro e de reuniões. No sábado, caravanas que participaram da ocupação retornaram para suas regiões e aos poucos são substituídas por outros grupos. Os indígenas agora contam maioria no local.



Helicóptero sobrevoou a área e manifestantes se organizam em caravanas para reforçar a resistência no local

FONTE: Correio de Sergipe. **Cresce número de indígenas em acampamento.** Ano VII, N. 1931, 03 jul 2007, A5 (Geral).

ANEXO 21

Protestos contra as obras de transposição de águas

Grupo de cerca de 1,5 mil pessoas ocupa fazendas em Cabrobó (PE)

RECIFE (AE) - Um grupo com aproximadamente 1,5 mil pessoas ocupou, na madrugada de ontem as fazendas Mãe Rosa e Toco Presto, no município de Cabrobó (a 586 quilômetros do Recife), no sertão pernambucano, para protestar contra o início das obras de transposição do Rio São Francisco. A área ocupada vem sendo usada como canteiro de obras da construção do canal Eixo Norte, pelos soldados do Batalhão de Engenharia do Exército.

De acordo com os manifestantes, o grupo chegou ao local por volta da 1h30 e não encontrou nenhuma resistência. "Não tinha ninguém. Chegamos, sentamos e organizamos o acampamento. No meio da manhã, um grupo de soldados chegou, olhou nosso pessoal e saiu. Uma hora depois, por volta das

10h, um grupo maior de militares esteve no local. Eles conversaram rapidamente conosco, perguntando o que estávamos fazendo e se afastaram", afirmou Rubem Siqueira, representante da Via Campesina e um dos líderes da ocupação.

Expulsos

A maioria dos manifestantes são pescadores e pequenos trabalhadores rurais (ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Via Campesina e Pastoral da Terra) vindos de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe.

"Nossa ocupação é pacífica e fizemos questão de deixar isso claro. Mas não vamos deixar a região até que o Governo Federal ordene a paralisação das obras. Estamos sendo expulsos das nossas terras por essa gente que não está nem

um pouco preocupada com o bem estar do rio e da população que vive dele", argumentou Neginho Truká, líder da etnia Truká. O grupo indígena alega ter a posse da terra onde as obras estão sendo realizadas.

Irritado com a ocupação, o prefeito de Cabrobó, Eudes José Caldas Cavalcanti (PTB), acusa os movimentos sociais de usar os manifestantes como "massa de manobra para atrapalhar a chegada da modernidade na região". "São vagabundos. Vou levar a população inteira de Cabrobó para lá e mostrar para eles que todo mundo que é trabalhador está de acordo com a obra. Já recebemos R\$ 6,4 milhões para aplicar em obras de saneamento básico graças a este projeto. Não vai ser um bando de desocupados que vai impedir a transposição", ameaçou o prefeito.

Continua

O major Manoel Valentim, chefe de comunicação social do 1º Grupamento de Engenharia de João Pessoa, disse que a manifestação não está impedindo o trabalho do Exército. "As obras de destacamento e de topografia para a transposição do Rio São Francisco continuam normalmente", limitou-se a informar. Ainda pela manhã, o Exército encaminhou a pauta de reivindicações dos manifestantes para o Ministério da Integração Nacional.

José Carlos Braga, assessor técnico do projeto de transposição, afirmou que aguardará uma orientação do Ministério antes de tomar qualquer medida relacionada à ocupação. A assessoria de imprensa da Polícia Militar de Pernambuco, informou que a PM está fazendo o monitoramento do local, e que ainda não foram registrados incidentes.

Geddel defende diálogo, mas quer reintegração

BRASÍLIA (Agência Brasil) - O Ministério da Integração Nacional já enviou um interlocutor a Cabrobó (PE) para dialogar com mais de mil manifestantes que estão acampados para impedir a continuidade das obras de integração do Rio São Francisco. Apesar da ação em prol do entendimento, o ministro Geddel Vieira Lima promete pedir na Justiça a reintegração de posse da área.

A fazenda ocupada já foi

desapropriada para a execução das obras, segundo o ministro, portanto é de propriedade da União. Geddel disse que as manifestações já eram esperadas, mas, segundo ele, algumas reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais que estão em Cabrobó já foram resolvidas, como a posse de terra da tribo Truká. "Para nós, é uma movimentação muito mais política do que real", disse.

Diálogo

Geddel estranhou que atos como este não tenham acontecido durante a viagem que fez ao longo do Rio São Francisco, quando questões divergentes poderiam ter sido debatidas. Ele ressalta que a posição do Ministério é manter um canal permanente de diálogo com todos os movimentos sociais. "Vamos buscar sempre, através do entendimento, mostrar a esses movimentos que a contribui-

ção que eles podem oferecer de forma mais efetiva ao São Francisco, ao Nordeste e ao Brasil é através do diálogo, sugerindo posições que aprimorem o projeto", colocou.

Para o ministro, as manifestações não irão atrapalhar o andamento da construção. "As obras estão com seu cronograma colocado, está tudo andando como estabelecido, e nós vamos adotar as medidas cabíveis para que tudo corra na maior tranquilidade", afirmou Geddel.

ANEXO 22

IVZ CORREIO URBANO Correio de Sergipe • Aracaju • quarta-feira • 28 de nov. 2007

Dom Luiz Cappio inicia jejum em defesa do rio São Francisco

>>> Suspensão da abstinência depende do arquivamento definitivo do projeto de transposição do Velho Chico

Fernando Silva/CS

DIGA NÃO À TRANSPOSIÇÃO

"Um grito desesperado em defesa do rio e do povo", assim Dom Frei Luiz Cappio, bispo da diocese de Barra (BA), explica o jejum retomado ontem pela manhã, na Capela de São Francisco, em Sobradinho (BA). As condições para o desfecho do ato não consideram a retomada de diálogo com o governo federal.

A paralisação depende da "retirada do Exército nas obras do eixo norte e do eixo leste e o arquivamento definitivo do projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Não existe outra alternativa", explica na carta divulgada ontem. O bispo argumenta que "todas as tentativas de diálogo foram frustradas" e que durante os dois anos passados desde o primeiro jejum, não houve nenhum cumprimento do acordo assinado pelo presidente, enquanto governo federal, e por ele, representando a sociedade civil.

Ele ainda comenta que o governo "se manteve surdo" frente a todas as mobilizações que aconteceram por parte das organizações sociais, movimentos populares, pesquisadores, povos e comunidades tradicionais.

Em 2005, durante 11 dias, entre 26 de setembro e 05 outubro, Dom Luiz fez greve de fome em Cabrobó (PE). O local escolhido dessa vez, Sobradinho (BA), é simbólico por "demonstrar a situação em que o rio se encontra", diz com referência ao lago que já chega a 14% da sua capacidade.

O ato teve início às 09h30, horário local, ao mesmo tempo em que era enviada carta ao presidente Lula, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Nuncio Apostólico, Setor de Pastorais Sociais, entre outros. Logo depois, por volta 10h, acontecia o anúncio oficial e a entrevista coletiva, em Brasília (DF), com Dom Tomaz Balduino, Roberto Malvezzi e Isidoro Revers, da Comissão Pastoral da Terra; Éder Magalhães, do Conselho Indigenista Missionário; e Reverendo Luiz Barbosa, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

A população do município de Sobradinho e do entorno está se deslocando para o local. Anteontem à noite, às 19h, Dom Luiz celebrou a primeira missa, o ato deverá se repetir todos os dias.

Dom Cappio, no detalhe, diz que não houve nenhum cumprimento do acordo assinado por Lula



FONTE: Correio de Sergipe. Dom Luiz Cappio inicia jejum em defesa do rio São Francisco. Ano VII, N. 2054, 28 nov 2007, A4 (Geral).

ANEXO 23

BISPO/TRANSPosição

Lula diz que não cederá a protesto

BRASÍLIA (AE) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou ontem aos dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em reunião no Palácio do Planalto, que o governo não tem condições de ceder às pressões do bispo frei d. Luiz Flávio Cappio, em greve de fome há 16 dias, contra a transposição das águas do rio São Francisco.

Um dos participantes do encontro relatou que o presidente deixou claro para os bispos que a paralisação das obras para atender a uma demanda "individual" abriria um precedente perigoso. O governo, na avaliação de Lula, não pode parar as obras por causa de uma greve de fome, pois corre o risco de não governar mais.

Lula disse que está disposto a retomar o diálogo com d.Cappio e propôs a realiza-

ção de um seminário com a CNBB para discutir as obras, que poderá inclusive levantar sugestões para a revitalização do rio. Mas pára por aí. As obras só serão interrompidas pela Justiça. Não dá para tratar questões de governo como problemas individuais, ressaltou o presidente, segundo um interlocutor.

Após audiência com Lula no Palácio do Planalto, o presidente e o secretário-geral da CNBB, d.Geraldo Lyrio Rocha e d.Dimas Lara Barbosa, admitiram que não há consenso dentro da Igreja em relação à greve de fome. "Em torno dessa questão não há muita unanimidade", disse d.Geraldo. Ele relatou que uma parte dos bispos avalia que d.Cappio põe em risco a própria vida, o que contraria a doutrina da Igreja. Já outra parte argumenta que o religioso não busca a morte.

Temor

Com o resultado da audiência, Rocha se limitou a comentar, sobre a conversa no Planalto, que Lula também estava "preocupado" com a vida de d.Cappio. "É claro que todos nós tememos a morte do bispo, por isso a CNBB desejou conversar com o presidente", afirmou. "Queremos d. Luiz Cappio vivo."

Lula reclamou, em diversas ocasiões, da postura de d.Cappio. O presidente disse, em entrevistas, que sempre optará pela vida de milhões de nordestinos que, segundo ele, dependem das obras de transposição. Diante do impasse, representantes da CNBB, ouvidos ontem pela rádio Jornal do Commercio, do Recife, disseram que a entidade já pediu a orientação de especialistas em direito canônico. A CNBB quer uma

avaliação do caso levando em conta as normas da Igreja.

Dom Geraldo avalia que a atitude de d.Cappio não é uma postura "suicida", mas admite que o protesto arranha a imagem da Igreja, especialmente num momento em que a instituição reforça a campanha contra a eutanásia e o aborto. "Claro que a vida de um bispo é a vida da Igreja", afirmou.

Em carta entregue ao presidente Lula, a CNBB ressaltava estar à disposição para colaborar na retomada do diálogo entre o governo e d.Cappio. A entidade argumenta que a comissão mista com representantes do governo e da sociedade para discutir a questão das obras no São Francisco, criada em 2005, após a primeira greve de fome de d.Cappio, não atendeu "plenamente" os objetivos propostos.

D. Cappio: democracia preocupa mais que jejum

SALVADOR (AE) - O bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio, em greve de fome há 16 dias em protesto contra as obras de transposição do Rio São Francisco, recebeu com tranquilidade a decisão do governo de continuar com o projeto, mesmo depois da reunião, na manhã de ontem, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a direção nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. "Estou satisfeito por ter o apoio da CNBB nesta luta."

Em telefonema após a reunião com Lula, o presidente nacional da CNBB, d. Geraldo Lyrio Rocha, afirmou que vai visitar d.Cappio nos próximos dias para conversar pessoalmente sobre a greve de fome. "Neste momento, estou mais preocupado com a saúde da democracia do Brasil do que com a minha própria", diz d. Luiz, já cinco quilos mais magro.

De acordo com ele, as obras de transposição, do jeito que estão sendo feitas - à revelia da Justiça, com o uso do Exército, sem a conclusão dos estudos de impacto e apresentado à sociedade de "forma falaciosa" - mostram o caráter autoritário da administração federal. "Parece que estamos entrando em uma

vivendo nela", acredita.

"O uso do imaginário da seca, da sede da população, para justificar uma obra de mais de R\$ 6 bilhões que vai beneficiar sobretudo a fruticultura irrigada, a criação de camarão e a siderurgia é re-

voltante", afirma d.Cappio.

"Se o foco das obras fosse mesmo acabar com a sede das populações do semi-árido, seriam feitas as obras mostradas pela Agência Nacional das Águas (ANA), do próprio governo federal, no Atlas Nor-

deste, por exemplo. Custariam a metade do previsto para a transposição e beneficiariam 1.356 municípios em nove Estados - e não 397 municípios em três Estados, como vende a propaganda da transposição."



FONTE: Jornal da Cidade. Lula diz que não cederá a protesto; D. Cappio: democracia preocupa mais que jejum. Ano XXXV. N. 10.623, 13 dez 2007, Caderno A, p. A7 (Brasil).

ANEXO 24

IVZ CORREIO URBANO Correio de Sergipe • Aracaju • domingo 16 e segunda-feira 17 de dez. 2007

Bispo prossegue em greve de fome apesar do pedido feito pelo Vaticano

>> Dom Cappio disse que cresce o número de manifestantes contra o projeto

DIGA NÃO A TRANSPOSIÇÃO

A paralisação das obras da transposição das águas do rio São Francisco, determinada em liminar pela Justiça e cumprida na tarde de sexta-feira pelo governo federal, "ainda não oferece segurança suficiente" para que o bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio, 61, encerre sua greve de fome, afirmou hoje o religioso.

Cappio disse, em Sobradinho (a 540 km de Salvador), que manterá a greve, apesar da paralisação das obras e do pedido do representante do papa Bento 16, nuncio apostólico d. Lorenzo Baldisseri, para que ele interrompa o jejum.

"No momento certo, eu me retiro", afirmou. "Quando as coisas todas forem encaminhadas conforme os motivos que me trouxeram para cá, eu me retiro", declarou. Segundo Cappio, "ele [o nuncio apostólico] já está

cial, convocou os cristãos a se unirem ao bispo.

D. Luiz continua lícido e corado, mas apresenta sinais de fraqueza. Ontem, como de costume, sentou-se à sombra de uma árvore para conversar com a imprensa e os fiéis, mas retirou-se logo em seguida, após levar as mãos à cabeça.

Amparado pela irmã Rita, 76, Cappio trancou-se por meia hora na igreja de São Francisco, onde jejava, e retornou em seguida ao mesmo local. Ele negou ter passado mal. Disse que se sentiu cansado.

Segundo Rita, o bispo nunca reclamou de mal-estar. Alega sempre cansaço e fraqueza. A família vem utilizando métodos "naturais" para combater e prevenir problemas de saúde.

Duas vezes por dia, o religioso é submetido a um "escalda-pés" para "manter o bom funcionamento dos rins", diz a irmã. A pressão arterial é verificada ao menos duas vezes por dia. Quando está baixa, Cappio recebe massagens nos lóbulos das orelhas e tem os braços mergulhados em água gelada



Bento 16 enviou carta a Dom Luiz Cappio pedindo o fim da greve

sabendo disso".

Sobre a liminar, d. Luiz, que completa hoje 19 dias sem comer, disse que "nós queremos uma coisa mais consistente, algo mais seguro para que possamos dar fim ao jejum". O governo federal recorreu ontem da decisão.

Fortalecido com o apoio formal recebido da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luiz afirmou que

respeita as opiniões contrárias ao seu protesto na igreja, mas que considera o arcebispo da Paraíba, d. Aldo Pagotto, "uma voz isolada" na instituição.

Pagotto, favorável à transposição, comemorou a carta do nuncio e disse que a igreja reprovava o ato de Cappio "contra a própria vida". Afirmou que o jejum não era um ato religioso, e sim político. A CNBB, em nota ofi-

FONTE: Correio de Sergipe. **Bispo prossegue em greve de fome apesar do pedido feito pelo Vaticano.** Ano VII, N. 2070, 16 e 17 dez 2007, A4 (Geral).

ANEXO 25

A6 GERAL **IMZ CORREIO URBANO** Colônia de Sergipe - Aracaju - quarta-feira - 26 de dez. de 2007

Frei fica semi-inconsciente e é internado

>>>De acordo com o médico Frei Klaus, o religioso fala com dificuldade, em estado de sonolência

DIGA NÃO A TRANSPOSIÇÃO

O bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, 61, foi internado ontem à noite em Petrópolis (RJ) e encerrou a greve de fome de 22 dias e 10 horas contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Dom Luiz havia desmaiado às 15h, após ser informado sobre decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de manter as obras de transposição. Despertou com ajuda médica e dormiu em seguida. Acordou às 16h30 mas, segundo o médico que o atendeu, Frei Klaus Finkelm, ficou "semi-inconsciente, com estado geral comprometido".

A internação foi determinada pelo doutor "para evitar possíveis danos permanentes" e acordo com o médico, Dom Luiz "passa mal, mas com dificuldade, em um estado de sonolência". Dessa forma, eu sinto que a greve de fome acabou", declarou o médico.

Segundo Finkelm, o bispo de Barra o advertiu a tomar as decisões que julgasse necessárias, em especial, o voto ao 1940 em uma ambulância do Samsu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). Saiu em uma maca e de olhos fechados da igreja de São Francisco, onde jejuava há 22 dias

em todo o corpo e fraqueza mais intensa. Segundo relato do médico, Dom Luiz tinha pressão arterial baixa e perdeu peso. "Seu estado geral continua apresentando uma fragilidade que aumenta a cada dia", relatou o médico.

As funções renais do bispo, que apresentaram sinais de disfunção, continuam sendo monitoradas. Novos exames laboratoriais, disse o médico, revelaram que as taxas ainda se encontram fora dos parâmetros normais, mas "próximas da normalidade".

O religioso já caminha com dificuldades, amparado por parentes e amigos. Ontem, saiu da igreja pela manhã para participar de uma vigília por uma decisão favorável à paralisação das obras no STF, que não veio.

Sentado ao lado das barracas de lona de sem-teto acampadas no local, Dom Luiz passou quase três horas rezando com cerca de 50 pessoas. Depois o local uma vez para receber atendimento médico.

Na vigília, o bispo não falou nem reou em voz alta. Passou a maior parte do tempo de cabeça baixa, com as mãos na cabeça e olhos fechados.

Sentado, ficou em silêncio por minutos e depois disse: "É um desluzido muito grande". Desmaiou em seguida, segundo relato do seu assessor Rubem Fonseca.

A saída de Dom Luiz vinha sendo noticiada nos últimos dias. Na noite de ontem, ele sentiu dores e outros sintomas com parentes e amigos do bispo foram avisados.

Notícia do STF - O bispo recebeu a notícia sobre a decisão do STF em área reservada da igreja, durante reunião com o grupo que o apoiava.

Por seis votos a três, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu manter a decisão de liberar as obras de transposição do rio São Francisco. Os ministros entenderam que não há irregularidade nas licenças prévias concedidas pelo Itama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

O bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, ST, se queixou de estar muito fraco e de estar em discussão a respeito de sua saúde.

Segundo o relato, ministro Carlos Alberto Meneses Diniz, não se pode presumir que as obras agredam o meio ambiente, pois, em sua opinião, a União tem mecanismos de fiscalização e controle das etapas do processo.

Acompanharam o voto do relator os ministros Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Ellen Gracie. Já os ministros Eros Grau e Celso de Mello não votaram.

Discordâncias - Para Ayres Britto, cabe ao Congresso discutir políticas públicas, como o projeto de integração. Ele votou a favor dos agravos e pela suspensão das obras.

Celso de Mello afirmou que deveria ser mantida a ordem de impacto ambiental e a licença prévia. Para ele, o que está em discussão é a tutela de dois valores: o interesse público e o meio ambiente.

Já o ministro Marco Aurélio votou contrário à continuidade das obras e alegando que a ação fosse julgada rapidamente. "Os argumentos no sentido de congelar a situação atual, ou caminhar no sentido de julgar imprudentemente a ação desde já."

Histórico - Em dezembro de 2006, o pedido de liminar foi indeferido pelo então ministro Sepúlveda Pertence. - hoje aposentado. Na ocasião, a discussão era sobre a concessão de licença prévia, pelo Itama, ao governo federal, permitindo a adoção de providências preliminares para o desenvolvimento do projeto de integração do rio São Francisco.

O Ministério Público e ambientalistas defendiam a necessidade de realizar um estudo de impacto ambiental para autorizar a concessão. Mas o ex-ministro entendia que a concessão era válida, uma vez que a licença prévia já havia sido concedida ao meio ambiente.

No voto, o relator disse que fariam parte do PBA (Plano Básico Ambiental), apresentado pela União e pelo Itama e destinado à realização das obras de integração do rio São Francisco, vários programas com o objetivo de garantir o equilíbrio ambiental e social das comunidades locais.

Dizendo desde então que os programas reunidos no PBA permitiam proteger as comunidades quilombolas e indígenas, além de conservar a flora e fauna da região, apoiar as prefeituras e projetos de irrigação, saneamento e capacitação ambiental e prevenção à desertificação.

Ministros liberam as obras da transposição

Após a decisão do STF, os ministros do STF decidiram liberar as obras de transposição do rio São Francisco. Os ministros entenderam que não há irregularidade nas licenças prévias concedidas pelo Itama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

O bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, ST, se queixou de estar muito fraco e de estar em discussão a respeito de sua saúde.

Segundo o relato, ministro Carlos Alberto Meneses Diniz, não se pode presumir que as obras agredam o meio ambiente, pois, em sua opinião, a União tem mecanismos de fiscalização e controle das etapas do processo.

Acompanharam o voto do relator os ministros Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Ellen Gracie. Já os ministros Eros Grau e Celso de Mello não votaram.

Discordâncias - Para Ayres Britto, cabe ao Congresso discutir políticas públicas, como o projeto de integração. Ele votou a favor dos agravos e pela suspensão das obras.

Celso de Mello afirmou que deveria ser mantida a ordem de impacto ambiental e a licença prévia. Para ele, o que está em discussão é a tutela de dois valores: o interesse público e o meio ambiente.

Já o ministro Marco Aurélio votou contrário à continuidade das obras e alegando que a ação fosse julgada rapidamente. "Os argumentos no sentido de congelar a situação atual, ou caminhar no sentido de julgar imprudentemente a ação desde já."

Histórico - Em dezembro de 2006, o pedido de liminar foi indeferido pelo então ministro Sepúlveda Pertence. - hoje aposentado. Na ocasião, a discussão era sobre a concessão de licença prévia, pelo Itama, ao governo federal, permitindo a adoção de providências preliminares para o desenvolvimento do projeto de integração do rio São Francisco.

O Ministério Público e ambientalistas defendiam a necessidade de realizar um estudo de impacto ambiental para autorizar a concessão. Mas o ex-ministro entendia que a concessão era válida, uma vez que a licença prévia já havia sido concedida ao meio ambiente.

No voto, o relator disse que fariam parte do PBA (Plano Básico Ambiental), apresentado pela União e pelo Itama e destinado à realização das obras de integração do rio São Francisco, vários programas com o objetivo de garantir o equilíbrio ambiental e social das comunidades locais.

Dizendo desde então que os programas reunidos no PBA permitiam proteger as comunidades quilombolas e indígenas, além de conservar a flora e fauna da região, apoiar as prefeituras e projetos de irrigação, saneamento e capacitação ambiental e prevenção à desertificação.

Manifestantes queimam exemplar da Constituição

Após a decisão do STF, os ministros do STF decidiram liberar as obras de transposição do rio São Francisco. Os ministros entenderam que não há irregularidade nas licenças prévias concedidas pelo Itama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

O bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, ST, se queixou de estar muito fraco e de estar em discussão a respeito de sua saúde.

Segundo o relato, ministro Carlos Alberto Meneses Diniz, não se pode presumir que as obras agredam o meio ambiente, pois, em sua opinião, a União tem mecanismos de fiscalização e controle das etapas do processo.

Acompanharam o voto do relator os ministros Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Ellen Gracie. Já os ministros Eros Grau e Celso de Mello não votaram.

Discordâncias - Para Ayres Britto, cabe ao Congresso discutir políticas públicas, como o projeto de integração. Ele votou a favor dos agravos e pela suspensão das obras.

Celso de Mello afirmou que deveria ser mantida a ordem de impacto ambiental e a licença prévia. Para ele, o que está em discussão é a tutela de dois valores: o interesse público e o meio ambiente.

Já o ministro Marco Aurélio votou contrário à continuidade das obras e alegando que a ação fosse julgada rapidamente. "Os argumentos no sentido de congelar a situação atual, ou caminhar no sentido de julgar imprudentemente a ação desde já."

Histórico - Em dezembro de 2006, o pedido de liminar foi indeferido pelo então ministro Sepúlveda Pertence. - hoje aposentado. Na ocasião, a discussão era sobre a concessão de licença prévia, pelo Itama, ao governo federal, permitindo a adoção de providências preliminares para o desenvolvimento do projeto de integração do rio São Francisco.

O Ministério Público e ambientalistas defendiam a necessidade de realizar um estudo de impacto ambiental para autorizar a concessão. Mas o ex-ministro entendia que a concessão era válida, uma vez que a licença prévia já havia sido concedida ao meio ambiente.

No voto, o relator disse que fariam parte do PBA (Plano Básico Ambiental), apresentado pela União e pelo Itama e destinado à realização das obras de integração do rio São Francisco, vários programas com o objetivo de garantir o equilíbrio ambiental e social das comunidades locais.

Dizendo desde então que os programas reunidos no PBA permitiam proteger as comunidades quilombolas e indígenas, além de conservar a flora e fauna da região, apoiar as prefeituras e projetos de irrigação, saneamento e capacitação ambiental e prevenção à desertificação.

Ayres Britto votou contra, mas foi vencido

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto votou contra a decisão do STF de liberar as obras de transposição do rio São Francisco. Ele alegou que a União não tinha condições de garantir o meio ambiente e que a obra seria prejudicial às comunidades locais.

Após a decisão do STF, os ministros do STF decidiram liberar as obras de transposição do rio São Francisco. Os ministros entenderam que não há irregularidade nas licenças prévias concedidas pelo Itama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

O bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, ST, se queixou de estar muito fraco e de estar em discussão a respeito de sua saúde.

Segundo o relato, ministro Carlos Alberto Meneses Diniz, não se pode presumir que as obras agredam o meio ambiente, pois, em sua opinião, a União tem mecanismos de fiscalização e controle das etapas do processo.

Acompanharam o voto do relator os ministros Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Ellen Gracie. Já os ministros Eros Grau e Celso de Mello não votaram.

Discordâncias - Para Ayres Britto, cabe ao Congresso discutir políticas públicas, como o projeto de integração. Ele votou a favor dos agravos e pela suspensão das obras.

Celso de Mello afirmou que deveria ser mantida a ordem de impacto ambiental e a licença prévia. Para ele, o que está em discussão é a tutela de dois valores: o interesse público e o meio ambiente.

Já o ministro Marco Aurélio votou contrário à continuidade das obras e alegando que a ação fosse julgada rapidamente. "Os argumentos no sentido de congelar a situação atual, ou caminhar no sentido de julgar imprudentemente a ação desde já."

Histórico - Em dezembro de 2006, o pedido de liminar foi indeferido pelo então ministro Sepúlveda Pertence. - hoje aposentado. Na ocasião, a discussão era sobre a concessão de licença prévia, pelo Itama, ao governo federal, permitindo a adoção de providências preliminares para o desenvolvimento do projeto de integração do rio São Francisco.

O Ministério Público e ambientalistas defendiam a necessidade de realizar um estudo de impacto ambiental para autorizar a concessão. Mas o ex-ministro entendia que a concessão era válida, uma vez que a licença prévia já havia sido concedida ao meio ambiente.

No voto, o relator disse que fariam parte do PBA (Plano Básico Ambiental), apresentado pela União e pelo Itama e destinado à realização das obras de integração do rio São Francisco, vários programas com o objetivo de garantir o equilíbrio ambiental e social das comunidades locais.

Dizendo desde então que os programas reunidos no PBA permitiam proteger as comunidades quilombolas e indígenas, além de conservar a flora e fauna da região, apoiar as prefeituras e projetos de irrigação, saneamento e capacitação ambiental e prevenção à desertificação.

Greve de fome mais longa no Brasil foi de dez condenados por seqüestro

A mais longa greve de fome que se tem notícia no Brasil foi a de dez condenados por seqüestro em 1986, de Adolfo Elzeir de Barros, 40 anos, em 1986.

Condenados em 1986 a penas que variavam de 10 a 20 anos, os presos foram obrigados a trabalhar nas condições de prisão.

Em 20 de abril, após 16 dias, depois que o juiz da Vara de Execuções Criminais permitiu reaver os presos. O prazo inicial para o cumprimento do acordo era 27 de junho. Os presos aceitaram em 20 de dezembro, quando reaveram.

Em 20 de novembro, os dez seqüestrados condenados foram requeiridos graças a um acordo do governo brasileiro com o Canadá. Os presos aceitaram reaver seqüestrados em 27 de junho. Os presos aceitaram em 20 de dezembro, quando reaveram.

Em 20 de novembro, os dez seqüestrados condenados foram requeiridos graças a um acordo do governo brasileiro com o Canadá. Os presos aceitaram reaver seqüestrados em 27 de junho. Os presos aceitaram em 20 de dezembro, quando reaveram.

Em 20 de novembro, os dez seqüestrados condenados foram requeiridos graças a um acordo do governo brasileiro com o Canadá. Os presos aceitaram reaver seqüestrados em 27 de junho. Os presos aceitaram em 20 de dezembro, quando reaveram.

FONTE: Correio de Sergipe. **Frei fica semi-inconsciente e é internado; Decisão judicial não termina com a luta, diz Iran Barbosa; Ministros liberam as obras da transposição; Manifestantes queimam exemplar da Constituição; Ayres Britto votou contra, mas foi vencido; Greve de fome mais longa no Brasil foi de dez condenados por seqüestro.** Ano VII, N. 2073, 20 dez 2007, A6 (Geral).

ANEXO 26

36 INTERIOR

CORREIO INTERIOR

Correio de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 21 de set. 2004

Ministério da Integração divulga o Rima

Representante do Comitê da Bacia do São Francisco denuncia "informações tendenciosas"

Deá Jacobina

O Ministério da Integração divulgou ontem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que objetiva apresentar os objetivos sociais, econômicos e ambientais do governo federal para a transposição das águas do rio São Francisco.

A construção do Projeto de Integração do rio São Francisco pretende assegurar o fornecimento de água para outras populações do semi-árido nordestino com a justificativa de que sem o projeto, essas comunidades seriam obrigadas a migrar. Ainda que sem revitalizar a Bacia do São Francisco, o governo federal quer transportar as águas do Velho Chico para beneficiar populações dos estados como o Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em um dos trechos do Rima justifica-se que "estudos científicos revelam que, em curto prazo, o Nordeste mais seco enfrentará um estresse hídrico que se agravará ao longo deste século".

Contradições - O relatório já nasce com oposição. O sergipano e secretário-Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), Luis Carlos Fontes, diz que apesar de não ter lido mais detalhadamente o Rima, o relatório traz em seus primeiros parágrafos "informações tendenciosas". Luis Carlos Fontes se detém a contradições, no texto do Rima, relativas à vazão da Bacia do São Francisco e sua à disponibilidade de retirada de água. Ele alerta, que diferente do que se divulga no Rima, o volume de água a ser retirado é grande e trará impactos negativos.

"No Rima, eles estão afirmando que a capacidade de água da vazão disponível para retirada de água da Bacia é de 3,5%, em outras palavras estão afirmando que dos 1.850 metros cúbicos de água do rio serão retirados em média 73,5 metros cúbicos por segundo e que isso não trará impactos ambientais. O que o Comitê da Bacia definiu como disponível para retirada de água são 360 metros cúbicos por segundo. E com os dados apresentados no Rima, diferentes dos 3,5% que eles afirmam que serão retirados, serão deslocados cerca de 18% das águas. Como se pudesse ser possível retirar tanta água sem provocar grandes impactos. E se você considerar que desses 360 metros cúbicos atualmente já estão usando 100 metros cúbicos, sobram 260 desse valor. Nessa conta, então, eles vão retirar na verdade 25% das águas e não 3,5% como divulgaram", analisa o sergipano.

O recente Rima será analisado mais exaustivamente na próxima quinta-feira, dia 23, pelos representantes do Comitê da Bacia, na cidade de Salvador-Ba.

Eles estarão reunidos, cerca de 30 pessoas, em Câmaras Técnicas. E além desse relatório, serão analisadas as propostas de negociação apresentadas pelo governo federal contidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido da Bacia do Francisco e a proposta do Ministério da Integração de alteração da Barragem do Sobradinho, uma operação que vai afetar as vazões no Baixo São Francisco.

Depois da reunião de Salvador, o Comitê vai reiniciar as plenárias populares para que a própria população ribeirinha possa opinar sobre a transposição das águas do Velho Chico. O primeiro grande encontro será em Propriá, no dia 14 do próximo mês. "O Comitê vai ouvir as bases, queremos saber o que a Bacia tem a dizer sobre esses projetos. E com base nessas audiências, vamos apresentar as propostas para serem definitivamente aprovadas em plenárias marcadas para os dias 26 e 27 de outubro. E o que sair desses encontros, será a palavra final do Comitê", garante.

Cidade de Propriá sediará a primeira plenária no Baixo São Francisco para analisar transposição do rio

que eles afirmam que serão retirados, serão deslocados cerca de 18% das águas. Como se pudesse ser possível retirar tanta água sem provocar grandes impactos. E se você considerar que desses 360 metros cúbicos atualmente já estão usando 100 metros cúbicos, sobram 260 desse valor. Nessa conta, então, eles vão retirar na verdade 25% das águas e não 3,5% como divulgaram", analisa o sergipano.

O recente Rima será analisado mais exaustivamente na próxima quinta-feira, dia 23, pelos representantes do Comitê da Bacia, na cidade de Salvador-Ba.



Carlos Fontes teme o volume de água a ser retirado

FONTE: Correio de Sergipe. **Ministério da Integração divulga o Rima.** Ano IV, N. 1098, 21 set 2004, B6 (Correio Interior).

ANEXO 27

CORREIO URBANO Correi de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 20 de set. 2005

Transposição do São Francisco é tema de artigo escrito por João Alves

A edição do último domingo, dia 18, na página de opinião, o Tendências/Debates, do jornal Folha de São Paulo, publicou um artigo do governador João Alves Filho sob o título "Transposição insensata". No texto o governador de Sergipe destaca sua opinião contrária à transposição das águas do rio São Francisco, ao afirmar que do jeito que o governo Federal está propondo ela é "socialmente injusta, politicamente desastrosa e provoca a desunião entre irmãos nordestinos diante da incompetência governamental em não optar por soluções baratas e tecnicamente comprovadas de convivência com as secas e de equacionamento hídrico em várias áreas semi-áridas do mundo".

Já no início do artigo, João Alves Filho é enfático ao afirmar que o "projeto de transposição do rio, além de ser repleto de falhas técnicas, está imerso em ilegalidades, podendo provocar o maior desastre econômico, social e ecológico do Brasil". De acordo com ele, além da falta do Relatório de Impacto Ambiental da bacia do rio, imprescindível à aprovação de qualquer projeto que afete o meio ambiente, "a transposição agride a Lei de Recursos Hídricos por contrariar critérios e prioridades do Comitê de Bacias do rio, pactuado com Estados banhados pelo São Francisco".

Prosseguindo em seu artigo, ele diz que o plano afirma: "A prioridade da bacia são os usos internos, excetuando-se os casos de consumo humano e animal em situação de escassez comprovada e as prioridades de uso para fins produtivos ficam restritos aos usos internos". Tudo isso, segundo ele, é ignorado pelo governo federal.

João Alves diz que diferentemente do que alardeia o governo federal, a água para consumo humano e animal pode ser transposta para Estados vizinhos, desde que haja escassez comprovada.

João Alves assinala a insuspeita conclusão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): "O eixo Norte (o maior do projeto) é inequivocadamente para irrigação". Acrescenta também as conclusões do Banco Mundial: "Suprimentos seguros de água para uso doméstico para todo o Nordeste poderia ser garantidos por meio de outras alternativas, por uma fração do custo do projeto proposto e o projeto só afetaria uma pequena parcela da população do Nordeste que sofre falta de água".

João Alves Filho observa em seu artigo que apenas 5% da população do semi-árido será atendida. "Assim mesmo por meio de precários chafarizes, permanecendo o triste espetáculo dos carros-pipas e das latas d'água na cabeça". Ele diz no texto da Folha de São Paulo que tram mais de 70% das águas do rio e destaca ao observar a posição do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que abdicou, generosamente, do direito de gerenciar tais águas em favor da sobrevivência do rio, confiando-a ao Comitê Gestor das Bacias de Integração.

"Quando o governo federal explora suas águas sem avaliar consequências para sua sobrevivência, ferindo a legislação, nada garante que um próximo governador de Minas adote posição isolada e decida deter as águas do rio para usos econômicos locais, o que significaria o caos", afirma o governador no texto. No artigo ele destaca ainda os aspectos observados durante as viagens que realizou pelo mundo em busca de soluções para o semi-árido. Citando a situação da foz do rio Colorado, localizada no México e o rio Amarelo, na China, João Alves Filho dá exemplos de como projetos de transposição mal elaborados podem provocar desastres ambientais.

"A morte de rios ocorre em situações em que o homem tentou interferir em planejamento no curso da natureza, provocando catástrofes, sobretudo em projetos de transposição mal elaborados", afirma.

Confronto com Ciro Gomes - No texto, o governador também destaca o debate realizado com o ministro da Integração Nacional e chefe do OAB. Ele cita a sugestão feita a Ciro Gomes para que ele conhecesse os dois rios e visitasse o mar do Aral, na Rússia, para ver o tamanho da tragédia. "Asseguro que, após conhecer tais exemplos da insânia humana na condução dos rios, ele sustaria projeto tão eivado de erros e ilegalidades", enfatiza. "Mas, se o ministro não tiver tempo para essas visitas, que pelo menos conhecesse a foz do rio São Francisco - a qual jamais visitou! - para ver sinais de morte semelhantes aos que vi em rios que morreram pela arrogância de 'planejadores' insensatos", ressaltou enfático.

Citando o projeto de transposição entre o rio Yang-Tsé e Amarelo que conheceu durante viagem à China, João Alves Filho se disse surpreendido em saber que o projeto exigiu de seus administradores 50 anos de discussão com o povo chinês, para só então ser iniciado. "Porém, numa democracia, o governo impõe goela adentro uma obra desse tipo, sem sequer consultar os governadores dos Estados da bacia doadora e provocando a desunião perversa entre irmãos nordestinos diante da incompetência governamental em não optar por soluções baratas e tecnicamente comprovadas de convivência com as secas e do equacionamento hídrico em várias áreas semi-áridas do mundo", afirma o governador do Estado em seu artigo.

FONTE: Correio de Sergipe. Transposição do São Francisco é tema de artigo escrito por João Alves. Ano V, N. 1395, 20 set 2005, A4 (Geral).

ANEXO 28

Correio de Sergipe • Aracaju • sexta-feira • 12 de ago. 2005

CORREIO URBANO

POLÍTICA A3

Transposição não é para consumo humano

Governador mostra no Tribunal de Contas da União ilegalidades e sofismas do projeto

DICA NÃO A TRANSPOSIÇÃO

Em Brasília, a convite do Tribunal de Contas da União, o governador João Alves fez ontem um vigoroso contraponto ao ministro Ciro Gomes (Integração Nacional), mostrando ponto por ponto as irregularidades, ilegalidades e sofismas do projeto de transposição das águas do rio São Francisco proposto pelo governo federal. "O principal erro do projeto é que ele não se destina ao consumo humano, mas ao setor produtivo, à irrigação, ao cultivo de camarão", afirmou o governador, que terminou o seu pronunciamento, no auditório do TCU aplaudido.

Segundo ele, se for executado, o projeto de R\$ 4,5 bilhões atenderá apenas 5% da população do semi-árido nordestino e, mesmo assim, de forma precária, através de chafariz. "Continuário os famigerados carros-pipa e a triste cena da lata d'água na cabeça lado a lado com os canais do projeto", disse o governador, que se preparou tecnicamente para o evento, em que apresentou números consistentes, relatório do Banco Mundial (Bird), conclusão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e opinião de especialista de renome em recursos hídricos para comprovar os equívocos gritantes do plano federal para o São Francisco.

Mais por muito menos - Como mostrou João Alves, em seu relatório, o Banco Mundial, que se negou a financiar o projeto brasileiro, é claro quanto à ineficácia dessa transposição. "O projeto proposto só afetaria uma pequena percentagem da população do Nordeste que sofre com a falta de água". Bird também contesta categoricamente o custo do projeto e sustenta que **por muito menos é possível fazer mais água para uso doméstico** para o Nordeste, poderia ser garantido através de alternativas por uma fração do custo do projeto proposto. "Já o estudo da SBPC, sobre o projeto confirma com todas as letras o uso da transposição para o setor produtivo. "O eixo norte é inequivocadamente para irrigação".

João Alves recorreu à palavra insuspeita do professor João Abner, doutor em recursos hídricos pela USP e do governador cearense Lúcio Alcântara para desmontar a tese de que o projeto é para evitar o desabastecimento da população do Rio Grande do Norte e do Ceará. "O desabastecimento do Rio Grande do Norte e do Ceará, inclusive para atender as atuais atividades produtivas, como irrigação, camarão e indústria. Quanto ao drama do desabastecimento de Fortaleza, citado aqui pelo ministro Ciro Gomes, é um fato anterior ao Castanhão, o maior açude da América Latina, que está sendo construído com financiamento do Banco Mundial, a mesma instituição que recusou o projeto de transposição", e que **garantirá o abastecimento da capital do Ceará pelos próximos trinta anos**, segundo o governador Lúcio Alcântara", declarou o governador de Sergipe.

Riscos para o Nordeste - Ele também advertiu para as consequências nefastas para o Nordeste da imposição à força de um projeto dessa natureza, sem se buscar antes um consenso em torno da proposta. "93% das águas do São Francisco vem dos afluentes. 70% deles estão em Minas Gerais. O atual governador mineiro, Aécio Neves, fez uma renúncia patriótica ao uso dessas águas em favor da soberania do rio. Mas se mais tarde, sob o outro governo, Minas resolver utilizar essas águas para irrigação, faltará água até para a geração de energia elétrica no Nordeste", argumentou.

Outras falhas, deformações e sofismas contidas no projeto de transposição denunciadas por João Alves na exposição aos ministros do TCU: o governo não tem a aprovação do EIA-RIMA para a bacia, mas apenas para os canais; o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova o projeto sendo 90% para irrigação e criação de camarão; na prática, o projeto não utilizará apenas 26 m³/s, e sim 127 m³/s. 26 m³/s dariam para atender 22 milhões de pessoas e não apenas 12 milhões, como diz o projeto. 127 m³/s atenderiam 108 milhões de pessoas; da vazão média disponibilizada, 335 m³/s já estão comprometidos; o projeto é lesivo aos colares públicos; não foi aprovado pelo Congresso Nacional, não tendo assim garantia de verba orçamentária; é ecologicamente destrutivo e politicamente desastroso, porque está provocando um conflito federativo, ao dividir irmãos nordestinos.

desastre sócio-econômico-ambiental da história do Brasil", avisou.

Saídas para salvar o rio - O governador propôs as seguintes ações para resolver o impasse e garantir a sobrevivência do São Francisco e de milhões de nordestinos que dependem do rio: revitalização a curto e médio prazo; construção a curto prazo de um adutoria para resolver o problema de abastecimento de Campina Grande (PB); equacionamento hídrico e transposição pactuada, a médio e longo prazo. Ele condenou a pressa do projeto brasileiro de transposição e disse que o governo da China, em respeito aos interesses maiores dos chineses, passou 50 anos discutindo o seu projeto de transposição antes de começar as obras. Antes de encerrar a exposição, João Alves disse que confia no trabalho do TCU como guardião dos recursos públicos e entregou ao presidente do Tribunal, ministro Adilson Motta, os relatórios do Bird e da SBPC e um memorial elaborado pelo jurista Ives Gandra, "que demonstra claramente as irregularidades do projeto de transposição".

Guerras por água - João Alves já escreveu seis livros em defesa do Nordeste, um deles sobre a transposição das águas do São Francisco. Na palestra no TCU, ele disse que a questão dos recursos hídricos no mundo é grave e muito preocupante. Lembrou que cientistas concordam que haverá neste século mais guerras por água do que houve no século passado por petróleo. É dele as seguintes colocações:

Progressão aritmética x progressão geométrica: nos últimos cem anos, a população do planeta triplicou de 1,7 bilhão para 6 bilhões de pessoas, enquanto o consumo de água aumentou sete vezes.

Efeito estufa: as mudanças climáticas na Terra, provocadas pelo aquecimento global devido ao buraco na camada de ozônio, produzirão consequências catastróficas para as regiões semi-áridas em todo o mundo.

Conflitos fronteiriços: atualmente, existem cerca de 300 pontos de fronteiras entre países com ocorrência de conflitos graves pela disputa de rios, sinal da escassez progressiva de recursos hídricos.

Morte da foz pelo mundo, a foz dos rios como o Colorado (México), o Amarelo (China), o Ganges (Índia), o Nilo (Egito) e o Mar de Aral seca completamente quatro meses durante o ano, em média. No Colorado, o ecossistema da foz encolheu 90% ao longo do século XX; a área, antes habitada e produtiva, virou deserto.

São Francisco na UTI: o rio agoniza com a degradação ostensiva, navegabilidade prejudicada, piscicultura em marcha à ré, formação de cunha salina na foz (avanço do mar em função da perda de força da corrente fluvial) e formação de bancos de areia na foz. Em Sergipe, já desapareceram duas comunidades na região da foz: Cabeço e Arambipe.

FONTE: Correio de Sergipe. **Transposição não é para consumo humano**. Ano V, N. 1363, 12 ago 2005, A3 (Política).

ANEXO 29

ENTREVISTA: JOÃO ABNER E LUIZ CARLOS FONTES

‘Água da transposição vai produzir melão e camarão para abastecer mercado europeu’

‘A transposição é a reprodução da indústria da seca. A gente entende que ela está na contramão da história’, dizem Abner e Fontes

1 THIAGO PAULINO
DA BETAÇÃO

Incitar o debate em torno das contradições do projeto de transposição do Rio São Francisco. Este é o objetivo de uma caravana formada por professores, pesquisadores indígenas, representantes da Justiça que vem percorrendo diversos Estados brasileiros. O grupo visa a chamar a atenção da sociedade, da mídia e dos poderes públicos para esclarecer pontos críticos do projeto nacional que tem pretensões de acabar com a seca em parte da região nordestina.

A Caravana em Defesa do Rio São Francisco chegou a Aracaju e junto com ela está o professor João Abner, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - que possui doutorado em hidráulica e pós-graduação em engenharia civil. Nesta entrevista o CINFORM, ele e um dos representantes sergipianos na caravana, o geólogo e coordenador do comitê do Rio São Francisco em Sergipe, Luiz Carlos Fontes, fazem vozes e apontam os erros e equívocos do projeto do Governo Federal. A caravana fez uma série de atos em Aracaju, na última sexta. Seus representantes estiveram reunidos na sede do Ministério Público Estadual em audiência pública para discutir o projeto de transposição e foram recebidos pelo governador Marcelo Dêda.

CINFORM - Quais as alternativas à transposição do São Francisco para permitir o acesso de água no semi-árido?

João Abner - A transposição do São Francisco não é necessária para permitir o acesso à água no semi-árido. O Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará têm água suficiente para atender a todas as suas demandas. Na prática, o que esse projeto pretende fazer é aumentar os estoques de água dos maiores reservatórios. A transposição não resolve a questão da seca no semi-árido. É uma grande mentira. Para enfrentar a questão da seca não existe uma alternativa única. Pela dimensão da região você teria que trabalhar com um conjunto de alternativas. Já existem alternativas que são conhecidas e já foram experimentadas, como adutoras no Rio Grande do Norte, Ceará e aqui em Sergipe também. Então é preciso aumentar o número de adutoras para dar capilaridade e levar essa água também para o campo.

CINFORM - O senhor vê



Abner: “A transposição não tem nada ver com a seca”

vas a implementação de cisternas pelo programa da rede de Articulação no Semi-Árido - ASA?

JA - Eu não tenho dúvida. Acho que se deve conjugar cisternas com outras alternativas: poço com dessalinização, barragens subterrâneas, perenização com barragens sucessivas, construção de açudes. Não precisa de grande inovação. O que precisa é dar caráter regional a essas soluções que já são bastante experimentadas em todo o semi-árido nordestino. E a cisterna é uma excelente alternativa, capta água da chuva no próprio local onde o sertanejo mora.

CINFORM - Como Sergipe se insere nesta discussão e quais os principais prejuízos para o Estado?

Luiz Carlos Fontes - Sergipe tem sido um exemplo, se posicionando firme e lutando pela verdade, por propostas reais para o semi-árido, para aquele povo que sofre com a seca. O projeto de transposição está desconstruindo o pacto de gestão das águas do São Francisco. A foz será muito prejudicada. Por exemplo, os Estados Unidos retiraram toda a água que quiseram do Rio Colorado e esqueceram do México, no baixo curso do rio. Apesar dos anúncios, não é verdade que as obras da transposição já começaram. Houve uma manifestação de movimentos sociais como grupos indígenas que impediu o início. O exercício começou a cavar uma barragem, mas a transposição, é bom que se frise, não começou.

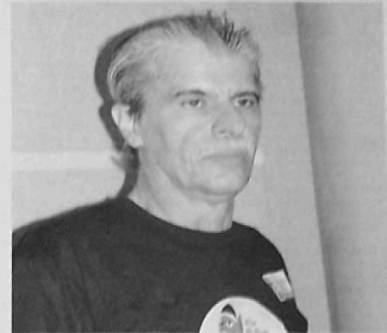
CINFORM - Quais as principais contradições do projeto de transposição?

JA - Qual o discurso do Governo? Que vai tirar 1% da água do São Francisco para resolver o problema de 2 milhões de pessoas sem prepa-

mentos. Primeiro não é 1%. Essa obra vai ser o maior sistema de bombeamento da América Latina. Ele tem capacidade de bombear o consumo do Estado de São Paulo. O projeto é feito como se fosse captar 26 m³ por segundo, mas a obra é de 127 m³ por segundo. Isso representa mais de duas vezes o consumo da Grande São Paulo. Mais do que o consumo do Estado da Bahia ou de Minas. É uma megobra. Segundo: essa água não vai para 2 milhões de pessoas e principalmente não vai para o homem do campo. Vai passar muito distante desse povo e os Estados não têm infraestrutura de bacias receptoras para levar essa água para 2 milhões de pessoas. Se for construir essa infraestrutura, vai ficar mais caro do que a transposição do São Francisco. Também não precisa. Porque se for água para abastecimento humano, tem água sobrando. Terceiro: a transposição é uma séria ameaça ao Rio São Francisco. O uso da água da transposição para os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte será para uso econômico. Este projeto não tem nada a ver com o abastecimento humano, com a seca.

CINFORM - Então qual o interesse do projeto?

JA - O interesse do projeto é exportar as águas do São Francisco via produtos como melão e camarão para o mercado europeu. Não beneficia as comunidades que precisam. O Ceará está entregando água de graça para as multinacionais que produzem melão. Lá as multinacionais produzem melão, frutas, em condições que os produtores do São Francisco jamais terão. Só que isso pode trazer um grande prejuízo para as atividades econômicas na bacia do São Francisco. A água vai chegar lá no Ceará e Rio Grande do



Fontes: “A transposição ainda não começou”

mente caro, proibitivo, e aí vai precisar de subsídio.

LCF - Complementando o que Abner falou, nós constatamos que menos da metade da vazão dos açudes de Orós e Castanhão (destinos finais das águas da transposição) estão sendo utilizados pelo Estado do Ceará. Documentos oficiais do governo daquele estado mostram que não há necessidade da transposição com tanta água disponível, no mínimo, nos próximos 30 anos. O grande engodo é que se faz parecer a visão de que essa água é uma necessidade urgente e que vai resolver o problema das pessoas que estão passando sede. Quando na verdade sequer estão distribuindo a água que está lá. Conversamos com as pessoas que moram próximo ao açude de Castanhão e elas são contra a transposição.

CINFORM - Como está judicialmente a questão? Entraram com alguma ação para embargar a transposição?

LCF - Recentemente o procurador geral da República, atendendo à demanda do Comitê do São Francisco, através de promotorias públicas dos Estados, entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal pedindo que as obras fossem suspensas. E denunciando que as determinações do próprio STF não estavam observadas nem pelo Itaipava, nem pelo Ministério da Integração. Esse pedido não foi julgado ainda. O STF mandou suspender todo processo de licitação das obras, porque as engenharias entraram com uma ação no STF alegando que o Governo mudou as regras de licitação depois de lançar o edital.

CINFORM - Que resultados práticos podem ser esperados das discussões da caravana e que possam influenciar a transposição?

JA - Já tem muita coisa apresentada. A defesa do Atlas, a consolidação das políticas com soluções locais e ampliação desses programas. O Atlas Nordeste tem o foco no abastecimento das cidades acima de 5 mil habitantes. É um estudo que foi desenvolvido pela Agência Nacional de Água - ANA. É um levantamento de todas as obras planejadas nos Estados do semi-árido nordestino. Essas obras são, principalmente, adutoras para o abastecimento de cidades. É um conjunto de obras com um investimento que representaria menos da metade da transposição do São Francisco, mas que atenderia à população de todo o semi-árido. Ao contrário da transposição, que vai atender menos do que 5% da população. O Atlas foi estudado para todo o semi-árido da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí - toda a região. O mais importante dessa caravana é a questão política. A gente entende que a transposição do São Francisco está na contramão da história. Na verdade, é a reprodução da indústria da seca numa escala maior. Essa obra é inimiga de qualquer outro projeto para região que seja realista. Os recursos desse projeto vão concorrer com todos os outros programas e projetos financiados com verbas federais no Nordeste. Com a transposição não vai haver revitalização do São Francisco. Vai arrebentar com a gestão da água na bacia, vai provocar conflito entre os Estados.

CINFORM - Que outros mecanismos existiram como opção à transposição?

JA - Existem vários fóruns contra a transposição. É uma luta sem tréguas, a gente tem que trabalhar em vá-

versário é muito poderoso. A indústria da seca, que é nosso adversário, já tem 100 anos e tem a mídia nacional, tem o controle das políticas dos Estados, questão de vice. Não cabe a mim e nem ao partido que faço parte, o PC do B, discutir o vice. Caberá aos partidos aliados discutirem e encontrarem a saída. Vamos ter maturidade para tudo isso. No final vamos encontrar um caminho que unificará a todos.

CINFORM - O senhor acredita que essa guerra de correntes exposta depois dessa cartilha (veja mais detalhes nessa edição) não vai inviabilizar essa unidade?

EN - Acho que não. O PT saberá enfrentar e não cabe a nenhum de nós fazer juízo de valor sobre essas questões porque são problemas internos de um partido pelo qual tenho um extraordinário respeito. Acho um dos maiores partidos do Brasil, que tem dado grande contribuição à sociedade brasileira. É um partido que, ao eleger o presidente nessa condição, tem contribuído para o desenvolvimento, a melhoria da vida da população. Acredito na capacidade e na liderança do governador Dêda, do Zé Eduardo e de todos os petistas no sentido de que encontrem o caminho para resolver o problema. Não é correto ninguém se imiscuir nos problemas internos dos partidos políticos, sejam aliados, sejam adversários.

CINFORM - Caso o senhor seja reconduzido à Prefeitura de Aracaju, quais são suas principais metas?

EN - Vou apresentar no momento adequado o projeto de Governo. Claro que será um projeto de continuidade e de crescimento das mudanças. Mas agora estou voltado para pensar de hoje até o dia 31 de dezembro de 2006. Vou passar para a história como o prefeito que, nesse curto espaço de tempo, realizou muitas obras e obras importantes para Aracaju, criou o curso do PAC, do projeto Pôr do Sol da Orla do Mosquito, do rescapeamento asfáltico que vou terminar até 2006 com mais de 100 km, da revitalização do Centro e do farol. Com os novos empreendimentos do PAR, até o final de ano devo entregar 600 novas residências. Enfim, é um conjunto de obras que vai deixar em toda a cidade essa marca de um governo democrático, que tem planejamento e governa com ética. E vamos manter essa marca de que Aracaju é a cidade com a melhor qualidade de vida do Nordeste. Isso se deve ao talento do povo sergipiano e à forma como nós governamos.

FONTE: Cinform. Entrevista João Abner e Luiz Carlos Fontes: “Água da transposição vai produzir melão e camarão para abastecer mercado europeu”. Ano XXV, 1273, 03 a 09 set 2007, Caderno Municípios, p. 04 (Cidade).

ANEXO 30

“Transposição: a obra das grandes empreiteiras”

Sergipanos querem inviabilizar audiência pública prevista para o dia 14, às 19h, no Constando Vieira, em Aracaju

Raquel Almeida

“O Conselho Nacional de Recursos Hídricos desta ouvir o Comitê de Bacias. Mas, como tem maioria, tem maior poder. Dos estados que têm assento, nós só temos um voto que é o da Bahia. Os outros são do Ceará, Rio Grande do Norte e outros íticos. Sendo assim, eles têm maioria absoluta no Conselho Nacional. E por ser o Conselho Nacional ele pode ‘atropelar’ a decisão dos comitês de Bacias e determinar-se a usar a água não só para abastecimento humano”. O alerta é do líder do PMDB na Assembleia Legislativa de Sergipe, deputado Augusto Bezerra, ao comentar o andamento do projeto de transposição das águas da Bacia do São Francisco para estados da região setentrional para projetos de fruticultura irrigada, cultura do camarão, alegando socorro ao consumo humano. “Como nós não poderíamos ser cruéis, dizendo que não podemos deixar somente para o abastecimento humano, fazemos esta concessão. Eles vão aproveitar isto e entrarão atropelando dizendo que será para multissos”, lamenta.

Correio de Sergipe - O senhor teve nesta última semana em companhia do presidente da assembleia, deputado estadual Antônio Passos (PFL), participando da reunião da CIPE em Minas Gerais. O que ficou decidido neste encontro?

Augusto Bezerra - A reunião da CIPE teve a presença de deputados dos estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco que marcamos a reunião da CIPE São Francisco entraria a transposição do rio São Francisco, pela revitalização, espiando assim o Comitê de Bacias. Este comitê diz que só pode tirar água do rio São Francisco para abastecimento humano ou descentenatamento de imas. Este Fórum contou também com a presença do governo federal, apesar do ministro Ciro Gomes não poder estar presente enviou um assessor, que mostrou o ponto de vista dele, encarecendo os combates e estramos a inviabilidade do projeto. Diversos jornais do Sul país mostraram a semana inteira “desmascarando” a transposição e dizendo que a transposição é uma obra de engenharia para as grandes empreiteiras uma obra para o grande craves de camarão. E uma obra para a frente grandes criadores de camarões, até pessoas de fora que não são de Sergipe, mas que vão para lá para trabalhar e depois voltar para o Ceará e Rio Grande do Norte.

CS - Estudos confirmam que os criadores de camarão consomem mais água do que a população. E que tem dois hectares de área para o cultivo de camarão, mas que não é suficiente para o abastecimento humano. Como é o caso do Vale do Açu no Rio Grande do Norte, conhecido também como “Polígono do Camarão”. Chegando a afirmar que o Estado do Rio Grande do Norte consome atualmente 32 metros cúbicos por segundo de água. Cerca de um terço deste volume, 11,11 metros cúbicos por segundo, é absorvido pelos criadores de camarão, o principal produto de exportação do estado. A agricultura irrigada leva 14,5 metros cúbicos por segundo. E o abastecimento urbano gasta modestos 5,31 metros cúbicos por segundo. Com estes números não se justifica dizer que estamos mantendo a sede dos nossos irmãos ou contribuindo para o enriquecimento de alguns?

Augusto - Este discurso é falso. O próprio presidente da República fica dizendo que não queremos dar um copo de água, mas a região que será levada as águas é uma das melhores, onde tem cultivo de camarão e plantão. A região do Ceará, onde é uma região da seca não vai água. Então é uma incoerência grande. Ninguém está preocupado com esta morrendo de sede. A indústria da seca vai continuar e da mesma forma os campos papas. Tenho um jornal onde mostra fotografias de Curralinho em Povo Redondo, à margem do rio São Francisco, onde pessoas morrem de fome e de sede. E chegou um momento decisivo e precisamos da ajuda de todos para irmos de encontro a este projeto. Porque se fosse um projeto para matar a sede do nordestino não seríamos a favor, não precisava nem ter votação, porque o Comitê de Bacia já disse que pode usar a água para o consumo humano. Mas, sabemos que não é para isto.

CS - Então na verdade voltouse a discussão da seca para aprovar uma transposição? Augusto - Sim, mas esta discussão é enganosa. O ministro Ciro Gomes já disse a imprensa local que a obra inicia em março. Ele está atropelando todo mundo. Ele não quer saber o que o povo pensa, nem a audiência pública.

CS - O deputado José Carlos Machado (PFL) disse uma vez que este projeto pode até passar, mas que não acreditava que o governo federal o colocasse em prática, pois achava que este está perdido. O senhor concorda com esta opinião?

Augusto - Não, eu acredito que a maldade desta vez está superando. O governo tem previsto R\$ 6,5 bilhões para esta obra e já tem R\$ 1 bilhão em caixa para esta obra em 2005. O governo começa a fazer a transposição sem fazer a revitalização. É uma falta de respeito. Enquanto tem R\$ 1 bilhão para a transposição tem R\$ 100 milhões para a revitalização acontecer porque o governo tem interesse em fazer a revitalização. Mas se esta transposição fosse para a população do Rio Grande do Norte e do Ceará seriam aceitas. Então, por que não fazer a revitalização e depois fazer a transposição?

CS - Os comentários que existem é que o ministro Ciro Gomes tem o intuito político em atender a sua terra natal? Augusto - Na verdade além de ter toda esta contação porque esta obra é para empreiteiros e para grandes criadores de camarões, ele atende também o lado político de Ciro Gomes que quer levar a água para o Ceará porque já tem 150 anos que se discute. Como ninguém nunca conseguiu fazer esta obra, ele tem o intuito de conseguir, por causa do fim eleitoral. E assim de fato fazendo de forma a atropelar todos. É por isto, que a questão está muito mais séria do que nos governos anteriores, porque muitos deles ainda ouziam, o governo parava o projeto e este de está marcando o início das obras o que deixa o Nordeste preocupado e apreensivo, porque nós sabemos que nada vai ser feito pelos estados da Bacia do rio São Francisco. E ao invés disto, estão levando água por um canal com quase dois mil quilômetros de distância, encarecendo a água. Fazendo com que a água se torne inválida. E quem vai pagar por esta água? Esta água vai chegar para o cultivo, onde não existe nenhuma cultura de fruto, nem camarão que de lucro neste preço. Mas, o governo não está pensando nisso porque eles querem uma obra faraônica. No jornal de Minas Gerais vi que esta obra da transposição é chamada de “Tramamônica do Lula”. E nós precisamos mostrar o nosso repúdio. Sergipe tem que sair da discussão técnica e ir para a política. Temos que levar este tema para o Congresso Nacional e inviabilizar as audiências públicas.



Augusto: para transformar o CE e o RN em um oásis, vão matar os ribeirinhos de SE, AL e MG

PREFEITA ELEITA DENUNCIA ADVERSÁRIOS

A Sra. Iara Soares Costa (PDT), prefeita eleita de Tomar do Geru município da região centro-sul do Estado, está denunciando os membros da coligação adversária do não respeitarem a vontade das urnas e estarem tramando para impedir sua diplomação.

Por informação de pessoas da comunidade a prefeita eleita acabou descobrindo um esquema que estava sendo tramado pelos seus adversários com o objetivo de impedir a sua diplomação, dois dias após o resultado do pleito eleitoral, alguns amigos estiveram na residência da prefeita eleita para informá-la que foram procurados pelos Srs. Augusto Bezerra, Nilton de Gomese (candidatos a prefeito e vice, respectivamente), Vardo Volames e Zé da Maia (este último acusado de estupro na região) com a proposta de remunerá-los caso eles topassem acusar a prefeita eleita, de compra de voto.

A prefeita relatou que inicialmente não deu muita importância para as informações recebidas, porém de forma surpreendente acabou tomando conhecimento de que os seus adversários políticos já haviam conseguido convencer algumas pessoas a denunciá-la.

O fato mais pitoresco foi o do Sr. Gilberto Santos (Catu), que assim que fechou o acerto para promover a acusação foi imediatamente dar conhecimento ao seu irmão José Santos, de que havia aceitado uma proposta feita pelos candidatos derrotados, para apresentar uma acusação eleitoral contra a candidata eleita Iara Soares e o vereador eleito Domingos de Lopes, informou ainda que o Nilton da Gomese lhe adiantou que outras pessoas já haviam sido contactadas e toparam, dando como exemplo os Srs. Antonio Branco e Guardino de Zi. Mesmo com toda euforia esboçada durante o relato, o Sr. Gilberto foi prontamente repudiado por seu irmão José que o aconselhou não aceitar o dinheiro ofertado para se submeter a esse papel, porque essa armação poderia acabar mal.

Ao ouvir as recomendações de José, Gilberto simplesmente respondeu que: “Se a boca aperta, eu pego os cinco mil reais prometidos, vendo meu terreninho e caio fora.”

A resposta dada por Gilberto deixou o seu irmão um tanto indignado e preocupado que essa atitude possa criar um clima de acirramento no município fazendo com que volte a reinar o quadro de insegurança que os moradores presenciaram num passado muito recente.

Indignada também ficou a candidata quando soube que foi acusada de ter visitado a residência do Sr. Guardino de Zi, oferecendo-lhe dinheiro para conquistá-lo eleitoralmente. Iara relembra que no momento em que esteve no assentamento Rio Real para marcar a visita que faria naquela localidade, a comunidade lhe fez apenas uma exigência:

“Que não visitasse as residências dos Srs. Guardino de Zi e Antônio Branco, porque embora a comunidade soubesse que se tratava de um compadre de Iara, não aceitavam o tipo de campanha suja que eles estavam desenvolvendo contra a candidatura dela”. Exigência essa que foi prontamente cumprida pela candidata.

A prefeita finalizou dizendo que vai desmascarar com tranquilidade toda a armação patrocinada por seus adversários, ressaltando que a justiça eleitoral que foi capaz de conduzir o pleito com dignidade, vai saber tranquilamente lidar com essa questão pois não é apenas em Geru que existe o choro dos derrotados.

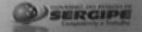
Ela torce para que eles aceitem o resultado das urnas o mais rápido possível, para que ela possa administrar o município com tranquilidade e paz.

CONTABILISTAS E EMPRESÁRIOS

LEMBREM-SE QUE O PRAZO PARA CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL AO NOVO CÓDIGO CIVIL VENCE EM 10/01/2005.



EVITEM DEIXAR PARA A ÚLTIMA HORA.



ANEXO 31

TRANSPOSIÇÃO

Comitê toma posição

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco vai decidir, em reunião extraordinária marcada para os dias 26 e 27 deste mês, em Salvador (BA), se as águas do rio São Francisco podem ou não ser usadas para transposição. Definir as prioridades de uso das águas da bacia é uma competência legal do Comitê atribuída pelas Leis 9.433 e 9984. A informação foi divulgada ontem pelo secretário executivo do CBHSF, Luiz Carlos Fontes, que defende ampla mobilização dos sergipanos, baianos e alagoanos para evitar que o governo promova a transposição como bem deseja e cause prejuízos dos Estados originalmente banhados pelo "Velho Chico".

"A proposta que está sendo discutida pelo Comitê é que só podem ser autorizadas retiradas de água para transposições exclusivamente para utilização no abastecimento humano e dessedentação animal, mesmo assim condicionada a uma série de exigências. Entre as exigências estão, se não há nenhuma outra alternativa na região que deseja receber as águas do rio São Francisco e, se comprovada esta necessidade, a vazão a ser captada que deverá ser aquela estritamente necessária para complementar o que já é oferecido pelas fontes de água da região", explicou o secretário executivo.

No processo de tomada de decisão o Comitê decidiu ouvir o posicionamento de cada região da bacia, e que começou pelo Baixo São Francisco, em Propriá (dia 14). Realizaremos ainda as consultas do Médio-baixo São Francisco (dia 19, Bom Jesus da Lapa, Bahia), Alto (dia 21, em Belo Horizon-

te), Submédio (dia 22, Petrolina, PE) e Médio-alto (dia 23, Pirapora, MG).

As audiências públicas do licenciamento ambiental, a serem conduzidas pelo IBAMA, estão sendo anunciadas para novembro. O CBHSF pretende participar ativamente das mesmas seja diretamente, seja através das instituições que fazem parte do Comitê. Segundo Luiz Carlos Fontes, o CBHSF está fazendo uma profunda análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA), de modo a subsidiar as intervenções nestas audiências. "Acreditamos que o Comitê exercerá também um papel importante na articulação das instituições que atuarão na defesa da Bacia do Rio São Francisco atingindo toda a amplitude da bacia, fato que não existiu na tentativa anterior (no governo FHC) de licenciar a transposição", comentou.

Os órgãos ambientais estaduais que estão analisando o EIA/RIMA também analisarão em suas avaliações os argumentos do Comitê, a exemplo da Bahia e de Sergipe. "O problema das audiências de licenciamento é que não há nenhuma obrigatoriedade do órgão licenciador acatar as objeções levantadas, ou aceitar algumas e mesmo assim licenciar as obras. É por isso que o ministro Ciro Gomes vem divulgando que está apenas aguardando a conclusão das audiências públicas, mas não revela nenhum tipo de preocupação que elas venham a impedir a obtenção da licença ambiental. Neste sentido, nossa atuação não se limitará apenas a participar das audiências, mas de acompanhar e intervir em todo o processo de licenciamento", concluiu.

ANEXO 32



ANEXO 33

João Alves é aplaudido de pé por maçons

Governador profere palestra durante Assembléia Geral da Confederação da Maçonaria

Atendendo a convite da Maçonaria do Brasil, o governador João Alves Filho (PE) proferiu uma palestra sobre o projeto de transposição do rio São Francisco, durante a realização da 34ª Assembléia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada na última quinta-feira, no Espírito Santo. Estavam presentes ao evento os 26 graus mestres representando os estados brasileiros e mais o grão-mestre do Distrito Federal. Ao concluir sua palestra, o governador foi aplaudido de pé pelos maçons.

Para o governador, a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em querer levar adiante a proposta de transposição das águas do rio, "apesar de todas as evidências sobre o equívoco técnico e o crime ecológico que rondam o projeto", é exclusivamente pessoal e política.

Em seu discurso, João Alves alertou sobre os transtornos ocasionados por uma transposição "ecologicamente criminosa", como se apresenta o projeto que o governo federal está propondo. A determinação do governador em impedir o começo das obras de transposição do rio São Francisco, revela a preocupação que o governo do Estado tem com a população sergipana, já que 70% da água consumida no estado vem do rio. "Isso jamais poderá acontecer em Sergipe. Lutarei com todas as minhas forças e, enquanto eu viver, não permitirei que uma irresponsabilidade dessa seja feita", enfatizou.

Segundo ele, a tradição brasileira de resolver os problemas do país pela via do debate e do diálogo é agora quebrada pelo discurso divisionista do governador Lula e pela imposição do seu projeto de transposição do rio São Francisco. O governador disse que é preciso ficar atento a essa manipulação e convocou a sociedade a se aliar à sua luta para que o rio São Francisco seja primeiramente revitalizado para depois, parte de suas águas ser transposta para o Nordeste Setentrional.

Com experiência de mais de vinte anos de estudos e livros publicados em relação à transposição e os malefícios causados pela mesma, o governador João Alves Filho, em viagens que fez pelo mundo constatando as consequências da transposição, pôde visualizar a realidade do rio Colorado nos Estados Unidos. "O grande risco



João Alves Filho participa de assembléia e é um dos palestrantes

mi pela primeira vez o mandato de governador, há 22 anos, fui chamado para conhecer uma transposição na América do Norte e os milagres que aconteceram na região para onde o rio foi transposto. Mas no México, onde houve a transposição, o rio tinha sido tomado pelo mar e recuado 100 km, como se tivesse secado de Propriá até Gararu. A região ficou inabitável", lamentou o governador.

Em visita à China, João Alves pôde constatar a degradação causada pela modificação do curso do rio Amarelo. "Conhecemos os desertos da China e da Índia e conhecemos a realidade ainda pior da que vi no México. O rio tinha recuado 550 km, a mesma distância de Aracaju para Recife. Se isso acontecer em nosso Estado, será a destruição da maior riqueza que Deus proporcionou aos sergipanos e que em longo prazo vai atingir aos estados da Bahia e Alagoas", acrescentou.

João, que defende a revitalização plena do rio São Francisco antes de qualquer tipo de transposição, afirmou que o projeto do governo federal é caro, apresen-

verá o problema da seca no Nordeste, como é apreçoado por Brasília, nem há recursos assegurados para a continuidade e conclusão das obras. "Enquanto a China, uma ditadura, levou meio século debatendo o seu projeto de transposição, o Brasil, uma democracia, decidiu realizar as obras a toque de caixa e repique de sino", alertou.

Raio-x do Rio São Francisco - O governador João Alves apresentou aos maçons de todo o país, um raio-x da situação hídrica mundial e do rio São Francisco.

Progressão aritmética x progressão geométrica: nos últimos cem anos, a população do planeta triplicou de 1,7 bilhão para 6 bilhões de pessoas, enquanto o consumo de água aumentou sete vezes.

Efeito estufa: as mudanças climáticas na Terra, provocadas pelo aquecimento global devido ao buraco na camada de ozônio, produzirão consequências catastróficas para as regiões semi-áridas em todo o mundo.

Conflitos fronteiriços: atualmente,

teiras entre países com ocorrência de conflitos graves pela disputa de rios, sinal da escassez progressiva de recursos hídricos.

Morte da foz pelo mundo: a foz de rios como o Colorado (México), o Amarelo (China), o Ganges (Índia) e o Nilo (Egito) seca completamente quatro meses durante o ano, em média. No Colorado, o ecossistema da foz encobriu 90% ao longo do século XX, a área, antes habitada e produtiva, virou deserto.

São Francisco na UTI: o rio agoniza com a degradação ostensiva, navegabilidade prejudicada, piscicultura em marcha à ré e formação de eutrofia salina na foz (avanço do mar em função da perda de força da corrente fluvial).

Problemas do Nordeste Setentrional: a região sofre com a insustentabilidade de rios perenes de porte, dependência de águas (expostos à evaporação da água pela incidência do sol) e carência de vazão regularizadora.

Premissas básicas para a transposição: revitalização plena e aumento da

Como fazer a revitalização: com recuperação das áreas degradadas; composição das matas ciliares; tratamento dos esgotos de 503 municípios; disciplinamento da mineração; criação de hidrovias (a navegação fluvial custa dez vezes menos que a rodoviária); implantação de pólo de piscicultura; carcinicultura.

Como aumentar a vazão: através da doação de águas dos próprios afluentes do São Francisco, o que aumentaria em até 555 m³/s a vazão do rio.

Vantagens do equacionamento hídrico: auto-suficiência hídrica; geração de energia hidroelétrica, passo decisivo para a convivência com a seca; aumento significativo da área irrigada de 30 mil ha (atuais) para 1.500.000 ha e estímulo a atividades pesqueira, agroindustrial, turística e de lazer.

Como se daria a transposição: depois da revitalização e do aumento da vazão seria viabilizada a partir de dois eixos: o Leste, com captação em Itaparica (BA) rumo à Paraíba, e o Norte, com captação em Cobreboá (PE) para o Ceará e Rio Grande do Norte.

Fontes de financiamento para as obras: recursos oriundos da Chesf (com superávit chega a R\$ 2,2 bilhões) e do União, devidamente aprovados pelo Congresso Nacional para esse fim.

Maiores vítimas da degradação que pode levar o rio à morte: Sergipe e Alagoas, Estados que dependem da água do São Francisco para alimentar as adutoras que abastecem grande parte da população (60% de Aracaju, no caso sergipano) e os perímetros irrigados existentes (a maioria em território sergipano).

Deformações do projeto do governo federal: não garante a revitalização e o aumento da vazão do rio São Francisco. Não assegura os recursos necessários à execução da transposição nem, assim, o debate da obra. Não tem vínculo com o aquecimento global.

Enquanto no Brasil prev-se a transposição em apenas 18 meses na China, obra dessa natureza deveria ser feita num prazo de 10 a 50 anos depois de meio século de debate com a sociedade.

Sinal vermelho: o Banco Mundial (Bird) se recusou a financiar o projeto do governo brasileiro, tendo a repercussão negativa da comunidade internacional ligada à preservação ambiental no planeta.

FONTE: Correio de Sergipe. João Alves é aplaudido de pé por maçons. Ano V, N. 1341, 16 jul 2005, A3(Política).

ANEXO 34

Ministério Público Estadual tenta barrar transposição na Justiça

MP ingressa com ação judicial contra projeto. Promotor participa de audiência com ministro Ciro Gomes.

O projeto do Governo Federal de transposição do Rio São Francisco será questionado mais uma vez na Justiça. A iniciativa é do Ministério Público de Sergipe que ingressará com uma ação civil pública contra o plano do Governo Lula de levar água do rio para a região do Semi-árido, ao Nordeste Setentrional - Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O promotor Eduardo Matos, do Núcleo de Apoio às Promotorias do Rio São Francisco, vai requisitar ao Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - Ibama documentos complementares para consubstanciar a ação. Mas, argumentos e dados para contestar a proposta do Governo Federal de promover a transposição não falam.

Segundo ele, a obra é inconveniente, inoportuna e fere o princípio da legalidade, uma vez que o licenciamento ambiental está sendo realizado de forma inadequada e ilegal. "Somos contrários ao projeto porque há inconsistências técnicas graves, como o levantamento do Baixo São Francisco que não foi devidamente estudado nos relatórios", salienta.

REUNIÃO

A posição do Ministério Público Estadual é idêntica à do Ministério Público Federal que promove quarta-feira, 23, uma reunião em Brasília com promotores estaduais e o ministro da Integração do Governo Lula, Ciro Gomes. Na semana passada, Ciro disse profundas asneiras no programa Roda Viva. Uma delas, é a de que os sergipanos estavam achando que o rio seria desviado daqui. Mais uma vez, o promotor Eduardo Matos se posicionará contra o projeto.

"Vamos também protestar contra a forma desrespeitosa com a qual o ministro se referiu aos sergipanos no programa Roda Viva da TV Cultura. Não pensamos que o Governo vai tirar o rio do lugar, mas somos contra porque a obra é inoportuna", ressalta.

Segundo ele, o argumento perverso usado pelo Governo Federal para justificar a transposição, o de que há déficit hídrico nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, não se sustenta e ainda divide o Nordeste. "É como se a Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco estivessem negando água ao irmão nordestino", enfatiza.



■ Eduardo Matos: povo deve lutar para salvar o rio

BENEFICIÁRIOS

O promotor Eduardo Matos garante que o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco não se destina

a matar a sede dos sertanejos, mas beneficiar grandes empresários do ramo dos agronegócios irrigados e da carcinicultura, ou seja, criação de camarões.

"O Governo vai complementar os açudes e retirar outra quantidade para irrigação. O projeto só vai beneficiar os grandes empresários. Eles (o Governo) vão retirar água de um rio doente para incentivar grandes negócios", argumenta.

A doença do rio a que se refere o promotor está relacionada à degradação, ao assoreamento, à erosão, ao desmatamento das matas ciliares, à queda no volume de água e à redução do estoque pesqueiro. Todos estes problemas preocupam o Ministério Público de Sergipe.

Tanto que em 2003, com base em um estudo feito pelo professor Luiz Carlos Fontes, secretário-executivo do Comitê de Bacia do Rio São Francisco, o MP protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica, um pedido de avaliação dos danos causados pela geração de energia elétrica na região.

PRIORIDADE

"Em dezembro estivemos lá novamente e fomos informados que os técnicos da agência estão terminando o estudo para comunicar ao MP", enfatiza. Diante deste quadro de degradação, o promotor Eduardo Matos não vê como pensar em transposição.

Ao invés disso, o Governo

deveria promover ações prioritárias. Ele defende a revitalização do São Francisco, com a recuperação da mata ciliar, a realização de obras de saneamento básico nos 540 municípios que o banham e um restudo da vazão rio.

Ele lembra que até o Banco Interamericano de Desenvolvimento - Bird - condena a proposta de transposição do Governo Federal. "O Brasil é um país endividado e terá que tomar dinheiro emprestado para realizar o megaprojeto da transposição. Nós já cometemos um erro no passado com a Transamazônica e não podemos cometer outro agora", alerta.

O promotor Eduardo Matos faz uma comparação dos recursos destinados pelo Governo. Para a obra da transposição destina este ano quase R\$ 1 bilhão e para a revitalização menos de R\$ 100 milhões, um valor irrisório para recuperar o São Francisco.

Ele reconhece que a batalha contra a transposição não será fácil, ainda mais depois que o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal - STF -, durante o recesso do Judiciário cassou a última liminar contrária à transposição. Mas defende a manutenção da luta para salvar o rio.

FONTE: Cinform. **Ministério Público Estadual tenta barrar transposição na Justiça.** Ano XXIII, Edição 1141. 21 a 27 fev 2005, Caderno 1, p. 07 (Cidade).

ANEXO 35

Correio de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 22 de mar 2005

CORREIO URBANO

POLÍTICA A3

Transposição mata o São Francisco

Senadora Maria do Carmo alerta para os erros graves do projeto do presidente Lula

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco sofreu duras críticas da senadora Maria do Carmo Alves PFL ontem no Senado. A parlamentar alertou para o perfil técnico do programa do governo federal, que, segundo ela, pode, a longo prazo, trazer danos irreparáveis a um rio que já sofre com degradação.

"Não é exagero afirmar de que a condução errada desse projeto poderá, para simplesmente, destruir a condição de sobrevivência da quase totalidade da população sertaneja e das margens do rio do meu estado e de Alagoas. No caso de Sergipe, cerca de 70% da população da capital correrá risco de não ter água para beber e a maioria das suas indústrias será duramente afetada", observou a senadora.

Maria do Carmo lembra que os dois estados estão na foz do rio São Francisco. A pefealista afirma que os rios afetados começam a morrer pela foz. "Minhas previsões são rigorosamente baseadas em dados técnicos, como também tive oportunidade de visitar pessoalmente uma dezena de grandes lagoas que estão morrendo. Nesses locais exatamente o quadro

Para a senadora, sua posição pouco tem de partidária ou emocional. Embora seja de um partido de oposição, seu pronunciamento está embasado em dados técnicos e nas viagens que fez com o governador João Alves Filho (PFL) a países que tiveram experiências similares. "Assumi a mesma postura de combater o projeto também errado, visando à mesma transposição, do presidente FHC, de quem meu partido era aliado, embora o PFL de Sergipe, em represália à sua obsessão de implantar tal projeto, rompeu com o governo federal", lembrou.

A senadora disse que ela e João Alves foram pioneiros ao denunciar erros técnicos e ecológicos do projeto de transposição ainda no governo tucano. "Foi decisiva a repulsa da opinião pública nordestina da região ribeirinha, que uniria a classe política, a igreja, a sociedade civil em geral e, finalmente, a juventude. Afinal o projeto foi arquivado", disse Maria do Carmo.

Maria do Carmo disse, em seu discurso no Senado, que não é contra o projeto. A transposição, lembra a parlamentar, é justa e necessária, mas contém aquilo que a sena-

sões ecológicas. "Foram cometidas agressões contra o rio, especialmente na construção das hidrelétricas, quando faltou uma visão integrada do uso das águas. A época da sua implantação prevaleceu o foco exclusivo na geração elétrica, sem se pensar nas consequências para a navegação, irrigação, abastecimento humano, pesca".

Para a pefealista, não é reação politiquêira, como insiste em afirmar o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. E não há entre os sergipanos, disse a senadora, o desejo de negar água aos demais nordestinos. "Sua excelência (Riuan Calheiros), como nordestino, deveria ter consciência de que para o sertanejo a água é sagrada e ele não nega um copo d'água nem mesmo a um inimigo e muito menos o faria com um irmão cearense, piauiense ou potiguar. Nós aprovaremos o projeto, desde que esteja correto tecnicamente e não venha a promover benefícios imediatos ilusórios e danos irreversíveis a médio e longo prazo".

Maria do Carmo espera que o presidente não faça a transposição "na marra" e passe a refletir melhor sobre alguns pontos da obra que

"A história irá julgar seu governo como culpado por haver promovido prejuízos jamais vividos por milhões de seus contemporâneos, principalmente, aqueles mais pobres", emendou a pefealista, ao citar ainda, em seu discurso, que o Banco Mundial se recusou a financiar a obra. "Ainda assim, a cega e arrogante temeridade dos seus assessores continuou a transmutar a convicção inabalável de que o projeto está perfeito. Tal postura leviana está levando o presidente Lula a cometer uma atitude, certamente inconsciente, que pode provocar uma perigosa e nefasta cisão entre irmãos nordestinos".

Para a senadora, não se trata de retirar uma "cuia d'água" do rio, como disse Lula na semana passada, em discurso exaltado em Pernambuco. "O senhor está errado e comete, embora sem ser essa a intenção, uma injustiça perversa de falso julgamento. Primeiro, não é uma 'cuia d'água', mas uma quantidade tal, cuja retirada sem as precauções de um projeto correto, poderá sim, ser a gota d'água para iniciar a morte de um rio que está moribundo, sobretudo na foz, que banha os povos sofridos de Alagoas e

"A proposta do governo de transposição do rio São Francisco é tecnicamente errada e ecologicamente criminosa"

"Como sou uma pessoa de boa fé, mantenho a esperança que Lula exigirá que se refaça o projeto"

Maria do Carmo fez severas críticas ao projeto

Sobre a suposta reação dos sergipanos, a pefealista disse que não há ninguém em Sergipe negando água aos nordestinos de outros estados. E disse ainda que na obra a revitalização não é prioridade. "Estão lhe informando mal, assegurando que o projeto prioriza a revitalização". Maria do Carmo sugeriu ao presidente conhecer rios que sofreram o processo de degradação por terem suas águas desviadas em grande quantidade, a exemplo do Colorado (Estados Unidos), Nilo (Egito) e Amarelo (China). "Visite o rio Colorado, não do lado do povo norte-americano, que está confortavelmente do lado das nascentes, que foi impedido no uso abusivo das suas águas, irrigando sete estados do oeste. Mas do lado dos mexicanos, que pagaram a conta. Lá, durante a estação seca do ano V. Exa. vai se emocionar de ver ítema estensão do leito do rio absolutamente seco e a população das margens em situação de miséria".



Origem: DVCS

FONTE: Correio de Sergipe. **Transposição mata o São Francisco**. Ano V, N. 1246, 22 mar 2005, A3 (Política).

ANEXO 36

Correio de Sergipe • Aracaju • quarta-feira • 09 de nov. 2005

CORREIO URBANO

POLÍTICA A3

Cunha salina inviabiliza transposição

Denúncia é do deputado paulista Mendes Thame e foi admitido por um diretor do Ibama



DIGA NÃO A TRANSPOSIÇÃO

O aumento da cunha salina pode tornar salobras as águas da transposição do rio São Francisco e gerar fortes impactos no solo e fauna da região. O alerta é do deputado federal Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP) e foi admitido como fato possível de acontecer pelo diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz Júnior. A transposição do rio São Francisco pode provocar o aumento da cunha salina, massa salgada que se forma na foz do rio, fenômeno que se não for devidamente controlado pode tornar a água salobra e provocar um forte impacto ambiental negativo na região, especialmente sobre o solo e espécies da fauna, como peixes, anfíbios e répteis.

Em audiência realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no mês passado, Kunz Júnior representou o presidente do Ibama, Marcus Barros, convidado a pedido do deputado Mendes Thame, para discutir a aprovação da licença ambiental prévia e a concessão do estudo e do relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) para o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Essa licença, concedida em abril deste ano, é um dos requisitos para que o Ministério da Integração Nacional dê início ao processo de licitação das empresas que executarão as obras da primeira etapa de implantação do projeto de transposição das águas do São Francisco, cujo edital foi divulgado no início de maio.

Também têm sido alvo de críticas pelo deputado Mendes Thame os critérios que o Ibama tem utilizado na avaliação ambiental do mega-projeto. "Ao anunciar que, em 10 dias úteis, deve ser concluído o parecer final sobre a viabilidade técnica e ambiental das obras de transposição das águas do rio São Francisco, o Ibama atropela a transparência e o controle social desse mega-projeto. O órgão não pode simplesmente apresentar uma decisão sobre esse tipo de licença antes de completadas todas as audiências prévias agendadas para discutir o assunto e de serem cumpridos os 42 condicionantes relacionados pelo próprio Instituto para que o projeto seja liberado", ressalta o parlamentar.

Os condicionantes aos quais Mendes Thame se refere são respostas para o enfrentamento eficaz de situações problemáticas, muitas delas alvos de representações que o próprio deputado encaminhou à Procuradoria Geral da República, como os dois exemplos abaixo: no sertão nordestino, o período de maior demanda por água é aquele em que os rios intermitentes perdem correnteza (entre cinco a sete meses), período que coincide com o menor volume do rio São Francisco. A questão é explicitar como será enfrentada essa situação crítica, somada a um outro problema: as hidrelétricas regionais também precisam manter em alta suas reservas para não parar. Que novas oportunidades serão oferecidas à agricultura familiar que hoje pratica horticultura no leito dos rios, mas será banida com a transposição, com a renovação dos agricultores?

O deputado tucano lembra ainda que uma análise feita pelo Banco Mundial (BIRD) sugere que o projeto de transposição do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional seja adiado e que, no curto prazo, os recursos orçamentários - a previsão para a primeira etapa das obras é de R\$ 2 bilhões - sejam investidos em sistemas de abastecimento locais, como a construção de cisternas para captação de água das chuvas, mais adutoras, revitalização do próprio rio, além do fortalecimento do programa Pró-Água Semi-Árido, que tem como objetivo garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro.

"O projeto de transposição das águas do rio São Francisco é ambientalmente polêmico, pois há diferentes estudos sobre os impactos socioambientais, além de inúmeros questionamentos. Portanto, não é uma questão de ser contra ou a favor desse projeto. O que precisa ficar claro e seguro para toda a sociedade brasileira é o benefício coletivo do empreendimento, que tem se demonstrado bastante precário", conclui Mendes Thame, um dos mais atuantes parlamentares na área ambiental e também presidente da CPI da Biopirataria no Congresso Nacional.

Gualberto defende a Petrobras

Deputado entende que a Petrobras pode ter errado

Habacuque Villacorta res empresas do mundo. O que

FONTE: Correio de Sergipe. **Cunha salina inviabiliza transposição.** Ano V, N. 1436, 09 nov 2005, A3 (Política).

ANEXO 37

Correio de Sergipe • Aracaju • terça-feira • 25 de abr. 2006

CORREIO URBANO

POLÍTICA A3

João Alves condena a transposição em Maceió

Governador diz que projeto do governo federal será desastroso para sergipanos e alagoanos

DIGA NÃO A TRANSPOSIÇÃO

O governador João Alves foi aplaudido de pé, sábado passado, em Maceió, pelos participantes da convenção do Lions Club, ao afirmar que o projeto de transposição do rio São Francisco é "tecnicamente errado, ecologicamente destrutivo e politicamente desastroso".

Além disso, afirmou que o projeto do governo federal provoca "uma divisão insana entre irmãos da região mais pobre do país". Ele disse que a questão é a mais importante hoje a nível nacional porque diz respeito à sobrevivência de 45 milhões de brasileiros que vivem no Nordeste.

Segundo o governador, a água é uma questão crucial para a humanidade. Se nos últimos cem anos a população da Terra triplicou de 1,7 bilhão para 6 bilhões, o consumo de água no período aumentou sete vezes. O consenso científico é que haverá neste século mais guerras em função da água do que houve no século passado pelo petróleo.

De acordo com João Alves, as mudanças climáticas provocadas pelo efeito estufa trarão consequências dramáticas para as regiões de clima árido e semi-árido no planeta. A comunidade científica aponta para a morte de rios, desaparecimento de animais e morte de milhões de pessoas.

Alguns desastres naturais ocorridos recentemente, conforme o governador, já antecipam esse quadro. O tsunami na Ásia, o furacão Catrina em Nova Orleans e a ocorrência com maior frequência de tornados nos Estados Unidos são exemplos.

Amarelo, na China. Durante meses ao longo do ano é possível percorrer de carro o leito seco desses rios, numa faixa de 100 km no caso do Colorado e 550 km no Amarelo.

No seu entender, o projeto de transposição é "mal-concebido e anti-federativo". Renomadas instituições, enfatizou, condenaram o projeto. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) declarou-o inviável e o Banco Mundial atestou que por uma fração dos recursos previstos para a transposição pode-se levar água para todos os nordestinos do semi-árido.

Na opinião de João Alves, as soluções para o semi-árido nordestino são o equacionamento hídrico e as técnicas de convivência com a seca. A prioridade número um, disse, é a revitalização do rio, que está na UTI. Depois disso é que se poderia pensar na transposição, de forma pactuada, a médio e longo prazos.

O governador disse que a frente de se formou contra o projeto de transposição, cujo quartel general tem sede em Sergipe, já obteve alguns êxitos na Justiça. Atualmente, o projeto está bloqueado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Correm no Supremo Tribunal Federal (STF) outras ações para enterrar de vez a ideia.

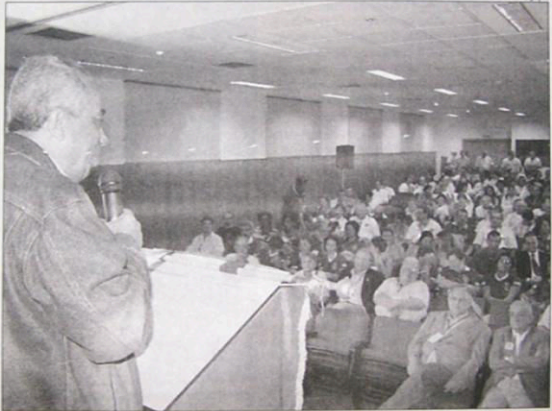
"Se o São Francisco morrer, centenas de milhares de sergipanos e alagoanos ficarão sem condições de sobrevivência", alertou ele, lembrando que 60% da água que abastece Aracaju vêm do rio. "Não podemos nos omitir perante as futuras gerações. Não podemos ser neutros nesta hora. Dante diz que o lagar mais quente do inferno está reservado para os neutros", disse.

"Projeto da transposição é tecnicamente errado, ecologicamente destrutivo e politicamente desastroso"

NA UTI - João Alves disse que o rio São Francisco acumula 50 anos de agressões e os Estados mais prejudicados são Sergipe e Alagoas. Isso começou com a construção de hidrelétricas numa época em que não havia tanta consciência ecológica como hoje.

Essas agressões, frisou, resultaram em precariedade da água, redução da produtividade da agricultura e da pecuária, salinização do solo, destruição da biodiversidade do rio. Na foz, observou, o São Francisco já apresenta sinais de morte. Surgiram muitos bancos de areia, formou-se a cunha salina e, do lado sergipano, o avanço do mar já destruiu as ilhas de Cabeço e Arembipe.

"Em todo o mundo os rios morrem a partir da foz", afirmou o governador, citando os exemplos dos rios Colorado, no México, e



FONTE: Correio de Sergipe. **João Alves condena a transposição em Maceió.** Ano V, N. 1572, 25 abr 2006, A3 (Política).

ANEXO 38

Correio da Barrocas e Ancestral: a carta-obra - 31 de mar 2006

CORREIO URBANO

POLÍTICA A3

Governador participa de reunião

Ele disse que a transposição do São Francisco provoca o maior desastre ecológico do Brasil

Prefeito não desceu do palanque

"Infelizmente, a linha que vem sendo adotada pelo prefeito Zezinho da Everest (PT) não condiz com a de um administrador de um município tão importante como São Cristóvão. Na minha opinião, há ainda um descuro do palanque, continua agindo de maneira eleitoralista e vem perseguindo suas adversários políticos. Então, apenas exercendo a minha função de representante do povo e votante quero que o prefeito pense a governar o município que precisa de ações práticas e que se transfira São Cristóvão da maneira como é próprio havia prometido durante a campanha eleitoral. Nós que somos da bancada de oposição ao prefeito Zezinho da Everest, procuramos trabalhar de uma maneira responsável para não cairmos nas ciladas vazias e levasas", denunciou o vereador de São Cristóvão, Carlos José Júnior (PPS).



Vendedor Carlos Pina Júnior

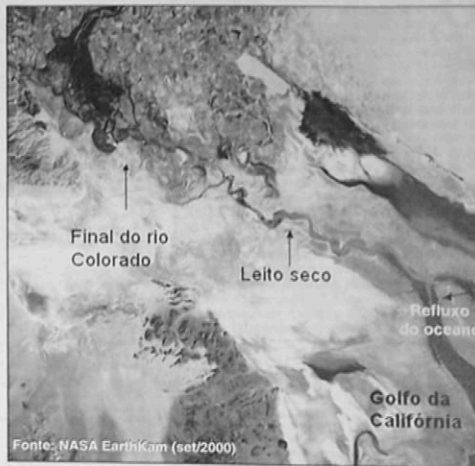
O vereador ainda disse que o prefeito vem perseguindo, sim, seus opositores. Segue aqueles que não apoiaram a sua campanha ou os que não podem contribuir para o futuro da sua administração. Na minha opinião, ele não tem um projeto de governo, mas um projeto de poder. Até agora, nada de manifestar foi apresentado em São Paulo. O prefeito não quer sair do apartamento e ir para o trabalho, apenas do prefeito, mas da maioria dos seus secretários e assillares. Agora é bom lembrar que o prefeito tem divulgado 100 mil votos, o que está respondendo a sua base governamental. Isso não é vendável. Isso é uma coisa que a classe de parlamentares ligados a ele não quer fazer. Então, vamos ao governo municipal. Até agora, não enviaram um dos dois projetos que beneficiam a

O prefeito tem feito da problemática dos táxi-licença uma questão política, e só quem perde é a população. Os vereadores estão reclamando, o superintendente municipal da SMTT já foi convidado a prestar esclarecimentos na Câmara, e ainda não compareceu. Trata-se de uma verdadeira perseguição contra os taxistas que apoiaram a minha campanha e a de outros candidatos. Muitos tiveram seus pontos caucionados pelo prefeito atual. E não é apenas na questão dos taxistas, mas também ocorre com os agentes de Saúde e de outras secretarias", denunciou Carlos Pin-

Estado de Emergência - "Na próxima quarta-feira (3) termina o Estado de Emergência declara-

do pelo período. A partir daí, ele achou importantíssimo não averiguarmos todas as contratações realizadas nesse período. Como eu já declarei anteriormente, esse decreto é uma forma demagógica de barulhar a lei de licitações. Há vista que o prefeito decretou baseado em possíveis irregularidades das administrativas cometidas pela administração anterior. Mas dentro desse período emergencial, Zezinho da Everest realizou grandes despesas com o Carnaval e com a Semana Santa, mas que não condizem com a realidade de emergência em que se encontra São Cristóvão. Não que eu seja contra esses eventos que, na minha opinião, devem existir e trazer um renda e turismo para o município", afirmou o vereador.

Lixo será discutido - Carlos Pina Junior também ressaltou que vai averiguar a questão do recolhimento do lixo municipal de São Cristóvão. Os vereadores de Aracaju, ou também os vereadores, são meus amigos da Câmara Municipal, que nós podemos levantar algumas informações importantes sobre o mesmo assunto aqui em São Cristóvão. Não estamos discutindo pontos de idoneidade de alguma empresa ou falta na administração do prefeito, mas é preciso que o contrato seja transparente, para que a população esteja ainda mais protegida. O contrato do lixo firmado entre a Prefeitura Municipal e a empresa Torre, durante este período emergencial, é queremos ver se a validade desse contrato. Eu posso garantir que o lixo de São Cristóvão sempre foi bem recolhido e que queremos saber se esse contrato tem regular e sério conjunto



Delta do rio Colorado (fotografia de satélite)

“O projeto de transposição do governo Lula é tecnicamente errôneo, ecologicamente criminoso e politicamente divisionista”, declarou o governador do estado, João Abreu Filho (PFL), durante o encontro da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável do Sudeste Franciscano (CIPE), reunida na tarde de ontem no plenário da Assembleia Legislativa de Sergipe. Parlamentares dos estados de Bahia, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Sergipe, além da sociedade civil organizada e entidades religiosas discutiram sobre a realidade que passa à beira hidrográfica do São Francisco.

O governador João Alves que é engenheiro por formação, foi o convidado da presidência da Comissão que tem à frente o deputado estadual Antônio Passos (PFL) para fazer uma palestra apresentando de forma técnica os problemas verificados no projeto que tem por objetivo transportar as águas do "Velho Chico" para a região do Nordeste Sertão. Durante a apresentação, ele disse que a obra é uma farsa porque não dá garantia de revitalização do rio, reforço da

... não tem continuidade, já que não tem apoio do Congresso Federal. Para fazer a obra não se pode pensar nas próximas eleições, mas sim nas próximas gerações. Peço a Deus que ele (Lula) seja iluminado e recue nesta decisão. Na política temos que reconhecer nossos erros", disse

O exemplo do rio Amarelo (China) foi utilizado para justificar a necessidade de debates sobre o tema. João Alves disse que para fazer a transposição daquele rio os chineses levaram 50 anos, sendo que está dividido em

a pressa de se fazer o projeto em 18 meses, como o governo federal, que tem a forma de pensar na eleição.

O governador destaca que ao se fazer uso das águas, é preciso ter uma consciência do consumo coletivo. Já que ao longo do rio São Francisco, podem ser notadas diversas formas de degradação, como a manutenção da mata ciliar, a falta de instrução do mesmo e a destruição das comunidades indígenas do Cabeço, em Brejo Santo. Os agravamentos verificados, principalmente na região da serpentina. Segundo Lúcio Alves, a premissa básica para se fazer a transposição deve prever a revitalização do rio e o aumento da vazão do mesmo. "Mesmo se não houvesse a idéia da transposição,íamos precisar do aumento da vazão", alertou.

Ausência - Durante o encontro, o presidente da AL e da CPE/São Francisco deputado Antônio Passos informou que recebeu uma ligação do prefeito da capital, Marcelo Deda (PT), dizendo que mais uma vez não iria participar da discussão sobre o São Francisco. O motivo seria alguns compromissos em Brasília onde se encontrava naquele momento. Diferente do prefeito da capital, diversos prefeitos das cidades ribeirinhas marcaram presença engrossando o coro da não transposição estampando nos folhetos e faixas espalhadas nas galerias da AL

Orgulho - Para o deputado Antônio Passos, a data de ontem foi importante, já que a CIPE esteve instalada na AL de Sergipe e conseguiu reunir nomes como o deputado Pedro Alcântara (AL) e do secretário de Meio Ambiente da Bahia e vice-presidente da CIDE, Jorge Khoury, o deputado G

caram que os últimos dos 50 anos os seres humanos não a água indevidamente" - ressaltou Pastor.

Informação distorcida.
Para o secretário de Meio Ambiente da Bahia, Jr. Khoury, que também acumula o cargo de deputado estadual, "as informações passadas pelo governo federal são distorcidas". Ele diz que este projeto acabará com a seca no Nordeste Setentrional e criará desenvolvimento. Segundo ele, isso é verdade, os habitantes da Bahia eram pobres, mas não havia seca quando sabiam que tinham metros da calha principal, temos municípios sem água, saneamento e nenhum tipo de prosperidade. Por isso tudo, há dúvida a quem interessa este projeto e quem pode ganhar com isso. Com certeza ele não vai resolver o problema dos irmãos do Nordeste. Setentrionistas concluiu.

Khouri disse ainda que o Comitê da Bacia Hidrográfica não faz restrição de água para uso animal e consumo humano, na bacia o fora dela. "Somos contrários ao uso em atividade econômicas fora da bacia. Essa água não tem condições de desenvolver a própria bacia, onde existem diversos projetos parados", justificou.

Segundo ele, o recuo do governo com a suspensão da licitação é visto por ele como uma vitória aos recios da população e o encontro de ontem pode ser importante para sensibilizar o governo Lula. "Este pode ser um ponto de partida importante no sentido de montar uma estratégia e que com ela possamos convencer o governo Lula de seu equívoco com relação a este projeto", disse. No próximo dia 29 de abril em Brasília, MC.

PCdoB comemora seus 83 anos

Habrucga Villanov

O plenário da Câmara Municipal de Aracaju esteve lotado na noite de ontem, durante a reunião especial que comemorou o III aniversário do Partido Comunista do Brasil (PCB). Fundada em 5 de março de 1964, a sigla possui grande parte de sua existência na clandestinidade devido a perseguições durante os períodos históricos de turbulência como Estado Novo e Ditadura Militar.

Em Sergipe, a organização do partido começou em 1964 junto com as lutas pela reabertura da democracia do país e pela equidade. Em Aracaju, Tânia Soares, Eraldo Nogueira, Elia Jacaré, Cecília Tavares, Carlos Laut, José Carlos Pessoa de Araújo, Alvaro Vilela, José Araújo e Vilmia Ferreira são os

nomes de reorganização da sigla.

No ocasião, o presidente estadual do partido Bodo Rebenberg o vice-prefeito da cidade, Edvaldo Nogueira, a presidente da União Brasileira de Mulheres, Ivânia Pereira, o presidente do Diretório Central dos Estudantes, Rossini Espinola, o vice-presidente estadual do Partido Liberal, Francisco Dantas, e o presidente estadual do partido, Antônio Carlos Valadares Filho, compareceram à reunião. Inicialmente, a presidência dos trabalhos ficou a cargo do vice-presidente da Mesa Diretora, vereador Vinícius Porto (PT), que saudou os presentes e em seguida passou a presidência dos trabalhos à vereadora Tânia Soares (P) do Ri e autora do requerimento solicitando a reunião.

O presidente do partido,

lida e nós já estamos caminhando neste sentido. Temos essa convicção não porque queremos ou imaginamos e sim porque somos convictos de que a sociedade de igualdade entre os homens já triunfa. Não podemos conviver com a divisão desigual das riquezas, que tanto prejudica a humanidade. O mundo, o Brasil Serpico e Aracaju querem viver uma experiência vitoriosa de liberdade, igualdade e verdadeira fraternidade, em que as diferenças sejam respeitadas", colocou Eivaldo Nogueira.

O clima de respeito à trajetória do partido e de compreensão da sua importância para a construção da democracia no Brasil e em Sergipe ficou claro na intervenção de diversos parlamentares que saúdam e parabenizam o PC do B pela comemoração dos seus 83 anos.

Em seu discurso, a vereadora Tânia Soares se emocionou ao lembrar que em nossa cidade temos heróis como Bosco Biondi, que estiveram presos e deram parte de suas vidas em liberdade democrática vivida hoje. Segundo ela, as sessões especiais são um grande momento em que a sociedade se faz presente na Câmara. "Esta sessão tem um componente muito grande de respeito dos colegas e leitoa convicção de que o partido continua contribuindo para a construção de um mundo mais justo e esse entendimento do que nossa sigla representa também é partilhado por outros parlamentares e pessoas de diferentes segmentos da sociedade", afirmou.

PRECISA-SE

Empresa de grande porte, com sede no estado de Sergipe, está selecionando candidatos:

**TÉCNICO EM
SEGURANÇA
NO TRABALHO:**

Formado, com experiência,
conhecimento em informática
e que seja disponível para tra-
balhar em horário comercial.
Os candidatos deverão enviar
curriculum em envelope fechado
para o endereço: Rua...

ANEXO 39

CORREIO URBANO Correi de Sergipe • Aracaju • quinta-feira • 25 de mai.2006

Transposição pode matar rio e deixar população sem água, adverte João

Fernando Silva/CB



Abastecimento da capital é majoritariamente garantido pela adutora do São Francisco, que está sendo duplicada pelo atual governo do estado

O governador João Alves disse ontem, em entrevista ao programa "Fala Sergipe", na rádio Atalaia, que é contra o projeto de transposição do Rio São Francisco não apenas por uma questão ecológica, mas por razão de sobrevivência. Ele afirmou que se o rio morrer, 60% da população de Aracaju terá que ser evacuada por falta de água para beber, já que o abastecimento da capital é majoritariamente garantido pela adutora do São Francisco, que foi construída no governo Augusto Franco e está sendo duplicada pelo atual governo.

"A tragédia não atingirá só Aracaju: populações terão que abandonar cidades do sertão porque as adutoras que abastecem esses municípios com água do São Francisco vão secar", alertou o governador. "Não falo como político, mas como estudioso do assunto, porque conheço todos os rios de regiões áridas pelo mundo e vi pessoalmente a desgraça que pode acontecer em função da morte de um rio", observou. Ele citou como exemplo o Rio Amarelo, na China, vítima da agressão ambiental. "Percorri de jeep o leito seco desse rio durante oito horas e no trajeto vi cidades fantasmas cujas populações tiveram que ir embora por falta de água", testemunhou.

João Alves disse que o Rio São Francisco está na UTI. "Se fizer uma transposição de águas na situação em que se encontra o São Francisco hoje, o rio morre. Em todo o mundo os rios morrem a partir da foz. Sergipe está na foz e, se o São Francisco morrer, secam as adutoras e as populações terão que abandonar a capital e as cidades do sertão para não morrer de sede. Será uma catástrofe nunca vista em toda a história do país", advertiu.

O governador afirmou que a implacável perseguição política que vem sofrendo do governo federal é motivada unicamente por ter assumido a liderança da luta contra o projeto de transposição e em defesa da revitalização do Rio São Francisco. "O presidente Lula veio a Itabaiana e disse publicamente que, se for reeleito, fará a transposição de qualquer jeito. O que mais me entristece nisso tudo é ter visto sergipanos com mandato popular, aliados do presidente, batendo palma. O presidente Lula não conhece Sergipe, mas o ex-prefeito Marcelo Déda conhece Aracaju muito bem. Ele é o único que não poderia bater palma nessa hora, não poderia estar omisso. Mas talvez o ex-prefeito ache que a sua obrigação é mais com o PT do que com os aracajuanos", comentou.

Ele disse que, apesar das perseguições, não cederá até ver o projeto da transposição enterrado de uma vez por todas, porque sua luta diz respeito à sobrevivência de milhares de sergipanos. "Não tenho o que temer nem me envergonhar. Estaria envergonhado se fosse corrupto, se tivesse participado do valerioduto, se tivesse sido flagrado no aeroporto com dólares na cueca. Quem participou dessa sujeira toda foram eles lá de Brasília. Como disse o procurador-geral da República, eles montaram uma quadrilha lá", frisou.

As perseguições contra João Alves atingem em cheio os interesses da população sergipana. Primeiro a Secretaria do Tesouro Nacional negou a certidão que permite ao Estado contrair empréstimos junto a instituições financeiras para tocar projetos que beneficiam milhares de sergipanos, como o Nova Califórnia, que vai gerar 40 mil empregos no sertão. Agora o Ministério da Fazenda comunicou ao governador que Sergipe não receberá mais recursos relativos a convênios já firmados e a emendas ao Orçamento da União para o setor da saúde. Este fato obrigará o governo estadual a suspender obras fundamentais, sobretudo para a população pobre, como o Hospital Infantil, que deveria estar pronto em julho próximo.

FONTE: Correio de Sergipe. Transposição pode matar rio e deixar população sem água, adverte João. Ano V, N. 1597, 25 maio 2006, A4 (Geral).

ANEXO 40

Impactos ambientais positivos

BRASILIA - Até a emissão de poeira pelas máquinas durante as obras de construção dos canais para levar água do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino é apontada como impacto ambiental negativo pelo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima). Para controlar a poeira, porém, o Rima orienta que as construtoras terão de executar o Plano Ambiental de Construção e realizar as atividades de transporte e escavação em horários pré-determinados, dando prioridade aos períodos em que o número de pessoas prejudicadas seja menor. Em alguns casos, será feito o revestimento das vias que tiverem maior fluxo de tráfego.

"É claro que se trata de um impacto localizado apenas no eixo das obras e de duração limitada, de pouca relevância", argumentou o chefe de gabinete do Ministério da Integração Nacional, Pedro Brito, que é também o coordenador do Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Ele relacionou outros impactos temporários ou de baixa relevância também apontados pelo Rima.

"Há pessoas tentando usar o Rima para argumentar contra o projeto, mas o relatório é absolutamente claro quando diz que o empreendimento é imprescindível para solucionar a escassez de água no semi-árido. Vai abastecer 12 milhões de pessoas, que hoje não têm garantia de água durante boa parte do ano, o que se agrava muito nos períodos de seca. O Rima desse projeto é um documento rigoroso, produzido por 40 cientistas e técnicos independentes", disse Pedro Brito. O coordenador do projeto afirma que não é correto fazer uma conta simplista de colocar de um lado o número de impactos negativos e do outro o número de impactos positivos. "É preciso ver o peso, a relevância e a permanência de cada impacto", recomenda.

Contabilidade maldosa

"Essa contabilidade dos adversários do projeto é maldosa. Eles colocam cada uma dessas possibilidades re-

motas em contraponto numérico aos impactos benéficos permanentes que o Rima também aponta", diz o coordenador do Projeto São Francisco. Brito cita a dinamização da economia regional, a geração de 670 mil empregos, o aumento da oferta de água para o abastecimento humano, o melhor aproveitamento e manejo das barragens já existentes, estímulo à pecuária, incorporação de novas áreas ao processo produtivo, redução da exposição da população às emergências das secas, redução da ocorrência de doenças e óbitos, diminuição da pressão sobre a infra-estrutura de saúde e redução do êxodo rural e emigração da região. Um milhão de pessoas deixarão de migrar para as grandes cidades e para outras regiões.

"Esses impactos ambientais positivos são duradouros, não vão acabar junto com as obras. Milhões de pessoas vão ter uma nova perspectiva de vida. Centenas de milhares de famílias não precisarão mais migrar. Essa é a contabilidade correta", diz Pedro Brito. Ele recomenda a consulta ao Rima, documento que está disponível no sítio eletrônico do Ministério da Integração, por meio do endereço www.mi.gov.br/saofrancisco.

Possibilidades temporárias

A além da poeira levantada por máquinas e equipamentos, o Rima descreve como impactos ambientais negativos o aumento do risco de acidentes automobilísticos na área das obras, por causa do maior volume de tráfego; o aumento da demanda por infra-estrutura de saúde; a possibilidade de surgimento de doenças entre as populações locais e os trabalhadores da obra; a maior pressão por infra-estrutura urbana, exercida pelos cerca de 5.000 trabalhadores, durante as obras; e a possibilidade de aumento das tensões sociais durante a obra - pela atração de mais candidatos a empregos que as vagas disponíveis - e a ruptura de "laços de parentesco e compadrio".

"Esses impactos são apenas possibilidades, de caráter temporário e localizado, e de

fato nem são ambientais na plena expressão da palavra. Mesmo assim, o Rima registra a possibilidade de ocorrerem e aponta as medidas a serem tomadas em cada caso", diz Pedro Brito. Entre os autores do documento encontram-se engenheiros (de diversas especialidades), biólogos, geólogos, demógrafos, economistas, hidrólogos, sociólogos, sanitários, arquitetos, arqueólogos, pedólogos e estatísticos.

Documento

Essa equipe produziu um documento com 132 páginas que foi apresentado pelo Ministério da Integração Nacional ao Ibama no pedido de concessão da licença prévia ambiental. O estudo analisou todos os aspectos humanos, ambientais e sociais que podem ser afetados pela obra,

mas concluiu que "os impactos gerados pelo Projeto São Francisco poderão ser perfeitamente atenuados e monitorados, por meio dos programas ambientais propostos". O Projeto São Francisco tem o objetivo de captar do Rio São Francisco - e levar para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE) - 26 metros cúbicos de água por segundo, ou seja, 1% do que o rio despeja no mar. O Ibama está conduzindo o processo de concessão da licença ambiental, que prevê, no mês de novembro, a realização de nove audiências públicas em várias cidades e capitais do Nordeste. A expectativa é de que as obras físicas do projeto se iniciem nos primeiros meses de 2005.

INDICADORES

DÓLAR

Comercial	Venda
R\$ 2.8690	R\$ 2.8710

Paralelo

Compra	Venda
R\$ 2.9870	R\$ 3.0800

Turismo

Compra	Venda
R\$ 2.750	R\$ 2.940

IMPOSTO DE RENDA

Fonte	Alíquota	Deduzir
Até 1.058,00	isento	
De 1.058,01 a 2.115,00	15%	158,70
Acima de 2.115,00	27,5%	423,08
Deduções: R\$ 106,00 por dependente		
R\$ 1.058,00 por aposentadoria a quem já completou 65 anos.		

TR

Outubro	
Dia12	0,1321%
Dia13	0,1720%
Dia14	0,1468%
Dia15	0,1263%
Dia16	0,0900%
Dia17	0,1195%
Dia18	0,1419%
Dia19	0,1288%
Dia20	0,1490%
Dia21	0,1257%

TEF

Outubro	
Dia12	1,2235%
Dia13	1,3039%
Dia14	1,2384%
Dia15	1,1977%
Dia16	1,1309%
Dia17	1,1908%
Dia18	1,2435%
Dia19	1,2202%
Dia20	1,2506%
Dia21	1,2071%

UFIR - RJ

Extinta	
SALÁRIO MÍNIMO	
Agosto - R\$ 260,00	

INCC

Ano 2004

Janero	0,33%	Julho	1,12%
Fevereiro	1,00%	Agosto	0,81%
Março	1,16%	Setembro	
Abril	0,59%	Outubro	
Maio	1,83%	Novembro	
Junho	0,70%	Dezembro	

INSS - ASSALARIADOS DOMÉSTICOS E TRABALHADORES AVULSOS

Contribuição - Alíquota	
Até 252,62	7,6%
De 252,63 até 780,00	8,8%
De 780,01 até 1.254,36	9,8%
De 1.254,37 até 2.508,72	11,0%
Empregador	12,0%

POUPANÇA

Setembro		Dia19	0,6157%
Dia20	0,6347%	Dia20	0,6447%
Dia21	0,6397%	Dia21	0,6219%
Dia22	0,6669%	Dia22	0,6286%
Dia23	0,7096%	Dia23	0,6247%
Dia24	0,7040%	Dia24	0,6083%
Dia25	0,7051%	Dia25	0,5722%
Dia26	0,6832%	Dia26	0,6003%
Dia27	0,6334%	Dia27	0,6301%
Dia28	0,6411%	Dia28	0,6339%
Dia29	nd		
Dia30	nd		
Dia31	nd		
Outubro		Novembro	
Dia1*	0,6737%	Dia1*	0,6114%
Dia02	0,6751%	Dia02	0,6064%
Dia03	0,6449%	Dia03	0,6064%
Dia04	0,6035%	Dia04	0,6296%
Dia05	0,6407%	Dia05	0,6355%
Dia06	0,6635%	Dia06	0,6224%
Dia07	0,6681%	Dia07	0,5945%
Dia08	0,7003%	Dia08	0,5767%
Dia09	0,7015%	Dia09	0,5670%
Dia10	0,6679%	Dia10	0,6049%
Dia11	0,6404%	Dia11	0,6221%
Dia12	0,6781%	Dia12	0,6328%
Dia13	0,6882%	Dia13	0,6729%
Dia14	0,6626%	Dia14	0,6475%
Dia15	0,6861%	Dia15	0,6269%
Dia16	0,6286%	Dia16	0,5904%
Dia17	0,6156%	Dia17	0,6201%
Dia18	0,5768%	Dia18	0,6420%
		Dia19	0,6294%
		Dia20	0,6497%
		Dia21	0,6263%

Fontes: FGV/RJ; BANCO CENTRAL; FIB/FAZSE